



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 47

II Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 21 de Janeiro de 2010

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 12 minutos

Após a chamada dos Srs. Deputados, anunciada a correspondência entrada na mesa, passou-se para o **período de tratamento de assuntos políticos**.

Ao abrigo do artigo 73º do Regimento da ALRAA, foi apresentado o **Voto de Pesar pelo falecimento do Arquitecto Paulo Gouveia** pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A apresentação coube à Sra. Deputada Catarina Furtado (*PS*), tendo também usado da palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*). O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, foram apresentadas duas **Declarações Políticas**. No debate da primeira, apresentada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), José Rego (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS/PP*), e ainda a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*). No debate da segunda Declaração

Política, apresentada pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e António Marinho (*PSD*), e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

No período destinado a **Assuntos de Interesse Político Relevante**, proferiu uma intervenção o Sr. Deputado Guilherme Nunes (*PS*), na sequência da qual usaram da palavra os Srs. Deputados Zuraida Soares (*BE*), António Marinho (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*), e ainda o Sr. Presidente do Governo (*Carlos César*).

Por fim, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009 – “Natureza jurídica e normas de funcionamento da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA)”.

No debate da Proposta, usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), Hernâni Jorge (*PS*), Bárbara Chaves (*PS*), Carla Bretão (*PSD*), Clélio Meneses (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*).

A Proposta foi aprovada por maioria.

Apresentaram Declarações de Voto os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Carla Bretão (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

2. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/2009 – “Estabelece o Regime Jurídico da extracção de inertes na faixa costeira e no mar territorial”.

No debate da Proposta, apresentada pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*), usaram da palavra os Srs. Deputados Mário Moniz (*BE*), Carla Bretão (*PSD*), Isabel Rodrigues (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

3. Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009 – “Cria um regime de concessão de bolsa de formação e de incentivos à fixação na Região de pessoal docente e não docente com formação em Necessidades Educativas Especiais”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

No debate do Projecto, apresentado pela Sra. Deputada Nélia Amaral (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Rui Ramos (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*).

O Projecto foi aprovado por unanimidade.

4. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009 – “Segunda alteração ao Regime Jurídico da atribuição do acréscimo regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar Regional”.

No debate da Proposta, apresentada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Pedro Medina (*CDS/PP*), José Rego (*PS*) e Jorge Macedo (*PSD*).

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

5. Apresentação do Relatório da Comissão Eventual de Inquérito à Ruptura no Abastecimento de Água na Ilha Terceira.

No debate do Relatório, apresentado pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), Carla Bretão (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*), e ainda o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*).

Usou da palavra o Sr. Deputado António Marinho (*PSD*) para apresentar um protesto, após o que o Sr. Deputado Hernâni Jorge (*PS*) apresentou um contra-protesto.

6. Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o Período Legislativo de Janeiro.

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 15 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, bom dia. Agradecia que retomassem os vossos lugares, para podermos proceder à chamada dos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

(Eram 10 horas e 05 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques da Silva

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Herberto Santos da Rosa

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Paula Cristina Dias Bettencourt

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Maria Silva **Gonçalves**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patricia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Pode entrar o público. Declaro aberta a sessão.

Vamos proceder à leitura da Correspondência.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Presidência do Governo, Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2007/A, de 23 de Julho, que aprova o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER)”. Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Presidência do Governo, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico da produção de electricidade por intermédio de instalações de pequena potência, designadas por unidades de microprodução”. Baixou à Comissão de Economia.

Presidente: Terminada a leitura da Correspondência, passamos para o ponto seguinte. Deu entrada na Mesa um Voto de Pesar do Partido Socialista que, creio, já foi distribuído pelas diversas bancadas.

Dou a palavra à Sra. Deputada Catarina Furtado, para a apresentação do Voto.

Deputada Catarina Furtado (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Faleceu em Lisboa a 04 de Novembro de 2009, e após um ano de internamento, o arquitecto Paulo Gouveia.

Nasceu na ilha Terceira em 1939 e o interesse, tanto pela Natureza como uma forte dedicação pelos desportos náuticos, levou-o a estudar Biologia em Coimbra. No

entanto, a veia e o destino construtivo revelaram-se e levaram-no, já em idade laboral, a frequentar em Lisboa o curso de Arquitectura.

Este profundo amor pela arte de construção, a maturidade com que se graduou, aliados a uma ética pessoal da consistência e perenidade, à qual geralmente o ilhéu nasce e vive fortemente apegado, levou Paulo Gouveia a encarar a profissão e a vida de arquitecto de forma total, unívoca.

Aliado a este profundo enraizamento nos valores inerentes do ilhéu e do arquitecto, encontramos a subtilidade, a sensibilidade e o humor, no fundo a grande inteligência de alguém que se entrega tarde, na formação e ao amor de uma vida. A Arte construtiva.

Os projectos do Museu dos Baleeiros, em 83, e nos anos 90, o Museu do Vinho, ambos no Pico, revelam este ímpeto e rigor. O primeiro levou-o ao encontro dos mestres baleeiros e construtores de barcos nos Estados Unidos da América. E o segundo, maturado pela prática da vida profissional, revela a constelação destes saberes, ao serviço da integração e nobreza que só os mais talentosos conseguem, ao unir o espaço natural ao espaço humanizado.

A sua atitude despojada e olhar inteligente foram-nos deixados em legado, não só na matéria construída, como na tese de doutoramento sobre Angra do Heroísmo e a Arquitectura do séc. XX.

Os seus desenhos a pincel e tinta-da-china, esquisos caligráficos em papel esquisso, junto com a alegria que a Ópera e a literatura lhe imbuíam, informam e definem aquilo que conforma o ideal de carácter de um Açoriano, muitas vezes indizível – o subtilmente imponente. O carácter, o talento e a sabedoria humana na sua pureza e generosidade.

Pelo seu contributo, como representante máximo do pensamento pós-moderno na cultura arquitectónica nos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este voto de pesar pelo seu falecimento e dele dê conhecimento aos seus familiares, expressando as nossas mais profundas condolências.

Disse.

Os Deputados Regionais Helder Silva, Hernâni Jorge, Catarina Furtado e Berto Messias.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se ao voto de pesar pelo falecimento do Arquitecto Paulo Duarte Melo Gouveia. Desde logo, pela personalidade multi-facetada que foi, pela qualidade e sensibilidade que imprimia a tudo o que fazia e, sobretudo, pela referência que é e será sempre ao nível da arquitectura.

Foram referidos alguns aspectos da sua obra e, de facto, a grande obra que o torna referência a este nível é a obra *Angra do Heroísmo e a Arquitectura do séc. XX e memória colectiva*, onde se faz uma retrospectiva histórica sobre a evolução arquitectónica de Angra do Heroísmo e se torna, de facto, um estudo de referência dessa evolução arquitectónica que caracteriza a cidade património mundial, sobretudo também ao nível da evolução pós-sismo de 1980.

Por tudo isto e também pelas obras que foi fisicamente fazendo com que acontecessem ao longo dos anos, referidas algumas no próprio voto, a última delas, em Angra do Heroísmo, o edifício recente da Fanfarra Operária, fazem com que, em cada momento em que teve oportunidade de contribuir para a edificação da sua terra, revelasse essa grande sensibilidade e, sobretudo, um grande respeito pela história destas ilhas.

Por tudo isto, o PSD associa-se ao voto de pesar apresentado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte, **Declarações Políticas.**

Para uma Declaração Política, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estranhos tempos estes, os que vivemos.

A minha constatação resume o espanto que invade o espírito dos açorianos perante o estado social da nossa Região.

E é um assombro compreensível. Mesmo o observador mais desatento, conhecendo a generalidade da nossa história recente, não poderia deixar de ficar surpreendido com a realidade que enfrentamos.

Estranhos tempos estes, de facto, em que se nega a cada vez mais açorianos o humano direito ao trabalho, à ambição e à realização social e pessoal que compõem um membro activo e útil de uma comunidade.

Estranhos tempos estes em que os que produzem a riqueza nos Açores são crescentemente sujeitos à pressão, à chantagem, à ameaça em relação ao seu posto de trabalho, em relação à remuneração de que depende a sua sobrevivência e a da sua família.

Estranhos são estes tempos em que o nosso potencial queda ao abandono, se encerram actividades e se fecham as empresas que produzem, na economia real, os bens reais de que as pessoas reais carecem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não há já forma de negar o agravamento das condições de vida nos Açores. Dificuldades que são fruto não só de dificuldades externas e de conjuntura, mas também das orientações políticas que têm sido seguidas pelos governos regional e central.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

O Orador: Esta situação vem dar, infelizmente, razão às críticas do PCP Açores sobre a falta de investimento e apoio aos sectores produtivos.

Investimentos e apoios que nos poderiam permitir ter hoje uma economia menos dependente e fragilizada, como também demonstram a insuficiência e ineficácia das medidas anti-crise postas em prática quer na Região, quer na República.

Estranhos tempos estes, na verdade, em que constatamos que, ao fim de vários anos e tantos e tantos milhões de apoios europeus, afinal continuamos com uma economia débil, dependente e frágil, que “cai como um castelo de cartas ao primeiro sopro” dos ventos de crise.

No ano de 2009 o número de pedidos de falência continuou a aumentar, enquanto o número de empresas criadas continuou a descer, com reflexos no emprego. As empresas em dificuldades ou alegadas dificuldades multiplicam-se.

Tivemos aqui anteontem o exemplo da COFACO, que tem vindo a reduzir o número de postos de trabalho e pretende agora transferir parte da sua produção para o Pico. Uma empresa, diga-se, que ao longo do tempo tem recebido diversas ajudas e apoios do Governo Regional e mesmo dos fundos europeus.

Mas poderia falar das dificuldades públicas por que têm passado a SINAGA, a Jaime Ribeiro, a Asta Atlântida, a Verde Golf, a CALF, Naviangra, o Hotel Terra do Mar, a Írislab, bem como todo o Grupo José Amorim e, mesmo, o despedimento colectivo e encerramento nos Açores da Ernst Benary, em São Miguel, ou as recentes, e às vezes injustificáveis, conflitualidades laborais na SATA, Transmaçor ou ICTS, entre muitas outras.

Neste campo do desemprego estamos a atingir uma crise social de grandes proporções. Em termos do número de desempregados inscritos nos centros de emprego – que são, lembremo-nos, apenas uma fracção da realidade – ultrapassámos a barreira, que não é só psicológica, dos 6.000.

Seis mil açorianos excluídos da possibilidade de trabalhar, impedidos de com o seu esforço ambicionarem a uma vida melhor, condenados a situações sociais tantas vezes gravosas, por força das impiedosas regras de acesso ao subsídio de desemprego.

Mas, pior que isso, o desemprego é activamente utilizado como moeda de chantagem sobre os trabalhadores e, mesmo, sobre a própria Região, como é bem sabido.

Sob esta ameaça, multiplicam-se os casos de chantagem patronal procurando silenciar descontentamentos e limitar direitos conquistados, bem como os casos de violações grosseiras da lei laboral, despedimentos colectivos mais ou menos encapotados, salários em atraso, bem como a generalização de processos de *lay-off*.

A verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que, em muitos casos, com o argumento da crise e das dificuldades das empresas, procura-se levar a cabo um sério ataque aos direitos e rendimentos dos trabalhadores açorianos.

Mas esta chantagem vai ainda mais longe. Hoje, empresários existem na Região, que tentam utilizar os postos de trabalho que deles dependem como moeda de troca para obter subsídios e benesses alargadas, configurando um oportunismo anti-social que é inaceitável e tem de ser eficazmente combatido.

Perante este quadro, que respostas, que posições existem por parte das autoridades competentes?

A lamentável verdade é que, perante este desmultiplicar de situações, os serviços da Inspeção Regional do Trabalho são morosos, a sua actuação é insuficiente e não conseguem, em tempo útil, repor os direitos de quem foi prejudicado, proteger quem deve ser protegido.

A lei existe e tem de ser cumprida. As dificuldades por que passamos não suspendem os direitos de quem trabalha!

Relembro que, em sede do Plano e do Orçamento, o PCP Açores propôs um reforço de verbas no valor de 200 mil Euros, justamente para conseguir dar maior proactividade a este organismo.

E perguntamos: Como e quando vai ser realizado esse investimento? Por que espera o Governo?

E já que estamos a falar de passividade, vale a pena mencionar o que foi – ou que se calcula que tenha sido, já que os seus termos exactos ainda não são conhecidos, mesmo da própria Assembleia da República – o que foi, dizia, o novo acordo laboral da Base das Lajes.

A postura do Governo Regional nesta negociação, se assim lhe podemos chamar, não passou de uma envergonhada inércia que permitiu ao parceiro negocial obter todas as vantagens, deixando para os Açores todas as cedências.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: Como não conseguiram que as autoridades americanas cumprissem o acordado, aplicando como deviam o inquérito salarial, optam, pasme-se, por consagrar a ilegalidade, acabando de vez com o inquérito.

Mas há pior!

Em troca dos 13 milhões e meio de euros que, de acordo com os sindicatos, eram devidos aos trabalhadores da Base, o nosso Governo Regional aceita a vaga promessa de 240 mil dólares! 240 mil dólares por 13,5 milhões! Isto é que é negociar com garra!

Como é que Portugal e os Açores surgem nesta fotografia?

Mas, nesta como noutras matérias, a defesa dos interesses dos trabalhadores não esteve, nem está nas prioridades, ao que parece, do Governo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Alguns poderiam dizer que temos um estranho prazer masoquista em apontar os pontos mais negros da nossa Região.

Outros rapidamente acusar-nos-iam de cálculo político e cavalgada demagógica das dificuldades que o Povo Açoriano enfrenta.

Não, Sras. e Srs. Deputados.

Não é por isso que dedicamos a este desfiar do rosário das agruras que sofrem os trabalhadores da nossa Região.

Fazemo-lo porque esta situação demonstra o total falhanço de uma determinada orientação política. E, em política, “a culpa não pode morrer solteira”.

Há responsáveis! E é a eles que agora apontamos o dedo.

Fazemo-lo porque ou uma sociedade consegue aprender com os seus erros ou limita-se a afundar-se no atoleiro de uma crise que parece insuperável.

Sem um diagnóstico honesto e desassombrado das nossas actuais dificuldades não poderemos nunca encontrar as soluções. E, por isso, precisamos de reavaliar o que têm sido os dogmas e as cartilhas económicas que têm sido cegamente aplicadas nesta Região e neste país.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A crueza irrecusável da realidade anda a encarregar-se de tornar claro esse diagnóstico e a necessidade de soluções diferentes, vindas mesmo de onde ninguém o esperava, dos mesmos que antes defendiam o seu inverso.

Estranhos tempos estes, os que vivemos, repito.

Estranhos tempos estes em que os que há pouco tempo eram mais acérrimos defensores da redução ao mínimo do papel do Estado, vêm agora, afinal, defender

que ele deve intervir de forma activa na economia, e mesmo de forma radical, integrando o capital social de empresas em dificuldades.

Registamos como positiva esta aproximação do Governo Regional às posições de há muito defendidas pelo PCP Açores. É uma mudança de atitude, como disse, positiva, embora porventura tardia.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma grande superstição.

O Orador: E se é certo que apoiamos e apoiaremos as iniciativas do Governo que visem a defesa dos postos de trabalho e a intervenção em empresas e sectores estratégicos da economia regional, continua a haver uma distinção, e quero aqui deixá-la bem expressa, entre aquilo que é a posição do PCP Açores e a do Governo pelo que essa diferença tem de substantivo.

Para o PCP Açores as intervenções não devem surgir para apagar fogos ou premiar a má gestão, ou seja, sobrecarregando os bolsos dos contribuintes com os prejuízos criados pelos empresários e deixando para estes todos os benefícios. A má gestão não pode ficar impune ou mesmo ser premiada.

O que defendemos é que seja feito uma planificação coerente do sector empresarial regional, de forma a assegurar que, em cada ilha, em cada sector estratégico, a Região possa dispor de meios e capacidades para assegurar sustentabilidade ao mercado, para conferir dinamismo à procura, para, em suma, cumprir o seu dever de assegurar que há desenvolvimento e que há um futuro auspicioso nos Açores e que, sobretudo, a nossa economia se dote dos instrumentos que a tornem menos permeável às conjunturas internacionais e que a nossa crónica dependência externa se equilibre, a bem dos Açores.

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Entretanto, o PCP esgotou o seu tempo no PTAP.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, Sr. Deputado Aníbal Pires, os tempos não são bons, mas não só nos Açores, como também por este mundo fora.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não nos podemos dar por satisfeitos com o mal dos outros.

A Oradora: Queria assegurar-lhe que nos Açores, mesmo assim, estamos a fazer tudo, mas tudo, o que é possível para acompanhar os nossos desempregados. E temos a certeza absoluta e a convicção de que fazemos melhor do que o país. Por isso, também os resultados são melhores do que aqueles que temos no nosso país. Porque se nos Açores se verificasse a mesma situação que por exemplo na Madeira, ou mesmo no país, nós hoje não teríamos 6.181 desempregados, teríamos 13.200 desempregados.

Isso deve-se, sobretudo, ao facto de agirmos em três direcções distintas: encaminhamos para uma formação qualificante aqueles que, por terem baixas qualificações, têm menos empregabilidade; encaminhamos para um processo de certificação de competências aqueles que estão em condições de ter uma certificação profissional e uma certificação académica; colocamos em programas ocupacionais – como o que aconteceu, por exemplo, em Dezembro último – mais de 400 pessoas. E ainda, na Região Autónoma dos Açores, os nossos desempregados recebem mais cedo o subsídio de desemprego, porque conseguimos processar duas vezes no mês. De facto, naquilo que diz respeito às competências do Governo Regional, tudo temos feito. Temos programas de apoio à manutenção dos postos de trabalhos, como não existe no resto do país.

Portanto, lamentado de facto o número de desempregados que temos, embora se tenha verificado uma ténue desaceleração de Novembro para Dezembro...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É esperar pelo fim de Janeiro, Sra. Secretária!

A Oradora: ...que pode não significar muita coisa – e devemos ter sempre uma atitude positiva face a estes dados –, na verdade nós não ficamos satisfeitos com a situação que temos, mas também consideramos que estamos a fazer tudo, mas tudo, o que está ao nosso alcance para resolver a situação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pode-se sempre ir mais além e terá o apoio do PCP.

A Oradora: Sr. Deputado, só para concluir, queria informar esta Assembleia dos dados que já temos concluídos relativamente a Dezembro, sobre a actividade da Inspeção do Trabalho. Se no nosso plano de intervenção tínhamos, por exemplo, para a construção civil, restauração, comércio, segurança privada e serviços de limpeza previsto 500 visitas inspectivas, ultrapassámos porém este número, fizemos 694. Se para o trabalho ilegal na construção civil, na restauração, similares, escritórios de advogados e solicitadores tínhamos previsto 300 visitas, procedemos a 571 visitas efectuadas. Por aí adiante.

Por isso, eu queria dizer-vos, Sras. e Srs. Deputados, que, naquilo que compete ao Governo, o trabalho da Inspeção Regional do Trabalho tem sido exemplar. Não há nenhuma situação que não tenha sido acompanhada diariamente, com um acompanhamento extraordinário. De facto, estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para diminuir a situação do nosso desemprego na Região.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado João Costa (PSD): Era há dois meses que ia começar a qualificação. A senhora é que o disse e está no Diário da Assembleia.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Já começou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria dar as boas vindas ao Governo – não é de hoje, desde há umas semanas – à constatação de que o desemprego é o problema, é o maior dos problemas existentes neste momento na Região Autónoma dos Açores. Não vou falar sequer dos 6 mil desempregados que a Sra. Secretária acabou de referir como os únicos 6 mil que existem na Região Autónoma dos Açores e do apegar-se a esses valores, esquecendo outros que até já vieram anteriormente...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Faça a comparação a nível europeu!

O Orador: ... e, inclusivamente, em relação aos quais esse está nivelado por baixo. Já chegou, durante o ano de 2009, e não deveria esconder isso dos

açorianos, a 8 mil e muitos desempregados. E sabe perfeitamente – a senhora sabe, porque ainda para mais tem a seu cargo todas as áreas sociais – que existem muito mais do que 8 mil desempregados. De qualquer forma, esgrimir números, se 8 mil, se 6 mil, se 10 mil, os açorianos sabem perfeitamente, porque foi um problema que lhes entrou pela casa dentro.

Efectivamente, aqui o que temos? Temos uma situação de crise que vive a economia açoriana, tardiamente, como se sabe, admitida por parte do Governo Regional, designadamente até às eleições de 2008 nem existia, não andava por cá, andava por aí a pairar, longe, pelas Américas, era qualquer coisa que estava lá para fora mas que não chegava aqui, os Açores ficavam perfeitamente imunes; logo a seguir às eleições, afinal de contas já havia alguma coisa; no princípio do ano seguinte já havia a necessidade de adoptar medidas de combate a essa crise; e agora já existe a necessidade de regenerar algumas dessas medidas, algo que era considerado impensável ainda há 8 ou 9 meses, quando eram dados outros contributos que, pura e simplesmente, eram esquecidos. No entanto, verificou-se que muitas dessas medidas, inclusivamente algumas das que a Sra. Secretária falou, nem tão-pouco tiveram qualquer adesão por parte dos agentes económicos e, designadamente, por parte das empresas.

Portanto, há um problema de crise. As empresas, seguramente a grande maioria das empresas considera 2009 como um ano para esquecer, continua a confrontar-se em 2010 com uma situação complexa e a única coisa que puderam fazer, perante quebras brutais de actividade, perante um conjunto de indicadores que são por demais conhecidos ao nível dos diversos sectores, dos quais eventualmente os que se passam ao nível do turismo são os mais retumbantes com, neste momento, já confirmada uma queda superior a 10%, de quase 11%, até Novembro, perante tudo isto algumas empresas, obviamente, viram-se obrigadas, durante 2009, a tentar sobreviver. Algumas nem sequer conseguiram sobreviver. Por isso, algumas delas encerraram mesmo, outras foram obrigadas a dispensar parte dos seus colaboradores e isso gerou então aí o maior problema, o problema do desemprego, com o qual finalmente nos congratulamos que o Governo diga que existe um problema de desemprego nos Açores, independentemente da sua dimensão.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E o desemprego na Madeira?

O Orador: Os açorianos sentem-no, não é por mais números ou menos números comparativos com outras regiões, ou com o país, que a Sra. Secretária diga. Os açorianos sentem que o desemprego lhes entrou pela casa dentro, em muitas casas são dois no desemprego, o que gera problemas enormes para as pessoas. Os números do rendimento social de inserção dispararam, estão lá para cima, está instalada aquilo a que se chama uma crise social. Uma crise que começou por ser financeira, passou depois a uma crise económica, é neste momento uma crise social e os senhores não estão a conseguir travá-la. A questão, basicamente, é essa.

Deputados Clélio Meneses e João Costa (*PSD*): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isso, têm de adoptar um novo tipo de postura.

Interessante, aliás, é que depois de rejeitarem o problema do desemprego – que não existia desemprego, são as taxas mais baixas ao nível do país – ...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): E são!

O Orador: ...seja o seu próprio director regional que considera o problema uma tempestade, não somos nós. A designação foi utilizada pelo Governo Regional: o desemprego actualmente na Região é uma tempestade.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é na Região, é no mundo.

O Orador: Mas como é que não havia de o considerar uma tempestade, pois se dentro de casa, se dentro dos centros de emprego, conhecidos actualmente como agências para a qualificação e emprego, mês a mês, relativamente ao mês homólogo do ano anterior, estão considerados mais 50% de desempregados do que existia um ano antes? Mais 50%, mês a mês! Confirma-se mês a mês que isso se passa: 50% mais de desempregados! É bom que as pessoas tenham consciência disso. Por outro lado, as tais medidas de combate à crise estão a levar a quê? A que as próprias empresas, que se dirigem aos centros de emprego para oferecerem

oportunidade de trabalho, relativamente a um ano antes estão a apresentar 80% a menos do que apresentavam!

Isto não é um problema? Isto não é, efectivamente, o problema da economia açoriana? Não está aqui a constatação de que os senhores não estão a conseguir resolver a crise? Não estão a conseguir adoptar medidas que contrariem esta tendência. As pessoas sentem-no, as empresas sentem-no e os senhores, rejeitando completamente os contributos de outros, não estão a conseguir resolver o problema da crise da economia açoriana.

Ou seja, enquanto lá por fora, enquanto no estrangeiro e diz até o vosso camarada Sócrates que a nível nacional, está a haver uns pozinhos de recuperação, nos Açores a situação está a agravar-se. Ou os senhores mudam de postura ou os açorianos, as empresas e as famílias, não vão conseguir por mais um ano, durante este ano de 2010, “ver a luz ao fundo do túnel”, vão continuar a ver a sua situação a agravar-se, vão continuar a viver dificuldades.

Mexam-se, mudem de postura, adoptem outra atitude!

Deputados Clélio Meneses e João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

(* Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção que o Sr. Deputado Aníbal Pires trouxe a esta Assembleia é pertinente para a época que vivemos. A intervenção do Sr. Deputado António Marinho vem na sequência de intervenções que têm sido feitas ao longo de vários anos, ao longo dos anos em que o PSD tem estado em crise.

Deputado António Marinho (PSD): Resolvam o problema, que não faço mais nenhuma intervenção destas!

O Orador: Portanto, a intervenção do Sr. Deputado António Marinho não traz nenhum contributo para os Açores. Nós hoje, no momento em que estamos, queremos contributos positivos. Os empresários esperam esses contributos da oposição e não um “bota abaixo”.

Deputado António Marinho (PSD): Os senhores rejeitam os contributos.

O Orador: O papel deste Governo, o papel do Partido Socialista, tem sido de melhorar, de estimular, no dia-a-dia, a nossa economia.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Quando os Srs. Deputados me deixarem falar...

Presidente: Está no uso da palavra, faça o favor, Sr. Deputado José Rego.

O Orador: Em vez de termos uma oposição pró-activa, para apresentar propostas para a Região...

Deputado António Marinho (PSD): Apresentámos. Os senhores rejeitaram.

O Orador: ...vemos um PSD igual a si próprio, ao seu passado, a ver nuvens negras em anos e onde elas, muitas vezes, não existiram.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não existem, as nuvens não existem!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me terminar.

Relativamente à tempestade e posso começar por aí...

Deputado António Marinho (PSD): Muito se fala em tempestade.

O Orador: ...sobre essa tempestade do Sr. Director Regional e que o senhor traz aqui hoje, nós hoje temos taxas de desemprego que não verificámos durante muitos anos na vigência dos governos do Partido Socialista. Mas estas taxas, as taxas dos Açores, nunca foram iguais às taxas que o PSD apresentou na sua governação, que eram sempre superiores às taxas nacionais!

Deputado António Marinho (PSD): Fale dos problemas actuais dos açorianos e das medidas para os resolver.

O Orador: Eram sempre superiores às taxas nacionais!

Nos Açores, com as medidas pró-activas para o emprego, com as medidas que o nosso Governo tem feito de acompanhamento dos desempregados, vivemos tempos estranhos, Sr. Deputado, tempos em que temos uma Secretaria preocupada com o emprego, em que, como disse a Sra. Secretária, no mês de Dezembro, para as pessoas que tinham mais dificuldade no emprego, aquelas que não tinham subsídio de desemprego – porque é preciso encarar que, nos nossos desempregados, 65% tem subsídio de desemprego, mas há uma franja, aquela que

para nós também é muito importante e precisa de ser olhada no dia-a-dia, que não tem qualquer subsídio –, dessa franja, com esta preocupação, no PROSA foi integrado um conjunto de cerca de 400 pessoas no passado mês de Dezembro. As medidas pró-activas para os desempregados não são de agora, Sr. Deputado António Marinho. Este Governo tem tido uma posição pró-activa sempre!

Deputado António Marinho (PSD): Então por que é que as coisas não se resolvem? Por que há aumento do desemprego?

O Orador: Teve uma medida pró-activa...

Sr. Deputado, as medidas pró-activas para o emprego não se medem com aquelas míseras propostas que o PSD apresentou! Agradecia que o senhor fizesse uma reflexão. Está sempre a dizer que o PS não aceitou as propostas do PSD, o senhor faça uma reflexão às cinco propostas, às míseras cinco propostas que fez, se era com isso que a Região ia melhorar. Não senhor! A Região melhora com os apoios ao investimento que nós temos no SIDER.

Deputado António Marinho (PSD): Não se nota!

O Orador: A Região melhora com as linhas de crédito que este Governo apresenta. A Região melhora com uma melhor inspecção do trabalho.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A Região melhora com mais formação e com uma pró-actividade das pessoas e das empresas.

Deputado João Costa (PSD): Está à vista: aumento do desemprego!

O Orador: Na semana passada, vimos duas empresas que apostaram no momento de crise, a Unileite e uma empresa no âmbito da medicina, que achou que era o momento para investir. Nós todos os dias dizemos: há, neste momento, condições nos Açores, a nível do sistema de incentivos, a nível da qualidade dos nossos trabalhadores, para se continuar a apostar no investimento. E é isso que nós contamos de uma oposição, uma aposta no futuro dos Açores e não no seu retrocesso para passados em que as pessoas não tinham os apoios que têm hoje, numa situação de desemprego.

Disse.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta questão que o Sr. Deputado Aníbal Pires trouxe a discussão, é evidente que vivemos uma situação social, uma situação relacionada com o desemprego, crescentemente mais grave. Essa é a verdade factual.

E a verdade é que as medidas que têm sido implementadas pelo Governo, e algumas delas têm sido apoiadas pelo Partido Popular Monárquico porque são meritórias, não têm sido, de forma nenhuma, suficientes, não têm tido a eficácia de diminuir ou de estancar a escalada em relação aos números do desemprego. Essa é, Sr. Secretário, evidentemente, a situação factual.

É evidente que me dizem sempre: “no contexto”, é evidente que o desemprego em Espanha está a crescer mais, mas essa era uma vulnerabilidade conhecida da economia espanhola.

Vozes de deputados da bancada do PS: E a da europeia, qual é?

O Orador: Deixem-me terminar, Srs. Deputados.

Tal como a economia madeirense, nós já sabíamos que teve um crescimento e um modelo económico que era profundamente errado, que demonstrou que era extremamente vulnerável a uma situação internacional difícil, mas também é uma situação que lhe foi criada pelo governo socialista de lhe estancar aquele que era o crescimento económico e o apoio económico que a Região da Madeira necessitaria neste contexto. Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro o que fez foi perseguir os madeirenses.

Digo-vos uma coisa: para mim e para o Partido Popular Monárquico, defender o progresso dos Açores não significa que queiramos que o nosso Governo persiga alguma região do país, nomeadamente os nossos irmãos madeirenses. Nós não

temos essa visão egoísta, nós não temos essa visão maniqueísta da autonomia açoriana, não a temos.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Francisco César (PS): O senhor lembra-se de dizer essas coisas!

O Orador: A nossa visão é solidária com o resto do país, com todas as parcelas do país, tendo em conta que só tendo uma visão equilibrada e justa é que o resto do país reconhece que existem especificidades em relação à economia açoriana e em relação ao povo açoriano que tornam completamente justa e adequada a Lei das Finanças Regionais, em relação àquilo que foi contemplado.

Mas não podemos acompanhar-vos quando a vossa visão é uma visão de prejudicar os outros, é uma visão de se querer diferenciar em relação aos outros, em relação a esta questão.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado tem sempre uma visão errada.

O Orador: Passada esta análise, o único argumento que vejo da vossa bancada é: “Nós estamos mal; nós, Açores, estamos cada vez pior”.

Deputado José Rego (PS): Trabalhamos no dia-a-dia!

O Orador: Estes são os dados, estes são os factos. Mas o que os senhores dizem é: “Mas os outros estão tão mal como nós e, às vezes, pior”. Isso, de facto, não é argumento e não é forma de enfrentar esta questão. A questão é que as medidas que têm sido implementadas não são suficientes, meus senhores, e não são suficientes porque não conseguiram estancar o crescimento do desemprego. Isto parece-me evidente: controlo.

Em relação ao resto, o discurso do Sr. Deputado do Partido Socialista é, deixe que lhe diga, absolutamente populista, porque não olha para os factos, não reconhece com honestidade intelectual que as políticas que estão a ser projectadas não estão a ser suficientes! O senhor devia dizer: “Nós fizemos um esforço”...

Deputado José Rego (PS): Não fizemos, fazemos! Fazemos todos os dias!

O Orador: ...”implementámos algumas medidas, estamos a tentar proteger o investimento das nossas empresas, estamos a tentar promover o investimento das nossas empresas”...

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: ...“mas não é suficiente”. Nesse sentido, um discurso de Estado, seria o discurso que eu esperaria de V. Exa. Não espero que venha aqui fazer um discurso de uma desonestidade intelectual que eu não lhe reconhecia, Sr. Deputado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): O senhor não é deste mundo.

Deputado José Rego (PS): Estude os números. O estudo não faz mal a ninguém.

O Orador: Os açorianos sabem bem a situação que estão a viver e não é pelas suas palavras a contrariar a realidade que ela deixa de ser diferente, a realidade continua a ser igual.

Deixem que vos diga, deixem que vos dê o meu contributo e o contributo do Partido Popular Monárquico, que é um contributo em relação ao que nós temos de fazer. O que temos de fazer não é continuar a promover estas políticas assistencialistas, única e exclusivamente, o que temos de fazer é apostar no crescimento económico...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Fale dos dados económicos, Sr. Deputado. Quanto é que a Região cresceu?

O Orador: ...porque é inegável, sem crescimento económico a Região não sai desta situação. Sem o aumento da produtividade, a Região não sai da situação em que está. É necessário investir nestes sectores. É evidente que temos muitos outros factores, como por exemplo os resultados do nosso sistema educativo, que são péssimos. Nós não conseguimos resolver o problema sem obtermos, sem progredir na melhoria...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ...do nosso sistema educativo, sem termos uma projecção, uma coerência estratégica em relação ao crescimento económico da Região, em relação ao aumento da produtividade. Tudo o resto são medidas populistas, são medidas desgarradas e desorganizadas que não resolvem a questão.

É isso – e termino já, Sr. Presidente –: falta-vos energia, falta-vos visão estratégica. É o cansaço que vos domina, o cansaço de quatro legislaturas. Os senhores já não têm ideias, os senhores já não sabem o que hão-de fazer com esta situação. Penso que têm boas intenções, mas não têm, infelizmente, capacidade para resolver o problema.

Deputado José Rego (PS): E o senhor deixou muitas ideias aí!

O Orador: Não têm esse potencial.

Portanto, evidentemente que a situação se irá resolver com uma nova estratégia económica, mas quero dizer aqui aos açorianos que a situação se resolve, também, com uma nova situação política, afastando um governo cansado, um governo sem ideias, um governo decrépito.

Muito obrigado.

Deputado José Lima (PS): O senhor tem uma cabeça iluminada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não contava intervir nesta declaração política, mas, enfim, sempre direi algo, por muito breve – e serei breve naquilo que vou dizer.

O desemprego preocupa toda a gente e preocupa, obviamente, também o Governo, não preocupa só a oposição, temos de ser sérios na abordagem desta questão.

Nós, CDS, apoiámos todas as medidas que o Governo propôs para combater o desemprego nesta casa, votámos favoravelmente todas as medidas que foram aqui propostas. Agora, emprego cria-se com empresas, não se cria emprego caído do céu e é preciso apoiar as empresas, é preciso não excomungar os empresários, é preciso apoiar o empresariado, coisa que o Partido Comunista excomunga todos os dias.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade, Sr. Deputado. Não venha outra vez com a cartilha.

O Orador: Portanto, é preciso apoiar empresas, é preciso apoiar os empresários, é preciso apoiar pequenas e médias empresas, que os senhores perseguem todos os dias.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É esse o princípio do PCP.

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado Aníbal Pires não pode querer o melhor de dois mundos. Vir aqui com a hipocrisia política...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quero sempre o melhor e luto por isso.

O Orador: Sr. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, está no uso da palavra, faça o favor.

O Orador: ...das duas uma, ou o Sr. Deputado Aníbal Pires, paladino da democracia, deixa os outros falarem aqui dentro e, nomeadamente, quando sou eu a falar o senhor tem o péssimo hábito, a má educação de falar sobre as minhas intervenções, ou o Sr. Deputado ouve...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não vá por aí. Continue a intervenção. Está a dirigir-se a mim!

O Orador: Estou, estou no uso da palavra.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor.

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, eu estou no uso regimental da palavra e, que eu saiba, aqui dentro posso dirigir-me a qualquer um dos meus pares, como eles se podem dirigir a mim.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E eu estou no uso regimental dos apartes.

O Orador: O senhor tem o péssimo hábito de não respeitar o direito dos outros e vem para aqui reclamar direitos.

Como eu lhe ia dizendo, o PCP não respeita as empresas, não defende as empresas, não defende o tecido empresarial e depois quer emprego, mas nunca explicou como cria esse emprego. Porque, se formos ver qual o modelo de desenvolvimento comunista, então vamos ver o pleno emprego que existe nos países comunistas, todos a definharem pela Europa fora e pelo mundo e definharam por qualquer motivo. Portanto, o Sr. Deputado e o Partido Comunista, que ainda é bastião do comunismo na Europa, devia explicar qual é a proposta do PCP que, perseguindo as empresas, quer criar emprego.

E, Sr. Deputado José Rego, não podia deixar de lhe dar uma replicazinha: dessa nova empresa na área da medicina, que vai ser feita e muito bem, eu só gostava que me dissessem onde é o parque tecnológico da Terceira, porque eu não sei onde fica.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, eu queria fazer um protesto.

Presidente: Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires, tem dois minutos.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Eu queria protestar relativamente a parte da intervenção do Deputado Artur Lima, porque ele sabia que eu não tinha tempo para encerrar o debate e veio ao debate fazendo uma pergunta, sabendo antecipadamente que eu não lhe podia responder.

Sr. Deputado Artur Lima, eu aconselho-o, o texto da minha declaração política está disponível na GD, o senhor vá ler e verá que estão lá propostas e, efectivamente, está lá afirmado que nós apoiamos e temos apoiado as medidas, consideramo-las é insuficientes, e apoiamos as iniciativas do Governo. E dizemos lá, também, aquilo que se deve fazer, aquilo que falta fazer.

O senhor não seja desonesto, porque sabia que eu não podia responder. Aconselho-o a ter mais cuidado e vá ler a declaração política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem dois minutos para o contra-protesto.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não preciso naturalmente de tanto para classificar a má prestação parlamentar e regimental do Sr. Deputado Aníbal Pires, porque a gestão do tempo cabe ao Sr. Deputado. O Sr. Deputado não pode é querer que, esgotando o seu tempo, cale os outros porque esgotou o seu tempo. Os outros têm, naturalmente, o direito de intervir, dizendo aquilo que têm para dizer, independentemente de o Deputado Aníbal Pires ter ou não ter tempo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Seja honesto! Esse populismo que o caracteriza...
Enfim!

O Orador: Agora, que o Sr. Deputado Aníbal Pires se veja cada vez mais enredado nas teias das incongruências do seu partido e na demagogia do seu partido, temos pena, mas é a realidade.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais inscrições para este debate.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, passamos para a declaração política seguinte, do Bloco de Esquerda. Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há três meses, o governo do Partido Socialista na República, em consonância com o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia, decretou o fim da crise.

O permanente aumento do desemprego por toda a Europa e, particularmente, no nosso País e na nossa Região também (com uma previsão, feita pelo Banco de Portugal, de atingir, ao longo deste ano, os 12%), não é crise.

Quando, em Portugal, a perspectiva de chegarmos aos 700.000 desempregados é, só por si, aterradora, pelo que isso representa de angústia e sofrimento para milhares e milhares de lares portugueses, dizem-nos que não há crise!

Foi, portanto, decretado o fim desta. Mas em que planeta está o Partido Socialista? Sem sombra de dúvida, só poderá estar no planeta da alta finança, pois, para este partido, o fim da crise coincidiu com a diminuição da necessidade de injectar dinheiro público para salvar a Banca. Dinheiro que, feitas as contas para um só Banco, já daria para pagar o subsídio de desemprego a todas e a todos os desempregados, durante sete anos.

Mas, afinal, a insolvência da Banca é que era a verdadeira crise! A gigantesca “tempestade” social provocada pela Banca internacional corresponde, apenas, a 'efeitos colaterais' ou 'tóxicos' de pequena monta.

Agora, o combate ao défice é que é a verdadeira batalha e, como já não há crise, vamos encetar uma política de contenção. Perto de 200.000 desempregados sem qualquer apoio social, manutenção de pensões escandalosamente baixas, salários exíguos, uma previsão de 0% de aumentos para 2010 ou políticas activas para o emprego, nada disso se vê, no concreto. A prioridade, agora, é o défice orçamental. Taxar as mais-valias ganhas em Bolsa, taxar as grandes fortunas, alterar o modo de financiamento da Segurança Social, acabar com despesas supérfluas (como por exemplo 600 milhões de euros para escritórios de advogados 'amigos'), entre outras medidas, para aumentar, justamente, os instrumentos de ataque ao flagelo social

que temos pela frente, nada disto o PS aceita. Quem é que aguenta? Os mesmos de sempre. No capital financeiro não se toca.

É neste contexto e com estas prioridades que, neste momento, assistimos à preparação do Orçamento de Estado.

O PS, ao afastar as propostas à sua esquerda, adoptou o caminho do costume: fazer pagar a crise pelos que menos têm. Para cumprir este desiderato, PSD e CDS acotovelam-se, empurram-se, para serem os parceiros do Governo. Todos e todas acompanhamos, expectantes, o final desta disputa: será que alcançam a meta ao mesmo tempo?

A previsibilidade de um Orçamento contrário aos interesses de quem trabalha é cada vez mais certa.

Ora, é exactamente para este enquadramento orçamental que o PS quer levar a discussão da Lei das Finanças Regionais. Até, talvez, como moeda de troca. Cá estaremos para ver, sendo certo que esta Lei tem implicações orçamentais. Mas, na opinião do Bloco de Esquerda, o primeiro passo é verificar se esta Lei é justa e adequada. E a esta questão dizemos, claramente, não!

Se não, vejamos. Com o pretexto correcto e inegável da reiterada gestão gastadora e ruinosa de Alberto João Jardim, o Partido Socialista, numa manobra política desastrada, pune a população da Madeira.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Ao colocar como base de cálculo o PIB, o PS ignora, conscientemente, o peso das transacções efectuadas na Zona Franca financeira da Madeira para este mesmo indicador.

Toda a gente sabe que a Madeira, a sua população e também o País, no seu todo (Açores incluído) só perdem com a existência desta Zona Franca. Nem um cêntimo reverte para o bem-estar das populações! Contudo, este paraíso fiscal concorre, para efeitos contabilísticos, com cerca de 20 a 22% para o PIB Madeirense. O concurso destes números faz com que a Madeira, ao ser excluída do Objectivo 1, perca cerca de 100 milhões de euros por ano de fundos europeus.

E o desafio é claro e é este: estão o PS, o PSD e o CDS disponíveis para que o PIB artificial proveniente da Zona Franca não entre para o cálculo global? Claro que

não! Fazê-lo era o reconhecimento expresso do quão prejudicial ela é. E, aqui, Carlos César, Alberto João Jardim, Paulo Portas, Manuela Ferreira Leite e José Sócrates estão juntos. Não se toca no capital financeiro e na lavagem de dinheiro de poderosos. Mais uma vez, as dificuldades das populações são meros danos colaterais.

Num ano em que os três partidos concorrem para se juntar num Orçamento que traz mais crise à crise, é importante dizer que o *Off-shore* da Madeira concorreu, em 2009, para uma fuga legal aos impostos, com a astronómica e recordista verba de mil e novecentos milhões de euros. E, depois, dizem-nos que não há dinheiro para os subsídios de desemprego...

É, pois, justa a reivindicação de uma lei justa. Ou, como afirmou bem recentemente, e bem, o Presidente do Governo Regional dos Açores, nós estaremos bem quando os outros também o estejam e estaremos tanto melhor, quanto melhor todos os outros estiverem.

O Bloco de Esquerda não faz tráfico político com os interesses das populações e com os seus legítimos anseios. É por isso que tem sido coerente em todos os Parlamentos – Açores, Madeira e República – quanto a esta questão.

Não pactuamos com os desmandos despesistas de Alberto João Jardim...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas apoiam!

A Oradora: ...constantemente encobertos pelo PSD, facto que lhe retira credibilidade para falar de contenção, nos apoios sociais ou salariais. O mesmo PSD que viabiliza o Orçamento Rectificativo a troco, não de 120 milhões – inicialmente pretendido –, mas de 74 milhões, por conta das dívidas de Alberto João Jardim.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): 79.

A Oradora: Recordemos aquele espectáculo indecoroso, em que, na mesma sessão parlamentar em que o Ministro das Finanças verberava contra o despesismo do Governo Regional da Madeira, os seus colegas de governo regateavam quantos milhões iriam deixar passar.

O Bloco de Esquerda quer contribuir para resolver esta injustiça, com justiça e coerência. Para isso defendemos a alteração da actual Lei, tendo como base três princípios norteadores:

- 1 – Não lesar, de nenhuma forma, os Açores;
- 2 – Pôr fim ao endividamento descontrolado da Madeira;
- 3 – Recusar a retroactividade, na aplicação da Lei.

Não quero acabar, sem dar nota de dois aspectos:

Segundo a UTAD – Unidade Técnica de Apoio Orçamental –, entidade da Assembleia da República, a versão da proposta, agora, em análise, aumentará o valor das receitas para a Madeira, em cerca de 74 milhões de euros e, para os Açores, em 7 milhões. Mesmo com alguma margem de correcção, estamos muito longe dos 400 milhões de euros, com que o Partido Socialista pretendeu intoxicar a opinião pública!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O aumento do endividamento.

A Oradora: E, curiosamente, é uma verba igual àquela que o Partido Socialista lhe entregou, à Madeira, sem qualquer critério, à vista desarmada...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Leia o relatório.

A Oradora: Acresce ainda que, como todos sabemos, abandonar a referência do PIB, só poderá trazer benefícios para os Açores, a prazo.

Como o Bloco de Esquerda sempre defendeu, também há diferenças na Madeira, mas estas não resultam do misterioso e magnífico trabalho da Natureza; são antes obra dos políticos e das políticas que se empenham em estar sempre do lado dos mesmos.

Disse.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(* Deputado Helder Silva (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Veio a Sra. Deputada Zuraida Soares falar-nos, mais uma vez, da crise, num contexto mais nacional o que, aliás, também vai sendo um pouco recorrente. A Sra. Deputada Zuraida Soares gosta de se centrar nas questões da política nacional. Compreende-se, porque é o campo onde o Bloco de Esquerda mais intervém e também, eventualmente, será um discurso mais facilitador para o Bloco de Esquerda aqui nos Açores.

Deputada Zuraida Soares (BE): Dava-lhe jeito.

O Orador: Veio a Sra. Deputada falar da crise, dizendo: “Vêm agora dizer que há uns sinais de retoma”, negando esses sinais de retoma. Os sinais de retoma existem, felizmente, penso eu, para todos nós, embora me pareça entender, nas palavras da Sra. Deputada, alguma infelicidade por esses sinais. Já percebemos que a Sra. Deputada Zuraida Soares e o Bloco de Esquerda gostariam muito de ver esta crise arrasar todo o sistema financeiro, toda a economia e assim, porventura, fazer jus e transformar em verdade essas utopias que vão regendo o Bloco de Esquerda.

Veio a Sra. Deputada falar do deficit e diminuir a importância do combate ao deficit. Naturalmente que nós temos de controlar o nosso deficit, nós em Portugal, nós na Europa. E é verdade, é óbvio, que tivemos um período em Portugal e também nos Açores, acompanhado por toda a Europa e por todo o mundo, onde houve que implementar respostas adequadas e ajustadas à crise internacional que se vive e à situação social desenvolvida por esta crise por todo o mundo. Portugal não foi, como todos nós sabemos, exceção, portanto tivemos de fazer esse esforço. Foi feito esse esforço a nível nacional e, na medida em que os sinais de retoma que surgem no horizonte em países como Portugal, como a Alemanha, como a China – que é importante porque é o nosso mercado, também, para a Europa, de compra de muitos dos nossos produtos – se consolidem é, de facto, muito importante termos atenção e controlarmos o deficit.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah, é? À custa de quem?

O Orador: É muito importante que a nível nacional haja esse controlo.

Aliás, como foi muito importante há uns anos que o anterior governo, da responsabilidade do Partido Socialista, tenha feito um esforço grande de controlo do deficit, porque – é sempre bom lembrar – não tivesse sido esse esforço e a nossa

capacidade de resposta a esta crise a nível nacional teria sido muito mais fraca do que aquela que tivemos.

A Sra. Deputada veio falar-nos do Orçamento de Estado, veio falar-nos da Lei de Finanças Regionais. Eu fiquei muito surpreendido com a intervenção da Sra. Deputada ao nível da Lei de Finanças Regionais. Fiquei muito surpreendido com o discurso que a Sra. Deputada aqui apresentou, hoje, relativamente à Lei de Finanças Regionais e aos equilíbrios que percebi defender, embora não tenha entendido completamente, entre aquilo que são as transferências que devem ser feitas no âmbito duma revisão da Lei de Finanças Regionais para os Açores e para a Madeira e vou explicar-lhe porquê.

Aliás, tive oportunidade, na altura da campanha eleitoral e na sequência de declarações que foram feitas por Francisco Louçã numa visita à Madeira, que veio claramente dar a entender que iria proteger a Madeira, que iria reforçar a transferência e defender a revisão da Lei de Finanças Regionais no âmbito dum aumento substantivo – foi o que eu entendi – das transferências para a Madeira...

Deputada Zuraída Soares (BE): Entendeu mal, Sr. Deputado.

O Orador: ...e a Sra. Deputada vem aqui, agora, dizer-nos mal de Alberto João Jardim, pondo em causa a sua gestão. Mas, atenção, há uma coisa que não é absolutamente incongruente. É que, na verdade, apesar das afirmações que a Sra. Deputada aqui proferiu relativamente à Madeira, ao despesismo e à incapacidade de gestão de Alberto João Jardim...

Deputada Zuraída Soares (BE): Inegável.

O Orador: ...não ficou absolutamente claro, pelo contrário, que a Sra. Deputada e o Bloco de Esquerda não defendam um aumento das transferências do Estado para a Região Autónoma da Madeira. Percebi, se entendi bem, mais ou menos isto: “São uns despesistas, não sabem gerir os dinheiros públicos, mas cá estamos nós para lhes dar mais dinheiro do que aquele que queremos dar aos Açores”. Foi isto que eu entendi. Eu gostava, Sra. Deputada, que a senhora clarificasse esse seu princípio.

É verdade, eu percebi que achava que não se devia atender ao endividamento do passado, entendi isso tudo, mas entendi que a Sra. Deputada acha e basicamente

aquilo que disse foi que não podemos prejudicar os Açores. Há muitas maneiras de não prejudicar. Nós sabemos o que defendemos para os Açores.

Deputada Zuraida Soares (BE): E nós também!

O Orador: Defendemos uma discriminação positiva. Defendemos um tratamento melhor, adequado e ajustado a uma realidade que temos, que é diferente da realidade que tem a Região Autónoma da Madeira. A senhora o que defende é não prejudicar, é mais ou menos: “Deixem-nos ficar aí e, agora, vamos pegar no «bolo» da Madeira e vamos aumentá-lo”. Foi o que eu entendi...

Deputada Zuraida Soares (BE): Entendeu mal!

O Orador: ...mas gostava que a Sra. Deputada me esclarecesse melhor.

Também não queria deixar passar em branco uma referência que fez ao PIB artificial da Madeira.

Deputada Zuraida Soares (BE): Foi o Sr. Augusto Mateus, não fui eu!

O Orador: A Sra. Deputada vai dizendo mal mas, ao mesmo tempo, vem protegendo aqui a Madeira e o Alberto João Jardim. Olhe que o seu papel fundamental nesta casa não é estar a defender a Madeira e o Alberto João Jardim. Convém lembrá-la disso, não é?

Aliás, nós vemos isso recorrentemente em relação à Madeira. Há assim uns momentos, uns períodos, normalmente antes das eleições, em que alguns deputados vêm aqui dizer: “Vejam a Madeira, tem um PIB acima do nível nacional, tem uma geração de riqueza superior ao todo nacional”, etc. e logo a seguir vêm dizer-nos: “Alto lá, o PIB da Madeira não é aquele, tire uns 20%, ou 22%, porque o PIB da Madeira não é aquele”.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sempre o dissemos. Diga a verdade, Sr. Deputado.

O Orador: Digo-lhe uma coisa, Sra. Deputada, eu não estou nada interessado nem preocupado em saber se o PIB da Madeira é mais ou menos 22%, se esse PIB tem a ver com um artificialismo decorrente do *offshore* da Madeira.

Deputada Zuraida Soares (BE): Lamentavelmente.

O Orador: Deve, não perguntar-nos a nós e dirigir-se a nós, deve a Sra. Deputada, pela sua voz ou pela voz do seu partido e do líder do seu partido, Francisco Louçã,

dirigir-se a Alberto João Jardim e perguntar-lhe: “Está o Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira disponível, não para artificialmente agora diminuir o PIB da Madeira, para acabar com o *offshore* da Madeira e tornar este PIB num PIB mais realista?” Era esta a pergunta que a senhora devia ter feito, é esta a pergunta que espero que a senhora possa fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputada Zuraída Soares (BE): A pergunta não é essa.

Deputado Mário Moniz (BE): Essa é ao Primeiro-Ministro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda acha que tem a exclusividade da justiça e da moral em Portugal. É pela justiça, Sra. Deputada, que nós vamos começar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): Nem de justiça, nem de moral, falei.

O Orador: Estranho muito, Sra. Deputada, que o Bloco de Esquerda Açores concorde com o Bloco de Esquerda Madeira e com o Bloco de Esquerda do continente, que votou favoravelmente a primeira proposta – irresponsável – do PSD Madeira e de Alberto João Jardim.

Deputada Zuraída Soares (BE): E o CDS também, o CDS votou favoravelmente! Por favor! Estamos a falar de moral!

O Orador: Nós discordámos, Sra. Deputada. O CDS Açores discordou da proposta. A senhora disse que o BE Açores, o BE Madeira e o BE do continente eram uma só voz.

Deputada Zuraída Soares (BE): Abstivemo-nos nos três parlamentos, fomos uma só voz.

O Orador: Foi o que a senhora disse, portanto, a senhora já está na primeira contradição.

Vamos à contradição da justiça, Sra. Deputada. Quem foi injustiçado durante pelo menos nove anos foram os Açores, porque receberam a mesma coisa que a Madeira!

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Exactamente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Alguém nega isso? Toda a gente sabe isso!

O Orador: Sra. Deputada, a esquerda, quando eu falo, fica sempre muito “erupcionada”. Deixem-me falar!

E esse argumento tanto serve para si como para o PSD.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O PSD desapareceu.

O Orador: Quem foi injustiçado durante nove anos, pelo menos, foram os Açores, que receberam a mesma quantia que a Madeira recebia. Os Açores – aqui, escuso de me explicar – são nove ilhas, nove aeroportos, etc. Portanto, se foi feita alguma justiça, alguma discriminação positiva em relação aos Açores, ela foi mais do que justa!

Deputada Zuraida Soares (BE): Com certeza!

O Orador: Foi mais do que justa, Sra. Deputada! Não venha agora dizer que é preciso dar mais dinheiro à Madeira, que a senhora critica, chama o homem de ditador, esfrangalha o homem aqui no Plenário e, depois, quer dar-lhe mais dinheiro!

Deputada Zuraida Soares (BE): Nem toquei no senhor!

O Orador: Isso é que não se compreende, Sra. Deputada! É como São Tomás, “faz como ele diz mas não o que ele faz”, é assim o Bloco de Esquerda, tal e qual.

Depois, o endividamento. Então a senhora acha...? A senhora não fez bem as contas! Na primeira proposta do PSD, o endividamento permitido era igual ao endividamento da República.

Deputada Zuraida Soares (BE): O seu partido votou favoravelmente!

O Orador: Quantos milhões é que isto dava, Sra. Deputada?

O meu partido foi coerente, sempre, nos Açores, votou contra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah, votar favoravelmente na Madeira é coerente!

O Orador: Nós não somos um partido estalinista e marxista, enfim, ditatorial e, portanto, temos liberdade, no nosso partido nos Açores, de pensar diferente do nosso partido no continente ou na Madeira.

Deputada Zuraída Soares (BE): Então não fale em coerência.

O Orador: A Sra. Deputada defende mais endividamento para a Madeira e não criticou a primeira proposta de endividamento, que era de 300 ou 400 milhões. Era isso que a senhora queria dar àquele a quem chama ditador, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu referi pôr-se fim ao endividamento descontrolado da Madeira!

O Orador: Sra. Deputada, vamos ver se nos entendemos. Vir fazer demagogia pura com isto...

Deputado Mário Moniz (BE): Isso é que é demagogia, Sr. Deputado.

O Orador: ...e apoiar a Madeira, prejudicando gravemente os Açores, isso é que o CDS Açores jamais aceitará.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Por isso é que votou favoravelmente na Madeira.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que tenho muita simpatia pela forma obstinada como o Bloco de Esquerda faz oposição na Região Autónoma dos Açores. É uma voz livre, uma voz contundente e isto é necessário. É necessário que assim seja em relação ao poder político que temos.

Mas, evidentemente, se o Bloco de Esquerda e o PCP são partidos que no actual sistema político, com uma maioria absoluta, desenvolvem um trabalho muito meritório do ponto de vista da democracia açoriana, considero que, para o futuro, para aquele quadro que teremos depois de 2012, em que irão desaparecer as maiorias absolutas, nessa situação o que fica destapado aqui com os discursos anteriores, do PCP e agora do Bloco de Esquerda, é que a esquerda, depois, não consegue governar, se uma das forças políticas – no caso, o Partido Socialista –

não tiver maioria absoluta e, portanto, a Região tornar-se-á ingovernável à esquerda...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Nem o Zanguinha!

O Orador: ...porque, como já se viu e se está a ver na Assembleia da República, o Partido Socialista, o PCP e o Bloco de Esquerda não conseguem convergir em termos de governabilidade.

Deputado Mário Moniz (BE): Não convergimos à direita.

O Orador: Isto é um problema gravíssimo da nossa democracia, é um problema gravíssimo que a esquerda tem e, por isso...

Deputado Aníbal Piros (PCP): E os Açores conseguem.

O Orador: Deixem-me terminar.

...obviamente que vejo com preocupação, e os açorianos também, que se venha a desenhar um quadro político de ingovernabilidade, fundamentalmente, à esquerda.

Qual é a solução, então?

Deputado Aníbal Piros (PCP): A solução é o marasmo parlamentar. Essa é que é a solução!

O Orador: A solução, obviamente, é uma maioria plural à direita, que inclua os partidos de direita. Nesse sentido, o que tenho observado ao longo destes debates é, de facto, um clima, uma situação, uma conjuntura que se desenha cada vez com maior nitidez e que nos cria graves problemas que perspectivam um futuro, à esquerda, muito difícil.

Esta é a primeira questão.

Segunda questão: a Lei da Finanças Regionais. O que espera o Partido Popular Monárquico que, em definitivo, surja em relação a esta questão?

O que nós esperamos é de quem tem mais responsabilidade e mais peso institucional, neste caso o Governo Regional e também o Partido Socialista dos Açores, que a solução que venha a ser encontrada não seja uma solução que venha a prejudicar o diferencial que é preciso manter em relação à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira, não só pela sua diferença em termos de desenvolvimento económico, mas também pela diferença que existe em relação à natureza da sua insularidade, à dispersão territorial que os Açores têm, e também à

distância a que os Açores se encontram do território continental. Nesse sentido, obviamente que tudo o que venha a ser uma diminuição do diferencial existente entre a Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores será uma derrota política do Governo Regional, será uma derrota política do Partido Socialista. E é nesse sentido que faremos a nossa análise.

O que se espera, repito, é que, dentro da solução que venha a ser encontrada, o Governo Regional e o Partido Socialista venham a ter a força política para manter o actual diferencial. Se não o conseguirem fazer, então uma das suas poucas vantagens que é, de facto, terem alguma projecção no contexto do poder político nacional, desaparece. É mais um enfraquecimento na vossa posição e projecção política e, portanto, mais uma razão para deixar de votar no Partido Socialista.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E os seus colegas, como vão votar?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares traz-nos muitas dúvidas e penso que grande dificuldade de entendimento de qual é a efectiva posição do Bloco de Esquerda sobre esta matéria, porque analisa e defende algo que é, necessariamente, incompatível.

Quero dizer-lhe, em primeiro lugar, que disse aqui na bancada que a posição do Bloco de Esquerda era que a Proposta de Lei de Finanças Regionais não iria lesar os Açores...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Não.

O Orador: ...— está dito na sua intervenção —, mas apoiou, na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, uma proposta — e a palavra é esta — que *rouba* os Açores!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): É falso! Abstenção. O seu partido é que votou favoravelmente. Seja verdadeiro.

O Orador: A proposta da Assembleia Legislativa Regional da Madeira apoiada, e hoje ainda em silêncio, pelo PSD e pelos diversos partidos, rouba os Açores!

Rouba por duas vias: rouba, porque do ponto de vista quantitativo, e referenciando o próprio estudo que referiu, reduz as transferências para a Região; e, a seguir, rouba, porque anula aquilo que foi a grande conquista da última Lei de Finanças Regionais, que foi uma discriminação positiva entre os Açores e a Madeira. É esta a realidade dos factos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Lamentável intervenção que o senhor está a fazer.

O Orador: E depois, à pressa, tentaram corrigir, com a proposta de alteração que, de acordo com o critério, não traduz uma redução efectiva, mas mantém a redução substancial da discriminação entre os Açores e a Madeira.

Permita-me, Sra. Deputada, que lhe diga o seguinte: é curioso que, nesta matéria, ache que o problema da Madeira se resolve pelo aumento do endividamento, pelo aumento das transferências do Estado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Vice-Presidente, foi exactamente o contrário. Veja o *offshore*!

O Orador: O problema da Madeira também se resolve pela contenção das despesas de funcionamento e vou dar-lhe um exemplo.

A Madeira, com duas ilhas, de acordo com o Orçamento da Região para 2010 – oiça bem, com duas ilhas –, tem despesas de funcionamento de 960 milhões de euros. Os Açores, com nove ilhas, têm despesas de funcionamento de 600 milhões de euros. Há pessoas que estão aqui neste Plenário, calados...

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

...que criticaram os Açores por terem despesas de funcionamento de 600 milhões de euros, mas querem permitir um aumento do endividamento da Madeira...

Deputada Zuraída Soares (BE): Foi o Bloco de Esquerda?

O Orador: ...um aumento das transferências do Estado para a Madeira, para que em duas ilhas se possa ter despesas de funcionamento para além dos 960 milhões de euros. É esta a incongruência que aqui é demonstrada!

Deputada Zuraida Soares (BE): E eu não disse isso, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: Segundo contributo que deu para este debate e para a clarificação da situação.

Ouvimos também, de outra bancada que se mantém silenciosa, que a Madeira, o PIB da Madeira, era um exemplo de desenvolvimento. A acusar-nos, nuns anos já muitos passados, que, onde a Madeira crescia mais do que os Açores, o problema era dos Açores. Hoje estamos aqui, a “cair a máscara” e a demonstrar que afinal, como disse, esse PIB da Madeira, esse modelo de desenvolvimento, esse crescimento, era artificial e assentava num *offshore* que derivava apenas de operações financeiras não fiscais.

Deputado Mário Moniz (BE): E o desemprego? Fala só do que lhe apetece.

O Orador: Quero dizer-lhe só mais uma questão. Sabe, Sra. Deputada, nós temos um princípio fundamental: para nós, justiça é manter a discriminação positiva que existe neste momento. **Deputada Zuraida Soares (BE):** Quem é que disse o contrário?

O Orador: Nós não nos preocupamos quanto é o aumento da Madeira, nós preocupamo-nos com o património que conseguimos, que é manter esta discriminação positiva, que assenta numa realidade arquipelágica de nove ilhas que potencia aqui a possibilidade de desenvolvimento com rigor nas finanças públicas, com rigor no endividamento. Não gostaríamos de ter, porque não precisamos, porque não é justo num princípio de solidariedade nacional, uma proposta como a que os senhores e o PSD defendem, que só por ano iria permitir, se esta lei fosse aprovada, uma autorização para aumentar o endividamento das duas regiões – repito, só num ano – em 695 milhões de euros, que é o que está em cima da mesa.

Deputado Mário Moniz (BE): O senhor não ouviu o discurso! O senhor já trazia o discurso!

O Orador: Quem critica que uma região, ao fim destes anos todos, tenha um endividamento directo de 325 milhões de euros, está a apresentar uma proposta

para que, por ano, as duas regiões possam aumentar esse endividamento directo em 695 milhões de euros! Esta é a incongruência, esta é a irresponsabilidade e é isto que está aqui em causa!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Por último, nós assumimos as nossas responsabilidades, Srs. Deputados, e nunca exigimos nem olhamos para a irresponsabilidade dos outros. Assumimos, por exemplo, algo de que ninguém fala. Os senhores nunca referiram a sua proposta nesta discriminação e tratamento discricionário entre as regiões. Sabe, Sra. Deputada, que nos Açores o serviço público de transporte aéreo inter-ilhas, que custa mais de 30 milhões de euros, é pago pelo Orçamento Regional? E que na Madeira, esse mesmo serviço público de transporte inter-ilhas entre o Porto Santo e a Madeira é pago pelo Orçamento da República, pelo Orçamento de Estado?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Aqui, assumimos as nossas responsabilidades! Queremos o bem dos açorianos, com os nossos recursos, com rigor, sem recorrer ao endividamento excessivo, financiando os nossos objectivos e sem incorporar no Estado esses objectivos.

Deputado Mário Moniz (BE): Esse discurso não era para nós. Aproveitou a oportunidade.

O Orador: Agora, Sra. Deputada, para concluir, olhe para as duas regiões na sua conjuntura total e lembre-se, quando falar, que por exemplo neste caso se há discriminação é dos Açores e, nessa matéria, nós nunca alegámos essa questão para não fazer aquilo que temos de fazer, a bem dos açorianos e a bem do desenvolvimento da nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O principal partido da oposição não fala?

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas duas ou três considerações acerca das sucessivas intervenções que foram feitas.

Aproveito para ir já a duas, em resposta directa ao Sr. Vice-Presidente do Governo ao dizer 600 ou 900 milhões de euros de despesas de funcionamento. Se nós, PSD, acharmos que os 600 milhões de euros de despesas de funcionamento são esbanjamento e má gestão dos dinheiros públicos, independentemente da Madeira ir para os 900, ou 1 milhão e 200, ou 3 milhões, se os 600 dos Açores forem por nós considerados um exagero, contará sempre com a nossa observação crítica e a tentativa de que não se esbanjem dinheiros públicos! Doa-nos a voz, mas haveremos sempre de dizer isso.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Não queremos saber o que se passa na Madeira, queremos saber se os senhores gastam bem o dinheiro dos açorianos!

(Aplausos da bancada do PSD)

Quanto à segunda questão que gostava de referir em relação àquilo que o Sr. Vice-Presidente disse, era saudá-lo, porque o senhor está finalmente a vir para os conceitos que toda a gente utiliza. Finalmente, já faz questão de dizer «endividamento directo», reconhece os 325, a pouco e pouco, devagarinho, o senhor há-de reconhecer os 900 milhões de euros...

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: ...ou mais que, provavelmente, andam por aí escondidos em todos os vossos instrumentos. Esta é uma questão de tempo. O senhor, a pouco e pouco, vai-se chegando aos valores da verdade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, eu gostaria de deixar aqui duas questões.

Uma questão é a proposta apresentada pela Assembleia Legislativa da Madeira. Teve os votos que teve, da parte dos partidos, depois foi aprovada e poderá dizer-me como a votou o Partido Socialista.

(Risos e apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: É isso, exacto! Poderá dizer-me isso.

Há, efectivamente, desde o dia 18 de Dezembro passado, uma proposta ou várias propostas de alteração, entregues por parte do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República, que dão origem àquele estudozinho que o senhor tem aí na sua frente, que introduzem alterações e parte dessas alterações conduzem efectivamente para assegurar a existência de uma discriminação positiva para os Açores. É inegável que o fazem.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Reduz para metade.

O Orador: Segunda questão: essa discriminação positiva, que existe desde 2007 e que, nas palavras de alguém aqui hoje, o que se passou entre 98 e 2007 foi uma injustiça, foi, é preciso “dar o seu a seu dono”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Muito bem!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ouçam!

O Orador: Em 1998 – o Sr. Presidente do Governo lembra-se bem –, a negociação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas foi feita com quem? Quem era Primeiro-Ministro nessa altura? Um socialista. Foi feita no tempo do Engenheiro Guterres. A injustiça de 98 a 2007 foi criada pelo Partido Socialista!
E mais não digo.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A Madeira durante 30 anos recebeu o mesmo que os Açores. Seja coerente, Sr. Deputado. Não havia era Lei de Finanças Regionais.

Presidente: Para encerrar o debate, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, permita-me que me dirija a si. Eu tenho o maior respeito institucional e pessoal por si, mas fiquei absolutamente surpreendida, pela negativa, com a capacidade de desonestidade intelectual e de demagogia de que o senhor fez prova na sua intervenção, quando, dirigindo-se a mim e, portanto, ao Bloco de Esquerda, mandou todos os recados que queria mandar ao PSD.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

A Oradora: O senhor deveria ter falado para aquela bancada e não para esta, para mandar os recados que pretendeu mandar e isso não lhe fica bem, nem institucionalmente, nem pessoalmente.

Deputado Mário Moniz (BE): O discurso já vinha escrito.

A Oradora: Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Helder Silva, “o Bloco de Esquerda vem para aqui falar do país, da Europa, do mundo”, eu tenho ouvido reiteradamente o Presidente do Governo Regional desta Região dizer, e bem, que os Açores não estão afastados do mundo, obviamente integram o país, integram a Europa, integram o mundo, interagem, dependem e são condicionados por tudo quanto acontece em cada uma destas partes. Portanto, era o que faltava, Sr. Deputado, que dentro desta casa não se pudessem trazer as problemáticas mundiais, nacionais e outras que assim esta bancada parlamentar entenda, porque isso, do nosso ponto de vista, não minoriza os Açores, dignifica-os e, pelo contrário, coloca-os no centro do mundo, como todas as outras regiões estão.

A pequenez é pensar que dentro desta casa só se pode falar daquilo que se passa dentro de cada uma destas ilhas. Os Açores estão muito para além de cada uma destas ilhas e é assim que devem continuar. Portanto, intervir naquela tribuna falando do país, falando do Orçamento Rectificativo que a todos vai condicionar, o senhor achar isto um estilo «bloquista» é verdadeiramente extraordinário, Sr. Deputado.

Depois, nós negámos os sinais de retoma? De maneira nenhuma! Agora, nós perguntamos: retoma de *quem*, Sr. Deputado? Quem é que tem sinais de retoma? Os trabalhadores? As pessoas? O cidadão comum? Não, Sr. Deputado, vai-me desculpar mas, para mim, posso estar a ver mal, os sinais de retoma são da banca e dos banqueiros, são das finanças, são das bolsas, Sr. Deputado, não são das pessoas! Portanto, nós falamos de retomas diferentes.

Diminuir o défice orçamental – aliás, nós sabemos como este país, utilizando a expressão do Sr. Deputado Artur Lima, ficou esfrangalhado antes da crise com aqueles célebres 3%, que os *Gato Fedorento*, aliás, celebrizaram e tornaram absolutamente inesquecíveis; 3% –, a contenção do défice é um objectivo, é uma necessidade, aliás é uma obrigação ditada pela União Europeia. Mais uma vez, Sr. Deputado, à custa de quem? Sempre dos mesmos!

Deputado Helder Silva (PS): Se não fossem esses 3%, onde é que estaríamos?

A Oradora: O senhor concorda, eu discordo, é a legitimidade democrática.

Depois, mais dinheiro para a Madeira. Esta, então, é extraordinária. Aquilo que o Sr. Deputado fez foi um exercício, enfim, de distração, para não falar naquilo que é de facto fundamental, que é o *offshore* da Madeira. Ninguém pede mais dinheiro para a Madeira. A Madeira não precisaria de mais dinheiro, se calhar, se não tivesse aquela coisinha chamada *offshore*, que rouba milhares de milhões, durante um ano, a todos os portugueses, incluindo os açorianos, mas que os senhores – os senhores, o Partido Socialista, o PSD e o CDS – se recusam sequer a levantar a hipótese de vir a ser fechado, mesmo depois do nosso Primeiro-Ministro, seu camarada, logo no início da crise dizer: “A primeira coisa que o mundo tem de fazer é fechar os *offshores*, não há outra maneira de nós criarmos regras e criarmos ética no mundo económico e das finanças”. Esqueceu-se, Sr. Deputado.

Agora, os Açores foram injustiçados durante nove anos, sem dúvida nenhuma. Dissemo-lo desde a primeira hora, há muito tempo. Nesta Região defendemos esta nova Lei, que está em vigor, das Finanças Regionais e até dissemos mais do que uma vez, dissemo-lo anteontem num debate comum que tivemos, Sr. Deputado, lamento que se tenha esquecido, não é uma discriminação positiva, é um acto de justiça, dissemo-lo. Mas, mais uma vez, para defender esse acto de justiça – e

dissemo-lo na nossa intervenção, outra coisa que o Sr. Vice-Presidente quis, voluntariamente, deturpar – a actual revisão, para nós, tem três vectores norteadores: primeiro, não lesar de nenhuma forma os Açores; segundo, pôr fim ao endividamento descontrolado da Madeira; terceiro, recusar a retroactividade na aplicação da Lei. O senhor ouviu isto muito bem, Sr. Vice-Presidente, mas fez de conta que não ouviu, para continuar a mandar recados para aquela bancada.

Coerência? Falemos então de coerência. O Partido Socialista votou a proposta de Alberto João Jardim favoravelmente na Madeira. O CDS votou favoravelmente a proposta de Alberto João Jardim na Madeira. Outros partidos votaram favoravelmente a proposta de Alberto João Jardim na Madeira. O Bloco de Esquerda absteve-se na Madeira, absteve-se nos Açores, absteve-se na República. Coerência, Srs. Deputados? A coerência, neste caso concreto, está do lado desta bancada, porque não há três partidos socialistas, não há três CDS, não há três PSD, há um! Há um partido, um partido com uma linha ideológica com coerência política, que sabe aquilo que quer!

As especificidades das regiões? Absolutamente! Mas especificidades regionais é uma coisa, coerência política e ética é outra. Portanto, não é desse ponto de vista que os senhores dão lições ao Bloco de Esquerda.

Finalmente, Sr. Deputado Paulo Estêvão, “diz-me com quem converges, politicamente, e dir-te-ei de que partido és”. Quem converge com o PSD e o CDS não é o Bloco de Esquerda, nem aqui, nem na República.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Graças a Deus!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um ligeiro intervalo de 30 minutos. Retomamos às 12 horas e 15 minutos os nossos trabalhos.

Até já e obrigado.

(Eram 11 horas e 45 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, façam favor de retomar os vossos lugares, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 22 minutos)

Vamos entrar nos Assuntos de Interesse Político Relevante. Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

Deputado Guilherme Nunes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Até ao início da década de oitenta a actividade piscatória na ilha do Corvo não era um trabalho atractivo nem lucrativo. Os pescadores da ilha saíam para o mar sem certezas de terem, quando voltassem da faina, a justa recompensa pelo trabalho árduo que tinham acabado de realizar. Essa actividade era, na época, desenvolvida em barcos de madeira, de pequena dimensão e com poucas condições para exercerem esse trabalho. Lembro-me muito bem de alguns desses barcos serem movidos a remos. Era uma actividade desenvolvida por pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade e, no caso do Corvo, com pouca ou nenhuma terra. Como não tinham terra para cultivar alguns dos bens essenciais para a subsistência da sua família, aproveitavam o produto da faina, o peixe, para fazerem trocas e, assim, conseguirem mitigar as carências que os seus agregados familiares passavam.

Em meados da década de oitenta foi construído um edifício, pré-fabricado, que se manteve em funcionamento até aos dias de hoje, destinado a albergar os serviços da Lota, na ilha. A partir dessa data, passaram a ficar garantidas condições mínimas para a venda do pescado, fazendo, assim, com que mais pessoas se sentissem atraídas para essa fileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Está a decorrer a empreitada de construção do novo Edifício da Lota, do Entreposto Frigorífico e Espaço para Transformação do Pescado da Ilha do Corvo.

O novo edifício será constituído por duas naves de implantação rectangular com cerca de 17,50 x 12,30m, uma delas, e 9,50 x 6,00m a outra. O edifício terá uma área bruta de 383,33 m² distribuídos da seguinte forma:

- Área de tratamento do pescado;

- Átrio dos compradores;
- Gabinete do veterinário;
- Silo de gelo;
- Secretaria;
- Área técnica;
- Instalações sanitárias dos compradores;
- Instalações sanitárias do pessoal;
- Câmaras frigoríficas;
- Filetagem;
- Lavagem de caixas;
- Oficina de embarcações;
- Circulação.

O edifício terá um piso superior, numa das naves, que se destinará à Associação de Pescadores do Corvo.

A par deste investimento também já foram construídas as novas casas de aprestos. Estas duas obras ultrapassam o valor de um milhão de euros.

Gostaria também de frisar o investimento que já foi feito na reconversão da frota da ilha; em diversas obras no porto; na colocação, no Porto da Casa, de uma grua de dez toneladas para apoio à pesca profissional e lúdica; no apoio ao escoamento do pescado; na formação, com o curso de pescador; além dos melhoramentos que introduzimos no edifício que agora estamos a substituir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois de todos estes melhoramentos e investimentos, temos a certeza de que os nossos pescadores passarão a ter melhores condições para desenvolverem a sua actividade, para a tornarem mais lucrativa e, com isso, melhorarem o rendimento das suas famílias e, conseqüentemente, da ilha.

Nem tudo fica resolvido, com certeza, mas o Governo do Partido Socialista trabalha para que, a cada dia que passa, os pescadores dos Açores desenvolvam com mais facilidade e mais comodidade a sua actividade que é, sem dúvida, uma das mais importantes que acontecem na nossa Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não poderia deixar passar a oportunidade sem referir a Visita Estatutária do Governo Regional à Ilha do Corvo que se realizou nos passados dias 11 e 12 de Novembro. A Visita é sempre um acontecimento importante para as ilhas que se encontram longe dos centros de decisão. É sempre uma oportunidade para as populações estabelecerem um contacto directo com os seus governantes, para poderem expor as suas ideias, as suas aspirações e as suas reivindicações, e é, também, uma oportunidade para os nossos Governantes conferirem, no próprio local, a justeza dessas mesmas ideias, aspirações e reivindicações. Serve também para o Governo confirmar, ou não, o cumprimento das promessas que fizemos, e que plasmamos no nosso Manifesto, aquando das Eleições Regionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pelo que podemos constatar a população Corvina esta satisfeita com a actuação do Governo Regional e, se dúvidas houvesse quanto a isso, não seria demais verificar os resultados dos actos eleitorais realizados em 2008 e 2009, relativos, por esta ordem, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ao Parlamento Europeu, à Assembleia da República e para ao Órgãos Autárquicos; eleições essas onde os Corvinos deram, sempre, a vitória ao Partido Socialista.

Não deram a vitória ao PS porque nós não cumprimos! Deram-nos a vitória exactamente porque o PS e o Governo do PS cumprem aquilo que prometem, deram-nos a vitória porque confiam nos seus governantes, confiam no seu Presidente, deram-nos a vitória porque sabem que com Carlos César e com o Governo do PS, por ele liderado, **“os compromissos assumidos são compromissos cumpridos”**.

Passo a dar-vos alguns exemplos de obras e investimentos que já realizámos, que já foram lançadas e estamos a executar, e outras que se iniciarão brevemente:

- Colocação do piso do Aeródromo – concluída;
- Requalificação do piso da Estrada do Caldeirão na distância de oito km – concluída;

- Casas de Aprestos – concluída;
- Conclusão do segundo troço da Estrada Leste e início das obras da 3.ª fase entre a Ribeira da Ponte o Outeiro da Roça;
- Obras e pintura no Posto de Saúde – concluída;
- Aquisição de uma grua Grove de 50 toneladas, que já se encontra em funcionamento na ilha;
- Aquisição de novo avião com maior capacidade de carga e passageiros, que já opera desde o passado mês de Julho;
- Equipamento de videoconferência da Unidade de Saúde do Corvo – já em funcionamento
- Curso de pescador que abrangeu 14 formandos – já concluído;
- Construção do Edifício da Lota, do Entrepasto Frigorífico e Espaço para Transformação do Pescado da Ilha do Corvo. – a decorrer;
- Substituição de toda a rede subterrânea de baixa tensão – a decorrer;
- Requalificação da Zona Balnear da Areia – a decorrer;
- Lançamento da primeira pedra e início da obra de construção da Torre de Controlo do Aeródromo do Corvo;
- Assinatura do Acto de Consignação, lançamento da 1ª Pedra e início da obra de construção do Espaço Multiusos;
- Brevemente será lançado o concurso para aquisição e colocação de guardas de segurança na Estrada do Caldeirão;
- Já foi também aprovado, pelo Concelho do Governo, o lançamento do concurso para a empreitada de construção do Centro de Resíduos da Ilha do Corvo e a recuperação ambiental do espaço da actual lixeira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todas estas obras e investimentos perfazem alguns milhões de euros e demonstram o empenho do Governo Regional na melhoria das condições de vida das nossas populações.

Cito o nosso Presidente Carlos César: **“O pior que podemos fazer é pensar que já mudamos tudo o que era preciso mudar, quando, na verdade, o simples**

passar do tempo exige antecipação, flexibilidade, capacidade de inovação permanente e criatividade na criação de novas políticas”.

Não temos a pretensão de dizer que resolvemos todos os problemas, mas temos o direito de afirmar que o PS e o seu Governo trabalham, **todos** os dias, em prol de **todos** os Açorianos.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições, que devem ser feitas, com excepção dos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares, do Sr. Presidente do Governo e do Sr. Secretário da Presidência, nesta altura.

Tenho inscrito o Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(* Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta intervenção do Sr. Deputado Guilherme Nunes ilustrou exactamente o que tem necessariamente de ser feito nos Açores, que não tem necessariamente de ser feito na Madeira. Esta descrição, esta relação de investimentos e de custos é bem o exemplo do que diferencia, do ponto de vista de necessidades e de carências, uma região e outra. Isso leva-nos necessariamente à consideração de um dos diplomas fundamentais e referenciais da capacidade que os Açores ainda hoje têm de proceder e desenvolver estes investimentos: a Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Antes de 1998, não havia Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Então, viemos todos a saber que o Estado financiava muito mais o desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira do que financiava o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Depois, com o Primeiro-Ministro António Guterres e não tendo o Partido Socialista maioria absoluta na Assembleia da República foi, mesmo assim, possível fazer uma Lei de Finanças que repôs o equilíbrio...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...que nos trouxe estabilidade e que nos trouxe, ao menos, um tratamento semelhante àquele que antes estava a ser dado apenas à Região Autónoma da Madeira. Depois, com a maioria absoluta do Partido Socialista na Assembleia da República e o Primeiro-Ministro José Sócrates, foi finalmente possível fazer uma Lei de Finanças das Regiões Autónomas que introduziu justiça e que discriminou positivamente os Açores em relação à Região Autónoma da Madeira, financiando mais os Açores, porque os Açores têm mais necessidades do que a Madeira.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Agora, de novo com o Partido Socialista sem maioria na Assembleia da República, o PSD propõe a revisão de uma Lei de Finanças das Regiões Autónomas que, na sua primeira versão, tirava dinheiro aos Açores! Tirava dinheiro aos Açores, com o apoio do PSD Açores!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Foi perante essa denúncia que de novo o PSD fez alterações à sua própria proposta, reduzindo de novo, introduzindo de novo a injustiça de aproximar e de colocar praticamente ao mesmo nível o apoio que é dado pelo Estado aos Açores e o apoio que é dado pelo Estado à Madeira, repondo uma injustiça!

A diferença de 30 milhões de euros entre os Açores e a Madeira é o equivalente àquilo que, só no que diz respeito ao transporte aéreo inter-ilhas, nós pagamos de indemnizações compensatórias, para que os Açores possam ter tarifas mais baratas e os açorianos se possam deslocar entre as suas nove ilhas. E todos os outros sobrecustos? O sistema energético, todo o sistema de transportes, as escolas e o sistema de saúde disperso pelas nove ilhas? Essa discriminação positiva, esse esforço que nós temos de fazer mais do que a Madeira, é destruído pela cumplicidade anti-açoriana de partidos como o PSD nos Açores, o PSD na Madeira e o PSD a nível nacional!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

E, Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, a diferença não tem nada a ver com *offshores*, ou com menos *offshores*, isso não tem nada a ver com a nossa Lei de Finanças Regionais.

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem, sim!

O Orador: A diferença tem a ver com condicionalismos específicos e permanentes, que tornam a administração, a gestão pública e a economia privada mais caras nos Açores do que na Região Autónoma da Madeira! Essa diferenciação tem de ser feita, com a coragem que o Primeiro-Ministro José Sócrates introduziu na última revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer aos açorianos e a todos vós o seguinte:

Não me queixo da solidariedade nacional do meu partido. Até neste caso, agora, nem me queixo, como açoriano, da solidariedade nacional do próprio CDS/PP. Só desejo que nunca, nos Açores, veja o PS atraiçoar a sua própria terra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Eu não desejo que o PS faça como o PCP, como o Bloco de Esquerda e como o PSD Açores, que trocam a *sapateia* pelo *bailinho* da Madeira!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PS): Demagogia feita à maneira desse lado há quanta queira.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(* Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para que fique claro e para que conste, eu subscrevo integralmente a intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional, até ao momento...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Em que vota ao contrário!

A Oradora: ...em que o Sr. Presidente fez o favor de se dirigir a mim. A partir desse momento, eu discordo. Mas, até esse momento, eu subscrevo completamente as suas palavras.

Disse o Sr. Presidente que a Lei das Finanças Regionais actual vem do tempo do Primeiro-Ministro Guterres que, na altura, não tinha maioria. Isso quer dizer uma coisa, Sr. Presidente: quer dizer que, para ser votada, a Lei precisou do contributo de outros partidos. Um deles foi o Bloco de Esquerda. Isto, o Sr. Presidente não disse, esqueceu-se. Aliás, a intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional vem no seguimento da demagogia da intervenção do Sr. Vice-Presidente e, da mesma maneira que lamentei a primeira, deixe que lhe diga, Sr. Presidente do Governo, continuo a lamentar a segunda.

Portanto, a Lei também teve o voto e o contributo do Bloco de Esquerda.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E do PCP!

Deputado José Lima (PS): Não estava na Assembleia.

A Oradora: Quanto à coerência, o Sr. Presidente vem aqui apontar o dedo ao Bloco de Esquerda por causa da coerência? Sr. Presidente, o senhor é dirigente nacional do Partido Socialista e, portanto, é dirigente de um partido que tem, com certeza, uma linha política, uma linha ideológica e coerência, na teoria e na prática! O seu partido votou a tal fantástica, demagógica, para não lhe chamar outra coisa, inaceitável Lei proposta por Alberto João Jardim! O seu partido votou-a favoravelmente na Assembleia da Madeira! Vem o Sr. Presidente falar de coerência? Como é que o seu partido, de que o senhor é dirigente nacional, vota na Madeira uma coisa, vota nos Açores outra coisa e vota na República outra coisa? Demagogia, Sr. Presidente? Vai desculpar-me, mas também é isso.

Finalmente, tirar dinheiro aos Açores. Do *offshore*, gostaria de lhe dizer alguma coisa. Diz o Sr. Presidente que isto não tem nada a ver com o *offshore*. É isso que

lhe interessa dizer, Sr. Presidente, também como dirigente nacional do Partido Socialista, porque o Partido Socialista “foge como o diabo da cruz” quando se fala em fechar aquele *offshore* que comprovadamente – e o senhor sabe isso tão bem ou melhor do que eu – é um sorvedouro de dinheiro, de milhares de milhões de euros anualmente, que fogem a esta Região a que o senhor preside e ao país no seu todo. Portanto, eu acho estranho que o Sr. Presidente diga que o *offshore* é um problema menor, ao qual não se deve dar nenhuma importância.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Eu não disse isso.

Deputado Mário Moniz (BE): Disse, disse!

A Oradora: Disse, Sr. Presidente! Desculpe, mas disse.

Também acho estranho que o Sr. Presidente não leve em consideração, como dirigente nacional do Partido Socialista, que este *offshore*, para além de nos penalizar a todos – e aos açorianos e açorianas também –, inflacione o PIB da Madeira até 22%, que isto para si não seja um problema. Ou seja: aquele monstro chamado paraíso fiscal da Madeira é uma tragédia nacional, mas o seu partido recusa-se a fechá-lo, mal-grado as promessas e as boas intenções enunciadas pelo Primeiro-Ministro – do Partido Socialista – que, quando começou a crise internacional, a primeira coisa que disse e a que se comprometeu perante os portugueses foi: “A primeira medida é fechar os *offshores* no mundo inteiro”. Ora, Portugal tem um *offshore* instalado no seu território: que dê o exemplo! Eu surpreendo-me que o senhor esqueça a sua dimensão de dirigente nacional dum partido que diz uma coisa e a seguir faz exactamente a outra.

Sr. Presidente, desde que existe o Bloco de Esquerda nesta Região, eu desafio o Sr. Presidente do Governo Regional a dar-me um exemplo de uma proposta, de uma medida ou de uma crítica que o Bloco de Esquerda Açores tenha feito nesta Região que não tenha sido, toda ela, com os limites que possa ter, com a humildade que possa ter, com a falta de recursos que possa ter, feita tendo em conta os direitos e o bem-estar das populações desta Região. O senhor não a encontra!

Portanto, desculpe que lhe diga, fica-lhe mal vir dirigir-se ao Bloco de Esquerda da mesma maneira que se dirige ao PSD. O senhor fez exactamente a mesma coisa que o Sr. Vice-Presidente. Tenha a coragem de se virar para aquela bancada, dê-lhe

os recados todos que tem para lhe dar e faça as críticas todas que tem para lhe fazer.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Tenho essa coragem há dezenas de anos.

A Oradora: Não faça do Bloco de Esquerda o intermediário da mensagem, porque nós não somos o intermediário da mensagem.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(* Deputado António Marinho (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pegando naquilo que acabou de dizer a Sra. Deputada Zuraida Soares, eu diria que o despropósito é maior, porque tudo isto aparece na sequência de uma intervenção do nosso colega, Sr. Deputado Guilherme Nunes, e porquê? Porque o Sr. Presidente, como tinha ficado dorido, há bocado, quando esta questão efectivamente tinha sido tratada, aproveitou uma outra intervenção...

Deputado Guilherme Nunes (*PS*): E pode ser.

O Orador: ...que não tem nada a ver, porque, como lhe doeu, viu-se na obrigação de vir a terreiro tentar esforçadamente explicar aquilo que é inexplicável, Sr. Presidente. Fala inclusivamente do PSD, que fez alteração à sua própria proposta no sentido de assegurar a discriminação positiva. Não, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República fez uma alteração à Proposta de Lei apresentada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira! E essa proposta foi votada também pelo Partido Socialista!

Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

O Orador: O senhor não se consegue livrar disso! Por muito que o Sr. Presidente do Governo se esforce, não consegue explicar aquilo que é inexplicável. E não consegue também explicar que a tal injustiça de que o senhor fala é uma injustiça criada por um Governo do Partido Socialista, que tinha como Primeiro-Ministro o

Sr. Engenheiro António Guterres. Foi o Partido Socialista que criou essa injustiça e foi o Partido Socialista que a retirou em 2007.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

É mesmo o retirar dessa injustiça que a proposta do Grupo Parlamentar do PSD apresenta, porque assegura uma discriminação positiva.

Sr. Presidente do Governo, vou dizer-lhe uma coisa: o senhor tem uma enorme necessidade – o senhor, o seu Governo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista – de falar permanentemente sobre a Madeira, de fazer comparações com a Madeira. Há bocado foram as despesas de funcionamento dos Açores e da Madeira. Os senhores têm essa necessidade absoluta de falar relativamente à Madeira, e sabe porquê? Porque o senhor não quer falar sobre os Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor não quer explicar a incapacidade que este Governo está a demonstrar em resolver os problemas das famílias e das empresas açorianas! Desvia a atenção, faz manobras de diversão e fala sobre a Madeira. Fale sobre os Açores!

Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que exemplo mais paradigmático do que a Ilha do Corvo para falar da Lei das Finanças Regionais seria difícil: um aeroporto, um porto...

Deputado António Marinho (PSD): O senhor também está a falar para o PSD?

O Orador: ...grande investimento nas ilhas, nove ilhas e a distância entre o Corvo, um dos pontos mais distantes dos Açores, é relevante para a Lei das Finanças Regionais e para os Açores. Cinco aeroportos, da gestão exclusiva da Região

Autónoma dos Açores; a Madeira tem um e gerido pela ANA. Três hospitais, um na Madeira. Podíamos ir por uma infinidade de exemplos.

O que eu estranho é que a Dra. Manuela Ferreira Leite ainda ontem dizia que a sua preocupação relativamente ao Orçamento de Estado era o endividamento da República, mas não teve essa preocupação relativamente ao endividamento da Madeira! A proposta do PSD Madeira era, sim senhor, uma proposta para – sejamos claros – roubar dinheiro aos Açores! Tinha um único propósito, que era esse, claríssimo, esta proposta do PSD da Madeira e de Alberto João Jardim.

Como, aliás, está pondo em perigo o regime democrático em Portugal, ao tomar de assalto e dou um outro exemplo, também muito claro: o complemento de pensão, pagamos nós, cá nos Açores; o Dr. Alberto João entende que quem deve pagar o complemento de pensão aos madeirenses é a República. Portanto, quando se toma como exemplo, quando o PSD Açores toma como bom exemplo, como boa gestão, a gestão do Dr. Alberto João Jardim e a gestão do Governo Regional da Madeira, “fica sem água no leme” para criticar a gestão e o endividamento do Governo Regional dos Açores. Esta é que é uma questão de princípio e é a essa que o PSD tem dificuldade em responder, não aos madeirenses, não aos portugueses do continente, mas sim aos açorianos, quando compactuou com uma Lei que lhes retirava dinheiro.

Depois, há uma coisa inaceitável, centralista, na Lei de Alberto João, que a mim me irritou profundamente, uma frase, e os senhores atentem bem nesta frase: a distância da capital do país à capital das regiões! Coisa que o PSD aceitou para os Açores!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E agora?

Deputado António Marinho (PSD): E agora, o quê?

O Orador: Os Açores não têm capital, têm nove ilhas, Sr. Deputado, muito obrigado! E agora?

(Aplausos das bancadas do CDS/PP, do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Artur Lima, eu creio que o PSD aceitou essa designação de *capital*, porque para eles não é uma questão de centralismo dentro dos Açores, eles já aceitam que a capital das regiões autónomas é o Funchal e não nenhuma outra cidade açoriana.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não apoiado!

O Orador: Porque, na verdade, um partido “sem rei, nem roque” como está o Partido Social Democrata, ou melhor, “com rei, mas sem roque”, não vai longe, de certeza, nos Açores.

Em todo o caso, Sras. e Srs. Deputados, eu gostava de fazer apenas uma observação: é uma tristeza vermos um partido que, durante tantos anos, teve uma posição liderante da nossa autonomia estar hoje na dependência da teorização e da liderança do PSD da Madeira. É uma pena que isso aconteça. Eu conheço muitos e muitos sociais-democratas açorianos que se penalizam por isso e que sentem a angústia daquilo que é hoje um PSD nos Açores sem liderança, sem capacidade de afirmação, sem projecto próprio, sem um nervo açoriano que sempre fez parte da história do PSD nos Açores.

Gostava de vos dizer também o seguinte: até agora, o PS não fez nenhuma votação na Assembleia da República no que concerne a esta Lei de Finanças das Regiões Autónomas que não tenha sido com a minha concordância ou sob a minha indicação. Fica essa matéria absolutamente clara.

Quanto ao Bloco de Esquerda, gostava de dizer que há dois erros no que diz respeito à sua resposta à minha intervenção. Primeiro, o Bloco de Esquerda nada teve a ver com a Lei de 98, nada teve. De resto, o Bloco de Esquerda só chega à Assembleia da República em 1999. Portanto, só se foi por um espírito artesiano, que o Bloco de Esquerda pôde influenciar o que quer que fosse dessa Lei.

Deputada Zuraída Soares (BE): Interviemos na boa lei!

O Orador: Em segundo lugar, não há nenhuma incoerência do Partido Socialista no que diz respeito ao seu posicionamento na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores. Incoerência há, sim, com o Bloco de Esquerda,

porque, no que diz respeito ao PS, os socialistas madeirenses são madeirenses; os socialistas açorianos são açorianos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas são socialistas!

O Orador: No que diz respeito ao Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda açoriano não é dos Açores, parece da Madeira.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, as intervenções ou os esclarecimentos relativamente a esta intervenção terminaram.

Face à hora, creio que não vale a pena entrarmos em mais nenhuma intervenção. Vamos dar os nossos trabalhos terminados por aqui. Vamos almoçar e recomeçamos com a agenda às 15 horas.

Boa tarde e bom almoço.

(Eram 12 horas e 55 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, agradecia que reocupassem os vossos lugares, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Vamos retomar exactamente no ponto onde os deixámos ontem. Estávamos a debater na generalidade a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009 – “Natureza jurídica e normas de funcionamento da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores”** e ficaram três inscrições pendentes, respectivamente e por esta ordem, os Srs. Deputados Artur Lima, Mário Moniz e Hernâni Jorge.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos aqui a discutir a ERSARA, a Entidade Reguladora das Águas e Resíduos dos Açores, e ontem o Sr. Deputado Luís Silveira, do CDS/PP, foi claro nas nossas alegações. O que nós dissemos foi que, no plano dos princípios, estamos de acordo. Estamos de acordo em que é preciso haver uma entidade; o diploma, em si, é bom, tem um bom conjunto de princípios e isso foi deixado bem claro, ontem, pelo CDS/PP.

Agora, o Sr. Secretário usa dum subterfúgio, divide a taxa ou o volume de dinheiro pelo número de açorianos e, quando divide pelo número de açorianos, não está a dividir pelo número de famílias; quando divide pelo número de açorianos, as crianças também estão a pagar, faz *per capita* e as crianças ainda não têm rendimento. Portanto, era mais justo ver qual é o impacto nas famílias, isto é que seria justo ver. Nós chamámos a atenção para isso e, na sequência, fizemos uma proposta de alteração razoável, ou que nos parece, que era pôr um valor mínimo nestas taxas.

Mas devo dizer-lhe, Sr. Secretário, que agora mesmo, depois do almoço, estive a ver este diploma outra vez e há aqui uma coisa. Eu pedia, enfim, à bancada do Partido Socialista que ponderássemos esse assunto. Foi criada, em 2007, a ERSERA, aprovada por unanimidade neste Parlamento. Analisando os dois diplomas, há matérias que se sobrepõem num e noutro.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): A ERSERA está a ser extinta.

O Orador: Eu não dei por isso neste diploma, que seja revogado o 20/2007. Não está lá o 20/2007, Sr. Secretário.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): O artigo 38.º versa exactamente sobre essa matéria.

O Orador: “As referências feitas (...) e regulamentos (...) consideram-se reportadas e exercidas pela ERSARA”. Sr. Secretário, consideram-se reportadas, enfim...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): A ERSERA não chegou a ter existência real.

O Orador: Pois, nunca chegou. E as taxas da ERSERA? A seguir o Sr. Secretário explica isso, eu estou aqui para nos entendermos e esclarecermos, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Explicarei, com todo o gosto.

O Orador: Desde que nos entendamos e esclareçamos, é esse o objectivo do CDS/PP.

Portanto, não é explicitamente revogada a ERSERA. O Sr. Secretário depois explicará melhor, como entender.

Efectivamente, havia aqui uma duplicação de taxas entre uma e outra, ficavam os operadores sem saber a quem é que se reportavam, se à ERSERA, se à ERSARA. Esta foi, realmente, aprovada por unanimidade e algumas das suas atribuições eram as mesmas. É nesse ponto que nós queremos entrar em discussão.

É sobretudo, também, a taxa, que realmente nos parece muito elevada.

Sr. Secretário, já lhe disse que estamos de acordo no plano dos princípios, mas não estamos de acordo com a urgência, porque o Sr. Secretário evoca urgência para cumprir o Plano Regional da Água, que foi aprovado efectivamente em 2003, portanto há sete anos. Não espere nada. Neste diploma eventualmente, ou fazemos aqui um intervalo e nos entendemos sobre as propostas deste diploma, ou, eventualmente, desce à Comissão, para ser melhor, porque urgência não há neste diploma, Sr. Secretário, tenha paciência. Urgência, não há nenhuma.

Como dizia alguém, “o que vale a pena ser feito, vale a pena ser bem feito”. É realmente um diploma estruturante. Vamos fazê-lo, duma vez por todas, bem feito.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tudo indica, e os exemplos repetidamente referidos e constantemente crescentes comprovam, que a prática do PS não é condizente com as suas intenções.

Assim, e apesar das vossas boas intenções em não entregar os serviços relacionados com a gestão de água e resíduos, na prática permitem-no neste

diploma. O facto de já existirem situações destas, nomeadamente em São Miguel, leva-nos a concluir que este diploma pretende simplesmente dar corpo legal a uma prática já existente. Daí, a nossa oposição a esta iniciativa.

Nós discutimos a montante os interesses, para que não sejam necessárias medidas extemporâneas posteriores. O Governo, o PS, o PSD e o CDS discutem a forma mais ou menos encapotada de cobrar as taxas. Aliás, como comprovam as diversas propostas de alteração, que se alteram umas às outras.

Ou seja, e retomando a discussão deste diploma no ponto e nos termos em que ontem foi interrompida, o diagnóstico dos problemas e a preocupação enunciada em os resolver é comum à esquerda e à direita. O que nos separa em definitivo são os caminhos para lá chegar e os interesses que privilegiamos nesse trajecto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, é apenas para esclarecimentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para deixar aqui uma nota de esclarecimento ao Sr. Deputado Mário Moniz e ao Bloco de Esquerda.

As propostas de alteração do Partido Socialista surgem no âmbito deste debate, porque é no âmbito deste debate que a generalidade dos partidos da oposição, e particularmente o Bloco de Esquerda, falam sobre esta iniciativa, que já está nesta casa há seis meses, deu entrada no dia 15 de Julho de 2009. Se se tivessem antes, designadamente em sede de comissão, predisposto a debater a iniciativa e a colocar questões, teriam, da nossa parte, a abertura para, como se nota agora com as propostas de alteração e com o debate que temos feito, apreciarmos, discutirmos e debatermos todos os aspectos desta iniciativa, como de toda e qualquer iniciativa que entra nesta casa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O PS é que apresentou hoje.

O Orador: Em parte alguma e em momento algum da nossa actuação política neste Parlamento nos podem acusar de encapotar e, muito menos, de nos fecharmos ao que quer que seja, a quaisquer propostas da oposição. Debatam,

apresentem propostas, o PS está cá para debatê-las e aprovar aquelas que mereçam o nosso apoio e o nosso acordo.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Realmente, foi com muita pena minha que vi ontem, nesta casa, ser discutida a criação duma entidade reguladora que irá promover e garantir uma melhor sustentabilidade dos sectores da água e dos resíduos, discussão essa que se centralizou essencialmente numa questão meramente financeira, ou numa questão simplesmente económica.

Numa altura em que, no mundo, se fala em alterações climáticas, na necessidade de inculcar novos hábitos na sociedade, na necessidade de alterar comportamentos ambientalmente sustentáveis, inculcar novos olhares ambientais nas famílias, privilegiar o envolvimento dos cidadãos e a partilha de responsabilidade em termos ambientais; numa altura em que a correcta gestão da água é essencial, devido aos largos períodos de seca que se têm verificado, com a necessidade extrema de preservar os recursos naturais, promover a necessidade da poupança da água ou das origens da água; numa época em que a poluição dos solos e a gestão dos resíduos é fundamental; estamos nós aqui todos a discutir uma questão meramente económica, nomeadamente alguns partidos da oposição, como é o caso do PSD, que, devido a dois euros por ano, por pessoa, ou por habitante dos Açores, estão quase a inviabilizar ou a querer denegrir esta iniciativa.

Esta questão, em meu ver e no do Partido Socialista, demonstra bem a política ambiental que o PSD pretende para os Açores. Julgo que reduzir este diploma, que cria uma entidade reguladora dos sectores...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Se eu pudesse continuar, agradecia.

Se a criação deste diploma, que vai regular sectores fundamentais e vitais para a saúde humana, se reduz essencialmente a questões económicas, julgo que é uma visão demasiado economicista, que nós não temos. Também não temos uma visão demasiado ambientalista ou fundamentalista, a nossa visão é de sustentabilidade.

Também gostava de dizer alguma coisa ao Bloco de Esquerda. O sector dos resíduos, actualmente, é um sector que economicamente pode ser viável para os privados. Por que não se há-de promover o emprego, através da criação de entidades gestoras de resíduos privadas, que giram o sector dos resíduos e tragam mais valor económico aos Açores? Por que não os privados, qual é o problema de os privados gerirem os resíduos? Essa é a nossa visão.

Obrigada.

Deputado Mário Moniz (BE): É o custo para os municípios.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(* Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria esclarecendo o Sr. Deputado Artur Lima, dizendo-lhe que este diploma, no seu artigo 25.º, é suficientemente explícito, conjugado aliás com o artigo 28.º: o que faz é alargar o âmbito da ERSARA, de modo a que não se criem duas entidades.

No Plano Regional da Água estava prevista a criação duma Entidade Reguladora para a água; no dos Resíduos, uma para os resíduos. Aqui faz-se uma entidade única para regular um sector que tem os mesmos actores, ou seja, os regulados são os mesmos. Não fazia sentido que a nossa administração tivesse duas entidades separadas. Aliás, a nível nacional a mesma fusão aconteceu, recentemente. Portanto, estamos a criar uma entidade que tem competências em todo o sector que, antigamente, se chamava o saneamento básico, ou seja: as questões que têm a ver com águas residuais, que têm a ver com os resíduos e que têm a ver com o fornecimento de água para consumo humano.

Em relação ao Sr. Deputado Mário Moniz, gostava de lhe dizer, Sr. Deputado, mais uma vez, que não há neste diploma, nas suas intenções, no seu texto, na sua

forma, em lugar nenhum, nada que diga que vai haver privatização, ou que diga que não vai haver privatização. Essa não é a matéria que está aqui em discussão. O que está aqui em discussão é a regulação de um sector, porque a questão da privatização ou não privatização está noutra lei...

Deputado Mário Moniz (BE): Exactamente, mas permite!

O Orador: ...que tem a ver com o regulamento do próprio funcionamento das autarquias, aliás em matéria que nem creio que seja competência deste Parlamento. Sr. Deputado, o que está aqui a ser discutido é, pura e simplesmente, a criação e o funcionamento duma entidade reguladora. Nada tem a ver com essa matéria que o Sr. Deputado, de forma reiterada, aqui traz. Percebo que seja uma preocupação quase de carácter religioso que o Sr. Deputado tem, mas, Sr. Deputado, não é o momento certo para a discutir, porque nós não estamos a tratar disso.

Em relação a uma outra questão para que gostaria de chamar a atenção da câmara, tem a ver com o facto de o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já ter apresentado uma proposta, que já está distribuída, aliás tenho-a aqui na minha mão também, que de alguma forma – e eu diria mesmo de forma muito concreta – satisfaz um conjunto de propostas e de intenções que foram aqui apresentadas e, muito concretamente, aquelas que foram apresentadas pelo PP, aliás, numa aproximação muito grande de posições. Portanto, creio que estamos numa situação em que não há nenhuma necessidade de estarmos a protelar uma discussão, quando a solução é óbvia.

Além disso, gostaria de lembrar ao Sr. Deputado Artur Lima que este diploma deu entrada nesta câmara creio que a 15 de Julho do ano passado. Estamos a falar num diploma que tem um percurso muito longo, aliás inusitadamente longo, nesta casa. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão, para esclarecimentos.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste momento do debate seria talvez necessário fazer novamente o ponto da situação de tudo o que aqui estamos a discutir. Mas, antes de fazer esse ponto da situação, acho que terei de esclarecer o Sr. Secretário do Ambiente, relativamente à

afirmação que fez de que uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista resolveria todas as nossas preocupações.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Eu não disse isso, disse *algumas* das vossas...

A Oradora: Algumas das nossas preocupações, corrijo.

O que lhe posso dizer, Sr. Secretário, é que esta proposta, que foi agora apresentada neste intervalo, só pode ser uma brincadeira, e porquê? Em primeiro lugar, adita um ponto 9 ao artigo 24.º, que já está devidamente previsto na lei e que nem sequer é necessário. Posso dizer-lhe que o Decreto-Lei 93/2008, no seu artigo 23.º, n.º 2, diz o seguinte...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Sra. Deputada, estamos a fazer legislação regional. É uma transposição para a Região.

A Oradora: ...e passo a ler: “*A factura apresentada ao utilizador dos serviços públicos de águas deve desagregar todas as taxas e encargos aplicáveis, explicitando o respectivo processo de cálculo*”. Em relação a este ponto não há novidade, terá de ser mesmo assim, já está previsto.

O mais grave nesta proposta de alteração – em que houve uma tentativa de “emendar a mão”, face ao embaraço que sofreram aqui ontem – ...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Não há nenhum embaraço!

Deputado João Costa (*PSD*): Nota-se.

A Oradora: ...é o facto de a proposta de inclusão duma norma transitória ser claramente inconstitucional – claramente inconstitucional...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Porquê?

A Oradora: ...e explico-lhe porquê: esta norma viola uma competência relativa da Assembleia da República.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Qual é?

A Oradora: Viola uma norma de competência da Assembleia da República, ou seja, interfere naquilo em que não pode interferir.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Está certo, estamos informados, mas qual é a norma?

A Oradora: Interfere na regulação que a Assembleia da República tem competência ao nível das autarquias locais. Interfere, sim senhor, porque compete às autarquias o estabelecimento de qualquer regime de preços. Nessa medida, esta norma transitória tenta interferir.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Não tenta interferir! Esta câmara já fixou taxas tantas vezes!

A Oradora: Tenta, sim senhor! Ou seja, quer condicionar a fixação da taxa e não o pode fazer! Esta norma é absurda. Foi uma tentativa de “emendar a mão” falhada. Admita que foi uma tentativa, mas falhada. Interfere claramente na autonomia financeira das autarquias e não o pode fazer.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Isso é o cúmulo, Sra. Deputada.

A Oradora: Isso está devidamente estabelecido na nossa Constituição e por aí nos ficamos. Esta proposta de alteração só pode ser uma brincadeira.

Vamos ao ponto da situação, que é o seguinte: temos em cima da mesa...

Presidente: Agradecia que concluísse, Sra. Deputada.

A Oradora: Sr. Presidente, eu concluo por agora e volto daqui a pouco.

Obrigada.

Presidente: Há diferentes tempos, consoante o número de vezes em que vão falar, como sabem, de acordo com o artigo 92.º. Não é à-toa, nem é só para variar a linguagem, que eu às vezes digo que tem a palavra para esclarecimentos, que tem a palavra para uma segunda intervenção, ou que tem a palavra para uma primeira intervenção; de acordo com o artigo 92.º do Regimento, correspondem efectivamente a tempos muito diferentes.

Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, desta vez não é para uma intervenção, é para pedir um intervalo regimental de 30 minutos, se faz favor.

Presidente: É regimental, está concedido, regressamos às 16 horas.

(Eram 15 horas e 30 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradecia que reocupassem os vossos lugares, para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas e 05 minutos)

Estava inscrito o Sr. Deputado Hernâni Jorge, para esclarecimentos, tem a palavra.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão, para esclarecimentos.

(* Deputada Carla Bretão (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco tinha começado a fazer o ponto da situação, que se impõe neste momento, e não tive tempo, como puderam reparar. Por isso mesmo, acho que terei de retomar esse assunto.

O que temos aqui sobre a mesa é, na realidade, a criação duma entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos nos Açores, uma entidade que fazia falta, uma entidade que vem prosseguir uma competência própria do Governo Regional e que nós aplaudimos. Era algo que faltava, não havia fiscalização nem regulação a este nível e, por isso mesmo, é necessária a sua criação.

Por outro lado, um outro facto que está sobre esta mesa é o Governo Regional assumir que esta entidade tem de ser financiada pelos regulados. É aqui que nós não podemos concordar. Não podemos concordar que o Governo Regional empurre o financiamento duma competência própria para outros, ou seja, para cima das autarquias, para cima dos consumidores finais.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, também é facto o que o Governo Regional está a tentar fazer em termos de fixação de taxas de regulação: tenta fixar uma taxa de regulação de 2,5% sobre o volume total de facturação bruta mais taxas de saneamento; tenta aplicar essa taxa sobre os serviços complementares e acessórios das autarquias, na área das águas; e isso também não podemos aceitar.

Foram presentes a esta casa três propostas de alteração ao nível das taxas de regulação: uma do Partido Socialista, que vai no mesmo sentido do Governo, a

diminuição que faz é irrisória, ou seja, o aumento da taxa que actualmente é paga continua na mesma; foi apresentada uma proposta de alteração do CDS/PP que, embora mais equilibrada, continua a onerar o orçamento camarário na área das águas e, por sua via, o orçamento das famílias; e foi apresentada uma proposta da parte do PSD, que vai de encontro ao que actualmente é pago pelas autarquias açorianas ao IRAR.

Foi também apresentada uma proposta de alteração, na tentativa de “emendar a mão”, criando uma norma transitória. O Partido Socialista tentou “emendar a mão”, apresentando uma proposta que limita uma competência das autarquias e, por essa via, também não podemos concordar. Como aqui já disse, essa norma é inconstitucional. Não nos conseguem provar o contrário, porque ela é inconstitucional.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por isso, temos de assumir que essa norma foi uma mera manobra de diversão, uma brincadeirinha apenas, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

No final das contas, o que o PSD tem a dizer sobre tudo isto é o seguinte: é simplesmente um absurdo o tipo de financiamento que é proposto, neste diploma, para que esta entidade reguladora funcione. Ela tem de funcionar, mas não financiada pelas autarquias e pelos consumidores açorianos. Não se pode aplicar uma taxa cega de 2,5% sobre o volume total de facturação, sobre as taxas de saneamento e sobre os serviços acessórios que as autarquias prestam nesta área dos recursos hídricos. É simplesmente inadmissível que isto aconteça.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por fim, quero lembrar mais uma vez que o que as autarquias pagam neste momento ao instituto nacional, à entidade reguladora nacional, representa 14 vezes menos do que o Governo Regional quer aplicar. Ou seja, vai existir efectivamente, para as autarquias açorianas, um encargo de mais cerca de 400 mil euros que, quer queiramos ou não, se irá repercutir no orçamento das famílias açorianas. Este é um facto e não o podemos esconder. O vosso silêncio mostra isso mesmo.

Deputados Cláudio Almeida e Clélio Meneses (PSD): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Por fim, mais uma vez afirmo: não conseguiram dizer que essa vossa proposta não é inconstitucional. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista fica calado, assumindo, porque “quem cala consente”, os argumentos do Partido Social Democrata, porque sabem que estão correctos. Fica calado o Governo, porque realmente o embaraço é demasiado grande.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: A única proposta equilibrada que está sobre a mesa é a que mantém as taxas da forma como elas estão neste momento, é apenas a proposta do PSD.

Obrigada.

Deputados António Marinho e Clélio Meneses (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(* Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Carla Bretão, Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PSD:

Como pode o PSD querer uma entidade reguladora – uma entidade reguladora que faz falta, nas palavras da Sra. Deputada Carla Bretão – e não querer financiar esta entidade reguladora?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem disse isso? O PSD não disse isso!

O Orador: Esta é a questão que temos de pôr: como pode o PSD querer uma entidade reguladora que faz falta, nas vossas palavras, e não querer financiar esta entidade reguladora?

Deputada Carla Bretão (PSD): Queremos financiar e dissemo-lo aqui.

O Orador: Não é, Sra. Deputada Carla Bretão, com 30 mil euros por ano, que não dá para pagar dois técnicos, que se implementa uma entidade reguladora neste nível e neste âmbito. O PSD tem de explicar e esclarecer esta questão ou, então, tem de assumir que está neste debate apenas e só com uma componente demagógica, que nós recusamos e com a qual não podemos alinhar.

Sra. Deputada Carla Bretão, eu percebo que os juristas da bancada do PSD não tenham querido assumir a acusação ou a afirmação de inconstitucionalidade da proposta de alteração do Partido Socialista e a tenham incumbido dessa difícil

tarefa. Só por isso, pelos seus desconhecimentos jurídicos, lhe perdoo essa nota de absoluto desconhecimento jurídico, porque ninguém está a legislar sobre competências, ou a atribuir ou a retirar competências a autarquias. Antes pelo contrário, estamos a criar uma entidade reguladora que vai regular os concessionários e os operadores de sistemas de captação e de distribuição de água, independentemente da natureza jurídica que eles têm ou não têm. É isso que está aqui em questão e, deste ponto de vista, não existe qualquer nota ou toque de ilegalidade ou de inconstitucionalidade na proposta subscrita e apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Deputado, quanto a isso vai falar o meu colega, que é jurista.

O Orador: Sra. Deputada Carla Bretão, o que os senhores querem é um “scuc” – um sistema sem custos para o consumidor – e isso é impossível termos. A Sra. Deputada faz as contas e afirma: 14 vezes mais, mais de 400 mil euros. Sra. Deputada, o custo médio de um metro cúbico de água na Região Autónoma dos Açores é 0,65 euros. Se multiplicarmos estes 0,65 euros por um consumo próximo dos 20 milhões de metros cúbicos, chegamos a um valor de receitas de 13 milhões de euros.

Deputada Carla Bretão (PSD): Está mal informado, fez mal as contas.

O Orador: 2% sobre 13 milhões de euros dá 260 mil euros, mais 230 mil euros do que os 30 mil actualmente pagos. Estes são os números. O preço médio, repito, é 0,65 euros.

Deputada Carla Bretão (PSD): Não são os números.

O Orador: A Sra. Deputada Carla Bretão fez as contas...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: O Sr. Deputado Hernâni Jorge está no uso da palavra, pode continuar.

O Orador: Sra. Deputada Carla Bretão, se fizermos as contas pelas tarifas máximas, 0,85 em média, chegamos aos seus valores. Mas os açorianos não pagam pelas tarifas máximas. Temos de encontrar uma média ponderada e essa média

ponderada é de 0,65. Os números certos são os nossos. Se fizéssemos as contas pela tarifa mínima, de 0,55, chegaríamos a muito menos do que esses valores que a Sra. Deputada e o PSD têm afirmado.

Convém também dizer de uma forma muito clara – e ontem já o dissemos e assumimos – que este é um sistema onde os consumidores têm de assumir e têm de pagar a sua quota-parte. Os Açores, neste momento, têm, como disse há pouco, um preço médio por metro cúbico de 0,65 euros, metade do preço que é pago no continente, que é de 1,3227 euros por metro cúbico de água. Esta é a realidade na Região Autónoma dos Açores, estes são os números exactos e correctos, não deturpados, não contas feitas por cima, numa forma especulativa e demagógica, como tem feito o PSD ao longo deste debate.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS acabou de cometer aquilo que, na minha perspectiva, é um grave erro político. Querer atribuir ao título académico de um deputado as condições para falar sobre o que quer que seja, no limite, poderá querer dizer que alguns deputados não poderiam falar.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que é certo é que, na nossa perspectiva, todos os deputados, independentemente das suas habitações literárias, têm exactamente a mesma legitimidade, quer os senhores queiram, quer não, para estar nesta Assembleia.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Foi assim que determinou a democracia e por isso há políticos que o são há muitos anos e têm as habilitações que todos sabemos.

Deputados Mark Marques (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isso, para que fique esclarecido e para seu descanso, é claramente inconstitucional.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: O que é preciso é saber ler.

Primeira pergunta: quem fixa os preços da água? Quem são as entidades, as instituições, a pessoa jurídica, que podem fixar os preços da água? Percebo que alguns Srs. Deputados saibam responder, outros obviamente não podem saber, mas o Sr. Deputado Hernâni Jorge de certeza que sabe. Quem são as entidades, as instituições, que fixam o preço da água?

Deputado Hernâni Jorge (PS): São os concessionários ou os operadores.

O Orador: Sr. Deputado, são as autarquias locais! É uma reserva legislativa originária das autarquias locais. As autarquias locais podem concessionar, mas originariamente as únicas entidades que têm competência para fixar preços de águas são as autarquias locais, os municípios. Decorre, designadamente, da própria lei...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Srs. Deputados, originariamente, a única entidade que tem competência para fixar preços de água são as autarquias locais. Decorre da própria legislação da organização dos órgãos das autarquias locais, decorre do artigo 8.º da Lei 53/2006, decorre do artigo 16.º da Lei de Finanças Locais. Isto é absoluto, não há qualquer dúvida sobre isso.

Ora, sendo as autarquias locais, os municípios, as únicas entidades que têm competência para fixar preços, o que se vê aqui, nesta norma proposta pelo Grupo Parlamentar do PS, é o seguinte: “*A repercussão das taxas de regulação, previstas no artigo 24.º do presente diploma, no preço final ao consumidor deve fazer-se (...)*” da seguinte forma. Isto é, está aqui a haver uma interferência clara e expressa na fixação dos preços das autarquias locais.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Helder Silva (PS): Por isso a entidade nacional tem os preços que tem.

O Orador: Ora, Sr. Deputado, de acordo com o artigo 238.º da Constituição, as autarquias locais têm património e finanças próprias, dizendo mais, esse regime das finanças locais. E finanças locais o que é? A forma como as autarquias determinam o modo como recebem receitas e como têm as despesas, explicando. Obviamente que o preço é uma receita da autarquia. Isto tem a ver com finanças locais. De acordo com o n.º 2 do artigo 238.º, o regime das finanças locais está estabelecido por lei. É claro, “branco é, galinha o põe”.

Mais diz a Constituição: o artigo 165.º, n.º 1, alínea q) também diz que: “*É da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre as seguintes matérias, salvo autorização ao Governo*”, designadamente: o Estatuto das Autarquias Locais e o Regime das Finanças Locais. Finanças locais, fixação de preços. Mais claro do que isto, Sr. Deputado, não sei o que o senhor quer.

Eu percebo que aqui, no fundo, não é uma questão jurídica, é uma questão política.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário Regional, não vou falar de jornalismo e o senhor também já disse que é um jornalista passivo. Estou a falar aqui apenas e só daquilo que é importante. Fiz uma referência jurídica na sequência das dúvidas que foram suscitadas e na tentativa de contribuir para o respectivo esclarecimento.

Para além disso, o que é importante é isto, Sr. Secretário Regional, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há algum tempo, houve um político nesta Região que disse: “Legal ou ilegal, quero lá saber”. Esse político foi o Sr. Presidente do Governo. Eu recordo muito bem essas palavras. Agora, o que eu sinto é que é a mesma história, o mesmo princípio: “Legal ou ilegal, quero lá saber, não quero é pagar. Que paguem as câmaras, que paguem os consumidores, eu não quero é pagar”. É o que se está a passar neste momento. Arranjem os argumentos todos e os subterfúgios todos, as máscaras jurídicas e de propostas políticas ou para-jurídicas, para tentar não pagar aquilo que é da sua responsabilidade!

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos aqui, como muito bem disse a Sra. Deputada Carla Bretão, perante uma competência exclusiva do Governo Regional. O Governo Regional

tem a competência, mas não quer pagar, que paguem os outros e anda para aqui às voltas – estamos com quase dois dias de debate –, quem paga, quem não paga, passou de dois e meio para dois, os 0,5 já fazem sentido, sempre aqui a ver se resolvia o problema, mas “quanto menos pagarmos melhor”. Para o PSD, o problema não é esse. Para o PSD, quanto menos pagarem os açorianos, melhor.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: São esses que nós representamos. Agora, para o PS, esta artimanha de tentar mascarar isto tudo, o que quer dizer? Não vão ser os açorianos a pagar, porque eles votam. Os municípios não votam; então, passa para os municípios. Isto é uma brincadeira! Uma brincadeira utilizando a lei e violando a Constituição.

Estamos aqui, sobretudo, para respeitar a lei, para respeitar a Constituição e, acima de qualquer coisa, os açorianos e os seus interesses. E, com essa vossa proposta, estão a atacar os açorianos e aqueles que são representados pelos respectivos municípios, pelos 19 municípios dos Açores, que são eles também do vosso partido e que estão postos em causa com esta vossa proposta.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(* Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Clélio Meneses, não quis nem nunca em circunstância alguma iria fazer distinções ou discriminações entre deputados.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Foi o que o senhor fez!

O Orador: Para mim, todos são iguais, sejam analfabetos ou iluminados, tão iluminados quanto o Sr. Deputado Clélio Meneses, são deputados e têm igual consideração da minha parte.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sou igual a qualquer um.

O Orador: Acusou-me de analfabetismo. Posso sê-lo, Sr. Deputado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não disse isso.

O Orador: Não lhe vou retribuir o epíteto, mas vou sugerir-lhe que leia melhor a proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Leia melhor e verá que o que acabou de dizer não faz qualquer sentido, Sr. Deputado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu já li.

O Orador: A proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não intervém nem interfere na fixação das tarifas de água, Sr. Deputado. A proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista limita-se a dizer como pode ser repercutida a taxa de regulação, que não tem nada a ver com a tarifa da água, Sr. Deputado Clélio Meneses! Está muito bem escrito. Eventualmente, está muito mal lido pelo Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): “O preço final”. Quem escreveu isto?

O Orador: Fui eu que escrevi, Sr. Deputado Clélio Meneses, pode agora acusar-me de iliteracia e de outras coisas, também, como é seu hábito e seu timbre, às vezes.

Queria só deixar estes dois esclarecimentos:

Que nunca, em circunstância alguma, desconsiderarei ou discriminarei qualquer deputado em função das suas habilitações ou não, que tenha ou não tenha. Apenas me limitei a fazer uma nota: por que razão os juristas do Partido Social Democrata não sustentariam o insustentável da ilegalidade ou inconstitucionalidade da proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

E esclarecer, na componente técnico-jurídica, aquilo que o Sr. Deputado Clélio Meneses certamente não percebeu por má interpretação da proposta do Partido Socialista.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E a inconstitucionalidade?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, vamos passar para a votação na generalidade deste diploma. Agradecia que porventura reocupassem os vossos lugares, quem não os tiver.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos entrar agora na especialidade.

O diploma tem 40 artigos. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreve as propostas vindas da Comissão.

O Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

(* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, só para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista retira a subscrição da proposta que vem da Comissão para o artigo 39.º, na sequência da entrada da proposta do CDS/PP.

Presidente: Portanto, o Partido Socialista subscreve todas as propostas vindas da Comissão, com excepção da proposta de alteração para o artigo 39.º.

O Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, no mesmo sentido, também para dizer que retiramos a nossa proposta relativamente ao artigo 24.º e subscrevemos a proposta do Partido Socialista, dos 2%.

Presidente: Muito bem, obrigado.

Vamos então continuar. O artigo 1.º não é objecto de qualquer proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses, faça o favor.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Queria pedir um esclarecimento, porque de facto não percebemos.

Houve aqui um debate que foi feito à volta de propostas. Queríamos que fosse esclarecido, efectivamente, quais foram as propostas e o sentido da retirada das propostas, para os deputados poderem estar em condições de votar em consciência.

Presidente: O debate será feito se os Srs. Deputados assim o entenderem. Eu posso repetir-lhe aquilo que foi transmitido à câmara.

O que foi transmitido à câmara foi que o Partido Socialista subscreve todas as propostas da Comissão, com excepção da proposta de alteração para o artigo 39.º; e o CDS/PP, relativamente ao artigo 24.º, retirou a sua proposta de alteração e também subscreve a proposta de alteração, para o mesmo artigo, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Vou prosseguir. O artigo 1.º não é objecto de qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, passo a colocá-lo à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Há uma proposta de alteração, vinda da Comissão, para o artigo 2.º. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Vou pôr agora à votação o artigo 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: De seguida, temos um conjunto de artigos que não foram objecto de qualquer proposta de alteração. Refiro-me, concretamente, aos artigos 3.º a 7.º. Se não houver oposição da câmara, vou colocá-los à votação em bloco.

Vamos então votar os artigos 3.º a 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Vou colocar à votação a proposta de alteração para o artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Vou colocar à votação o artigo 8.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Os artigos 9.º a 11.º, inclusive não foram objecto de qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da câmara, vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de alteração para o artigo 12.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vou colocar à votação o artigo 12.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de alteração para o artigo 13.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vou colocar à votação o artigo 13.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Os artigos 14.º a 20.º, inclusive, da Proposta não foram objecto de qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou colocá-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de alteração para o artigo 21.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vou colocar à votação o artigo 21.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vou colocar à votação a proposta de alteração apresentada para o artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vou colocar agora à votação o artigo 22.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vou colocar à votação o artigo 23.º da Proposta, que não foi objecto de qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Para o artigo 24.º foram apresentadas quatro propostas de alteração; por ordem cronológica: uma do Partido Popular, uma do Partido Social Democrata e duas do Partido Socialista. A do Partido Popular foi retirada, vou portanto colocar à votação a proposta de alteração ao artigo 24.º apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vou colocar à votação em conjunto, se não houver oposição da câmara, as duas propostas de alteração do PS para o artigo 24.º: a primeira que altera os números 1.º e 2.º do artigo 24.º; a segunda que adita um n.º 9 ao artigo 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: As alterações apresentadas foram aprovadas, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vou colocar à votação a proposta de alteração para o artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 25.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Os artigos 26.º a 28.º inclusive não foram objecto de qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou colocá-los à votação em bloco.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, só para dizer que são os artigos 26.º a 29.º, porque a proposta do PS que surge numerada como 28-A, erradamente e por lapso, refere-se ao 38-A.

Presidente: Muito bem, vou então colocar à votação os artigos 26.º ao 29.º inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Há pouco, esqueci-me de votar o artigo 24.º da Proposta, com as alterações que lhe foram introduzidas. Vamos então votar este artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração para o artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o artigo 30.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o artigo 31.º da Proposta, para o qual não foram apresentadas quaisquer propostas de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração ao artigo 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 32.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Os artigos 33.º a 35.º inclusive não foram objecto de qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou colocá-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos à votação da proposta de alteração ao artigo 36.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o artigo 36.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Os artigos 37.º e 38.º não foram objecto de qualquer proposta de alteração. Vou colocá-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Há uma proposta de aditamento, que toma o número de artigo 38.º-A, apresentada pelo Partido Socialista. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para o artigo 39.º há uma proposta de alteração apresentada pelo CDS/PP, que foi a última a dar entrada. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 39.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 40.º e último da Proposta, que não foi objecto de qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar agora à votação final global do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Estivemos ontem e hoje a discutir aqui um diploma importante e estruturante para a Região Autónoma dos Açores e o CDS/PP deu o seu contributo para o esclarecimento desta matéria, respeitante à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores.

Fizemos propostas de alteração, fomos capazes de chegar a entendimentos e fomos capazes, também, de aprovar responsabilmente aquela que é a legislação que, aliás, decorre, nada mais, nada menos, da legislação europeia. Não nos podemos dizer europeístas e sermos europeístas e, depois, sermos contra aquelas que são as directivas comunitárias.

Realmente, é desagradável ter taxas, é desagradável haver o poluidor-pagador, mas isso resulta de ordenação jurídica onde estamos inseridos, que é a ordenação jurídica da União Europeia. Se isto se percebe do PCP e do Bloco de Esquerda – percebo perfeitamente, porque são anti-tudo –, não se percebe dum partido que se quer responsável, que quer ter responsabilidades governativas nos Açores e na República, que se diz um defensor acérrimo da Europa, que defende as políticas europeias, que acha que os subsídios europeus são muito bons para nós. Quando se trata de apresentar matéria regulamentar, de aplicar todas estas taxas, directivas, o Partido Social Democrata é contra, não tendo, no entanto, a coragem de votar contra aquilo que devia ter votado, segundo a argumentação que aqui produziu, ou seja, deixa também passar uma inconstitucionalidade, segundo eles.

Agora, o que foi garantido aqui foi que o aumento para o consumidor é 0.5, era isso que nos interessava. O resto fica no poder das autarquias aumentarem ou não e aplicarem ou não essa taxa ao seu consumidor. Portanto, aí, também o PSD terá responsabilidade acrescida, porque tem várias autarquias nos Açores. Vamos ver, no futuro, qual será o comportamento das autarquias sociais democratas nos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande cambalhota! Misericórdia!

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PSD, nestes dois dias, tentou por todas as formas elucidar todos os presentes das consequências que o financiamento definido neste diploma para esta entidade vai ter no futuro, quer no orçamento das autarquias, quer no orçamento familiar de cada um dos açorianos. O PSD acha importante que se crie esta entidade reguladora, que já vem tarde, mas não podemos concordar com a forma de financiamento aqui proposta.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não pode o Governo Regional atirar para cima de outros o financiamento de uma competência que lhe cabe, que é sua e de mais ninguém.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Admitimos que houvesse uma taxa de regulação, tal como existe a nível nacional, e fizemos a proposta equilibrada e consciente do que é possível fazer e do que se deve fazer.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

A Oradora: No entanto, o PSD não pode embarcar nesta tentativa de passar para as autarquias e para os açorianos uma taxa exorbitante, uma taxa que não têm de pagar no momento de dificuldades que atravessam.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não embarcamos em inconstitucionalidades. Nisso, embarca o Governo Regional, o Partido Socialista e o CDS/PP.

Obrigada.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PS votou orgulhosamente e não só uma medida essencial para o nosso futuro colectivo. Acabámos de aprovar a constituição da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores, uma entidade essencial para garantir serviços de resíduos e água de qualidade a todos os açorianos no futuro, uma entidade essencial no âmbito dum processo de desenvolvimento sustentável que o Partido Socialista tem assumido nos seus programas de governo e nas medidas concretas que tem apresentado e que tem aprovado nesta casa, rumo a um futuro cada vez melhor, que permita dar às gerações futuras tanta ou mais qualidade de vida como aquela de que podemos dispor no presente.

Outros alinham pelo discurso do “queremos, desde que não custe, desde que não se pague”. Sem custos, nada disto se faz! O ambiente, a sustentabilidade e o desenvolvimento têm os seus custos. É preciso ser responsável e é preciso ter coragem para assumir essa responsabilidade e os custos dessas medidas responsáveis, rumo à sustentabilidade, rumo ao desenvolvimento e rumo ao futuro. Já disse ontem: nós somos daqueles que acreditam que a sustentabilidade e o desenvolvimento não são palavras vãs. Somos daqueles que têm coragem de assumir os custos dessas medidas, quando elas têm de ser tomadas e quando elas têm de ser assumidas!

(Risos da bancada do PSD)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Assumem os custos? Os custos são para as câmaras! Isto é uma brincadeira!

O Orador: Foi isto que nós fizemos, foi isto que outros não quiseram e não tiveram coragem de assumir!

Critiquem-nos, apontem-nos o dedo, mas não nos pesa nem nos pesará a consciência. Demos um importante passo rumo ao futuro, rumo à sustentabilidade,

rumo à garantia de água e de gestão de resíduos de qualidade na nossa Região, rumo a um ambiente sustentável e a uma Região de futuro.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é o que se chama “meter água”.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tive oportunidade, ontem, de dizer por que é que o Partido Popular Monárquico está contra a criação desta entidade reguladora. O Governo Regional transformou-se numa porta giratória, não consegue desenvolver aquilo que são as suas competências e vai então no sentido, rumo ao futuro, de cada vez mais entidades reguladoras...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Só há uma.

O Orador: ...de cada vez mais Estado, excessivo, de cada vez mais dificuldade em assumir as competências próprias. Portanto, evidentemente que o Partido Popular Monárquico...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Quais são as entidades? Só há uma.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, os senhores estão a tentar distrair-me em relação àquilo que vou dizer, mas eu vou concluir aquilo que vos quero transmitir, e aos açorianos.

É inadmissível, Sr. Presidente do Governo Regional, que o senhor tenha esta insensibilidade social nesta matéria, neste momento. É insensibilidade social, neste momento, onerar os municípios com mais responsabilidades, algo que tem sido feito pelo Governo da República e pelo Governo Regional ao longo de todos estes anos. Numa conjuntura de crise, em que os municípios vivem a situação financeira que nós todos conhecemos, voltar a fazê-lo como o fizeram nesta matéria é altamente condenável. Também é altamente condenável que o façam em relação aos consumidores, onerando-os com um serviço que o Governo Regional, no

âmbito das secretarias regionais e das direcções regionais respectivas, com competências na área, deveria exercer.

Ao longo destes dois dias de debate, nem os senhores, nem os juristas mais iluminados da vossa bancada, me conseguiram explicar...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): O senhor é que não conseguiu perceber.

O Orador: ...qual é a necessidade de se criar uma entidade reguladora e o Governo deixar de fazer aquilo que tem técnicos qualificados para fazer, aquilo que tem nas suas competências para fazer. Por que têm os senhores de criar mais Estado, mais despesas, mais impostos?

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): “O seu reino não é deste mundo”.

O Orador: Por que têm os senhores de insistir nesta política, uma política que tem levado os Açores a problemas financeiros e a taxar as populações duma forma cada vez mais asfixiante? É por isso, por um motivo ideológico, porque discordo profundamente da vossa estratégia governativa, que significa sempre mais Estado, mais despesa e mais dificuldades para os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PCP anunciou logo no princípio do debate qual seria a sua posição, é uma posição de princípio. Aliás, esta semana de Plenário fica marcada não só pela criação de uma, mas de duas entidades que seguem a linha da desgovernamentalização.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Uma já existia.

O Orador: Não é bem a mesma coisa, uma coisa era um fundo regional que existia, outra coisa é a criação dum instituto público. Ponhamos as coisas com o rigor que elas devem ter.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): É uma entidade reguladora.

O Orador: Esta que agora foi criada, mas...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Esta é a primeira.

O Orador: ...entretanto, também já esta semana foi criado aqui um instituto público.

Deputado Mário Moniz (*BE*): A primeira, ouvimos bem, quer dizer que vêm mais.

O Orador: Sr. Presidente, percebo que essa seja a vossa opção. A opção é a da desgovernamentalização, eu percebo. Agora, há-de me dar o direito de ter, também, as minhas próprias opções e eu julgo que o caminho que está a ser seguido, nomeadamente nos tempos que correm, é o caminho errado.

Relativamente a esta questão e à questão que aqui foi discutida hoje, que acabou por ser aprovada pelo Partido Socialista e, duma forma acrítica, pelo CDS/PP, o facto de estarmos na União Europeia e o facto de a União Europeia nos dar esta indicação não quer dizer que a aceitemos apenas porque estamos na União Europeia. Portanto, julgo que essa não é uma posição defensável. Aliás, se assim fosse, não lutávamos, não lutava a Região, por exemplo, pela reposição das 200 milhas. As questões são como são e a União Europeia...

Deputado José Lima (*PS*): Uma coisa não é igual à outra.

O Orador: É, sim senhor.

A posição era uma posição de princípio. Este Plenário acabou esta semana por desgovernamentalizar ainda mais aquilo que já está desgovernamentalizado. Qualquer dia, Sr. Presidente, muito claramente, o que vai o Governo fazer? O senhor está a esvaziar aquilo que não devia, qualquer dia não tem Governo, Sr. Presidente!

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Está enganado.

O Orador: Qualquer dia, são as empresas, são as entidades reguladoras, são os institutos públicos, e o Sr. Presidente não tem nada para coordenar no seu Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Terminadas as declarações de voto, vamos passar para o ponto seguinte da nossa agenda, a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º**

25/2009 –“Estabelece o Regime jurídico da extracção de inertes na faixa costeira e no mar territorial”.

Para apresentar o diploma, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O diploma de que vamos agora iniciar a apreciação visa regular a extracção, essencialmente a extracção de areia, mas também a extracção de outros materiais geológicos da costa das nossas ilhas e do mar territorial que as circunda.

A grande importância aqui é colocada na areia. A areia é um material essencial para a construção civil, há um grande consumo de areia na nossa Região e, embora seja tecnologicamente possível fabricar artificialmente areia, continua a ser, do ponto de vista económico, mais apetecível usar material extraído do mar e não material fabricado artificialmente. Por isso, é urgente regular esta questão, tanto mais que esta é uma daquelas áreas já objecto de várias tentativas de regulação no passado, mas que agora, felizmente, graças à entrada em vigor do novo Estatuto da Região e à publicação pela Assembleia da República duma lei que explicitamente confere às regiões autónomas os poderes para proceder a esta regulação, se torna possível, com a conjugação destes dois factores, legislarmos sobre esta matéria e darmos um enquadramento adequado a esta questão.

O enquadramento que é dado é a criação dum conjunto de áreas em que não é possível, por razões de segurança da navegação marítima, ou de segurança das infra-estruturas portuárias, ou por razões ambientais, fazer a extracção e, depois, permitir que a extracção se faça no resto do território marinho da Região, em áreas que serão devidamente delimitadas por Resolução do Conselho de Governo, em função da procura, em função das necessidades que em cada momento existam e, também, das quantidades retiradas e das condições ambientais que se verifiquem em cada uma dessas regiões.

Para que este novo sistema entre em funcionamento, sem com isso causar problemas às empresas existentes, empresas essas que mantêm um preço fixo da areia desde 1995, é criado um regime de transição que basicamente teve dez anos:

os primeiros cinco terminam em 31 de Dezembro de 2010, nos quais se mantêm, basicamente, as mesmas licenças, com a mesma configuração que existe actualmente e obviamente também com o mesmo preço de introdução no mercado da areia; e depois outros cinco, em que há uma progressiva abertura deste mercado e uma progressiva possibilidade de introdução de novas tecnologias e de novas empresas no mercado das areias.

Neste diploma também se opta por regular matéria que, embora não tenha a ver com as areias, tem a ver com material geológico: a questão da extracção de rolo, ou de pedra rolada, ao longo da costa para efeitos ornamentais, que ainda se verifica em algumas ilhas, e as questões das dragagens e da desobstrução da foz de ribeiras, entrada de portos, enfim, de outras dragagens que seja preciso fazer, regulando simultaneamente o destino a dar aos materiais que sejam retirados nessas operações.

Um dos estratos fundamentais deste diploma é o primado das questões ambientais e das questões de segurança das infra-estruturas portuárias, sobre a extracção de areia e, ao mesmo tempo, a transparência no processo de atribuição de licenças, mantendo-se essas licenças como propriedade da Região. Ou seja, as licenças são intransmissíveis e não podem ser comercializadas entre operadores. Portanto, as licenças não são susceptíveis de apropriação privada, apenas podem ser concedidas para um fim específico e essa é uma matéria que se mantêm na esfera de competência da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições. Para já, tenho inscritos os Srs. Deputados Mário Moniz e Carla Bretão.

Vamos iniciar o debate. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera esta iniciativa boa, quer em termos do equilíbrio ambiental, quer nos aspectos relevantes da comercialização das matérias-primas extraídas.

Sei que o Governo já tinha esta intenção, e bem, tendo sido impedido na altura por Acórdão do Tribunal Constitucional. Felizmente, surge a oportunidade, o Governo aproveita e faz muito bem.

Impunha-se um diploma que regulamentasse a extracção de materiais geológicos na faixa costeira, que, sendo recursos naturais imprescindíveis, não podem ser explorados de forma menos correcta e com desrespeito pelo equilíbrio do ecossistema, como temos vindo a assistir, por exemplo, no porto da Ribeirinha e na Praia do Almoxarife, aqui na Ilha do Faial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Tal como o Governo Regional, o PSD também pensa que esta matéria carecia de regulamentação, a bem da eficaz interligação que deve haver entre as actividades económicas e o meio ambiente, neste caso o ambiente marinho.

Deste modo, achamos que não só é importante proteger e equilibrar o equilíbrio ecológico, como também disciplinar a comercialização de um bem público, que deve ser utilizado como um bem comum que é. Assim sendo, este diploma contará com a aprovação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) Deputada Isabel Rodrigues (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, e como já foi referido, este diploma concretiza uma competência legislativa longamente reivindicada pela Região, que está já, felizmente, não só reconhecida por uma Lei da República, mas também consagrada no nosso Estatuto Político-Administrativo. Talvez ainda mais importante do que isso, este diploma vem preencher uma lacuna importante, pois trata-se de facto duma actividade

muito importante, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social, para a vida da Região e faltava colmatar a lacuna da sua regulamentação.

O Partido Socialista gostaria de destacar algumas linhas de força deste diploma: o reconhecimento que ele acarreta desta relevância económica e social que eu acabei de referir; a necessidade implícita no regime consagrado de salvaguardar os investimentos feitos pelas operadoras desta área de actividade na Região; e o estabelecimento de regras muito claras de protecção da orla costeira e de salvaguarda do meio marinho.

A bancada do Partido Socialista apoia naturalmente esta iniciativa, não obstante tenhamos procurado contribuir, com algumas propostas que resultaram da análise em sede de comissão, portanto da análise na especialidade, tenhamos procurado contribuir, como eu dizia, para uma melhor sistematização e clarificação de alguns aspectos do diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No entender do CDS/PP, este é um bom documento. É um documento abrangente, um documento que irá regular a extracção de inertes na Região, ao mesmo tempo que salvaguarda as empresas areeiras com investimentos feitos neste momento. E, mais importante do que isso, vai limitar o preço – como já está e continua – da primeira venda de areia em todas as ilhas da Região, assim permitindo um equilíbrio justo para todos os açorianos.

O CDS/PP teve a oportunidade de apresentar algumas propostas de alteração em sede de comissão, as quais não foram aceites pelo Partido Socialista. No entanto, o CDS/PP entende que este é um bom documento e dará o seu aval positivo ao mesmo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PCP vai dar o seu apoio a esta iniciativa.

Julgamos que estabelece uma boa regulação desta actividade e tem em consideração as condicionantes ambientais. Por estes motivos, daremos o nosso apoio a esta iniciativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico também irá dar o seu apoio a esta iniciativa.

Chamamos apenas a atenção que depois, no âmbito daquilo que são os mecanismos de fiscalização, é importante que se cumpra aquilo que aqui está e se faça cumprir esta legislação, porque nós temos tido legislação anterior que afectava de alguma forma estas matérias que aqui estão e o que se pode verificar, um pouco por toda a nossa Região, é que há uma ausência de fiscalização assustadora e que, muitas vezes, a boa vontade da iniciativa do legislador não se aplica no terreno, por falta das condições de fiscalização efectivas para que isto possa suceder. Portanto, bons diplomas, como é o caso deste, acabam por não ter os efeitos práticos que o legislador persegue.

Nesse sentido, damos o apoio parlamentar, mas deixamos este alerta: é necessário que as condições aqui descritas sejam devidamente fiscalizadas e aplicadas em todo o território da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar para a votação, na generalidade, do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à especialidade.

O Partido Socialista subscreve as alterações apresentadas em comissão, com excepção da alteração para o artigo 1.º, em que apresenta uma proposta de alteração própria. Vamos começar pelo artigo 1.º.

Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para este artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 1.º, por causa da epígrafe, da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 2.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 3.º, para o qual não há qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 4.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 5.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 6.º, que é uma proposta de substituição integral do texto original.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O artigo 6.º não se vota porque a substituição é integral.

Vamos então votar a proposta de alteração para o artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 7.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação do artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 9.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar uma proposta de aditamento, que cria um artigo 9.º-A, corresponde ao antigo artigo 11.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração ao artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 10.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação do artigo 11.º, que acabámos de renumerar como 9.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração ao artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 12.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração ao artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 13.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 14.º, 15.º e 16.º inclusive, não existe qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou pô-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 17.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação do artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 20.º e 21.º não existe qualquer proposta de alteração. Vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos agora proceder à votação final global do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Não havendo declarações de voto, passamos para o ponto seguinte,

Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009 – “Cria um regime de concessão de bolsa de formação e de incentivos à fixação na Região de pessoal docente e não docente com formação em Necessidades Educativas Especiais”, que foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para a apresentação do diploma, a Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Decreto Legislativo Regional que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista submete à aprovação deste Plenário assenta na partilha de um princípio e visa prestar um contributo para a concretização de um direito:

Partilha do princípio de democratização do acesso à educação que se tem verificado nos Açores nas últimas décadas; e contributo para que a Educação assumira essa democratização no seu modelo organizativo mas também na tomada de decisão, designadamente na alocação de meios e de recursos e essencialmente na oferta formativa que disponibiliza a cada um dos seus alunos.

Já tivemos, na Região, escolas exclusivas para alguns privilegiados; escolas regulares para os alunos médios; escolas deficientes, incapazes de dar resposta às crianças excepcionais e que coabitavam com escolas especiais para crianças com

deficiência. Com a governação socialista, optou-se por escolas inclusivas, com uma pedagogia diferenciada, e que se assumem como responsáveis pela educação de todas as crianças da comunidade onde se inserem, independentemente das suas características individuais, familiares ou sociais.

O Projecto de Decreto Legislativo Regional que hoje analisamos alicerça-se neste entendimento e reafirma que a educação nos Açores é responsabilidade da Escola, quer se trate de uma criança rica ou pobre; bem comportada ou indisciplinada; cigana; imigrante; sobredotada; com deficiência; morena e de olhos castanhos ou loira e de olhos azuis.

As características individuais, familiares, culturais, sociais ou económicas da criança em nada inibem o seu direito à educação, nem tão pouco isentam a escola da responsabilidade de garantia desse mesmo direito.

Não se trata apenas de uma questão de terminologia, nem tão pouco da forma politicamente correcta de dizer a mesma coisa. Trata-se sim de um modelo conceptual, que reflecte um entendimento diferente do problema, e que promove práticas ajustadas.

A iniciativa que apresentamos a esta Assembleia pretende complementar o esforço que vem sendo desenvolvido pelo Governo e dar mais um contributo para que as escolas disponham dos meios que consideramos necessários para que possam cumprir com esse dever.

Parte do reconhecimento de que a deficiência implica, necessariamente, aspectos de natureza pessoal, mas também social e/ou ambiental, e da convicção de que muitas das incapacidades e desvantagens por ela provocadas podem ser minoradas ou, ao inverso, ampliadas em função da qualidade da interacção que se estabelece entre ambas. Defendemos que é responsabilidade da Escola aceitar a criança tal como ela é, perceber as suas características pessoais (algumas delas imutáveis), encontrar formas de intervir no meio ambiente de forma a minimizar as incapacidades e desvantagens provocadas pela deficiência, potenciando o pleno desenvolvimento das suas capacidades, e recrutar o apoio da família e da comunidade no processo educativo como forma de proporcionar à criança

oportunidades de aprendizagem, mas também de consolidação, de generalização e de aplicação das aprendizagens efectuadas no contexto da escola.

Permitam-me um rápido exemplo. É provável que uma criança com uma deficiência neuromotora grave sofra incapacidades ao nível da mobilidade e da comunicação. Não podemos no entanto centrar o problema exclusivamente na criança. Ela não está incapacitada de se movimentar e de comunicar apenas por causa da deficiência de que é portadora, mas também porque o meio onde se insere está repleto de barreiras, algumas arquitectónicas, outras não, e porque as pessoas com quem ela interage não foram capazes de encontrar um sistema de comunicação que lhe seja acessível. Construída a rampa, alargadas as portas, adaptada a casa de banho, adquirida a cadeira de rodas, acessível o meio de comunicação aumentativo e disponíveis pessoas com competências para a sua utilização, a criança continua a ser portadora exactamente da mesma deficiência, mas as incapacidades e desvantagens de que é vítima ficam drasticamente reduzidas.

É esse o nosso objectivo.

Da mesma forma que assumimos o ensino da língua portuguesa ou até achamos interessante que uma criança do primeiro ciclo tenha aulas de Inglês, assumimos como igualmente importante a utilização de um qualquer sistema aumentativo de comunicação de língua gestual ou de Braille, com igual exigência de competência e de qualidade;

Consequentemente, da mesma forma que consideramos que um jovem que queira ser professor do primeiro ciclo precisa de aprender a ensinar, por exemplo Português e Matemática, também precisa de aprender a fazer uma adaptação curricular.

É esta a real responsabilidade da escola, é este o objectivo que prosseguimos com esta iniciativa legislativa.

Pretendemos contribuir para consolidar a construção da escola inclusiva que indubitavelmente defendemos; designadamente através de:

- Eliminação de barreiras que já não são arquitectónicas, mas que ainda são atitudinais;

- Enriquecimento da formação do pessoal docente e não docente das nossas escolas, dotando-os de ferramentas e competências que lhes permitam fazer face aos desafios com que se deparam na sala de aula, e fora dela, de forma eficaz e com segurança;
- Facilitação da fixação na Região de agentes educativos com competências reconhecidamente eficazes na promoção da inclusão;
- Disponibilização aos diferentes agentes educativos e sociais de oportunidades de formação contínua relevante e conseqüente, de forma a habilitá-los para a utilização de estratégias de intervenção alternativas e de eficácia comprovada;
- Promoção da formação contínua dos docentes especializados dotando-os de novas competências, nomeadamente no sentido de, a par do trabalho que desenvolvem com as crianças e com as suas famílias, possam também actuar como consultores dos seus colegas sem especialização;

Em suma, pretendemos continuar a desenvolver todos os esforços no sentido de garantir que as crianças com deficiência deixem de ser “cidadãos invisíveis” para os assumirmos como cidadãos de pleno direito, no cumprimento do imperativo constitucional que estabelece que, e passo a citar: *“O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação (...) contribua para a igualdade de oportunidades, [e para] a superação das desigualdades (...)”*. É esse o objectivo que nos move, com a apresentação deste Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tenho inscritos os Srs. Deputados Paulo Estêvão, Paulo Rosa, Rui Ramos e Zuraida Soares. Vamos dar início ao nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico apoia esta iniciativa e irá votá-la favoravelmente, aliás como já anunciámos em sede de comissão.

De qualquer das formas, quero dizer à Sra. Deputada que apresentou a iniciativa que, evidentemente, era dispensável uma certa apologia que fez dos feitos do Partido Socialista e do Governo Regional nesta área. É evidente que, nestas temáticas, se dispensa a parte da propaganda, é verdade.

Deputado Helder Silva (PS): É a constatação da realidade.

O Orador: Evidentemente, esta é uma área em que a Região ainda conhece graves deficiências. Conhece graves deficiências, sendo a Região governada pelo Partido Socialista desde 1996, já lá vão muito anos. Durante todos estes anos, muitos destes problemas permaneceram, até com especial incidência nas zonas mais periféricas da Região. Sei daquilo que falo, sei das dificuldades que tive, também, nesta área, como professor e como presidente do conselho executivo, em conseguir que se pudesse aceder a estes serviços especializados, a professores com uma especialização nesta matéria.

Esta iniciativa vai no caminho correcto, embora, como quase sempre com as iniciativas do Partido Socialista, nós não saibamos qual será a sua incidência real, porque, como diz o número 2 do artigo 4.º: *“O número de bolsas a atribuir e as áreas de formação são estabelecidos anualmente, por despacho do membro do Governo Regional (...)”*. Ora, tendo em conta aquelas que foram as outras opções...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Secretário, este é um assunto sério, que eu levo com imensa seriedade. São dezenas de crianças que necessitam, de facto, de um apoio mais específico, de um apoio mais presente. Eu não posso aqui fazer, como a Sra. Deputada fez, a apologia e pintar de cor-de-rosa uma situação que não é cor-de-rosa. É só isto que estou a explicar, apesar de ter começado por dizer que a iniciativa me parece correcta.

Estou a apontar, na minha perspectiva, aquelas que são as suas limitações e, também, aquilo que fica por definir. Porque do número de vagas, evidentemente, do número de bolsas que fica por atribuir, ainda não sabemos qual será a sua

dimensão. Depois, de acordo com os despachos, entretanto, por decisão da Sra. Secretária da Educação, vamos então ver qual é a amplitude que o Governo quer dar a esta medida.

Eu, em relação às propostas do Partido Socialista, evidentemente coloco sempre “um pé atrás”, tendo em conta aquela que é a política do Partido Socialista em relação aos mestrados, em relação ao acesso aos doutoramentos, em relação às especializações, que estão muitíssimo limitadas, como sabem, e tive a oportunidade, quando discutimos o Estatuto da Carreira Docente, de tentar reforçar esses quantitativos, apelando a que fosse possível aos docentes dos Açores uma melhor qualificação. Os senhores votaram contra as propostas do Partido Popular Monárquico que tornavam muito maior o número de vagas no âmbito dos mestrados e dos doutoramentos, por exemplo, e que permitiria a qualificação do nosso pessoal docente.

Tendo em conta esse histórico, que é um histórico muito limitado, evidentemente que desconfio do número de bolsas que serão atribuídas por parte do Governo Regional. Nesse sentido, evidentemente, o Sr. Secretário compreenderá que eu tome, do ponto de vista retórico, estas cautelas. Tenho de as tomar, porque a história do que tem sido a actuação do Partido Socialista nestas áreas da formação é à míngua. Esta é a palavra que me ocorre, é à míngua, sempre! Portanto, nesse sentido, eu espero para ver e tomo estas cautelas.

Concluo para já a minha intervenção nesta área, dizendo que, apesar destes condicionalismos que acabei de enunciar, obviamente que o Partido Popular Monárquico irá votar a favor, retirando a retórica, a propaganda e tendo estas cautelas todas que são essenciais.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): E tirando a sua demagogia!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(* Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que estamos neste momento a analisar é, antes de mais, uma iniciativa coerente, porque se alicerça no

princípio da escola inclusiva, que é uma realidade exigente e que, obviamente, precisa de adequar os recursos e os meios humanos a essa realidade. Desse ponto de vista, é uma iniciativa necessária no seu objecto, porque de facto há um claro défice de pessoal com formação específica na área das necessidades educativas especiais.

Sendo necessária, já o fizemos em comissão, temos no entanto algumas reservas quanto à sua eficácia. Mas apesar do facto de a aprovarmos e de ser possível reavaliá-la, poderá o tempo dizer se será ou não necessário fazer propostas de alteração e poderemos fazê-las estando a iniciativa aprovada.

Poderíamos também aproveitar o âmbito desta discussão para discutir: por que não facultar o acesso a esta formação também a docentes desempregados, a docentes a contrato? Isso, sim, seria uma forma de qualificar esses profissionais e abrir-lhes uma porta no sistema. Poderíamos também argumentar que, como a realidade é dinâmica e as necessidades nesta área nas várias escolas da nossa Região são notáveis, poderíamos também criar uma bolsa de pessoal docente com a formação em necessidades educativas especiais que tivesse disponibilidade para acudir a qualquer parcela territorial onde se constatasse a necessidade de intervir nessa área. Mas estes considerandos, sendo, digamos, associados a esta iniciativa, não a anulam.

Esta iniciativa centra-se nos professores de quadro, tem um âmbito mais imediato e, portanto, vamos voltar a centrar-nos na iniciativa em apreço. Com a objectividade possível, há uma reserva que levantámos também em sede de comissão e que queria aqui reiterar: tem a ver com o compromisso que vincula o candidato a estas bolsas, um compromisso que não é mais do que um compromisso de honra, não é mais do que uma declaração de boas intenções. Temos muitas dúvidas quanto à validade jurídica, para efeitos do previsto nos artigos 6.º, 7.º e 8.º. Deixa-nos muitas reservas, que podem condicionar a eficácia, mas, como já disse anteriormente, não minimizam em nada, nem beliscam, o mérito desta iniciativa que, tal como fizemos em comissão, iremos votar favoravelmente aqui.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O modelo de escola inclusiva lançou às escolas novos desafios e novas exigências. Para fazer face a esses novos desafios e a essas novas exigências impunha-se, obviamente, o aparecimento e a facilitação de novas competências, quer se tratasse de pessoal docente, quer se tratasse de pessoal não docente.

Este Projecto de Decreto Legislativo oriundo do Partido Socialista é, obviamente, um passo nesse sentido. Nessa medida, achamos que poderá ser um contributo decisivo naquilo que tem sido tantas e tantas vezes denunciado através das escolas, denunciado pelos professores, que era a dificuldade que tinham em lidar com determinados alunos a que, por via do modelo inclusivo, as escolas tinham de dar resposta.

A proposta que aqui está e que vai acolher o parecer favorável do Partido Social Democrata tem uma intenção, e esperamos que o diagnóstico que a Secretaria Regional da Educação e Formação está a fazer ao nível das necessidades presentes nas várias escolas da Região possa garantir um rácio satisfatório, quer em termos de pessoal docente, de acordo com as necessidades identificadas nas escolas, quer também e sobretudo ao nível do pessoal auxiliar, sendo certo que, independentemente das escolas terem um rácio dito legal, de acordo com aquilo que está presente na lei, era bom que a Secretaria – é o apelo que faço directamente à Sra. Secretária –, de acordo com o diagnóstico que faça possa, de algum modo e nalguns casos em que isso se revele necessário, dotar as escolas de mais meios do que aqueles a que legalmente esteja obrigada.

Portanto, o Partido Social Democrata, nesta matéria, independentemente de votar favoravelmente este Projecto, vai ficar atento a estas situações, sendo certo que também está aqui na proposta a possibilidade de se avaliar ano a ano as necessidades e, conseqüentemente, reforçar ou não a formação, quer de pessoal docente, quer de pessoal não docente. Para já, parece-nos ser um bom passo rumo àquilo que são as necessidades sentidas pelas escolas e daí acolher, da nossa parte, um parecer favorável.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não tem a mínima dúvida em votar favoravelmente esta Proposta, bem pelo contrário, considera-a uma mais valia para a Região, na medida em que é uma mais valia para as crianças, para os recursos humanos das escolas, inclusiva – que é assim que nós todos a queremos – e, portanto, para o reforço e a continuidade de construção de uma Região mais justa, mais democrática, onde a igualdade de oportunidades seja cada vez mais uma realidade perseguida e alcançada.

Pensamos, contudo, que há algumas chamadas de atenção que em sede de comissão, na oportunidade da auscultação aos sindicatos deverão, talvez não tanto só para este diploma, que cria bolsas e incentivos à fixação de pessoal docente e não docente na especialidade de necessidades educativas especiais, não só para este, ou não tanto para este, mas para a normalidade de funcionamento das escolas... Refiro-me concretamente a um, que se prende com este de forma directa, que é, em algumas escolas, a escassez daquilo a que agora se chama assistentes operacionais. A escassez de assistentes operacionais, que eventualmente estão em número suficiente em algumas escolas, sobram talvez noutras, mas depois, na prática há outras em que estão claramente em número insuficiente, sobretudo quando se trata de lidar, de dar apoio e de estar em contacto directo com as tais crianças e jovens com este tipo de necessidades.

A questão levantada pelo Deputado Paulo Rosa no sentido de como é que se vincula um bolseiro à sua palavra, à palavra dada, no fundo ao “acordo de cavalheiros” que se estabelece, neste caso entre o Governo Regional e os candidatos, os bolseiros, a esta possibilidade de formação. Tanto quanto foi dado entender e foi afirmado, confirmado e reafirmado, não há nenhuma forma jurídica de fazer este tipo de vinculação. À semelhança do que se passa, por exemplo, com os bolseiros em medicina, que também estão obrigados a prestar à Região um

trabalho como contrapartida e aqui investirem as suas competências, também não é possível fazê-lo.

Sendo um risco, porque é, de facto, um risco, é aceitar uma palavra dada, um compromisso de honra, apesar de tudo acho que vale a pena corrê-lo, porque a alternativa a isso era não estabelecer este contrato, digamos assim, este compromisso de formação. Portanto, entre ter estes docentes e este pessoal não docente especializado de que a Região carece e de que as crianças – algumas crianças, infelizmente bastantes – e jovens desta Região precisam, em troca de não ter esse compromisso vinculado juridicamente, o povo diz, e com alguma razão, “quem não arrisca, não petisca”.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral, para uma segunda intervenção.

(*) Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar alguns esclarecimentos, na sequência das intervenções que foram feitas pelo Deputado Paulo Rosa e também pelo Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Paulo Rosa, creio que, se ler com um pouco mais de atenção o Projecto que temos em discussão, verá que efectivamente estão contemplados o pessoal docente e não docente dos quadros das unidades orgânicas, mas também estão contemplados outros candidatos que não sejam dos quadros das unidades orgânicas. Daí, a sua sugestão de serem contemplados docentes desempregados já está prevista no diploma.

Inclusive, para estes docentes que não integrem ainda os quadros de nenhuma unidade orgânica do Sistema Educativo Regional, são exigidas contrapartidas um bocadinho diferentes, contrapartidas que assumem, precisamente, aquilo que estava a dizer anteriormente: assumem uma disponibilidade para o exercício de funções em qualquer unidade orgânica da Região, precisamente porque temos consciência de que as crianças com um tipo de deficiência particular não nascem só numa ilha, ou num concelho, não frequentam sempre as mesmas escolas. As necessidades que

hoje se colocam na escola A podem, amanhã, colocar-se na escola B, ou C, numa outra ilha qualquer.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, em relação ao número de bolsas a estabelecer e ao facto de esse estabelecimento ser feito por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de educação, o senhor há-de convir que, antes de estabelecer o número de bolsas, é necessário verificar qual a necessidade das bolsas e em que áreas. Nós não pretendemos que seja ministrada formação de cariz generalista. Nós pretendemos que seja ministrada formação específica, que dote estes recursos humanos do Sistema Educativo Regional com competências práticas em modelos de intervenção, como dizia antes, de comprovada eficácia e que permita, efectivamente, uma melhoria da qualidade do apoio que é prestado a estas crianças.

Actualmente, a frequência do ensino pré-escolar já está bastante generalizada, portanto esse diagnóstico é possível ser feito também com alguma antecedência. Nós podemos saber, com um ou dois anos de antecedência, que crianças vão estar a frequentar o primeiro ciclo nos anos subsequentes e, daí, fazer essa planificação. Só para explicar por que não se define, à partida, o número de bolsas, nem as áreas de formação a contemplar. Essas áreas de formação e esse número deverão ser definidos em função das reais necessidades de cada unidade orgânica. O despacho será emitido pela tutela, mas o levantamento há-de ser feito pela tutela em articulação com as unidades orgânicas, que são quem está no terreno, quem está em contacto com as crianças e quem tem experiência de qual é, efectivamente, a necessidade que tem vindo a sentir e que se perspectiva que vai sentir nos anos seguintes.

Quanto a ser ou não dispensável o enquadramento que foi feito, começaria por lhe dizer, Sr. Deputado, que, se considerasse que tudo estava bem no âmbito da educação especial e do apoio às crianças com necessidades educativas especiais, não teria ido àquela tribuna e não teríamos apresentado este Projecto de Decreto Legislativo Regional. Continuaríamos sentados, acomodados com a situação tal como ela está. Portanto, só o facto de termos tido esta iniciativa e de a trazermos à

aprovação desta Assembleia é o reconhecimento de que é possível fazer mais e de que é possível fazer melhor.

Também lhe diria, Sr. Deputado, que a inclusão não começou hoje, nem acaba hoje, e não posso pintá-la de outra cor que não seja o cor-de-rosa, porque a inclusão nos Açores começou e desenvolveu-se, até ao presente momento, cor-de-rosa. Portanto, é essa a apreciação que tenho de fazer.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Só faltava essa da cor partidária!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PCP vai dar apoio a esta iniciativa do Governo Regional.

Entretanto, temos aqui algumas dúvidas, ou melhor, julgo que algumas questões que, entretanto, até já foram trazidas a debate, teriam ficado esclarecidas se nesta câmara, e da apresentação deste documento, ficássemos com uma ideia o mais aproximada possível das necessidades actuais. A questão é esta: eu não tenho dúvidas de que há alguma necessidade, mas gostaria – e julgo que todos gostaríamos – de saber quais são as necessidades neste momento. Até para, depois, podermos compreender o despacho da Secretária Regional da Educação e Formação, quando dissesse quantas bolsas são concedidas. Julgo que isso clarificava um pouco melhor e ajudava ao esclarecimento da câmara sobre estas questões.

Tenho depois algumas questões de pormenor. Julgo que o prazo que é concedido para o pagamento, se houver ruptura, portanto, se houver incumprimento por parte do formando, é um prazo demasiado curto, porque as situações de incumprimento podem ficar a dever-se às mais diversas e variadas questões, algumas delas até aceitáveis. Não estou a dispensar o pagamento da indemnização, mas julgo também que o prazo é relativamente apertado.

De qualquer forma, terá o nosso apoio.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, satisfaz-me reconhecer que todas as bancadas valorizaram esta Proposta de Decreto Legislativo. Trata-se de um reforço da valorização da escola inclusiva. Os Açores têm sido pioneiros nesta matéria, nós temos já há uma década trabalhado arduamente neste sentido. Criaram-se quadros de escola na área da educação especial, já há dez anos que isto tem sido feito.

No início, apostou-se num aumento em termos quantitativos, em termos docentes com uma formação generalista. Neste momento, estamos a apostar na especialização, em procurar respostas mais adequadas às necessidades específicas das crianças que se encontram nas nossas escolas. Trata-se, por vezes, de necessidades flutuantes: uma criança permanece X anos numa escola e tem uma necessidade de apoio e de intervenção específica, mas daqui a uns anos isso pode já não acontecer.

Também quero acrescentar que o diploma visa, sobretudo, a qualificação dos recursos humanos e, por outro lado, proporciona um incentivo à fixação. Esse incentivo é fundamental para criar uma melhor estabilidade e relação adulto/criança, sobretudo porque estas crianças necessitam de estabilidade para um desenvolvimento harmonioso e integral.

Nós estamos satisfeitos com o trabalho que tem sido desenvolvido, mas ainda não totalmente satisfeitos, queremos mais e melhor. Queremos que a escola seja realmente potencializadora do desenvolvimento destas crianças, daí que vamos apostar cada vez mais num diagnóstico precoce, que é fundamental. O número de crianças com estas necessidades aumenta, porque também o diagnóstico está a ser feito o mais precocemente possível. Por outro lado, queremos uma intervenção educativa adequada, sistemática e continuada. Só assim conseguimos resultados eficazes.

Também apostamos num trabalho articulado entre os técnicos, os docentes, os funcionários das escolas e toda a comunidade educativa. Portanto, tem de haver aqui um trabalho nesta área, um trabalho articulado e em parceria com os

diferentes intervenientes no processo educativo destas crianças e com os próprios encarregados de educação. Por outro lado, é fundamental acompanhar, monitorizar e avaliar todo este processo e verificarmos a qualidade da intervenção e do apoio.

Temos quase 500 docentes a prestar apoio nas escolas, temos 160 docentes especializados e ainda vamos aumentar este número este ano. Estamos a acreditar que, se educar é uma tarefa árdua, difícil e complexa, educar crianças com necessidades educativas especiais ainda é um desafio maior, que requer todo o nosso esforço e todo o nosso apoio.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Nélia Amaral, na sequência do bom espírito de colaboração que transita da Comissão e em que nos envolvemos neste diploma, devo começar por lhe dizer que não é por falta de leitura, é um diploma que li várias vezes, com muito gosto e com muita atenção. Não sendo eu jurista, há uma questão, que não é de falta de leitura, é uma questão de interpretação.

Eu li aquela que será a alínea b) após a proposta de alteração, que diz o seguinte:

“Candidatos admitidos a cursos de formação em necessidades educativas especiais reconhecidos e homologados”. Obviamente que aqui poderíamos incluir e eu quis, mentalmente, incluir, os docentes desempregados, mas, se bem se recorda, o ponto 4 do mesmo artigo diz o seguinte: *“Os candidatos referidos na alínea b) do número 1 assumem o compromisso de, uma vez concluída a formação, prestar serviço em qualquer das Unidades Orgânicas que integram o Sistema Educativo Regional”*.

Ora bem, o que se pretende dizer não é isso, porque eles não podem assumir esse compromisso, não está ao alcance deles se eles estão desempregados. O que se pode dizer é que estão disponíveis para isso. Se disser o seguinte: *“Os candidatos referidos na alínea b) do número 1 assumem o compromisso de, uma vez concluída a formação, estar disponíveis para prestar serviço em qualquer das Unidades*

Orgânicas que integram o Sistema Educativo Regional”, aí sim, estaremos de acordo.

É, repito, uma questão meramente de interpretação, nunca uma questão de falta de leitura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(* **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, no seguimento das várias intervenções, gostaria de insistir na proposta – no fundo, é uma proposta – do Deputado Paulo Rosa relativamente a uma certa seriação positiva dos docentes desempregados como primeiros, ou mais vocacionados e mais imediatamente chamados, se assim o entenderem, a este tipo de formação. Isso é considerado ou não pela Sra. Secretária? Ou, então, que tipo de... Falta-me agora o termo que quero utilizar, isto é cansaço.

Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): O tipo de critério.

A Oradora: Exactamente.

Qual o tipo de critérios para acesso a estas bolsas e se, nesses critérios, estão de facto os docentes neste momento desempregados?

A outra questão prende-se com este diagnóstico anual das necessidades das escolas, necessidades que podem variar, inclusive de ano para ano e o número de bolsas a atribuir, evidentemente, dependerá dos resultados deste diagnóstico anual. Muito bem. O que lhe pergunto é: dependerá deste diagnóstico anual e, portanto, há a garantia de que, feito o diagnóstico, identificadas as necessidades, elas serão correspondidas em número consentâneo de bolsas, ou isto depende da disponibilidade financeira da tutela, no caso a sua Secretaria? Porque uma coisa pode invalidar completamente a outra.

Muito obrigada.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve, só para dizer o seguinte: o modelo da escola inclusiva não é actualmente um modelo programático, nem um modelo, num sentido amplo, ideológico, que seja, neste momento, uma conquista unilateral do Partido Socialista. Todas as forças políticas representadas neste Parlamento o defendem nos seus programas eleitorais, é tão simples como isto.

Por isso é que lhe disse, em relação a esta proposta e como viu através das diferentes intervenções, aliás o diploma irá ser aprovado por unanimidade, o que acontece é que o discurso que fez – não a proposta, mas o discurso que ali fez, que aliás é uma crítica que ontem tive oportunidade de dirigir ao Sr. Deputado Aníbal Pires – às vezes dificulta-nos a aprovação dos modelos, porque o discurso, às vezes, não condiz com o diploma. Nesse sentido, evidentemente, disse-lhe que achei despropositado o objectivo da Sra. Deputada de tirar dividendos partidários desta iniciativa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor não tira, quando faz intervenções?

O Orador: Em relação à primeira questão, estamos conversados. É algo que, neste momento, é universal neste Parlamento, e não propriedade exclusiva do Partido Socialista, ponto número um.

Ponto número dois: a Sra. Deputada Nélia Amaral disse algo de que eu desconfiava, que não conhecem a situação actual. Pois não, não conhecem!

Deputada Nélia Amaral (PS): Não disse isso, o senhor ouviu mal.

O Orador: Não podem programar porque, à partida, não sabem o número de casos, as situações, a sua dispersão geográfica, a sua dispersão por escolas. A Sra. Deputada o que disse foi algo que eu critiquei há cerca de um ano: os senhores não têm um sistema que permita, num curto espaço de tempo, saber qual é o número de situações que têm e qual é a sua dispersão geográfica. Não têm! Aliás, tive a oportunidade de fazer um requerimento sobre essa matéria e apercebi-me de que os senhores não tinham uma resposta, não tinham uma programação centralizada sobre essa questão.

Por isso, evidentemente, ficam à espera do tal despacho, depois de saber o número de situações. Não deve ser assim. Devem estudar a situação presente, devem tentar saber todo o número de situações que existem e a sua dispersão territorial na nossa

Região. Assim é que as coisas deveriam ser feitas, de forma lógica, de forma coerente, mas não sabem.

Só não quero insistir mais neste campo, para não vos dar mais ideias, para não fazerem uma entidade reguladora para esta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Nélia Amaral (PS): Recebeu a resposta.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em resposta a algumas questões que aqui foram colocadas, cumpre-me informar que, nos trinta dias após a entrada em vigor do diploma, o Governo irá regulamentar sobre os critérios. Posso acrescentar que a questão dos desempregados ou das pessoas numa situação mais precária será tida em consideração, isso já está a ser considerado. E também definiremos os prazos de candidatura.

Quanto a equacionar as duas vertentes, a vertente orçamental com a vertente das necessidades pontuais de cada escola, claro que isto que está aqui não é *e/ou*, é *e*: será da conjugação destas duas vertentes que teremos depois o número de vagas. Vamos fazer o nosso melhor para que gradualmente possamos corresponder às necessidades.

Houve aqui a ideia de que poderíamos estar a fazer propaganda da actuação no sentido das medidas que têm sido tomadas. Não se trata de propaganda, nós temos de constatar que, a nível de educação especial, até especialistas que vieram de outros países da Europa a congressos cá o reconhecem, nós temos uma escola que caminha para a verdadeira inclusão e orgulhamo-nos disso. Queremos é aperfeiçoar, cada vez mais, este sistema.

Obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou a falar do discurso.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral, para esclarecimentos.

(*) Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, uma vez que a Sra. Secretária acabou por prestar alguns dos esclarecimentos que eu pretendia trazer a esta câmara, para refutar em absoluto as acusações que o Deputado Paulo Estêvão aqui trouxe. Aliás, o Sr. Deputado, se ler a resposta ao seu requerimento e se consultar as estatísticas da educação, percebe que não só a tutela sabe quais são os alunos com necessidades educativas especiais, quais são os diagnósticos e que unidades orgânicas frequentam, quais são os professores, qual é a especialização e em que quadros estão inseridos, como qualquer pessoa que consulte esses documentos pode saber. Não é isso que está em causa, Sr. Deputado.

O que está em causa é que estamos a aprovar um Decreto Legislativo Regional. Não vamos vir a esta casa todos os anos alterar um Decreto Legislativo Regional, para alterar o número de bolsas. E digo-lhe mais: se para o próximo ano lectivo for aberta vaga para apenas *uma* bolsa, para *uma* área de especialização, já é um passo, já é um contributo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O ano lectivo começa em Setembro e os senhores recebem os dados em Janeiro ou Fevereiro.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa, tem a palavra.

(* Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser extremamente curto na intervenção.

Apenas para deixar uma nota, para dizer que constatamos com muito agrado que a tutela acolha e partilhe a preocupação que temos com a qualificação dos professores desempregados, porque isso constitui um factor de empregabilidade acrescido.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vou colocar à votação na generalidade este diploma. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, o Projecto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para a especialidade.

O artigo 1.º do diploma não foi objecto de qualquer proposta de alteração, vou colocá-lo à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O PS apresentou duas propostas de alteração, uma delas para o artigo 2.º.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) Deputada Nélia Amaral (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para, de uma forma muito rápida, explicar as propostas de alteração e, se me permitir, explicaria também a proposta para o artigo 5.º.

A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 2.º pretende apenas corrigir um lapso de formatação, em que a alínea b) do n.º 1 não estava evidenciada, estava contida, parecia ser uma alínea única e não é. Portanto, é só para evidenciar a alínea a) e a alínea b).

A alteração proposta à redacção para o n.º 3 pretende clarificar a redacção, na sequência, aliás, duma dúvida que foi suscitada pelo Deputado Paulo Rosa em comissão. É a substituição de «ilha de residência» por «ilha onde exerce funções à data de candidatura à bolsa de formação». O que se pretende é evitar que haja confusão sobre onde o bolseiro depois se compromete a prestar serviço, se é na sua ilha de residência fixa, ou se é na ilha onde estava a trabalhar quando se candidatou.

A alteração ao n.º 1 do artigo 5.º pretende acolher uma sugestão feita pelo Sindicato Democrático. A redacção inicial dizia que os incentivos à fixação tinham a duração máxima de três anos, nós eliminámos a palavra «máxima», portanto os incentivos à fixação passam a ter uma duração fixa de três anos. Com isso, pretendemos incentivar uma maior estabilidade da permanência destes recursos numa unidade específica e assim, também, dar um contributo maior para a qualidade do ensino destas crianças.

Presidente: Muito bem, vamos então votar esta proposta de alteração do Partido Socialista para o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 2.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 3.º e 4.º não são objecto de qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, coloco-os à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Há uma proposta de alteração do Partido Socialista, que acabou de ser explicada, para o artigo 5.º, vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 5.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Dos artigos 6.º ao 11.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, coloco-os à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos proceder agora à votação final global do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma, em votação final global, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem, Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer agora um intervalo de 30 minutos. Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 35 minutos, até já.
Muito obrigado.

(Eram 18 horas e 05 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, agradeceia que retomassem os vossos lugares, para reiniciarmos o nosso trabalho.

(Eram 18 horas e 40 minutos)

Vamos prosseguir na nossa agenda, com a análise da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009 – “Segunda alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar Regional”**.

Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional visa realizar e dar execução prática a um necessário ajustamento das regras relativas à atribuição do acréscimo regional, particularmente ao complemento regional remuneratório.

Neste contexto, a proposta deriva do facto simples e objectivo de a estrutura remuneratória dos trabalhadores, que era, até à reforma da administração pública regional, feita em índices, ter passado a ser em escalões remuneratórios. Consequentemente, era necessário fazer o ajustamento, para que os funcionários da administração pública regional não fossem prejudicados, fazer esse ajustamento dos enquadramentos dos escalões, para que desta alteração, do ponto de vista de estrutura, não correspondesse qualquer redução da remuneração e do valor da

remuneração complementar a que os funcionários da administração pública regional têm direito.

Em segundo lugar, e importante, tendo em conta que por essa via o valor de cada escalão é definido num montante exacto e pré-determinado, era necessário introduzir uma norma que permitisse a sua actualização anual, em função da variação da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, de forma a que anualmente esse valor por escalão não ficasse desactualizado.

Em terceiro lugar, para clarificar algumas interpretações que pudesse haver, nomeadamente nos âmbitos dos trabalhadores da administração local, ficou clarificado e definido nesta proposta legislativa que nenhum trabalhador com direito à remuneração complementar pode ter um valor de vencimento menor do que aquele que decorre do acréscimo regional à retribuição mínima mensal, tendo em conta que são calculados por parâmetros diferentes. Não acontecia na administração regional, mas poderia eventualmente acontecer em funções com menor nível remuneratório na administração local. Para que isso não possa acontecer e haja um enquadramento legal para que isso não aconteça, foi introduzida esta norma, que clarifica essa situação e assegura a todos os funcionários, neste caso concreto também da administração local, um valor de remuneração que é pelo menos igual ao valor resultante do acréscimo regional à remuneração mínima mensal garantida.

Neste contexto, esta proposta tem como objectivo, simples, ajustar a realidade da remuneração complementar à nova forma de funcionamento e de contabilização das remunerações dos trabalhadores da administração pública, e, por essa via, não só garantir-lhe uma valorização anual, como, particularmente, assegurar que nenhum trabalhador tenha uma remuneração inferior àquela que decorre do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Não havendo, para já, mais inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional: Relativamente a esta iniciativa, gostaria de começar exactamente por uma questão que julgo que nos é cara. É cara ao PCP, mas deve ser cara a todos os deputados, independentemente das famílias políticas a que pertencem, até numa situação que, durante o Plenário, foi aqui falada: a questão do trabalho, dos trabalhadores, da protecção que deve ser feita aos trabalhadores e o esforço que o Governo Regional tem feito para que isso aconteça.

A verdade é que defender os trabalhadores e ter respeito por eles é também ter respeito por quem os representa e cumprir aquilo a que a lei obriga. Uma vez mais, o Governo Regional não promoveu a negociação sobre esta matéria. E esta matéria é daquelas que, julgo, não deixa nenhum tipo de dúvida relativamente à obrigatoriedade da negociação. É matéria remuneratória e, como tal, devia ter sido objecto de negociação. Julgo que o Governo Regional está a tentar institucionalizar um procedimento, que é remeter para a Assembleia uma competência que é sua. Não: essa competência é do Governo Regional e julgo que a deve exercer.

Sr. Vice-Presidente, permita-me que lhe diga: relativamente a esta questão, também é assim que se defende o trabalho, também é assim que se defendem os trabalhadores, é cumprindo aquilo que a lei confere, nomeadamente esse direito. E, uma vez mais – já tivemos oportunidade, numa outra altura, de conversar sobre esta questão –, o Governo Regional alheou-se completamente do cumprimento dessa obrigação legal.

É evidente que nós não nos vamos opor e vamos votar favoravelmente este diploma, mas, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, julgo que esta não é a melhor forma e o Governo não poderá dizer por inteiro que defende o trabalho, os trabalhadores e o emprego, enquanto tiver atitudes como a que tem tido quando se trata de negociação com os sindicatos. Não é só por uma questão de urbanidade, não é só isso, é porque, de facto, a lei obriga. Julgo que seria bom para um Governo, que não é um Governo qualquer, é um Governo do Partido Socialista, ter essa prática.

Para já, fico-me por aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS, também, numa forma geral, não vê aqui nenhuma situação da qual possamos discordar, porque tem a ver essencialmente com actualizações, tendo em conta a reforma da administração pública.

O que aqui encontramos de mais significativo, uma das partes mais significativas, tem a ver com a alteração dos índices remuneratórios para as posições financeiras e, portanto, desse ponto de vista, nós não temos nada a opor.

Por alturas da Comissão, só levantei a questão, exactamente, do artigo 10.º, porque me parecia que naquele momento deixava de haver a tal dinâmica das actualizações, pelo facto de estar fixo esse valor no artigo 10.º, mas penso que esta é uma questão que o Sr. Presidente da Comissão de Economia depois poderá esclarecer melhor, quando fizer a sua intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho manifestar a posição do Partido Socialista, que irá votar favoravelmente a proposta apresentada pelo Governo, proposta essa que, como o Sr. Vice-Presidente já apresentou e os meus colegas da Comissão também já referiram, é uma mera alteração ao diploma anterior, fruto da reforma que houve na administração pública em termos dos índices e carreiras e da própria definição do conceito de empregador na função pública.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado do PCP, nós em comissão chegámos a abordar esse assunto, porque o sindicato havia-se pronunciado a tempo para a Comissão e, fazendo uma leitura como fizemos na Comissão, esta matéria essencialmente não altera substancialmente nada do que estava no diploma anterior.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas é ou não matéria objecto de negociação? É essa a questão!

O Orador: Relativamente ao objecto do diploma em si, o que se repõe é uma situação que não poderia ficar tal qual estava antes. Se havia índices, eles deixaram de existir e passou a haver níveis da função pública, foi uma equiparação desses índices para os níveis existentes.

Relativamente à questão de assegurar que qualquer funcionário público, como disse ali, em especial os das autarquias locais, vir a receber o dito salário mínimo regional, ao fim e ao cabo vamos ao encontro do que os sindicatos queriam, que era ninguém auferir uma remuneração inferior à remuneração mínima garantida.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é essa a questão. A questão é que não cumpre.

O Orador: Sim, nós percebemos o que o senhor disse, e o sindicato, mas o nosso entender foi este.

Relativamente à especialidade, há só duas propostas de alteração. Pedia autorização ao Sr. Presidente e ficaríamos com o assunto arrumado desde já.

A primeira proposta que vem da Comissão relativamente ao artigo 1.º é só para colocar um ponto que foi alterado no diploma e não estava referenciado. Portanto vem, ao fim e ao cabo, melhorar o diploma nesse aspecto.

A proposta que entregamos hoje, subscrita pelos partidos da Comissão, tem a ver com o tecto máximo de quem pode beneficiar da remuneração complementar, que no diploma anterior era o índice 380. Quando se diz que o índice 380 era o tecto máximo de quem poderia auferir a remuneração complementar, fixando um valor como está hoje neste artigo, ao fixá-lo poder-se-ia levar a entender que não haveria um crescimento daquele valor, ou das pessoas que poderiam beneficiar, quando houvesse aumentos da função pública. Apesar de se poder perceber através do artigo 11.º, que previa a alteração de escalão em escalão, todavia o artigo anterior teria, ao fim e ao cabo, também de ser alterado de todas as vezes que houver alterações às remunerações dos funcionários públicos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também para manifestar o acordo, não só ao diploma, que é na prática um diploma que transforma letras ou números dos índices em montantes, mas também concordar com a observação pertinente do Deputado Pedro Medina em sede de Comissão de Economia que, e bem, referia que se não houvesse uma actualização do montante referido no artigo 10.º, a actualização ao artigo 10.º, com as actualizações ano a ano, ia comendo alínea a alínea, começando já no próximo ano pela alínea l).

Portanto, adaptado, corrigido, esclarecido ou aclarado esse pormenor, nós damos não só o apoio ao diploma, como também às propostas de alteração.

Obrigado.

Presidente: O Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida para, em primeiro lugar, mostrar a nossa satisfação – apesar de o Bloco de Esquerda não se ter pronunciado, penso que também será nesse sentido – pela unanimidade que esta proposta acolheu desta Assembleia.

Também para dizer concretamente – e muito rapidamente, sem querer entrar, nesta matéria, em debate em relação ao Sr. Deputado Aníbal Pires – que o entendimento do Governo é que o processo negocial com os sindicatos deve existir sempre, quando existam matérias que careçam de negociação, nos termos da lei. Ora bem, este diploma não trata de alteração de direitos, não trata de alteração de tabela remuneratória, inclusivamente trata de reforçar os direitos, as garantias e o montante de vencimento dos próprios funcionários. Neste contexto, a legislação laboral foi cumprida na íntegra. Aliás, este Governo tem uma prática, que demonstrou sempre, quando foi necessário e quando tinha enquadramento legal o processo negocial, como na reforma profunda que fizemos da administração pública regional, de o mesmo ser feito, nos termos legais que foram identificados e realizados.

Permita-me só uma sugestão, em termos de intervenção final. Sei exactamente o que vou afirmar nesta matéria: era também muito importante que, na defesa da própria autonomia regional, os pareceres feitos por algumas organizações sindicais fossem feitos na Região. Nessa matéria, mais facilmente estariam adequados à realidade regional. Quando se faz pareceres sobre legislação regional em sedes no continente, por vezes não se conhece a especificidade da Região.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, vou passar à votação na generalidade deste diploma. Agradecia, portanto, que retomassem os vossos lugares.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos para a especialidade.

O artigo 1.º tem duas propostas de alteração, que o Sr. Deputado José Rego já explicou. Passo a colocar à votação a primeira, a que vem da Comissão de Economia.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação, de seguida, a proposta apresentada por um grupo de deputados, que tem a ver com o artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional 8/2002/A, de 10 de Abril.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora sim, vamos votar o artigo 1.º, com as alterações que acabam de lhe ser introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 2.º, 3.º e 4.º não têm qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da câmara, vou colocá-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos,
Apresentação do Relatório da Comissão Eventual de Inquérito à Ruptura no Abastecimento de Água na Ilha Terceira.

Dou a palavra ao Sr. Relator, Berto Messias, para apresentar o relatório.

Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito à Ruptura no Abastecimento de Água de Angra do Heroísmo

INTRODUÇÃO

Por requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) constituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito à Ruptura no Abastecimento de Água na Ilha Terceira (CPIRAAIT), com a missão de averiguar as razões que provocaram as anomalias verificadas no abastecimento de água, à população e aos diversos sectores de actividade, no Concelho de Angra do Heroísmo, e recensar procedimentos adequados para os corrigir.

Segundo o requerente, esta Comissão tem como objectivo determinar:

- Quais os efectivos dos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) existentes na Ilha Terceira, nomeadamente em Angra do Heroísmo;
- Com que base de suporte – estudos ou plano – tem sido gerido o abastecimento de água à população, em Angra do Heroísmo, e que sustentação teve a decisão de realização dos investimentos anunciados;
- Quais as acções concretas que têm sido realizadas, pelo Governo Regional, desde 2003, no sentido de por em prática as orientações de estratégia definidas no Plano Regional da Água;
- Qual o tipo de licenciamento atribuído e fiscalização efectuada, pelo Governo Regional, à actividade industrial localizada no domínio da caldeira dos Cinco Picos, nomeadamente, no acompanhamento que deve ser feito aos registos das explosões;
- Qual o estudo ou plano que sustentou o Governo Regional na decisão de incentivo ao arroteamento de terrenos, nomeadamente na Caldeira Guilherme Moniz.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A CIPRAAIT foi constituída pelo Despacho n.º 232/2009, de 18 de Fevereiro, de Sua Excelência o Presidente da ALRAA, tendo por objectivo averiguar as reais razões que provocaram as anomalias verificadas no abastecimento de água, à população e aos diversos sectores de actividade.

Este despacho surgiu no seguimento dum requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, e subscrito por 12 deputados.

A disciplina jurídica aplicável às Comissões Eventuais e de Inquérito está plasmada no artigo 43.º do Regimento da ALRAA e no artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Como se depreende do estabelecido no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento da ALRAA e no n.º 5 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores a Comissão Eventual foi obrigatoriamente constituída, pelo

facto da sua constituição ter sido requerida por um quinto dos Deputados em efectividade de funções.

No ponto 6 do Despacho supramencionado estabelece-se que a Comissão apresentará o seu relatório ao Plenário no prazo de 180 dias a contar da data da tomada de posse dos respectivos membros.

Foi pedida uma prorrogação desse prazo por 60 dias em 10 de Setembro de 2009, tendo sido a mesma autorizada por Sua Excelência o Presidente da ALRAA.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A CPIRAAIT, constituída pelo Despacho n.º 232/2009, de 18 de Fevereiro, de Sua Excelência o Presidente da ALRAA, tomou posse no dia 31 de Março de 2009, ficando composta por 13 Deputados, 7 Deputados do Partido Socialista, 4 Deputados do Partido Social Democrata, 1 Deputado do Partido Popular e 1 Deputado do Bloco de Esquerda, podendo as representações parlamentares da Coligação Democrática Unitária e do Partido Popular Monárquico assistir às reuniões, mas sem direito a voto.

Deputado Domingos Cunha (PS), que assumiu a Presidência;

Deputado Berto Messias (PS), Relator;

Deputada Carla Bretão (PSD), Secretária;

Deputado António Parreira (PS);

Deputada Cláudia Cardoso (PS);

Deputado Hernâni Jorge (PS);

Deputado José Gaspar Lima (PS);

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS);

Deputado António Ventura (PSD);

Deputado Cláudio Lopes (PSD);

Deputado Clélio Meneses (PSD);

Deputado Artur Lima (CDS-PP);

Deputado José Cascalho (BE);

Deputado Aníbal Pires (CDU), sem direito a voto;

Deputado Paulo Estêvão (PPM), sem direito a voto;

A partir do dia 1 de Setembro de 2009, o Deputado José Cascalho (BE) foi substituído pelo Deputado Mário Moniz (BE).

TRABALHO DA COMISSÃO

A CPIRAAIT reuniu por sete vezes: no dia 31 de Março de 2009, no dia 28 de Abril de 2009, no dia 06 de Maio de 2009, no dia 19 de Maio de 2009 e no dia 14 de Outubro de 2009, sendo a primeira reunião realizada na Sala das Comissões, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na Ilha do Faial, as quatro reuniões seguintes realizaram-se na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da Ilha Terceira, a sexta reunião realizou-se na Sala das Comissões, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Ilha do Faial e a sétima e última reunião realizou-se na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da Ilha Terceira.

A CPIRAAIT deliberou ouvir, em audição, o Secretário Regional do Ambiente e do Mar, o Secretário Regional da Agricultura e Florestas, o Professor da Universidade dos Açores, Félix Rodrigues, o Professor da Universidade dos Açores, Eduardo Dias, o Professor da Universidade dos Açores, Eduardo Brito de Azevedo, o Professor da Universidade dos Açores e Administrador Executivo da Empresa Municipal Praia Ambiente, Francisco Cota Rodrigues, a Professora da Universidade dos Açores Teresa Ferreira, o Professor da Universidade dos Açores, João Carlos Nunes, o autor do estudo sobre os problemas no abastecimento de água em Angra do Heroísmo, Professor João Lopo Mendonça, o Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal Praia Ambiente, Paulo Messias, a Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Andreia Cardoso, acompanhada pela Presidente dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, Sofia Couto, o Professor da Universidade dos Açores, Victor Hugo Forjaz e o antigo Director Regional dos Recursos Hídricos e Ambientais, Dr. Virgílio Cruz.

Além das audições acima referidas, a Comissão deliberou fazer uma visita guiada por técnicos e administradores dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo ao sistema de abastecimento de água de Angra do Heroísmo.

Foi proposta a Audição da Professora Zilda Dias que solicitou escusa de ser ouvida pela Comissão, devidamente fundamentada, ao respectivo Presidente.

1ª Reunião:

Reunião realizada a 31 de Março de 2009, pelas 10:30h, na Sala das Comissões, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Ilha do Faial.

Constaram da Ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- . Instalação da Comissão e eleição da respectiva mesa;
- . Metodologia e calendarização do trabalho a desenvolver;
- . Outros Assuntos;

O Deputado Lizuarte Machado (PS) substituiu o Deputado Hernâni Jorge (PS) e o Deputado João Costa (PSD) substituiu o Deputado António Ventura (PSD).

Estiveram presentes como observadores e sem direito a voto o Deputado Aníbal Pires (CDU) e o Deputado Paulo Estêvão (PPM).

Ao abrigo do artigo 2º do Regimento foi composta a mesa provisória pelo Deputado Manuel Herberto Rosa (PS) enquanto Presidente, pelo Deputado José Gaspar Lima (PS), enquanto Secretário e pela Deputada Carla Bretão (PSD) enquanto Secretária.

Ao abrigo do artigo 38º do Regimento, foi eleita a mesa da Comissão sendo o Presidente o **Deputado Domingos Cunha (PS)**, o Relator o **Deputado Berto Messias (PS)** e a Secretária a **Deputada Carla Bretão (PSD)**.

Depois de eleita a mesa, o Presidente recém-eleito, **Deputado Domingos Cunha**, propôs a metodologia a implementar e propôs uma lista de especialistas a serem ouvidos em Audição pela Comissão.

O **Presidente da Comissão** propôs que fossem ouvidos o Secretário Regional do Ambiente e do Mar, o Professor Félix Rodrigues, o Professor Eduardo Dias, o Professor Eduardo Brito de Azevedo, o Professor João Lopo Mendonça, o Professor Francisco Cota Rodrigues, a Presidente da Câmara Municipal de Angra

do Heroísmo, a Presidente dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo e o Presidente da Empresa Municipal Praia Ambiente.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** propôs que a Comissão solicitasse toda a documentação referente à implementação do Plano Regional da Água, que fosse realizada uma visita guiada pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo ao sistema de abastecimento de Água e que, além dos nomes já propostos pelo Partido Socialista, que fossem ouvidos, também, o Professor Victor Hugo Forjaz, a Professora Zilda Dias e um especialista em explosivos.

O Deputado **José Cascalho (BE)** subscreveu e concordou com as propostas do PSD e propôs que fossem solicitadas as estatísticas sobre o consumo de água *per capita* para que seja possível verificar se existiu ou não aumento do consumo.

O **Deputado Artur Lima (CDS-PP)** propôs que fosse ouvido o responsável pelo Instituto Regional do Ordenamento Agrícola – IROA e que a Comissão solicitasse todos os relatórios dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, nos quais seja possível verificar a evolução dos caudais/abastecimento de água em Angra do Heroísmo nos últimos quatro anos e os estudos relativos da aferição da qualidade da água.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** propôs que esses relatórios contenham a evolução dos últimos oito anos e não dos últimos quatro. Propôs, também, que só após a chegada e leitura dos documentos solicitados é que a Comissão deve avançar para as audições propostas.

O Presidente da Comissão, **Deputado Domingos Cunha (PS)**, acatou todas as recomendações dos Deputados intervenientes afirmando que irá fazer todas as diligências necessárias para que seja possível recolher a informação solicitada, bem como irá acrescentar à lista de audições, os nomes propostos pelos vários partidos, propondo que o representante do IROA seja o Secretário Regional da Agricultura e Florestas, que tutela este Instituto, proposta que não teve qualquer oposição dos presentes.

2ª Reunião:

Reunião realizada a 28 de Abril de 2009, pelas 10:00h, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Ilha Terceira.

Constaram da Ordem de Trabalhos os seguintes pontos:

- . Audição do Secretário Regional do Ambiente e do Mar;
- . Audição do Secretário Regional da Agricultura e Florestas;
- . Audição do Professor Félix Rodrigues;
- . Audição do Professor Eduardo Dias;
- . Audição do Professor Eduardo Brito de Azevedo.

Faltaram à reunião, justificadamente, o Deputado Hernâni Jorge (PS) e o Deputado Berto Messias (PS) e esteve presente o Deputado Aníbal Pires (CDU) como observador e sem direito a voto.

Audição do Secretário Regional da Agricultura e Florestas:

O **Presidente da Comissão** solicitou ao **SRAF** uma exposição sobre alguma situação que tenha interferido neste problema da ruptura do abastecimento de água, quer sob o ponto de vista do abastecimento de água para consumo humano, como também para outras actividades ligadas ao sector.

O Secretário Regional da Agricultura e Florestas (SRAF) começou por dizer que existem duas áreas de intervenção que podem aportar na questão dos recursos hídricos e na sustentabilidade da sua exploração e utilização.

Uma delas diz respeito ao sistema de abastecimento de água e à necessidade de abastecimento da mesma às explorações agrícolas em geral e pecuárias em particular. A outra área diz respeito à questão dos trabalhos de movimentação de terras, as chamadas arroteias, ou aos processos de florestação ou reflorestação de áreas agrícolas marginais ou de exploração de áreas florestais.

No que diz respeito às questões que se interligam com a questão de abastecimento de água à agricultura e aos investimentos que têm sido feitos nessa matéria, há muitos anos que tem vindo a ser feita uma gestão criteriosa neste âmbito em colaboração com as autarquias locais, quer no sentido de disponibilizar aquelas que possam ser as redes de abastecimento, quer no sentido de aproveitar as sobras que os próprios sistemas camarários possam ter. Isso tem acontecido na Região, e na Terceira também, com todas as câmaras municipais, porque é de uma forma mais integrada e articulada que é possível aproveitar um recurso que precisa de ser gerido com muita cautela.

O **SRAF** afirmou ainda que, na última legislatura, foi investido em sistemas de captação, distribuição e de armazenagem de água à Ilha Terceira o montante de 5 milhões, 908 mil, 729 euros e 34 cêntimos.

Neste ano de 2009 estão previstos investimentos, alguns deles já em execução, que rondam 1 milhão, 92 mil, 654 euros e 49 cêntimos.

Das obras de maior relevo e importância que serão executadas ou que estão em execução este ano referiu, na primeira fase do sistema integrado de abastecimento de água nos Outeiros, com a captação de duas nascentes (a nascente do Assopro e das Ovelhas) no perímetro de ordenamento agrário Serra do Cume/Agualva, e também a abertura de dois furos de captação, um no terreno da estação de tratamento de águas no Cabrito, e outro no caminho do Cabouco, no Cume, Feteira/Porto Judeu/São Sebastião.

Quanto a outra questão que influencia, directa ou indirectamente, o regular abastecimento de água na Ilha Terceira como as arroteias, o **SRAF** indicou, partindo do princípio que os trabalhos que se desenvolvem nestas áreas podem ter influência não imediata, mas a médio e a longo prazo, nos caudais e nos reservatórios de água de acordo com os elementos que estão disponíveis, nomeadamente no Serviço Florestal da Ilha Terceira, entre Outubro de 1974 e Dezembro de 1978 arrotearam-se na Terceira 823 hectares. Destes 823 hectares, 400 hectares eram de terras baldias e 423 de terras particulares.

Estes dados constam do relatório técnico do Programa Pecuário dos Açores (PPA) que se desenvolveu naquela altura.

Em 1981, com a entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional 19/81/A, de 27 de Outubro, foi enviado à Direcção Regional dos Recursos Florestais o licenciamento para transformação de terrenos incultos ou florestais em terrenos de cultura, pastagens ou outras utilizações para outros fins.

Dos registos existentes no Serviço Florestal da Ilha Terceira, entre 1983 e 1996 arrotearam-se 357 hectares, uma média de 25,5 hectares por ano; entre 1997 e 2008 arrotearam-se 61,84 hectares, ou seja, 5,2 hectares por ano.

No caso concreto da bacia hidrográfica da Caldeira Guilherme Moniz, entre 1983 e 2008, praticamente não existiram alterações em termos de ocupação de solo.

Segundo o **SRAF**, esta informação pode ser confirmada pelas fotografias aéreas que existem, tiradas em 1987 e em 2004. Na comparação dessas fotografias verifica-se que não há grandes alterações na ocupação dos solos da bacia hidrográfica da Caldeira Guilherme Moniz.

Em idêntico período, em termos de arborização, entre 1982 e 1996, foram arborizados 65 hectares, o que significa uma média de 4,6 hectares por ano.

Entre 1997 e 2008, foram arborizados 262 hectares, o que significa, 21,8 hectares por ano, em média.

Entre 1999 e 2003, também para a questão particular da Caldeira Guilherme Moniz, foram arborizados 46,2 hectares, 15,8 hectares de terrenos agrícolas e 30,4 hectares de área explorada economicamente.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** colocou duas questões. Se, perante a descrição feita é opinião do **SRAF** que as arroteias existentes não serão a principal razão pela qual ocorreu ao nível do abastecimento de água em Angra do Heroísmo e se hoje se verifica uma concorrência entre o consumo de água humano e o consumo de água nas explorações agrícolas não só pelo facto de termos um aumento do número de animais, como também um aumento das estruturas fixas de ordenha, um aumento das exigências higiénicas nas várias explorações e um aumento da produção de leite. É notória, no terreno, essa concorrência e o impacto que ela tem na escassez de água. Todo o aumento verificado levaria, com certeza, a investimentos avultados que resolvam este problema.

A **Deputada Carla Bretão** referiu-se, ainda, ao investimento de 3 lagoas artificiais que estava previsto e que foi abandonado devido a supostos problemas higienosanitários relacionados com a altitude das lagoas.

O **SRAF** respondeu que no que se refere às arroteias e à arborização de terrenos não tem conhecimentos técnicos suficientes para concluir que as arroteias são ou não uma causa para os problemas de abastecimento de água na Ilha Terceira. Mas pelo conhecimento empírico que tem é possível afirmar que estas questões influenciam directamente as questões relacionadas com os recursos hídricos a médio longo prazo.

Essa relação pode não ser imediata, ou seja, ao reflorestar uma área florestal hoje, amanhã desapareça a água. Pode ter alguma influência em termos de manutenção dos aquíferos, nomeadamente dos volumes que estão disponíveis.

O **SRAF** afirmou que tem dados concretos com fundamentação técnica que indicam que nos períodos referidos na intervenção inicial foram executadas algumas arroteias, na altura inicial com maior intensidade.

Vieram a cair ao longo dos anos, exactamente ao contrário do que aconteceu com este processo de florestação que caiu nos primeiros anos, após 1974, e que de uma forma consistente têm evoluído muito, de uma forma mais significativa no último decénio.

No que diz respeito ao abastecimento de água à lavoura, o **SRAF** indicou que não se verifica, na Região, um crescimento do efectivo animal. Esse efectivo, depois de crescer no final da última década do século passado, tem-se mantido estável. Há sim é um crescimento das estruturas produtivas. Aumentou significativamente o volume de investimento nas estruturas fixas das explorações, nomeadamente no que diz respeito às casas de ordenha que são mais um elemento de consumo de água.

O consumo de água à lavoura, atendendo a que tínhamos o mesmo número de animais, mantém-se mais ou menos estável. Aumentará na medida em que muitas explorações ficaram com equipamentos referentes à lavoura modernizados, com salas de ordenha. É nessa medida apenas que se provoca uma solicitação maior aos sistemas de abastecimento de água.

O **SRAF** referiu, ainda, a Lagoa do Cabrito, afirmando que a questão fundamental da Lagoa do Cabrito prende-se com a sua altitude e a qualidade de água que ali se consegue manter armazenada.

O processo exige, como aliás foi executado posteriormente, uma estação de tratamento das águas da Lagoa do Cabrito. É um processo muito complexo e exigente.

Mesmo assim, apesar do tratamento que a água da Lagoa do Cabrito tem no sistema de tratamento da estação que foi lá construída, quando há necessidade de recorrer à água da lagoa para abastecer as explorações e para dar aos animais,

verifica-se, e existem notícias por parte de grande número dos produtores que usam aquela água, que os animais têm um período de nega à água, que dura cerca de 8 dias, exactamente porque a água, apesar de bem tratada, tem sempre um sabor e um cheiro a podridão que a altitude da lagoa determina, segundo dizem os técnicos e as pessoas que têm trabalhado e que têm sido consultadas sobre a matéria.

Em razão destas questões, quer os técnicos consultados, quer os serviços do IROA, quer até os próprios produtores que têm acompanhado esse processo, são de opinião que se deve proceder a furos de captação.

No seguimento dessas recomendações o **SRAF** afirmou que foi dada prioridade à execução de dois furos de captação nos sítios onde foi entendido ser mais necessário, num aspecto de complementaridade com as redes camarárias, um furo junto à estação de tratamento de águas do Cabrito e outro no caminho do Cabouco, no Cume.

O **Deputado Artur Lima (CDS-PP)** lembrou a visita que fez ao IROA em Julho do ano passado para discutir o abastecimento de água à lavoura. Na altura, o CDS-PP, preocupado com estas questões tentou obter alguns esclarecimentos junto do IROA.

Afirmou que, na reunião com o IROA, foram informados que estavam previstas 3 lagoas para o abastecimento de água à lavoura pelo executivo anterior, que seria feita uma lagoa na zona de Santa Bárbara e que havia a intenção de separar a rede e de fazer uma rede própria para abastecimento à lavoura em determinadas situações, em determinadas bacias, em determinadas zonas específicas, como o Cabrito e Zona de Santa Bárbara.

Perguntou se de facto este investimento de separação das redes vai avançar, tendo em conta o aumento do consumo de água por animal que subiu de 50 litros para 100 litros, e se o **SRAF** acredita que este consumo vai manter-se estável, se existe algum estudo referente a este dado, se estão previstas algumas sessões de sensibilização junto dos agricultores para uma melhor gestão e consumo da água e se o **SRAF** acha necessário avançar para mais uma ou duas lagoas de armazenamento de água.

O **SRAF** respondeu que não é apologista da separação de redes mas sim do desenvolvimento e aprofundamento da cooperação existente com as autarquias por razões de racionalidade e de gestão dos sistemas de abastecimento de água.

Poderá, porém, haver situações onde as necessidades de água agrícola não se entrecruzam com as redes existentes noutros locais, em particular com as redes camarárias e esses sistemas não têm, à partida, por parte das próprias autarquias locais, uma grande disponibilidade para fazerem a sua gestão.

Tratam-se fundamentalmente, na maior parte dos casos, de algumas captações de armazenamento dessa água e de disponibilizar bocas de abastecimento aos produtores.

Em todo o caso, mesmo nessas situações, porque os serviços municipalizados têm conhecimento, têm experiência, têm funcionários, têm um conjunto de elementos que podem ajudar e que ajudarão certamente na gestão dos recursos de água da ilha e de todas as ilhas.

Referiu que a disponibilidade do Governo é sempre para cooperar e para estabelecer protocolos com as câmaras municipais no sentido de lhes transmitir a gestão dos sistemas de abastecimento de água à lavoura.

Isso tem acontecido, aliás, em todas as ilhas e com todas as câmaras municipais da Região.

Quanto à estabilidade do consumo e à previsibilidade que o consumo de água na agricultura se mantenha nos próximos 10 a 15 anos, o aumento referido por animal tem a ver, não propriamente com o aumento dos animais existentes na ilha ou na Região, mas tem a ver fundamentalmente com os processos de maior exigência no que diz respeito à qualidade, ao bem-estar animal e à concentração, ou seja, à exploração pecuária leiteira, principalmente mais redimensionada que temos hoje, e que arrasta os investimentos em salas de ordenha, em parques de alimentação e de retenção de gado e que induz também a necessidade de higiene dessas explorações.

Acredita que esta evolução se irá verificar nos próximos tempos, porque o que tem vindo a ser impulsionado pelo Governo é o redimensionamento das explorações para que estas se tornem mais competitivas, mais sustentáveis. Se isso acontece,

significa que as explorações vão ter uma dimensão média superior e isso vai induzir necessariamente a investimentos, que aliás são apoiados pelo PRORURAL, nas estruturas da própria exploração, parques de retém, parques de ordenha, necessidade de maior consumo de água para efeitos de higiene e da qualidade do que se produz.

Portanto, é previsível que o consumo de água aumente nos próximos anos e é exactamente por isso que não podem parar os investimentos nos sistemas de captação, armazenagem e distribuição de água à lavoura.

No que diz respeito às acções de sensibilização aos produtores têm sido executados esses investimentos sempre com grande envolvimento das organizações de produtores, que ajudam a definir prioridades, bem como com as autarquias.

Afirmou, ainda, que o desejo do Governo é aumentar as redes de abastecimento à parcela. Como já existem na Região cerca de 2.230 explorações com água à parcela, isto introduz o regime de maior racionalidade no consumo da água. Desta forma perde-se menos água. Há alguns anos não existia nenhuma exploração com água nas suas parcelas. Hoje, existem cerca de 2300 com exploração directa nas explorações. Na Terceira estão a ser montados ramais e contadores nas explorações em colaboração e em cooperação com as organizações de produtores e com as câmaras municipais, porque é um processo que induz maior racionalidade no uso e no consumo de água, embora as acções de sensibilização sejam feitas mas, de uma forma geral, para todos os consumidores de água.

No que diz respeito a saber se existem mais ou menos lagoas, temos sempre que investir muito na captação de água e na sua armazenagem.

A armazenagem de água deve fazer-se da melhor forma possível para que ela mantenha ao máximo a sua qualidade original e para que seja distribuída também com qualidade.

Na Lagoa do Cabrito está-se a tentar estudar formas de cobrir e evitar a degradação da água, por estar guardada durante longos períodos.

As lagoas a baixas altitudes, segundo dizem os técnicos, têm esta componente nefasta. Daí, e pela urgência que também existia de resolver fortalecer e reforçar os

sistemas de abastecimento de água à lavoura, optou-se por fazer de imediato os dois furos já referidos.

Existe outra acção que tem a ver com a possível armazenagem de água no Pico da Bagacina, com uma impermeabilização de uma área ali existente.

Neste momento aguarda-se que haja uma informação técnica sobre a localização deste investimento, até porque, o Pico da Bagacina é área protegida. Portanto, dentro do seu perímetro não é possível fazer rigorosamente nenhum investimento nessa matéria.

Portanto, trata-se eventualmente de uma impermeabilização. Ainda não está definida a localização.

Não é um investimento para 2009, porque não existem certezas, nem a garantia, de que existem as informações técnicas necessárias, atendendo à sensibilidade daquela área, para dizer que este ano se vai fazer essa impermeabilização.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** referiu que havia um investimento projectado há largos anos para 3 lagoas de retenção de água para a lavoura, mas que terá sido abandonado pelas razões há pouco invocadas.

Relativamente à concorrência entre o abastecimento de água à lavoura e o abastecimento de água à população conclui-se que se por várias razões este investimento teve que ser abandonado, esta concorrência poderia ter sido evitada se anteriormente tivessem feito esses furos que agora estão projectados. Ou seja, os furos referidos pelo SRAF surgem agora pela situação caótica vivida no último Verão.

Observou, ainda, que os serviços municipalizados, através da sua presidente, questionados em reunião de Câmara e também em Assembleia Municipal, referiram sempre que seria muito conveniente e que até já estaria a ser feita uma separação de redes entre o abastecimento para a população e o abastecimento para a lavoura, havendo um diferendo de opiniões, o que leva a concluir e a questionar se haverá realmente ou não coordenação entre a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas e os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.

O **SRAF** afirmou que as redes de abastecimento de água à lavoura são projectadas, executadas, financiadas pelo IROA, não são pelas câmaras municipais. Era bom

que houvesse muitos mais quilómetros de rede, muitas mais captações e muita mais água.

Não existe qualquer conflitualidade entre as partes.

Quanto à concorrência do abastecimento de água à lavoura com o abastecimento de água à população, explicou que esta concorrência sempre existiu e vai continuar a existir.

Se não houver água no sistema de abastecimento agrícola e houver na casa do agricultor, ele não deixa de carregar um tanque de água em sua casa para levar para as vacas. E vice-versa. Se houver água no sistema de abastecimento à agricultura e se não houver água na sua casa, o agricultor vai carregá-la de cima para baixo.

Portanto, a concorrência está sempre presente.

O que temos de desenvolver, se temos que acautelar as necessidades das populações e das actividades económicas, é na medida do possível e sempre que for possível, racionalizar a gestão das águas.

Não vale a pena estar a fazer investimentos onde os outros o estão a fazer, porque provavelmente estaremos a sobrecarregar a mesma origem e a mesma fonte.

Os furos de captação que estão previstos executar, nomeadamente o furo do Paul, junto à Estação de Tratamento da Lagoa do Cabrito, é um furo que, à partida, oferece uma garantia de quantidade e qualidade de água que, do ponto de vista da relação custo/benefício, se calhar tem uma relação custo/benefício mais favorável do que fazer uma nova lagoa, para além de disponibilizar água à lavoura com muito maior celeridade.

O **Deputado José Cascalho (BE)** perguntou ao SRAF se existem projectos para a reflorestação da Caldeira Guilherme Moniz com floresta de altitude, como é contabilizada a água gasta na lavoura, se é possível contabilizar as perdas, se os agricultores pagam a água que consomem, se os furos referidos pelo SRAF serão usados, apenas, pela lavoura e quem determina a localização desses furos.

O **SRAF** na resposta começou por referir quanto à reflorestação da Caldeira Guilherme Moniz entre 1983 e 2008, praticamente não existiu em termos de ocupação dos solos.

Entre 1999 e 2003, na bacia hidrográfica da Caldeira Guilherme Moniz, foram arborizados 46,2 hectares de terrenos, 15,8 hectares de terrenos agrícolas e 30,4 hectares de uma área que foi explorada economicamente, ou seja, floresta de produção.

Os terrenos da Caldeira Guilherme Moniz, na sua quase totalidade, não são terrenos públicos. São terrenos particulares.

Nessa medida, enquanto terrenos particulares a apresentação de projectos para florestação é da iniciativa dos respectivos proprietários e há, aliás, um programa de apoio aos processos de florestação e de reflorestação. Referiu que não tem conhecimento se entrou algum processo de pedido de apoio para reflorestação daquela zona pelos proprietários.

Relativamente à contabilização da água à lavoura são feitos sistemas de captação e de armazenagem de água e sistemas de distribuição.

É nos sistemas de distribuição que se fazem as medições da água que é utilizada para a lavoura, isso para efeitos de pagamento nos sistemas onde já está introduzido o pagamento de água, porque há algumas situações em que o sistema de pagamento ainda não existe. Os pagamentos são determinados pelas câmaras municipais.

Isso demonstra que há uma gestão, que é disponibilizada às câmaras municipais, de alguns sistemas de abastecimento de água agrícola.

Aquilo que sabemos sobre os gastos de água numa exploração e a quantidade de água que um animal necessita, não é propriamente pelo consumo que se verifica nos tanques de fornecimento, nas bocas-de-incêndio ou nos contadores. É pelos cálculos que são feitos à própria exploração ou ao consumo na própria exploração.

A água é contabilizada à saída dos depósitos e dos sistemas de abastecimento de água.

Relativamente a quem determina o local dos furos, afirmou que se tratou de um técnico contratado para o efeito.

O Deputado **Clélio Meneses (PSD)** referiu que a presença do SRAF é na qualidade de responsável político e não de técnico.

Disse ainda que os políticos, para fazerem correctas avaliações políticas e para tomarem correctas decisões políticas, têm que se socorrer dos mais adequados conhecimentos técnicos, mas a responsabilidade da decisão e da avaliação é dos responsáveis políticos.

Perguntou o que falhou e porque faltou água, afirmando que quem ouve as declarações do SRAF julga que não houve qualquer problema, mas de facto houve, solicitando que o SRAF faça uma avaliação política dos problemas no abastecimento de água ocorridos no Verão passado.

Perguntou, ainda, de onde veio a água para colmatar a escassez de água para a agricultura.

Em pleno Verão do ano passado a falta de água na agricultura foi um problema que se sentiu de forma muito intensa nessa actividade económica.

Houve grandes queixas e reclamações de lavradores que tentaram encontrar soluções para colmatar esse problema.

Afirmou ainda que foram encerrados alguns postos de abastecimento, segundo queixas de alguns agricultores, perguntando quantos foram encerrados e onde e porque razão.

Segundo o **SRAF** tudo foi feito para colocar água nos sítios onde ela não existia, transportando dos sítios onde ela existia. Normalmente, a água era carregada durante a noite ou em períodos onde os agricultores não utilizam os sistemas de abastecimento e era transportada para os sistemas onde era necessário colocar água. Esta água era retirada de depósitos e reservatórios da agricultura. Esta operação foi combinada e articulada com as organizações de produtores.

Resumiu, afirmando que não se pode dizer que houve falta de água na agricultura, tratou-se de falta em determinados sítios, faltas essa que foram colmatadas com água de outros reservatórios agrícolas que foi transportada para os locais onde se verificava défice de água.

Quanto à questão do encerramento de postos de abastecimento informou que não houve qualquer encerramento de postos de abastecimento nem de furos de captação de água para a agricultura, o que houve foi o encerramento de furos ou de postos de abastecimento camarários e, em conjunto com a câmara, estão a ser

montados ramais de abastecimento à parcela, exactamente para racionalizar o abastecimento de água na Terceira.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** solicitou que fosse enviado à Comissão a informação referente a quantos e qual a localização dos furos que foram encerrados em conjunto pela Câmara Municipal e pelo Governo.

O Deputado **Artur Lima (CDS-PP)** voltou a usar da palavra para referir que os factos que enunciou na pergunta colocada quanto aos investimentos a realizar, quanto à autonomização da rede agrícola e quanto aos dados do consumo de água pelos animais e pelas explorações não foram inventados por si. São dados que resultam de uma visita feita ao IROA.

Perguntou ainda, quanto ao transporte de água, quais os gastos que resultaram do transporte para os locais onde se registou falta de água para abastecimento à lavoura, como foram contratadas as empresas que fizeram esse transporte, se o SRAF tem algum conhecimento de desvios dessa água transportada para as obras da Via Vitorino Nemésio, se tem alguma informação sobre as empresas que estavam a trabalhar nas obras da Via Vitorino Nemésio e se tinha conhecimento se se abasteciam de água nos postos de abastecimento da lavoura.

Por fim perguntou, quais as razões para a falta de água para abastecimento da lavoura.

O **SRAF** usou da palavra afirmando que no que diz respeito à gestão dos sistemas, o Governo tem colaborado com as autarquias locais, no sentido de potenciar uma melhor gestão das várias redes existentes de abastecimento de água.

Quanto aos consumos reiterou a resposta já dada a esta questão.

Quanto aos gastos, às empresas que transportaram a água afirmou que iria enviar esses dados à Comissão.

Quanto ao desvio de água, afirmou que foram detectados alguns abusos da água disponível para a agricultura para outros fins que não os agrícolas e que foram tomadas as devidas medidas punitivas para quem o fez.

Quanto aos motivos da falta de água para a agricultura, o SRAF afirmou que se olharmos para a Lagoa do Cabrito verificamos que nos últimos 4 ou 5 anos,

anteriores a 2008, ela era usada 2 meses no ano e houve anos em que até nem foi utilizada grandemente a sua água.

O ano passado a água da Lagoa do Cabrito começou a ser usada muito cedo.

Depois da lagoa ficar vazia, ficámos a aguardar que chovesse, para a ribeira que a abastece poder repor a água e até as primeiras águas que entrassem na lagoa poderem ajudar a lavar a própria lagoa. Essa precipitação não ocorreu o que criou muitas dificuldades.

O **Deputado Manuel Herberto Rosa (PS)** usou da palavra para perguntar se foram efectuadas arroteias por parte dos serviços públicos ou eventualmente pelos privados, porque grande parte da bacia hidrográfica da Caldeira Guilherme Moniz é privada e em que percentagem é que essa bacia hidrográfica foi arroteada a partir de 1974 e se o SRAF está em condições de informar a Comissão que espécies é que foram preferencialmente utilizadas na reflorestação daquela zona, nomeadamente se o eucalipto é significativo em termos de florestação e reflorestação, nomeadamente nos particulares, porque os serviços públicos usam preferencialmente a criptoméria e o pinheiro.

O **SRAF** respondeu que a intervenção do Programa Pecuário dos Açores dá-se entre 1974 e 1978. É nesta altura que há um grande período de execução de arroteias na Ilha Terceira.

No que diz respeito, em concreto, à caldeira Guilherme Moniz, entre 1983 e 2008, não se registam alterações de uso dos solos.

Na Caldeira Guilherme Moniz também houve uma arborização com eucalipto, mas uma pequena área, que depois foi retirada. A instalação de eucaliptos terá acontecido em 1988, por uma empresa chamada Celbi. Nessa altura essa empresa andou a plantar eucaliptos. O eucalipto é uma árvore que se desenvolve muito rapidamente, depois é cortada e vendida.

Algumas áreas onde existiam eucaliptos foram depois reconvertidas em áreas florestais, predominando a criptoméria. Noutras áreas houve a transformação do terreno em pastagem.

O **Deputado António Toste Parreira** usou da palavra para perguntar se, dada a actual situação, assistindo aquilo que aconteceu o ano passado e vendo o que está a

acontecer neste momento, com mais dois furos que serão feitos este ano, não existirão problemas e não será necessário transportar água?

O **SRAF** respondeu que todas as pessoas envolvidas no processo estão convencidas disso embora pelo conhecimento que existe dos níveis de captação de água de ribeiras, nomeadamente no Cabrito, não se possa garantir que os caudais se mantenham. Pelo contrário, a indicação que existe é que eles estão a níveis inferiores a igual período do ano passado.

Portanto, é provável que possa existir ainda alguma dificuldade.

Os dois furos vêm colmatar e ultrapassar essas dificuldades.

Audição do Secretário Regional do Ambiente e do Mar:

O Presidente da Comissão, **Deputado Domingos Cunha (PS)** solicitou que fizesse a sua exposição daquilo que entende sobre esta problemática que ocorreu no ano transacto, particularmente em Angra do Heroísmo.

O **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (SRAM)** começou por chamar a atenção dos Deputados presentes sobre o facto de ter entregue ao Presidente da Comissão de Inquérito vários documentos que podem contribuir para uma melhor e mais informada análise desta questão.

Afirmou que a primeira abordagem feita a esta questão é pública. Foi feita através de um memorando feito em conjunto entre a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e o Governo dos Açores que foi entregue à comunicação social e foi distribuído por todos os interessados e aponta algumas medidas.

Embora o objecto desta Comissão seja o Concelho de Angra do Heroísmo, entende que esta questão não pode ser vista de forma isolada porque o abastecimento de água teve vários problemas em várias localidades e, de forma generalizada, em algumas ilhas. O que aconteceu na Terceira, apesar de ter mais relevância política e mediática não foi um fenómeno isolado. Por exemplo, o que aconteceu nas Velas de São Jorge pode ser considerado mais grave e mais prolongado do que aconteceu em Angra do Heroísmo.

O que se passou em Angra do Heroísmo resultou da junção de questões de natureza estrutural com questões de natureza conjuntural.

Quanto às questões de natureza estrutural, afirmou que o ano de 2008 foi um ano seco do ponto de vista da variabilidade climática.

Nos Açores, temos uma variabilidade climática que não é muito elevada, mas mesmo assim é significativa, particularmente no que diz respeito à distribuição das precipitações de Primavera e de Outono, ou seja, fora do período mais crítico de Inverno, que tem a ver com a oscilação do Atlântico Norte, o chamado NAO – *North Atlantic Oscillation*, que é um *forcing* semelhante ao *el niño* que acontece aqui na nossa zona do Atlântico, e cada vez que entramos na fase negativa do NAO, temos uma sequência de anos, às vezes 3, 4 ou 5 anos, em que a precipitação de Primavera e de Outono é inferior ao normal. Foi isso que aconteceu o ano passado, é isso que já está a acontecer este ano e é isso que já tinha acontecido de forma mais moderada no ano anterior. Embora possa ser exacerbado pelas mudanças climáticas globais, este é um efeito das flutuações normais do clima na zona do Atlântico Norte onde os Açores se inserem. Estas flutuações têm uma ordem de grandeza de 15 a 20 anos.

Lembrou, ainda, que no início da década de 90 os Açores passaram por um conjunto de anos muito secos que tiveram como consequência a ruptura do abastecimento de água generalizada em todas as ilhas, mas particularmente aguda no caso da Ilha Terceira.

Aconteceu a mesma coisa nos anos 70.

Afirmou que se olharmos para a história vemos que estes ciclos acontecem.

São ciclos não apenas de um ano, mas de vários anos, em que há uma espécie de acumulação de anos secos que se reflectem sobre o abastecimento de água.

Outra questão estrutural, referida pelo **SRAM**, que é induzida pela actividade humana, tem a ver com uma redução drástica na capacidade de regularização inter-anual da bacia hidrográfica que abastece as principais nascentes, as nascentes que estão em torno do Cabrito e da Caldeira Guilherme Moniz, que são a principal fonte de abastecimento de água ao concelho de Angra do Heroísmo. Essa bacia hidrográfica teve uma redução drástica na quantidade de turfeiras num processo que se iniciou com o Plano Pecuário dos Açores, nos anos 70. Isso teve como consequência que o efeito de regularização da turfeira, ou seja, a capacidade que a

turfa tem de transferir água dos meses húmidos para os meses secos, se tenha perdido. Assim, as nascentes do Cabrito passaram a ter um comportamento de carácter torrencial. Ou seja, quando chove o escoamento sobe em flecha, mas obviamente como a quantidade de água é uma quantidade finita, passado pouco tempo a perda de caudal é enorme e nós ficamos com produções baixíssimas poucos meses depois de ter chovido. Não há capacidade do aquífero de distribuir a água entre estações. Outro aspecto tem a ver com a chamada precipitação oculta e com alguma desflorestação que aconteceu naquela zona. Foi removida muita floresta, mas também foi plantada nova floresta, embora floresta com características diferentes. Aí existem questões de natureza científica que não estão devidamente esclarecidas sobre a produtividade em termos de precipitação oculta dos diversos tipos de floresta. Precipitação oculta é aquela precipitação que não resulta da queda de chuva, mas sim da condensação da água sobre a vegetação, sobre as rochas, em resultado dos nevoeiros e dos ventos.

Essa precipitação tem um significado muito grande nos Açores.

Na altitude em que a caldeira se situa tem um significado que poderá ser de cerca de 25 a 30% do *input* anual de água.

Ainda nas questões de natureza estrutural o **SRAM** referiu-se à forma como o sistema de abastecimento de água ao Concelho de Angra do Heroísmo está estruturado.

O Concelho de Angra do Heroísmo, ao contrário do Concelho da Praia da Vitória, tem o seu sistema de abastecimento dependente essencialmente de nascentes de altitude. Isto tem a grande vantagem de permitir uma água de extrema qualidade mas tem a desvantagem de estar muito dependente dos fenómenos climáticos e da evolução de um pequeno número de nascentes.

O aquífero base é o último estágio de acumulação de água doce na estrutura da ilha. Tem uma grande capacidade de regularização inter-anual. A chuva que cai num ano influencia os anos seguintes. Não está dependente das flutuações das chuvas mas tem uma qualidade inferior à água das nascentes de altitude. Esta dependência do Concelho de Angra do Heroísmo em relação à nascente é

estrutural e diferencia o comportamento de um Concelho da ilha Terceira em relação a outro, na sua resiliência a situações de redução da precipitação.

Como última razão de natureza estrutural referiu a evolução dos consumos de água, que têm vindo a crescer muito, particularmente na sua componente agropecuária que se agudiza nos anos mais secos em que a alimentação do gado obriga à utilização de alimentos secos e de suplementos alimentares. Este facto tem como resultado um aumento muito grande do consumo de água.

Quanto às razões conjunturais foram apontadas a flutuabilidade climática, um ano seco, um ano em que a precipitação aconteceu nos meses mais desfavoráveis e muito concentrada, o que veio pôr a nu a questão da não transferência da água entre estações e as questões relacionadas com as obras de requalificação da Via Vitorino Nemésio e com as avarias que se verificaram numa conduta que levaram a grandes perdas na rede.

Referiu, no final da sua explanação, que entregou ao Presidente da Comissão vários documentos técnicos que sustentam as suas afirmações.

Depois da explanação do **SRAM** foi aberto um período de debate.

O **Deputado Artur Lima (CDS-PP)** referiu que o SRAM falou na crise dos anos 90, um facto que ocorreu em toda a Ilha Terceira. Na altura a falta de água foi em toda a Ilha, hoje a Praia da Vitória não tem falta de água, mas Angra do Heroísmo continua com falta de água. A captação de água nos dois Concelhos há uns anos era exactamente a mesma que é hoje no Concelho de Angra do Heroísmo, ou seja, por nascentes. A Praia da Vitória conseguiu resolver o problema mas em Angra esse problema continua por resolver.

Afirmou que o ano de 2007/2008 foi um ano normal em termos de pluviosidade baseando-se nos dados do Instituto de Meteorologia e nas afirmações do Professor Eduardo Brito de Azevedo.

A falta de água é um dado objectivo. O mais importante agora é arranjar soluções para resolver o problema de falta de água no futuro imediato e num futuro mais longo, afirmando que em Abril de 2009 o abastecimento de água continua no limite no Concelho de Angra do Heroísmo.

Afirmou, ainda, que estando identificadas estas questões e tendo em conta a impossibilidade quer do Governo Regional quer da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo em lidar com este problema, solicitou ao SRAM que clarificasse as medidas que pretende tomar para resolver este problema.

O **SRAM** usou da palavra para responder ao Deputado Artur Lima (CDS-PP).

Quanto à questão da normalidade da pluviosidade, afirmou que o ano passado não foi um ano normal. Caso acontecesse essa normalidade não teriam existido faltas de água e baixa do caudal das nascentes, que aconteceu um pouco por toda a Ilha.

Chegámos ao fim da estação húmida do ano passado com cerca de 60% da precipitação normal para a época.

O que interessa não é a quantidade de água que cai num ano. É a forma como ela se distribui.

Hoje, poderia passar por nós uma tempestade tropical e tínhamos uma precipitação que podia ser igual à precipitação de um ano ou de metade de um ano. Isso em termos do seu efeito sobre a disponibilidade hídrica é completamente diferente do que termos a precipitação a cair ao ritmo que normalmente acontece.

Portanto, a distribuição da precipitação no tempo é um dado extremamente importante, por isso não se deve fazer análises com base na precipitação bruta.

Afirmou, também, que os valores históricos de produção das nascentes neste ano não são diferentes dos valores anteriores, solicitando aos Deputados presentes que leiam a obra de Nogueira Sampaio, do princípio do Séc. XX. Os valores lá referidos medidos nessa altura para os caudais daquelas nascentes são absolutamente os mesmos que temos hoje.

O valor médio das nascentes não se alterou. A única coisa que se alterou foi a distribuição do caudal no tempo, ou seja, deixámos de ter uma produção tão sustentada como tínhamos, mas os valores históricos são os mesmos.

Referiu-se ao artigo de opinião publicado no Jornal Diário Insular que indicou valores retirados de uma obra no princípio do Séc. XX em que, interessantemente, os valores são exactamente quase, ao litro, os mesmos da produtividade de agora, recomendando a leitura desse artigo e a ida à Biblioteca Pública de Angra do

Heroísmo onde é possível encontrar ampla informação a partir das medições feitas pelo Dr. Nogueira Sampaio no princípio do Séc. XX.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** usou da palavra para tecer algumas considerações e colocar questões ao SRAM.

Referiu que por todas as razões estruturais indicadas como a questão do ano seco, a variabilidade do clima e a previsibilidade da ocorrência destas situações, bem como todas as outras razões invocadas pode-se eventualmente tirar a conclusão que tudo isto poderia ter servido para tomar determinadas medidas que permitissem que não tivesse ocorrido a ruptura no fornecimento de água. Ou seja, pelo percebido na intervenção do SRAM, todas estas razões invocadas são previsíveis.

Sendo previsíveis, deveria ter existido um comportamento adequado no sentido de não existir a ruptura de água à população.

Por isso mesmo, agora surge um plano integrado, segundo o SRAM, que prevê determinadas medidas para que estas situações não voltem a acontecer.

Perguntou ainda se todas as acções anunciadas estão devidamente previstas no Plano Regional da Água, aprovado em 2003, por que é que até agora não houve procedimentos que permitissem implementar tudo o que agora foi anunciado como medidas a implementar no futuro.

Referiu-se, ainda, à necessidade de perceber o que se passa relativamente à actividade industrial nos Cinco Picos, às quais o SRAM manifestou o impedimento de responder recomendando à Sra. Deputada que em vez de se referir a actividade industrial, se referisse a Pedreiras, definição mais clara.

A **Deputada Carla Bretão** referiu a importância de ser possível colocar as questões sobre a actividade dos Cinco Picos a um membro do Governo que tenha acompanhado esta situação de perto e que não tenha impedimentos em responder, deixando ao critério do SRAM quem deve responder às questões relacionadas com este assunto.

O **SRAM** usou da palavra para dizer que por várias vezes a Deputada Carla Bretão levantou esta questão e com o eufemismo de actividade industrial. Esclareceu que não se trata de qualquer actividade industrial, não se trata de actividade industrial dentro daquela zona. É praticamente a um quilómetro de distância, completamente

fora do aquífero. Essa matéria deve ser esclarecida não por essa via, mas pela via de completar os registos micro-sísmicos que existem e que são feitos por uma entidade absolutamente independente, porque as pedreiras só poderiam ter impactos negativos através duma qualquer transmissão de energia, que só poderia acontecer pela via sísmica. Existe uma entidade independente, a Universidade dos Açores, que mantém na Vila Nova uma estação micro-sísmica que regista todas as explosões ocorridas na Ilha Terceira e em particular nessa zona. É dessa forma que será possível esclarecer esta questão e os alegados impactos negativos do funcionamento da pedreira nesta questão.

Quanto à questão do Plano Integrado da Água afirmou que a Deputada Carla Bretão tem o mau hábito de confundir planos que são feitos para períodos muito longos, com planos com impacto imediato. O Plano Regional da Água é um plano que apresenta soluções para a água ao longo das próximas décadas.

Portanto, é um plano orientador do desenvolvimento do sector. Não é para ser resolvido desde 2003 até agora, nem é para ser resolvido, se calhar, na próxima década ou nos próximos 20 ou 30 anos. Terá que ser periodicamente revisto e é um plano multi-autores. Ou seja, estabelece um conjunto de orientações, que nalguns casos são vinculativas, mas na maior parte não são, são mesmo orientações para os diversos poderes em presença e um deles é o poder autárquico que obviamente executará do Plano Regional da Água aquilo que entender. O Governo Regional, do Plano de Água, tem um conjunto de regras legais para cumprir que estão estabelecidas sobre a gestão da água. Essas são vinculativas para todos, mas se um investimento deve avançar primeiro do que o outro ou não, essa é uma decisão que cabe legitimamente aos senhores autarcas. Portanto, os senhores autarcas tomaram as suas decisões e tomaram-nas com razoabilidade.

Quanto à questão da previsibilidade das secas explicou que quando surgiu na Terceira a crise de falta de água, nos anos 90, foram tomadas medidas e opções que permitiram que a água não faltasse durante quase duas décadas, isto porque foram feitos investimentos em furos. Existiam apenas os furos dos americanos e os furos que tinham sido tentados pela antiga Junta Geral sem grande sucesso, exactamente na zona do Paul, imediações do sítio a que nos referimos hoje. Havia, portanto,

pouca tradição de furos na Terceira. A feitura dos furos no lado da Praia da Vitória permitiu que a Praia hoje tenha um sistema que está essencialmente assente sobre os furos.

Em Angra do Heroísmo resultou o furo da Terra Chã, o furo do Reguengo, resultaram vários furos, uns com êxito, outros sem êxito, sendo dado o exemplo do furo do Posto Santo, que está aberto, tem um imenso caudal, mas que é demasiado quente.

Todas as intervenções e investimentos feitos na altura levaram os intervenientes no processo (autarcas, governantes, técnicos, especialistas) a acreditar que o problema estava completamente ultrapassado. Acreditavam que para a população existente e para os crescimentos previsíveis da água, a Ilha Terceira tinha montado um sistema de abastecimento de água que garantia, com um elevado grau de fiabilidade, a não existência de rupturas. Isso confirmou-se ao longo de 20 anos, mas o ano passado questões de natureza conjuntural como a ruptura de tubagens levaram ao desencadear de uma situação desagradável para as populações e para todos nós.

O **SRAM** afirmou, ainda, que não parece razoável exigir à Câmara Municipal que previsse algo que não era muito previsível nem eminente, alertando para o facto de tendo em conta a profunda variabilidade e instabilidade do que está em causa como a água e as alterações climáticas, a palavra “nunca” deve estar arredada do nosso vocabulário.

Existem investimentos que já se conhecem do plano da água, outros que já sabíamos que seriam necessários e que serão feitos, tendo em conta que nos encontramos numa situação de plena evolução nestas matérias.

O **Deputado José Cascalho (BE)** usou da palavra para colocar algumas questões.

Perguntou ao SRAM se foram efectuadas algumas diligências no sentido de precaver possíveis rupturas de água na conduta, ou adutora, que atravessa, a nível subterrâneo, a Via Vitorino Nemésio.

Perguntou se a informação recebida através da Comunicação Social de que a nascente do Cabrito, na Furna de Água, não recupera os caudais e que o caudal passou dos 2000 para os 2500 metros cúbicos é verdadeira e se é verdade que a Furna de Água tem fissuras e uma estrutura danificada.

Pedi ainda, um comentário do SRAM sobre o encerramento da circulação rodoviária na Estrada do Cabrito devido a problemas na Furna de Água e explicações sobre porque razão é que, com base nas conclusões do relatório do Laboratório Regional de Engenharia Civil se optou por fechar essa estrada.

Finalmente solicitou um comentário ao facto de o Plano para a sustentabilidade do abastecimento de água incluir a interligação das redes do IROA e das duas Câmaras Municipais da Ilha.

O **SRAM** usou da palavra para responder às questões colocadas.

Quanto às diligências para precaver rupturas referiu que essas fazem parte do caderno de encargos e fazem parte das obrigações do consórcio adjudicatário da obra.

Esta foi uma obra feita em regime de concepção/construção e, por isso, é obrigação da empresa vencedora da obra precaver-se sobre isso.

São obrigações que o adjudicatário tinha a considerar no projecto tal como foi informado pelo Governo Regional ao consórcio vencedor, na adjudicação da obra.

Portanto, verifica-se uma situação em que, quer da parte do Governo Regional, quer da parte do consórcio adjudicatário, há posições diferentes sobre a responsabilidade de cada um dos lados nesta matéria, que têm vindo a ser dirimidas, como é normal, numa situação de obra, porque o Governo Regional é responsável e vai continuar a responsabilizar o adjudicatário pelo não acatamento e pela não eficácia das medidas de protecção da conduta.

Afirmou, ainda, que entretanto foram tomadas medidas de fundo, ou seja, a conduta passou a ter um caminho completamente diferente e foram tomadas medidas para acautelar o atravessamento da estrada, através de uma estrutura metálica e visitável, o que torna impossível a repetição em relação a esta conduta, deste problema.

O que se passou é uma responsabilidade essencialmente do consórcio. O Governo Regional não descarta as suas responsabilidades enquanto dono da obra, mas já responsabilizou e continuará a responsabilizar o consórcio.

Quanto à interrupção da estrada afirmou que a mesma resulta de uma visita que ele próprio fez ao local acompanhado de outros técnicos para perceber o que estava a

acontecer naquela zona. O que aconteceu é também uma decorrência da obra do Cabrito. A Furna de Água atravessa a antiga estrada do Cabrito. A via que liga a recta da Achada ao Cabrito é atravessada pela Furna de Água e é atravessada a cerca de 1,20 metros de profundidade, por uma estrutura de basalto que tem menos de 1 metro de espessura. Ou seja, por baixo daquela estrada está um túnel natural que tem um tecto com uma espessura pouco maior do que esta, em basalto muito pouco consolidado.

Tendo em conta o trânsito considerável de camiões transportando inertes para a obra da via rápida obrigou o Governo Regional a tomar medidas. A vibração induzida e as cargas induzidas pelo trânsito desses camiões levaram a uma fractura extensíssima do tecto da gruta, que o torna instável. Neste momento é perigoso estar dentro daquela gruta, mas esclareceu que isto nada tem a ver com a produção de água que é produzida acima disso e que estamos a falar de uma coisa que está fora do aquífero, está abaixo da nascente.

Neste momento há o risco, se passar algum camião, de partir o tecto e, se partir o tecto, vai abrir uma cavidade na estrada com consequências que poderão ser gravosas para a segurança de pessoas e bens.

Quanto à recuperação da nascente afirmou que ela recuperou de forma perfeitamente normal. Quando choveu, em meados de Fevereiro, a nascente saltou dos 18 para os cerca de 160 litros por segundo. Teve uma subida imediata, ou seja, demonstrando o tal carácter torrencial já referido.

O **Deputado Cláudio Lopes (PSD)** usou da palavra para perguntar ao SRAM se, actualmente, o sistema de abastecimento de água ao Concelho de Angra do Heroísmo depende quase exclusivamente de nascentes de alta altitude ou de aquíferos de base, perguntando se é possível saber as percentagens de dependência de uma ou de outra fonte de alimentação.

O **SRAM** respondeu que nos períodos de inverno, ou seja, nos períodos de maior produtividade das nascentes, o Concelho de Angra do Heroísmo depende quase exclusivamente de água de nascente. Ao longo da última década os furos sempre tiveram um carácter complementar, sendo colocados em funcionamento para equilibrar o sistema.

Por outro lado, como o sistema está estruturado para um abastecimento a partir daquelas nascentes, a própria arquitectura do sistema, ou seja, a dimensão das condutas e a maneira como as condutas interligam os diversos reservatórios, torna extremamente complicado fazer o abastecimento de determinadas zonas a partir dos furos, porque isso implica a inversão no sentido normal do escoamento do sistema, o que o ano passado levou a que a Câmara tivesse que recorrer ao transporte por camiões, com as dificuldades que isso apresenta, exactamente por causa da estrutura do sistema.

A arquitectura básica deste sistema nasceu de um projecto que foi na altura extremamente importante para a ilha (meados da década de 80 do séc. XX), que foi o chamado Ribeirinha/Cabo da Praia, que levou a uma intensificação da captação da nascente do Cabrito e levou, de forma muito forte, a que todo o abastecimento de Angra do Heroísmo se popularizasse sobre o Cabrito.

Por outro lado, também a variabilidade inter-anual de uma das nascentes, a nascente da Fonte da Telha, que abastece a parte oeste do concelho e a fraquíssima produtividade das nascentes do maciço de Santa Bárbara, na Serreta (essencialmente na Serreta, mas também nas Doze Ribeiras), levou a que a Câmara de Angra, e bem, tivesse investido na interligação do sistema do Cabrito ao sistema do Oeste da ilha, mas com condutas no sentido Cabrito/Oeste e não no outro sentido, o que quer dizer que o furo da Terra Chã não pode ser facilmente posto a funcionar no sentido Terra Chã/Angra, porque o sistema está montado com uma arquitectura diferente.

Portanto, a Câmara de Angra está, neste momento a alterar a arquitectura do sistema, porque o sistema estava construído como se fosse uma árvore, em que a raiz da árvore está no Cabrito e os ramos da árvore estão noutra sítio.

Portanto, a arquitectura do sistema tem a ver com isto e tem a ver com o facto das nascentes naquele maciço serem extremamente poderosas, de água de elevadíssima qualidade. A água do Cabrito, em geral, tem melhor qualidade do que a água engarrafada que por aí se vende. É água preciosa.

Portanto, muito naturalmente a Câmara de Angra maximizou a sua utilização em detrimento dos furos.

Neste momento estão em curso outros furos, já colocados em posições estratégicas da rede, que permitem a distribuição de outra maneira e permitem alterar a rede.

O **Deputado Cláudio Lopes (PSD)** afirmou que se o sistema de abastecimento de água no concelho de Angra do Heroísmo estivesse devidamente acautelado por furos para estes poderem ser accionados nos períodos onde a fonte de alimentação, a partir de nascentes, era mais problemática, ou mais deficitária, o sistema teria funcionado, à partida, sem rupturas.

Perguntou, ainda, se a ruptura que se verificou no Verão passado no abastecimento de água às populações de Angra poderá também ter sido um contributo para a escassez de água que houve na lavoura, no sentido em que a escassez de água à lavoura pode ter criado uma pressão e um consumo na bacia do Cabrito.

O **SRAM** respondeu que quando se verifica um Verão seco o consumo de água para a agropecuária tem de crescer e cresceu, de facto, afirmando que a Bacia do Cabrito sempre foi muito produtiva e sempre existiu uma grande dependência daquela bacia.

Quanto às supostas fragilidades apontadas ao sistema afirmou que o sistema teve uma elevada resiliência durante cerca de duas décadas, funcionou sem problemas de maior, o que quer dizer que a resiliência existe e ela resulta essencialmente do facto das nascentes do maciço do Guilherme Moniz, particularmente a Nasce Água, ser uma nascente extremamente poderosa, e em anos normais ter uma produtividade suficientemente grande para aguentar o sistema. Disse ainda que o sistema de Angra do Heroísmo tem algumas fragilidades mas tem muitas dúvidas que fosse possível prever uma ruptura no abastecimento, com a dimensão e duração temporal que aconteceu no ano passado. Nenhum especialista afirmou, ao longo dos últimos 20 anos, que fosse possível acontecer o que aconteceu.

O **Deputado Cláudio Lopes (PSD)** perguntou, ainda, quais os concelhos dos Açores que foram fortemente afectados nos seus sistemas de abastecimento de água, no último Verão e quantos furos foram feitos e onde no concelho de Angra do Heroísmo, e afirmou que em 2003 os Municípios foram desafiados a fazer uma candidatura conjunta ao Fundo de Coesão para os investimentos a realizar em matéria de saneamento básico e redes de abastecimento de água. Dos 19

Municípios da Região, 5 ficaram de fora. Supomos que quem escolheu ficar de fora tinha a sua situação acautelada. Angra do Heroísmo optou por ficar de fora dessa candidatura. Depreende-se desta opção que Angra teria o seu sistema acautelado a médio prazo.

O concelho de Angra, quer por via do abastecimento de água das nascentes, quer pela possibilidade que tem na arquitectura do seu sistema, teria furos a funcionar quando esta fonte de alimentação das nascentes falhar.

Portanto, julgamos não haver correlação directa com as quedas pluviométricas, menos frequentes e menos abundantes nos outros anos com as rupturas que se verificaram.

O **SRAM** reforçou o que já tinha referido no início da sua explicação, afirmando que referiu razões estruturais e conjunturais que originaram as rupturas verificadas. Ou seja, o que se passou não se deve, apenas, à variabilidade climática. No ano passado verificaram-se vários acontecimentos já referidos que, todos conjugados, originaram as rupturas.

Quanto à situação de Angra do Heroísmo afirmou que tendo em conta o plano elaborado no início dos anos 90 todos os especialistas acreditavam que Angra do Heroísmo teria os seus problemas de abastecimento de água resolvidos por um longo período de tempo. Ou seja, até 2003 não houve qualquer sinal que indicasse a necessidade de novas intervenções no âmbito do sistema de abastecimento de água em Angra do Heroísmo. Os problemas começaram a avolumar-se bastante mais tarde e foram bastante mais súbitos.

Quanto aos Concelhos dos Açores com problemas de água indicou que o concelho das Velas de São Jorge, por exemplo, tem uma dependência grande em relação a nascentes e foram as nascentes que falharam. Outros casos têm a ver também com problemas de qualidade de água e de salinização. Existem ilhas que pela sua própria geologia são pobres em nascentes e a exploração do aquífero de base tem os seus desafios técnicos a partir de determinados limites.

Os casos da Graciosa ou da Ribeira Grande, também têm a ver com nascentes.

Os problemas que surgiram o ano passado na Terceira, surgiram em muitas ilhas, em muitos lugares exactamente por causa da distribuição inter-sazonal da

precipitação e surgiram, quer em concelhos que dependem de nascentes, que foram os mais afectados, mas também teve efeitos sobre outros, porque quando a recarga do aquífero base passa a fazer-se por períodos mais alargados, a qualidade da água começa a degradar-se e começa a aumentar a salinização do aquífero, o que leva a que tenha que se parar a extracção e, conseqüentemente, o fornecimento. Estes efeitos têm a ver com a irregularidade na precipitação e com uma estiagem muito prolongada, ou seja, muito tempo sem recarga e com curvas de exaurimento dos aquíferos que são muito rápidas porque têm transmissibilidades muito rápidas.

O **Deputado Artur Lima (CDS-PP)** usou da palavra citando o Professor Eduardo Brito de Azevedo “Tendo por base as estatísticas do Instituto de Meteorologia” referentes à precipitação verificada nos últimos 113 anos em Angra do Heroísmo, adiantou que o ano climático 2007/2008 insere-se nos anos normais em termos de precipitação, com 1024 mililitros por metro quadrado, ou seja, 91% da precipitação anual em termos médios.”, afirmando que estas afirmações contradizem o que disse o SRAM.

Falou ainda das pequenas ondas sísmicas que poderão provocar alterações, ondas provocadas pelas picadoras de pedra.

Os problemas que se verificaram, segundo o CDS-PP têm origem nas rupturas das canalizações, na falta de manutenção e conservação das estruturas, nomeadamente das bombas e das canalizações, como agora se confirma pela execução da obra posta a concurso pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Afirmou, ainda, que é possível concluir que existiu falta de conservação e manutenção de infra-estruturas. Não é possível escamotear o facto de este problema existir em Angra do Heroísmo e não acontecer na Praia da Vitória. A terminar, perguntou como se explica esta discrepância entre Concelhos, e porque a água do Furo da Terra-Chã, apesar de não ser apropriada para consumo humano, não foi utilizada para abastecimento à Lavoura.

O **SRAM** respondeu referindo que o que diferencia os dois sistemas de Angra e da Praia da Vitória é a precipitação, mas sim o facto de o sistema da Praia estar assente e depender essencialmente sobre furos do aquífero de base e o de Angra depender essencialmente sobre as nascentes.

O que diferencia a vulnerabilidade dos dois concelhos é a arquitectura do seu sistema de abastecimento de água. Um está voltado para a captação de nascentes de altitude e o outro está voltado, apesar de o utilizarem em determinados períodos, em exploração constante de fluxos. Utiliza as nascentes de Aqualva, das Quatro Ribeiras, mas tem uma componente de água subterrânea extraída por furos muito superior ao de Angra. Portanto, são dois sistemas com arquitecturas absolutamente diferentes, um é, de facto, um único ponto e depois uma rede, e o outro é multiponto.

O **SRAM** subscreveu o que disse o Professor Eduardo Brito de Azevedo mas uma coisa é falar na distribuição da precipitação outra é falar em valores brutos de precipitação.

Cair 1200 milímetros num dia é completamente diferente de cair 1200 milímetros em 6 meses, em termos da disponibilidade da água. Ou seja, de facto podemos ter situações em que 91% da precipitação cai, mas se ela cair concentrada no tempo não tem o mesmo efeito em termos de recursos hídricos que tem se estiver na distribuição normal na sua variabilidade.

Esta questão da variabilidade climática faz-se sentir essencialmente pelo aumento do período de estiagem e não pela quantidade total de água precipitada.

Portanto, é essa a questão que está por detrás disso e é igual para Angra como para a Praia. Aliás, neste ano foi igual em todos os Açores.

Portanto, os problemas que existiram na Ribeira Grande ou em São Jorge, tiveram rigorosamente a mesma origem e tiveram a ver com precipitações concentradas num determinado período e por uma larga estiagem, meses seguidos sem chover de forma apreciável.

Quanto à questão da água quente respondeu que o furo de água quente não é próprio para abastecimento humano, porque a quantidade de sílica e a quantidade de outros minerais dissolvidos é excessiva já que a solubilidade da água quente é maior sobre as rochas. O conteúdo químico desse furo torna-o não absolutamente impróprio, mas menos bom para utilização. Como o concelho de Angra tem normalmente os ciclos suficientes para poder usar água de melhor qualidade, aquela não foi usada.

Obviamente que numa situação de emergência ela pode ser usada e isso não deve ser colocado de parte, mas é uma decisão que cabe apenas à Câmara Municipal de Angra.

O **Deputado Manuel Herberto Rosa (PS)** usou da palavra para perguntar se, apesar de todos os problemas estruturais já enumerados, as rupturas no abastecimento de água em Angra do Heroísmo tem a ver, de forma decisiva, com as obras na Via Vitorino Nemésio.

O **SRAM** referiu que, apesar de todos os problemas estruturais já referidos e da conjugação de factores já enumerada, a adutora, que é a principal adutora do concelho de Angra, que atravessa a via rápida teve graves danos, danos determinantes na falta de água que se verificou no Concelho. As perdas que se verificaram devido a estes danos são suficientes para desequilibrar todo o sistema de abastecimento. Se não existissem estes danos, teríamos um ano mau mas nunca com a extensão temporal nem com a gravidade que se verificou.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** referiu o Relatório do Estado do Ambiente que alertava para vários problemas relativos à pressão sobre as necessidades de água para o abastecimento, referindo-se a problemas nas Ilhas Graciosa, Terceira e São Miguel.

Isto significa que, não estando em causa a satisfação das necessidades actuais, no ano de 2003, existe já um esforço não negligenciável de captação sobre as disponibilidades que importa gerir adequadamente. Ou seja, nessa altura já havia um alerta para que se tomassem medidas concretas.

O Plano Regional da Água é muito claro nesse sentido. Foi criado como sendo um instrumento de planeamento com objectivos muito claros e para os quais até foram criados, ou pelo menos foram previstos, relatórios de acompanhamento que iriam avaliar a execução ou não desses mesmos objectivos que estavam ali a ser propostos.

E a verdade é que a última avaliação sobre a protecção das origens da água é negativa, o que quer dizer que desde 2003 não se tomaram, realmente, as atitudes ou as acções necessárias para que isso acontecesse.

Afirmou, ainda, que o Sr. Secretário da Agricultura e Florestas referiu que entre 1983 e 2008 não houve qualquer alteração da bacia hidrográfica da Caldeira Guilherme Moniz. O SRAM já indicou o desaparecimento de turfeiras nessa Caldeira como uma das causas para os problemas de captação de água.

Tendo em conta estas afirmações perguntou a que se deveu o desaparecimento das turfeiras e se, de facto, estas desapareceram, tendo em conta as declarações contraditórias do Secretário Regional da Agricultura e Florestas e do SRAM.

O SRAM respondeu que em relação à questão de, no Relatório do Estado do Ambiente, se falar em actuais, actuais não quer dizer 2003.

Este tipo de relatórios olham para o ambiente não no contexto daquele ano mas na sua evolução, aquilo que se diz é que, em relação a essas três ilhas, o rácio entre a disponibilidade de água e a procura de água já está neste caso na casa dos 60%, 70%, o que é relativamente elevado. Portanto, isso exige que se comece a pensar em termos de futuro na procura de soluções alternativas.

Não quer dizer que em 2003 fosse preciso e isso fosse um alerta para execução imediata. O que se está a dizer é que há que olhar para estas matérias. Assim, 2005 ainda é pior e vão ser cada vez piores ao longo do tempo que vai passando, porque de facto essas questões têm de ser vistas cada vez com maior proximidade e os consumos de água não estão a diminuir.

Quanto à questão da protecção das nascentes afirmou que não se fez tanto quanto se deveria ter feito em termos de protecção das nascentes. Há que continuar a trabalhar no sentido de melhorar esse desempenho.

Essa, mais uma vez, é uma responsabilidade partilhada por todos os intervenientes nesta matéria, mas na qual o Governo Regional tem uma responsabilidade preponderante. Portanto, a intenção da Secretaria Regional é olhar para a protecção das nascentes.

Inclusivamente, o Decreto Legislativo que regula esta matéria já é de 1977 e precisa de uma revisão.

O Governo está a fazer um esforço grande, no sentido de olhar para o planeamento e para o ordenamento do território e, por essa via, determinar quais as zonas que têm de ter um tratamento especial e mais apertado. Isso também passa por uma

redefinição das questões da reserva ecológica, porque essas zonas de protecção são, essencialmente, zonas de reserva ecológica, cuja definição precisa de ser mais apertada e mais rígida.

No que respeita à questão da alteração do uso do território afirmou que o Secretário Regional da Agricultura e Florestas falou em licenças emitidas para alteração do uso do território, ou seja, para passar de floresta a pastagem, ou para fazer pastagens melhoradas. O que acontece é que as pastagens foram quase todas feitas no tempo do Plano Pecuário dos Açores.

O que acontece é que as pastagens vão sendo paulatinamente melhoradas, através da própria fertilização e das técnicas de manejo.

O que havia era pastagens em que grande parte da pastagem era pastagem ocupada, uma pastagem muito pobre com uma grande penetração de turfeiras. Essas turfeiras são pouco resistentes à fertilização com nitratos e, mesmo sem ninguém fazer um arroteamento, basta fertilizar regularmente a pastagem para que as gramíneas (ou seja, o pasto) ganhem força em relação aos musgos, que reagem mal aos nitratos, e a turfeira vá desaparecendo naturalmente. Portanto, não é preciso fazer uma operação de alteração do uso do solo no sentido em que está legalmente definida e no sentido em que requer alteração legal, para se alterar esta matéria.

Foi isso que aconteceu, de uma forma muito mais subterrânea do que aquilo que se possa imaginar.

Nisso, os estudos estão feitos. Há uma estudante do Departamento de Ciências Agrárias que fez um trabalho académico sobre a matéria. Esse trabalho indica que não é preciso haver a alteração do uso do solo para a qual a lei exige licença, para que esta questão das turfeiras se altere, e se altere profundamente. Basta fertilizar, basta ter um manejo mais cuidado da pastagem. Isso explicará essa discrepância entre as autorizações concedidas e aquilo que aconteceu em termos da evolução no terreno.

Uma parte daquilo que eram criações de gado bravo está hoje transformada em pastagens em que se poderia criar, à vontade, gado manso. Basta ir para a zona mais profunda da caldeira, ou seja, a zona que é a mais importante para a retenção de água, aquela que está mesmo acima das nascentes, para verificar que aquilo que

em tempos foi uma pastagem pobre, numa criação de gado bravo, hoje é uma excelente pastagem sob qualquer ponto de vista, com uma composição que é típica das pastagens com bom manejo e com boa drenagem, ou seja, desapareceu o encharcamento dos terrenos.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** afirmou que o que está em causa é um problema de responsabilidade política e essa responsabilidade exige que os prognósticos sejam feitos no devido tempo para que no devido tempo se tomem as medidas necessárias, perguntando o que é que ficou por fazer, o que é que fez com que chegássemos ao ponto em que chegámos e apenas em 2009 se façam os investimentos e apareçam os planos, só agora. Será que se isto tivesse sido feito antes, o problema que se verificou em 2008 não se teria verificado?

Não é aceitável que agora se tente imputar todas as causas dos problemas ocorridos às obras na Via Vitorino Nemésio, sabendo da existência de vários dados que indicavam problemas como já foi enumerado pela colega Deputada Carla Bretão (PSD).

Perguntou, ainda, já que se tem dado tanto ênfase às obras na Via Vitorino Nemésio, que medidas é que o Governo Regional tomou, perante o empreiteiro, para efectivamente responsabilizar e haver consequências para esse empreiteiro, que passos foram dados pelo Governo, o que existe mais do que isso, que consequências irá ter essa responsabilização.

O **SRAM** respondeu que as responsabilidades do empreiteiro são responsabilidades que estão contratualmente fixadas e que em boa parte já foram exercidas, ou seja, o empreiteiro foi obrigado a repor, por várias vezes, a conduta e na última fase, foi obrigado a custear um novo caminho para a conduta e uma nova estrutura da conduta naquela zona. Infelizmente existiram vários avanços e recuos nessa discussão, como sempre acontece nas empreitadas porque não estamos numa situação em que haja apenas uma parte, há duas partes com visões distintas sobre o assunto e com o direito a defender as suas posições e a tentar fazer valer os seus pontos de vista.

A conclusão final foi a responsabilização do empreiteiro pela reposição da conduta por um novo caminho e com nova estrutura, o que implicou um investimento vultoso.

Em relação à questão da previsibilidade ou não previsibilidade afirmou que depois de um incidente ou de um acidente ter acontecido não falta quem chegue ao sítio e faça observações com suposta propriedade e conhecimento do assunto.

Todos os envolvidos neste processo fizeram o que tinham de fazer. Vários especialistas que têm conhecimentos sobre a questão da água foram unânimes em dizer que não era expectável que houvesse uma ruptura daquela dimensão e com esta rapidez.

De facto, os sinais não eram muito claros e aquilo que foi feito na década de 90, com aquilo que foi feito nos anos seguintes – porque a agricultura fez grandes investimentos na Terceira em termos de captação e disponibilização de água, e ambas as câmaras foram sempre investindo ao longo dos anos – levaria a pensar que esta actual arquitectura do sistema do abastecimento de água à Ilha Terceira tinha uma resiliência maior e que nós não estávamos na eminência duma situação de ruptura.

As pessoas foram surpreendidas pela dimensão e pela celeridade do que aconteceu. O **SRAM** afirmou, ainda, que não disse que a culpa foi da Via Vitorino Nemésio, mas sim da conjugação de vários factores já enumerados mais do que uma vez na reunião. A Via Vitorino Nemésio é um desses factores.

Audição do Professor Félix Rodrigues:

O **Professor Félix Rodrigues** disponibilizou-se para qualquer questão que os Deputados presentes queiram colocar.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** usou da palavra para perguntar ao Professor Félix Rodrigues qual a sua percepção sobre este problema e quais os motivos que terão levado aos problemas existentes no Concelho de Angra no abastecimento de água.

O **Professor Félix Rodrigues** referiu que esta é uma questão multi-factorial. Vários factores contribuíram para isso.

Afirmou que, por um lado, o ano passado foi um ano anómalo em termos climáticos, não no sentido da precipitação mas no sentido da temperatura.

Há sempre várias normais climatológicas que podemos entender, a normal climatológica da precipitação e a normal climatológica da temperatura. A normal climatológica da temperatura esteve sempre acima da média, ou seja, podemos considerar que o ano passado foi um ano mais quente do que a média dos últimos 20 anos. Isso pode ter algum efeito a nível da água que acaba por chegar aos aquíferos porque quando ocorrem nevoeiros, esses nevoeiros resultam dum diferencial de temperatura para produzir o chamado ponto de orvalho. E se a temperatura não tem uma diferença específica, nunca se formam nevoeiros. Qual a importância dos nevoeiros na recarga? Grande parte da precipitação da ilha é a chamada precipitação oculta, que resulta da intersecção dos nevoeiros pela própria vegetação. Não havendo formação de nevoeiros, há aí um efeito na recarga que não é neste momento totalmente contabilizado, mas que efectivamente pressupõe que tenha de haver uma redução no manancial de água disponível.

No que respeita à precipitação, na primeira metade do ano a precipitação esteve dentro dos parâmetros normais, até ao mês de Junho; a partir do mês de Junho ela fugiu um bocadinho ao normal, chovendo menos do que nos anos anteriores. Ou seja, há um pequeno desvio no final do ano, o que leva também a que haja menos água disponível via precipitação para a recarga dos aquíferos. Ora, isso tem efeitos nítidos na recarga.

Primeiro, havendo uma diminuição dos nevoeiros, da intersecção dos próprios nevoeiros, vamos assistir a uma diminuição da recarga que depende não só da sua presença ou ausência mas, também, de um outro factor, que é ter árvores ou não ter árvores, ter vegetação que intersecte ou não intersecte esses próprios nevoeiros. Ao que nós assistimos no concelho, também, foi a um conjunto de arroteias que acaba por ter uma influência, efectivamente, na recarga.

Portanto, há aqui um conjunto de factores naturais que explicam, até certo ponto, o que aconteceu em termos ambientais com a menor quantidade de água.

Há um outro aspecto também a considerar, que não é só o ter chovido, por exemplo, o mesmo que choveu durante um ano; mesmo que tivesse chovido da

mesma maneira durante o ano passado todo, a forma como chove também é importante para a recarga. Chover 2 mil litros espalhados ao longo de um ano é diferente de chover 2 mil litros por metro quadrado centrados numa só semana. O número de horas que chove num dia é importantíssimo porque, se chover torrencialmente, faz a impermeabilização do solo e essa impermeabilização leva a um aumento da escorrência da água para o mar e para as ribeiras, que acaba por não atingir os aquíferos.

De facto, tivemos um regime de precipitação um bocadinho variado, por vezes torrencialmente, o que fez com que também pudesse diminuir um pouco a recarga. Além dos aspectos ambientais referidos referiu-se a aspectos relacionados com a gestão.

Segundo o **Professor Félix Rodrigues** a grande infra-estrutura da via rápida, que requer muita água para a construção e em que também existiram alguns problemas relacionados com acidentes com as condutas contribuiu para a situação das rupturas no abastecimento de água.

Num período crítico que a ilha atravessa do ponto de vista ambiental, ter-se perdido em média 1800 m³ de água por dia é, de facto, muita água para se perder num período crítico. Houve três acidentes consecutivos, o que fez com que houvesse uma perda que neste momento ainda não está contabilizada na sua totalidade, o que faz com que a água tenha fugido também por esta via, por via dos acidentes e por via doutro factor, que é a necessidade de água para a construção da própria infra-estrutura, porque é necessária água para produzir betão e é precisa água também para evitar as poeiras da estrada nos trabalhos de pavimentação.

Por outro lado, se não contabilizamos as perdas na rede, ficamos sem saber quais são os desvios que a rede de abastecimento público tem para a respectiva lavoura, porque é muito fácil dizer que não há água para a lavoura, mas nenhum lavrador deixa as vacas morrerem à sede, tem de ir buscar água a qualquer lado. E, de facto, quando há falta de água num sítio, isso traduz-se efectivamente na falta de água noutros sítios. A lavoura é muito mais sensível a isso. Mesmo em condições normais de precipitação, o que nós verificamos é que no Verão há sempre uma maior escassez de água para a lavoura e, se essa escassez é crítica, é a rede de

abastecimento público que acaba por sofrer. Quanto é que foi desviado por essa via para a lavoura é difícil de equacionar.

O **Deputado Cláudio Lopes (PSD)** usou da palavra para afirmar que tendo em conta as conhecedoras explicações do Professor Félix Rodrigues se poderiam inferir duas ideias importantes. Uma, que eventualmente tenha havido, nos últimos anos, uma perda do coberto vegetal arbóreo que prejudica a recarga dos aquíferos, e a outra, é que a recarga dos aquíferos terá sido prejudicada por esta via, quer pelo aumento da temperatura média, que não permite que a condensação se dê com abundância e, por outro lado, que o coberto vegetal também desaparecendo reduz a possibilidade de recarga dos aquíferos.

Por outro lado perguntou se o Professor Félix Rodrigues tem dados concretos sobre a forma como ocorreu a queda pluviométrica nos últimos anos e o seu impacto na recarga dos aquíferos.

Perguntou ainda, tendo em conta que o Concelho de Angra está muito dependente das nascentes em altitude, quais terão sido os problemas ambientais que terão criado problemas nesta fonte de alimentação.

O **Professor Félix Rodrigues** afirmou que quer as alterações na vegetação arbórea, quer a recarga lenta dos aquíferos através, por exemplo, das turfeiras, têm influência nos recursos hídricos disponíveis.

Explicou que nas turfeiras, 1 kg de turfa consegue armazenar mais ou menos 9 kg de água e perde-a lentamente. Isso quer dizer que tem aqui uma função da qual não conhecemos ainda a extensão, mas que se pensa ser muito importante.

O que acontece é que parte das turfeiras do interior da ilha foram destruídas para criar pastagens e, até certo ponto, as pessoas tinham todo o direito a fazê-lo, porque isso resultou do modelo de desenvolvimento que aplicámos a nível da Região. As pessoas sendo donas, e não havendo restrições, fazem o uso que lhes é permitido do solo. Além disso há o aspecto da própria vegetação, que tem sido alterado. Por outro lado, o facto de não haver, não propriamente os núcleos de condensação de nuvens, mas superfícies de condensação, aí faz com que o nevoeiro não seja eficazmente interceptado.

Portanto, temos aqui uma questão que tem a ver com o uso do território, o ordenamento do território e as possibilidades que temos de usar o território, numa política que deveria ser, se calhar, mais integradora. Mais integradora porque o ambiente não é só a plantinha, também engloba o homem e a interacção que existe entre o homem e a plantinha, é preciso que percebamos esta perspectiva integradora.

Quanto ao abastecimento de água existem aquíferos suspensos e aquíferos basais que têm água de menor qualidade mas, normalmente, água com mais abundância.

Aqui é necessário fazer uma opção entre ter água de qualidade, que normalmente vem dos grandes aquíferos suspensos, e aí esses são susceptíveis às variações de precipitação e de temperatura ou ter água dos aquíferos basais que corresponde melhor à recarga, que armazena ao longo do ano e que está mais disponível, mas tem muito menos qualidade.

Relativamente aos dados da variabilidade diária, de facto não há uma informação muito precisa, neste momento, sobre isso, porque a forma como se colhem os dados é distinta daquilo que era, ou do propósito, para ter uma conclusão adequada exactamente para esse efeito. Porque os institutos de meteorologia recolhem precipitação de 3 em 3 horas. Quer dizer que temos uma média integrada das 3 horas, que depois se integra num dia, que se integra num mês e assim sucessivamente. Esse procedimento faz com que, se tivermos uma chuva concentrada em 5 minutos, ela vai ser representada por 3 horas. Aquela chuva distribuída em 3 horas teve tempo suficiente para penetrar no solo, quando em 5 minutos ocorre a escorrência superficial. Portanto, é algo que não está muito claro, efectivamente, acerca do regime torrencial e da sua distribuição no tempo. No entanto, quando comparamos de 3 em 3 horas com os anos anteriores, há pequenas diferenças, de facto, em termos do regime, mais concentrado em determinados períodos do que noutros, o que faz com que haja também, ou que tenha, pelo menos teoricamente, implicações na recarga.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** usou da palavra para perguntar se há conhecimento efectivo dos recursos hídricos da Ilha Terceira ao nível subterrâneo, se existe algum estudo que aponte nesse sentido, se é possível ou não quantificar.

Perguntou, também, em que zonas foram mais críticas as arroteias, se estas são recentes ou mais antigas, se são conhecidas, ou não, as zonas críticas de recarga dos aquíferos, se é possível determinar, ou não, se há zonas mais críticas do que outras de recarga dos aquíferos e se era possível fazer alguma protecção dessas mesmas zonas.

O **Professor Félix Rodrigues** respondeu que neste momento há uma questão que está perfeitamente quantificada, que é o balanço hídrico de todas as ilhas dos Açores. Há o conhecimento de quanto é que chove, quanto é que entra, de parte de tudo o que escorre em média anual e de tudo o que se infiltra em média anual.

Explicou ainda que os Açores têm muita precipitação, portanto há muita recarga, há muita escorrência e há muita penetração. Portanto, todas essas componentes são componentes que têm água suficiente. O problema é onde é que ela vai parar? E está ou não acessível?

Os nossos aquíferos, dada a natureza vulcânica das ilhas e o facto de serem ilhas jovens, resultam normalmente de zonas impermeas. Podem resultar de rocha que não está fracturada mas também podem resultar dum andossolo cozido, dum erupção vulcânica que cozeu o solo e que formou uma camada de argila e é aí que se mantém o lençol de água. É de facto muito heterogéneo. A Ilha Terceira pode ser dividida em três grandes zonas, que têm a ver com os três grandes maciços da ilha.

Por outro lado, uma erupção produz, ao longo do tempo, materiais vulcânicos de natureza completamente diferente, os piroclásticos. Os piroclásticos são mais porosos e depois temos os basaltos, que podem provocar impermeas. Precisávamos de perceber, de fazer um perfil em várias zonas da ilha para percebermos o que é que tem. Isso é tecnicamente difícil e economicamente um desperdício. Logo, o que existe é algum conhecimento das situações.

A Ilha Terceira e praticamente todas as ilhas dos Açores estão suficientemente bem estudadas, em termos genéricos. Mas há muitas dúvidas acerca das zonas de recargas dos respectivos aquíferos e da dimensão do respectivo aquífero, porque resultaram de múltiplas erupções, em que umas cobriram as outras e por vezes encontramos dois aquíferos, quando se fazem furos de exploração, um exactamente

abaixo do outro quatro ou cinco metros depois, em que um está por cima e o outro está por baixo e, se podemos tratar o de cima, dificilmente prevemos o que está em baixo e assim sucessivamente, porque há um conjunto de camadas sucessivas.

Há aquíferos sobre os quais temos uma ideia da sua zona de recarga, porque é fácil em termos de morfologia. É o caso das crateras dos vulcões, a sua zona de recarga é aquela, está perfeitamente identificada, como é o caso da Caldeira Guilherme Moniz, toda aquela zona é uma zona de recarga.

Por outro lado, essa recarga a que nascentes dá origem? Há vários estudos feitos pela Universidade dos Açores onde foram utilizados isótopos para tentar perceber de onde é que vinha a água e para onde é que ia. A conclusão é que a água que sai, por exemplo, no Cabrito não temos a certeza se ela vem exclusivamente daquela zona central da ilha, Há ali, de facto, uma mistura.

Por outro lado, noutros estudos feitos na zona oeste da ilha para algumas nascentes-tipo, em que foram estudados vários traçadores ambientais, há a noção de que a zona de recarga era muito próxima da nascente e verificou-se que ela começa desde o cimo da Serra de Santa Bárbara até à zona da nascente. Ela infiltra-se ao longo do caminho. Isso quer dizer que, se nós quiséssemos, na prática, proteger aquela zona teríamos de proteger uma fatia toda, integral, da Serra de Santa Bárbara, o que quer dizer que não se poderia fazer nada ali, o que é demasiado restritivo.

O que é necessário para termos a noção é ir estudando, sucessivamente, todas as situações e dando ênfase àqueles que são os maiores mananciais de água, que nestes já há conhecimentos bastante profundos sobre o assunto, como é o caso daqueles que têm origem ali na zona do Cabrito e na Caldeira Guilherme Moniz.

Quanto às arroteias, as arroteias existem desde que o homem entrou nesta ilha, mas naquela zona não. À medida que vamos ocupando progressivamente as zonas altas da ilha é que as arroteias começam a aparecer. Podemos dizer que esse incremento aparece a partir da década de 80. É a partir da década de 80, com o modelo da produção de pastagem que, de facto, os grandes impactos começam a surgir e mantêm-se até à actualidade. Podemos falar de arroteias do ano passado, deste ano, de há um mês, depende de ao que é que chamamos arroteias e qual é o seu fim.

O **Deputado António Ventura PSD)** usou da palavra para perguntar ao Professor Félix Rodrigues se, na sua opinião, com a falta de estruturas de recolha e de armazenamento de água, o problema da falta de água não é um problema só actual mas um problema que se tem vindo a agravar, com sinais em concreto na agricultura que, depois, levam a uma concorrência com o abastecimento humano. Afirmou, ainda, que não há uma contabilização de quanto é que a água do abastecimento pecuário vai tirar à água do abastecimento humano, havendo um conjunto de sinais que se têm vindo a agravar, sem que tenha existido o devido planeamento e o devido investimento nas estruturas, no caso concreto da agricultura, sem se ter em conta devidamente as alterações climáticas e o seu impacto neste sector.

O **Professor Félix Rodrigues** explicou que há indicadores por todo o mundo de que há algo estranho mas ainda hoje em dia há países que não ratificaram o Protocolo de Quioto. Hoje em dia ainda há muita gente que não equaciona a possibilidade de alterações climáticas globais associada à actividade do homem. Hoje em dia as pessoas ainda gostam de negar a realidade, para se sentirem muito confortáveis.

É evidente que o clima é mais ou menos previsível, mas a meteorologia não. Portanto, quando falamos em espaços de tempo muito curtos, entramos no domínio da meteorologia. A meteorologia consegue prever o dia de amanhã com alguma precisão mas o que acontece é que ainda não há uma ciência muito precisa, em que se diga amanhã vai chover e temos a certeza que chove. Há sempre falhas.

Por isso, prever o que irá acontecer no ano seguinte não é fácil. São sinais que nos devem obrigar a pensar numa determinada perspectiva e, se calhar, a tentar implementar algumas medidas de precaução.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** usou da palavra para perguntar qual a percepção do Professor sobre os eventuais efeitos da questão das fissuras, dos rebentamentos, nas nascentes relativamente às consequências que ocorreram no Verão passado.

Perguntou ainda, se considerando todos os conhecimentos aos variados níveis, era ou não previsível que houvesse uma progressiva dificuldade ao nível do

fornecimento de água às populações, se nas referências que fez aos problemas de gestão também inclui as matérias ligadas aos eventuais investimentos ao nível da captação e da distribuição de água, teria sido necessário haver outro tipo de gestão ao nível dos investimentos, que precavesse a situação que veio a ocorrer e se a Universidade dos Açores dispõe dos meios necessários para ter feito um estudo que, de facto, fizesse um diagnóstico eficaz sobre esta matéria que tanto tem preocupado os angrenses nos últimos tempos.

O **Professor Félix Rodrigues** respondeu que, quanto à questão das fissuras quando se tenta perceber um fenómeno, é importantíssimo que coloquemos várias hipóteses. A hipótese de fissuras é uma hipótese cientificamente tão válida como outra qualquer, é preciso que haja dados que depois a verifiquem.

Da análise sobre microssismos não justifica, nunca justificaria a falta de água na situação em que ocorreu.

Poderia ter contribuído para, ser mais um dos factores a considerar. Sem dúvida que, como hipótese explicativa, poderia ser um dos factores.

Não foi encontrada nenhuma informação que corrobore, ou seja, que permita dizer que a energia desenvolvida era o suficiente para quebrar o imperme. No entanto, recolhendo alguns outros dados e alguns outros indicadores, a conclusão a que é possível chegar é que a probabilidade não é zero, mas é muito reduzida.

Relativamente às questões de outro tipo de gestão, elas têm um carácter essencialmente político. Afirmou que se tivesse chovido mais e não tivesse havido as obras na Via Vitorino Nemésio, o sistema daria resposta nos próximos dois, três anos.

O problema que ocorreu e os factores que o causaram demonstram que existem algumas vulnerabilidades no sistema de abastecimento de água.

Quanto à Universidade dos Açores, dificilmente outra instituição tem um tão profundo conhecimento do que a Universidade sobre os recursos hídricos da Região.

Audição do Professor Eduardo Dias:

O Presidente da Comissão passou a palavra para as explicações sobre os factos analisados na Comissão.

O **Professor Eduardo Dias** referiu que a sua área é a ecologia vegetal e que desenvolve trabalho sobre os ecossistemas terrestres.

Começou por explicar que nos Açores ocorrem dois fenómenos que fazem com que no meio estejam os ecossistemas terrestres e daí, eventualmente, estes poderem vir a ter importância.

O primeiro é que os fenómenos ligados à precipitação dos Açores são atípicos, pelo menos face à situação continental que é, muitas vezes, o nosso modelo de interpretação.

Nos Açores chove muito, cai muita água de diversas maneiras, através da precipitação oculta e através da precipitação clássica. E não só cai muita precipitação como ela é, de certa maneira, numa distribuição assimétrica. Num primeiro momento temos as clássicas precipitações de Inverno mas, logo a seguir, temos os nevoeiros, estamos agora a passar por eles, os nevoeiros de São João e depois, no fim do Verão, em Setembro/Outubro, novamente mais nevoeiros, que causam valores de precipitação muito apreciáveis em determinadas circunstâncias e em determinados locais.

Em determinadas alturas temos de gerir situações de precipitação de valores absolutamente anormais e elevadíssimos nos Açores.

Por outro lado, na parte geológica, portanto, na parte subterrânea, também tem sido dito pelos especialistas que os aquíferos dos Açores são todos relativamente pequenos, tirando eventualmente o aquífero basal, que tem algumas condicionantes.

Os aquíferos suspensos são normalmente reduzidos, como aquele associado à Caldeira do Cabrito são aquíferos relativamente pequenos, frágeis, geologicamente instáveis e, portanto, com alguma delicadeza.

Entre estes dois fenómenos, da parte atmosférica e da parte geológica, acontece que existem os ecossistemas de superfície, que, com o passar de milhões de anos nos Açores, tiveram de se adaptar a estas circunstâncias: altos volumes de precipitação por vezes concentrada, grandes distribuições de precipitação ao longo do ano mas, por outro lado, aquíferos relativamente pequenos, o que pode causar,

momentaneamente e em determinadas alturas do ano, carências hídricas, faltas de água nas nascentes e, depois, nos sistemas hídricos.

Ainda temos a felicidade de ter alguns sistemas como a Serra de Santa Bárbara, em que estas unidades a que chamamos em ecologia unidades funcionais da paisagem, estes grandes complexos, que ainda estão, digamos, numa forma muito natural e, portanto, nós podemos estudá-los e perceber como é que isto acontece.

Um dos exemplos que nós temos estudado com alguma intensidade nos últimos anos é, na Caldeira da Serra de Santa Bárbara, uma bacia grande, por trás das antenas e que está em estado natural, bastante bom, aliás, excepcional e foi possível medir questões que têm a ver com a água, com as transferências de água e tudo o mais. E chegámos à seguinte conclusão: a reacção a estes grandes volumes de água que os Açores contemplam gerou um processo biunívoco. Ou seja, por um lado, os ecossistemas terrestres criaram um conjunto de mecanismos que lhes permite sobreviver e receber de forma tamponizante estes grandes volumes de precipitação; mas, por outro lado exigem, para que isto se possa manter equilibrado, grandes volumes de precipitação, porque senão o sistema seca, drena, começa a abrir fissuras e a água, quando vier, o sistema está roto. Isso é muito crítico na Serra de Santa Bárbara, até porque é um sistema também vulcânico muito jovem e muito fissurado. Já aconteceu, por exemplo com o sismo de 80, duas lagoas que existiam no fundo de um sistema desses abriram e perderam água e nunca mais recuperaram, desde 80 até agora. Continuam a ser um sistema e não de recuperar, daqui a umas dezenas de anos.

Há nestas grandes bacias, das quais a Caldeira do Cabrito é também um exemplo, já muito intervencionado, um conjunto de processos que cada parte do sistema cumpre uma função. As zonas mais altas cumprem uma função, normalmente a de recolher água, principalmente dos nevoeiros na época seca, continua a chover nestes sistemas, por causa dos nevoeiros e das nuvens que passam por vezes em grande velocidade e continua a haver grandes entradas de água nestes sistemas. Há uma zona de transferência, normalmente as encostas, que estão desenhadas, preparadas para receber grandes quantidades de água e transferi-las de forma muito

lenta. E há sistemas basais, no fundo, que nós chamamos turfeiras de base, que estão preparadas para recolher volumes imensos de água.

Estes sistemas, no global, funcionam suspensos sobre água, funcionam de forma atípica, ou seja, não é fácil encontrar na literatura e nos nossos conhecimentos mais ocidentais sistemas semelhantes. Funcionam por acumulação de matéria orgânica e podem acumular grandes volumes de matéria orgânica, libertam ácidos sulfídricos e têm algum aspecto menos higiénico mas, de facto, é assim que estes sistemas são. Vamos encontrar sistemas semelhantes a estes a norte de Londres, portanto, Escócia, Suécia, Irlanda e por aí fora, que não são exactamente iguais porque, aí, é o frio que controla o processo e não o excesso de água, o grande volume de água. E vamos encontrar mais a sul, em territórios tropicais. No hemisfério sul, por exemplo, na Nova Zelândia, há sistemas semelhantes a estes dos Açores. Pelo meio, não temos nenhuma faixa de comparação, pela singularidade destes sistemas. Isto resultou que a nossa interpretação sobre os Açores, creio eu, fosse de alguma maneira apressada ou, pelo menos, descuidada nos últimos séculos. Ou seja, nós temos vindo a fazer um uso dos Açores, a ocupação do território, a nossa vivência cá, a partir de modelos que, na maioria dos casos, importam modelos continentais. No conceito de território, conceito de água, de recursos hídricos e destes ecossistemas terrestres que derivam, enfim, do património cultural e científico que vai desde uma Alemanha, até uma França, até Portugal e donde se estudam, donde se fazem os modelos. Portanto, nós olhámos até agora e temos feito modelos que incorporam conceitos de território e de relação com a água associados claramente ao continente e inclusivamente muitas vezes até a zonas que nos são bem distantes, do ponto de vista ecológico, como sejam zonas mediterrânicas.

Este conhecimento destes sistemas dos Açores tem sido bastante recente, aliás, tem sido nos últimos 10 anos que nós temos feito algum trabalho. Vai sair, dentro de pouco tempo, um primeiro livro sobre as turfeiras dos Açores, embora já haja teses e estudos académicos nesse sentido pelo menos há 8 anos.

Os dados referidos são parte do conhecimento factual que já existe, com dados recolhidos concretos e parte por extrapolação de situações semelhantes na Nova Zelândia e em alguns territórios tropicais.

Voltando à questão da Caldeira, afirmou tratar-se de sistemas que são capazes de incorporar, em termos do substrato até 80% e por vezes 90% do seu volume em água. O que quer dizer que, quando temos 1 m³ de profundidade de turfa podemos ter 80% de água. À medida que vamos progredindo em profundidade, isso vai sendo cada vez mais compacto e podemos ter, em situações selvagens, profundidades muito grandes. Há, claramente, nos Açores, turfeiras com 7 metros de profundidade. Não são frequentes, mas existem casos concretos. Inclusivamente, existem casos de cones vulcânicos completamente soterrados e desaparecidos. Olhamos para o território e é uma zona plana e, por baixo, está soterrada uma chaminé vulcânica, um cone vulcânico, uma caldeira, que desapareceu soterrado por estes sistemas. Isso acontece, por exemplo, nas Flores, nas zonas grandes, na Lagoa Branca da Caldeira Branca das Flores. Acontece na Terceira: à volta do Pico da Bagacina há um ou dois casos em que acontece este fenómeno.

A relação com estes sistemas tem sido um pouco o importar de modelos.

Para já, tem-se verificado uma grande dificuldade de detectar e de perceber onde estão estes sistemas e a importância que eles têm. Têm mau aspecto, são encharcados, muitas vezes têm ácido sulfídrico o que quer dizer que cheiram mal e, portanto, tem existido a tentação sempre, de os ocupar e de os transformar em usos imediatos.

Há imensos casos no interior da Ilha Terceira, a zona do Pico Alto, das Furnas de Enxofre e tudo, são exemplos onde, de facto, era feito um pastoreio selvagem e em que houve uma transformação progressiva destas turfeiras. Elas estão lá, estão minimamente a funcionar, estão já com alguns sinais de degradação, porque se vê o avanço de espécies forrageiras, a presença de trilhos, as zonas de drenagem de águas com algum significado feitas pela presença. Quanto mais o encabeçamento, mais o processo de transformação em ecossistema de pastagem acontece.

Noutros casos mais recentes, e já com uma grande extensão nos Açores, deu-se a transformação por maquinaria pesada destes sistemas o que, num primeiro momento, dá quase uma certa alegria, porque estes sistemas são muito carregados de matéria orgânica, ou seja, existem muitos nutrientes e muita matéria orgânica

mas estão indisponíveis porque estão encharcados; mas, no momento em que se fazem valas de drenagem, em que se metem máquinas pesadas, permite-se que rapidamente todo o sistema comece a verter nutrientes. Portanto, nos primeiros anos estas zonas são extremamente produtivas e permitem, realmente, a implantação de pastagens, desde que se façam as tais valas de drenagem para evitar o encharcamento. Temos tido imensas pastagens nesse sentido, transformadas de zonas altas nos Açores, principalmente desde que Portugal acedeu, com a entrada na Comunidade Europeia, a fundos de financiamento que permitiam maquinaria pesada nestas zonas, pelos Açores todos.

A partir do momento em que é necessário haver encharcamento para manter estes sistemas, é retirado o encharcamento, provocadas as valas e é feita a drenagem, o sistema começa a desagregar-se e a morrer.

Portanto, os nutrientes são usados nessa fase à medida que o sistema dá. Estima-se que uma turfeira de meio metro seja capaz de se aguentar 20 anos neste processo de degradação mas, ao fim de 20 anos, desapareceu a matéria orgânica e temos a rocha em cima.

A Terceira está bem mais atrasada. Existem inventários em muitas pastagens do centro da Terceira. Existem 20 a 30 cm de profundidade de turfa nas zonas altas da Terceira. Nas zonas de pastagem mais antigas o processo está muito mais intervencionado do que nas mais recentes, que foram mais recentemente intervencionadas. Mas há, claramente, uma perda no reter água, perde-se a capacidade de reter e perde-se a capacidade de minimizar as grandes precipitações de Inverno e a ausência de precipitação de Verão.

Explicou, ainda, que estes sistemas com grande volume de água teriam a propriedade de ir fornecendo durante todo o ano e de forma continuada, água aos tais aquíferos suspensos, esses pequenos e com capacidade de reservatório pequena.

Portanto, verifica-se que havia aqui um sistema tamponizante a meio caminho entre as precipitações e os aquíferos que tamponizava, que equilibrava o processo.

Muitas vezes, ou normalmente sempre associado nas zonas de cumeadas, há a presença de árvores, que aumentam dramaticamente a quantidade de água.

Quando, no continente, todos os sistemas estão a entrar, agora, num processo de secar, de défice hídrico, nos Açores há novamente uma recarga de água, há uma tropicalidade que recarrega os ecossistemas e eles, quanto muito estarão 15 dias no mês de Agosto, mesmo em anos com pouca água, sem qualquer fornecimento de água, tendo de usar apenas os seus recursos de água internos.

Com a intervenção que é feita, principalmente retirar a floresta, mesmo que seja floresta de produção, das zonas altas, das cumeadas, das zonas de mais nevoeiros, e implantar as pastagens nas zonas onde estavam as turfeiras de grande retenção de água, faz com que o sistema ficasse dependente dos dois fenómenos externos, ou seja: os volumes de precipitação e a capacidade de reservatório dos aquíferos suspensos. Quando chove muito, os aquíferos suspensos têm água, quando não chove, os aquíferos suspensos dão o que dão, mas a partir de certa altura já não têm mais capacidade de reservatório. O sistema pelo meio vai, por seu método, desaparecendo.

Afirmou que o ano passado foi um ano com distribuição um pouco anormal, mas que foi progressivamente ao longo dos últimos anos havendo arroteias, havendo a retirada de árvores, havendo a transformação de pastagens extensivas das tais turfeiras em pastagens intensivas.

Referiu, ainda, duas questões. Se o problema da falta de água foi um sinal, um pequeno alarme de alguns comportamentos de gestão e de tomada de decisão sobre como devemos gerir a nossa terra, foi quase um mal menor, porque a expectativa dos outros problemas que possam vir associados a isso e noutras zonas deviam preocupar-nos muito. Desde logo o que acontece quando houver grandes volumes de água, quando houver chuvadas valentes de Inverno, como já aconteceu nas Flores há cerca de 8 anos? Em que levaram pontes, levaram estradas e tudo o mais, em grande parte exactamente pelo desaparecimento destes sistemas.

Se na Terceira não são muito nítidas as preocupações associadas a isso, acredita que em ilhas como o Pico, São Jorge, Faial e Flores estas situações podem vir a ser dramáticas, em particular em São Jorge pode vir a ser dramático. Podemos estar daqui a dias a ter grandes deslizamentos de terras e alterações profundas da paisagem de São Jorge, com perigo de vidas, por causa deste sistema.

O segundo aspecto associado a isto é a questão das ribeiras.

As ribeiras têm vindo, progressivamente, a secar e a transformar-se em ribeiras de regime torrencial, ou seja, correm quando chove muito e desaparecem.

A Universidade dos Açores tem marcado uma relação entre as ribeiras, o regime das ribeiras e estes sistemas. A conclusão a que chegaram foi que na Terceira as ribeiras que têm origem em sistemas destes em muito bom estado, Serra de Santa Bárbara e Pico Alto, têm, até chegar às primeiras estradas corrente contínua todo o ano. Existem inventários delas a correr todo o ano, com uma fauna e flora associada, sem margens de erosão graves, que são margens em “V” invertido, que indicam processos e mecanismos de erosão torrencial, com espécies endémicas associadas, sem problemas de exóticas e invasoras que depois exigem gastos imensos para controlo das exóticas e para manter a ribeira limpa. Até essa zona, as ribeiras têm o regime continuado.

Isto é indicador de que não é só um problema de fornecimento de água, mas é toda uma paisagem que se está a transformar, referindo, também, que existe, ainda, muita falta de conhecimento sobre esta matéria.

O **Deputado Cláudio Lopes (PSD)** usou da palavra para referir que tendo em conta que o Professor referiu que o aquífero suspenso da Caldeira do Cabrito era pequeno e frágil, que esta é a principal fonte de alimentação do sistema de abastecimento de Angra do Heroísmo e que estamos a falar de um Concelho com grande densidade populacional, com crescimento nos últimos anos, com mais visitantes e, por isso, com mais consumos per capita, com um perfil de desenvolvimento considerável, com os hábitos de consumo das famílias e das pessoas a alterarem-se no sentido de maior consumo de água por dia, será possível concluir que existe alguma imprudência da parte de quem gere o sistema de abastecimento de água.

Por outro lado, perguntou se o Professor tem conhecimento nos últimos dez anos, a Universidade dos Açores, sendo detentora até de estudos e de conhecimento técnico sobre o assunto, ou relacionado com o assunto, foi procurada ou solicitada, quer pelo Governo Regional, quer pela Câmara Municipal de Angra, no sentido de pedir alguns estudos ou ouvir o parecer da Universidade sobre algumas

preocupações que estas Instituições já tivessem nestas matérias relacionadas com as fontes de alimentação do sistema de água.

O **Professor Eduardo Dias** reafirmou que não é hidrogeólogo e, portanto, tem alguma dificuldade em pronunciar-se, em termos técnicos, sobre o volume e tamanho do aquífero em causa, apesar de referir que quando afirmou que os aquíferos suspensos dos Açores eram pequenos, referia-se ao padrão geral dos Açores.

Apesar de não poder fazer uma análise técnica, tal como afirmou, o Professor Eduardo Dias fez uma reflexão sobre a questão colocada dizendo que os problemas envolvidos vão muito para além da questão do uso do território, da ocupação e da vegetação. Terão existido questões numa dimensão, uma conjugação de factores, quer climatéricos, quer de território, eventualmente até do próprio fornecimento de água e outros processos.

O que é importante perceber a partir de agora é que temos de ter uma consciência muito grande de que as reservas de água dos Açores estão muito dependentes do que for feito à superfície nos Açores.

Relativamente à segunda questão referiu que vários colegas do departamento participaram na elaboração do Plano Regional da Água, onde a Universidade interveio, apontando que este plano teve alguns problemas porque houve muita preocupação com sobre o fornecimento de água e não sobre a origem da água nos Açores.

Referiu, também, que há cerca de 10/12 anos começaram os primeiros furos na Região e que foi através da Universidade que isso aconteceu, mas existem outras áreas que poderiam ser mais privilegiadas e não foram como os ecossistemas terrestres.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** usou da palavra para referir que depois da explicação do Professor Eduardo Dias fica claro que não existe falta de água mas sim um problema de gestão. Perguntou se tendo em conta a evolução natural neste processo desde a acção do homem, os diagnósticos que sucessivamente foram sendo feitos tornava previsível a ruptura naquele sistema. O que permitiria que fossem tomadas medidas que acautelassem a situação de ruptura a que assistimos.

Perguntou, também, se existe ou não um plano regional de recuperação de turfeiras e se o Professor acha que isso é essencial para o equilíbrio ecológico da Região.

Quanto à primeira questão o **Professor Eduardo Dias** referiu que não tem competências técnicas para responder porque essa não é a sua área, quanto à segunda questão o Professor referiu que as turfeiras e todos estes sistemas hidromórficos, são habitats protegidos da Directiva e estão, os mais importantes na região estão dentro do espaço da Rede Natura.

A Rede Natura tem um plano de gestão oficioso, reconhecido pela Direcção Regional do Ambiente, e tem um Plano Sectorial oficial e publicado para estas zonas.

Podíamos dizer que podemos ter uma grande esperança de que com os Parques Naturais, os Parques de Ilha que estão a ser desenhados agora está a ser desenvolvido um sistema único integrado, em que cada uma destas áreas vai ter, seguramente, o seu plano de gestão a funcionar. Aí, necessariamente, nesse plano de gestão, terão de estar contemplados estes habitats e estas zonas.

Até agora, de qualquer maneira, o plano da Rede Natura já contempla, já dá um troço transsectorial e uniforme entre estes vários sistemas.

Audição do Professor Eduardo Brito de Azevedo:

O **Presidente da Comissão** deu a palavra ao Professor Eduardo Brito de Azevedo para que possa fazer uma explicação relacionada com o objecto da Comissão de inquérito.

O **Professor Eduardo Brito de Azevedo** clarificou que iria falar no estrito domínio da sua especialidade, ou seja, climatologia.

Assim, quanto aos problemas de abastecimento de água verificados em Angra do Heroísmo afirmou que se trata de uma questão que só pode ser avaliada no âmbito de um ano hidrológico, ou seja, o balanço tem de ser feito com uma certa antecedência até ao momento em que ocorre uma determinada circunstância, que neste caso é a falta de água.

Quanto ao argumento do clima felizmente, nos Açores, existem registos de 100 anos de climatologia, o que significa que existe uma certa margem de conhecimento em relação à história do nosso clima, no que diz respeito à

precipitação. A nossa história climática ensina-nos que períodos de seca e de seca grave podem ocorrer.

Há uma seca bem identificada nos anos 20, com valores de precipitação muito abaixo dos que actualmente se verificam, isso é bem visível no gráfico entregue à comissão (gráfico que consta dos anexos).

Inclusivamente, antes do início do século passado, houve um ano em que a precipitação atingiu apenas metade do valor que normalmente atinge, referindo-se a Angra do Heroísmo. Apesar de ser possível observar que a água que abastece os aquíferos não é aquela que chove junto ao litoral, mas sim a que chove em altitude, Angra do Heroísmo serve como indicador climático. Ou seja, embora seja possível saber que a precipitação é incrementada com a altitude, com diversos mecanismos que têm a ver com transformações que ocorrem no seio das massas de ar e que vão condensando água à medida que a temperatura vai baixando, o que conduz a que a precipitação em altitude possa atingir três vezes mais do que aquela que é observada junto ao litoral significa que, no cimo da Serra de Santa Bárbara, se fossem feitas medidas de precipitação ela atingiria, por ano, o triplo do que é observado em Angra, qualquer coisa como 3 mil litros por m² por ano.

Apesar de serem usados valores de Angra do Heroísmo o que é facto é que em Angra do Heroísmo, devido à nossa dimensão, teriam de ser identificados os sinais climáticos se, eventualmente, fossem de facto questões climáticas, como em parte são e, por conseguinte, seriam a partir de Angra do Heroísmo extrapolados para a altitude.

Afirmou que a variação natural do nosso clima prevê situações de seca grave e, por conseguinte, há que tomar opções na gestão da água em relação a esse nosso historial. A gestão da água nunca é prevista para absorver toda a variabilidade. Nunca é desenvolvido um sistema para garantir 100% de eficiência e de garantia do abastecimento, mas sim dentro duma margem razoável, que pode ir até, que deve ir, que normalmente vai até aos 75% da variabilidade normal.

Assim, está previsto que no nosso clima ocorram situações idênticas e piores do que aquelas que ocorreram no ano hidrológico de 2007/2008.

Há um historial climático próximo, até Junho de 2008, e a partir daí há um outro historial climático. Ou seja, a partir do estio de 2008 tem-se assistido a um incremento de situação de seca.

O importante agora é saber explicações para eventuais cortes de água, para falta de água ou diminuição da disponibilidade do recurso, até Junho/Julho de 2008. Nessa circunstância, ou seja, limitando esse período, acumulando a água desde o início do ano hidrológico do ano anterior até esse período, a precipitação foi cerca de 91% do que é a precipitação normal para esse período. Ou seja, apesar de tudo podemos verificar que, apesar de até Julho, se verificar que choveu qualquer coisa como 91% do correspondente ao valor médio, até Junho tínhamos 1024 milímetros, o que significa dizer que, apesar de tudo, o valor da precipitação cai dentro da distribuição estatística daquilo que é considerado um ano normal.

Chamou a atenção para a classificação de ano normal, porque o ano normal não é um valor, o ano normal é um intervalo. O mais difícil seria acertar, ou termos um ano exactamente com o valor da média, porque em períodos tão longos o valor da média é um valor aritmético e, por conseguinte, quando se fala em ano normal fala-se num intervalo de valores que vão entre o 2º e o 3º quartil, dedicando-se o 1º quartil da distribuição normal para os anos secos e o último quartil para os anos húmidos. Resumindo: anos em que chova até 890 mm, abaixo desse valor são considerados anos secos; entre os 890 e os 1200 mm, sensivelmente, são anos normais; acima desse valor são considerados anos húmidos.

Feita a comparação do que choveu, no ano hidrológico, até ao período a que nos referimos, este valor cai dentro do intervalo de classificação de anos normais.

A forma como a precipitação ocorreu não difere muito, embora sempre abaixo, choveu menos do que é normal, do que é a média, é preciso que isto fique, dentro dos valores normais foi menos do que é a média mas, apesar de tudo, dentro do intervalo de variabilidade que é expectável para esta distribuição de frequência. A partir daí há um incremento que pode ser observado a partir desse início de estio há, de facto, um incremento.

Ou seja, a partir de Junho, de certa forma em Junho a precipitação acumulada desde Janeiro do ano anterior correspondia a 96% do que é normal. Em Junho

íamos com 96% do que é normal, ou seja, estávamos afastados ligeiramente dos valores normais e depois, a partir daí sim, a partir de Junho, Julho, Agosto e Setembro e agora este ano a seca tem vindo a acentuar-se.

Em termos de observações, de valores que não são estimados, são medidos pelos métodos tradicionais da climatologia e que foram corroborados pelo próprio Instituto de Meteorologia.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** usou da palavra para referir que esta Comissão deve fazer uma avaliação política do que ocorreu no ano passado no abastecimento de água em Angra do Heroísmo. Para isso a Comissão solicitou aos melhores especialistas na área contributos que nos permitam perceber o que se passou, de facto.

Foi referido que a seca se acentua a partir de Julho, mas também essa seca não tem um efeito imediato no fornecimento de água às populações. Os aquíferos não se ressentem no imediato, muito menos para trás.

A questão que fica depois de tudo isto é que parece que existiu alguma falta de planeamento e de gestão, que tornou a situação caótica, como todos em Angra do Heroísmo sentiram.

Perguntou ainda sobre a forma como a Universidade dos Açores não foi envolvida no processo do estudo realizado, sendo certo que a mesma tem os meios técnicos e humanos para realizar este trabalho.

O **Professor Eduardo Brito de Azevedo** começou por referir que apesar de tudo, o facto de ter chovido menos do que o valor médio foi mais um factor que agravou a questão da gestão do recurso. Ou seja, se tivesse chovido acima da média, ou se tivesse chovido até mesmo o equivalente a um ano húmido, a climatologia abafaria eventualmente outros factores que possam estar aqui envolvidos. Portanto, a climatologia tem aqui, apesar de tudo, um contributo. É preciso que isso fique claro, a climatologia tem um contributo, que não pode ser ou que não é único, ou pelo menos não é responsabilidade única da climatologia a questão da falta de água.

A este défice normal da água, portanto cerca de 10% em relação à média, terão de ser acrescentadas outras circunstâncias para justificar a falta do recurso.

A questão climática está absorvida dentro da variabilidade normal. Se os outros factores que eventualmente aconteceram tivessem funcionado dentro da normalidade, eventualmente a questão da falta de água não se tinha posto. Porque em anos anteriores, por exemplo no ano hidrológico 2001/2002 inclusivamente choveu menos do que no ano de 2007/2008. Nessa circunstância o sistema terá funcionado melhor do que funcionou em 2007/2008, ou seja, tudo funcionou só para um lado da variabilidade expectável para este tipo de sistemas.

Quanto à questão da Universidade dos Açores manifestou desacordo com as afirmações do Deputado Clélio Meneses (PSD).

A Universidade dos Açores não deve intervir apenas quando é solicitada.

Aliás, segundo o Professor, quando se tratou de pedir uma terceira opinião, a Universidade dos Açores sugeriu e até indicou nomes de pessoas que seriam competentes para avaliar também o assunto.

A Universidade dos Açores faz os trabalhos e impõe-se, de certa forma, sempre que acha que é oportuno. Não existe nenhum problema dentro da Universidade dos Açores por não ter sido esta Instituição a fazer o estudo.

O **Deputado José Cascalho (BE)** usou da palavra para referir que de acordo com os dados apresentados e pela avaliação climatológica feita, a seca não existiu.

Quanto à regularidade da chuva o Deputado solicitou um comentário ao professor sobre o facto de a chuva não ter sido regular ao longo do ano e que isso poderia ter alguma influência na forma como a água esteve disponível depois para o consumo humano.

O **Professor Eduardo Brito de Azevedo** respondeu que a regularidade da precipitação enquadrou-se dentro da variabilidade normal para esse parâmetro, para a regularidade. Foi mais irregular do que um ano tipicamente médio, mas não fugiu da regularidade espectável para o nosso clima.

A questão que se põe sempre é saber se estamos preparados para um determinado tipo de variação e até um determinado nível.

Os sistemas de abastecimento devem estar preparados e estão, normalmente.

Nos anos passados, em 2001 e 2002, o sistema reagiu bem, absorveu, a falta de precipitação de 2001/2002. Em 2001/2002 choveu menos, com variabilidades

também abaixo, com muita irregularidade, tal e qual como o ano 2007/2008, mas o sistema absorveu essa variabilidade e é assim que tem de ser. O sistema não pode trabalhar, não deve estar dimensionado só para trabalhar nos limites e nos anos bons, tem de estar dimensionado para trabalhar também nos anos maus e está, segundo o professor.

O sistema tem respondido às necessidades e tem vindo a responder, até terem acontecido circunstâncias anómalas, para além da redução, do contributo da climatologia, que neste caso também funcionou para o mesmo lado.

A falta concreta de água desse ano foi a conjugação infeliz duma série de factores todos para o mesmo lado. A questão das condutas, a questão dos furos estarem em sobre-exploração mais cedo, o recurso começou a explorar-se mais cedo.

Há uma série de circunstâncias que colocou o sistema no limite, bastando a precipitação ser inferior para que ficasse a descoberto e colapsasse todo o sistema.

O Deputado António Toste Parreira (PS) referiu que por aquilo que foi observado e dito existem diversos factores que contribuíram para os problemas de abastecimento de água. Um deles é o clima, pela seca acentuada, as arroteias, alguma destruição das turfeiras, o forte crescimento das pastagens junto às zonas dos aquíferos, as próprias obras da via rápida e a danificação das tubagens, numa extensão de cerca de 6 km, onde se fala numa perda de 2 mil a 4 mil m³ por dia. Numa situação idêntica à do ano passado, com mais ou menos chuva, com os consumos entre 2003 e 2008 mais ou menos iguais, a meses de pouco mais e meses de pouco menos, não há aqui grandes diferenças entre 2003 e 2008 pelos dados de que dispomos.

Perguntou se a zona danificada nas tubagens do Cabrito e a extensão dos danos e tendo em conta as semelhanças dos dados que já referi, foram motivos suficientes para originar os problemas de abastecimento de água.

O Professor Eduardo Brito de Azevedo referiu que acrescenta o factor indicado aos outros que já disse. Nenhum foi responsável directamente por toda a situação. Foi a conjugação de vários que levou aos problemas no abastecimento de água em Angra do Heroísmo.

O **Deputado Manuel Herberto Rosa (PS)** perguntou se a variação da temperatura média pode ter influência nesta questão e se os valores existentes sobre essa variação nos mostram que isso teve influência em termos de retenção dos aquíferos em termos de perda ou não perda.

O **Professor Eduardo Brito de Azevedo** referiu que a temperatura entra no balanço hídrico através de um parâmetro que é chamado a evapotranspiração. É a parte da água que evapora por acção, portanto, é um forçamento energético e a temperatura é um bom indicador da energia disponível. A evapotranspiração ocorre por acção conjugada das plantas e da evaporação do solo, enfim, da água que está disponível à superfície.

O aumento da temperatura induz a evapotranspiração, aumenta a evapotranspiração.

A variação verificada aumentou essa evapotranspiração consumindo alguma água. Mas essa água estava disponível no solo, nunca iria abastecer os aquíferos e, por isso, não contribuiu para o problema.

O **Deputado António Ventura (PSD)** usou da palavra para referir que devido a uma série de circunstâncias, quer políticas de incentivo à produção, quer legislativas, houve efectivamente um aumento do consumo pecuário.

Perguntou ainda se esse aumento do consumo pecuário de água é um factor de previsibilidade não ponderado nesta questão do futuro do consumo de água e se, de algum modo, competiu com o consumo humano.

O **Professor Eduardo Brito de Azevedo** respondeu que esse foi mais um factor que contribuiu para os problemas que se verificaram.

As captações estão mal dimensionadas. Hoje em dia consome-se muito mais do que aquilo que se diz que se consome, o que significa que é um parâmetro de projecto que tem de ser reajustado nos dimensionamentos dos sistemas. Hoje, pensa-se em 100 litros por dia para a vaca quando, de facto, é muito mais do que isso. Porque com os sistemas modernos, com os requisitos de higiene que são impostos às lavouras, o consumo aumenta consideravelmente.

3ª Reunião:

Reunião realizada a 6 de Maio de 2009, pelas 10:00h, na Delegação da Assembleia Legislativa dos Açores, da Ilha Terceira.

Constaram da Ordem de trabalhos os seguintes pontos:

. Audição da Professora da Universidade dos Açores Teresa Ferreira, por videoconferência;

. Audição do Professor Francisco Cota Rodrigues;

. Audição do Professor João Carlos Nunes;

Faltaram, justificadamente, à reunião o Deputado Hernâni Jorge (PS) e o Deputado Cláudio Lopes (PSD).

Esteve presente na reunião como observador e sem direito a voto o Deputado Aníbal Pires (CDU).

Audição Professora Teresa Ferreira:

O **Presidente da Comissão** começou por solicitar que na sequência desta audição, pudesse explanar um pouco, dentro do seu âmbito e da sua especialidade, do fenómeno e dos impactos da propagação da energia sísmica nos terrenos e a sua derivação respectiva, e que explicasse a propagação da energia sísmica e tipo de ligação que produz no terreno, independentemente do seu tipo, da sua intensidade e da sua duração.

A **Professora Teresa Ferreira** explicou como se gera um sismo. Em função das pressões que vão sendo exercidas em vários locais da crosta terrestre vai havendo acumulação de energia até a um momento em que as rochas não são capazes de acomodar mais energia e a maneira de responderem a esses esforços será através de uma ruptura. No momento da ruptura é no momento em que se inicia a propagação das ondas em que toda a energia é libertada sob a forma de ondas sísmicas e é nesse momento que designamos que ocorre um sismo.

Portanto, qualquer sismo que seja registado com menor ou maior energia representa sempre uma ruptura na rocha num ponto em profundidade.

A partir desse ponto de ruptura as ondas sísmicas são propagadas em todas as direcções como se fosse uma superfície esférica, produzindo sempre efeitos e tendo uma extensão desses mesmos efeitos sempre proporcional à quantidade de energia que foi acumulada e à quantidade de energia que foi verificada.

Essa energia que é libertada no momento da ruptura é avaliada em termos da magnitude do sismo.

A ruptura está sempre relacionada com o ponto focal, com o local do sismo e a partir desse ponto para a região circundante, os efeitos dessa libertação de energia são apenas traduzidos por algum deslocamento que é feito às partículas mas não a uma ruptura generalizada na área.

Referiu que a rede sísmica que o Centro de Vulcanologia tem na ilha Terceira é constituída por seis estações sísmicas.

Esta rede foi completada no início de 2003 tendo em vista fazer a monitorização dos futuros trabalhos relacionados com a prospecção geotérmica na Ilha Terceira.

Esta distribuição das estações sísmicas permite-nos ter uma localização epicentral fiável para todos os eventos que se localizem no interior da Ilha Terceira.

Uma vez que a rede não esteve operacional logo desde o início de 2003, temos um número reduzido de sismos registados.

Em 2004 a sismicidade foi ligeiramente superior, mas nada significativa e centrou-se essencialmente no maciço do Pico Alto, no vulcão do Pico Alto e no vulcão de Santa Bárbara localizado a Oeste da Ilha Terceira.

Em 2005 o padrão é mais ou menos semelhante, havendo apenas a mencionar o período de maior actividade sísmica no interior da Caldeira Guilherme Moniz, mas todos sismos de fraca magnitude.

Em 2006 também o número de eventos registados e localizados é reduzido. Em 2007 o panorama é semelhante e em 2008 também.

Portanto, desde 2003 até 2008 a actividade sísmica na Ilha Terceira tem-se caracterizado por ser uma actividade de magnitude reduzida que não ultrapassa 2 a 3 na escala de Richter e tem sido centrada essencialmente a nível do maciço do Pico Alto de Santa Bárbara.

Estes eventos ocorrem em profundidade e são de fraca magnitude. A energia que lhe está associada é relativamente baixa e do conjunto de todos estes eventos localizados no interior da Ilha Terceira temos apenas informação de um deles ter sido sentido pela população, com uma intensidade 2, ou seja, isso significa que

apenas pessoas que estando sentadas ou em repouso se aperceberiam duma ligeira vibração, algo muito suave.

Esta actividade sísmica está relacionada com as estruturas em profundidade que a Ilha Terceira apresenta. Sabemos que tem, neste caso, três sistemas mecânicos activos, o do Pico Alto Santa Bárbara e toda a zona fissural que atravessa a Ilha Terceira, desde Oeste da Caldeira de Guilherme Moniz e Caldeira de Cinco Picos. Toda a região apresenta alguma fracturação.

A Professora disse ainda que comparativamente àquilo que se verifica em S. Miguel ou eventualmente na Ilha do Faial, o número de eventos registados para este período é significativamente baixo quando comparados com outras regiões sismogénicas submarinas, como se vê um pouco a Sudoeste da Ilha de S. Miguel ou mesmo a ilha do Faial onde neste período há uma actividade sísmica bastante mais elevada.

A Deputada Carla Bretão (PSD) usou da palavra para questionar se os registos sísmicos referidos revelam actividade apenas natural, ou seja, não se consegue diferenciar se há alguma actividade que possa derivar de alguma actividade industrial que existe naquela zona, nomeadamente ao nível de explosões.

A Professora Teresa Ferreira referiu que os sismos indicados são sismos naturais e todos os restantes eventos resultantes de outras actividades nem todos são localizáveis, porque o padrão das ondas sísmicas, o modelo e o tipo de cálculo que se pode aplicar permite uma localização precisa do foco, do ponto de origem dessas vibrações, mas naturalmente que elas são registadas.

O Deputado Clélio Meneses (PSD) perguntou se existem semelhanças na forma como é medido um sismo de origem tectónica ou vulcânica e as ondas que resultam de explosões em pedreiras, por exemplo.

A Professora Teresa Ferreira respondeu que o registo sísmico decorrente duma explosão ou de um rebentamento de explosivos normalmente é distinto de um evento originado pela actividade sísmica natural.

Esses eventos como são muito superficiais, as formas de ondulação são diferentes e as fases não são tão distintas e como tal não se podem posicionar temporalmente duma forma tão rigorosa e isso introduz erros de cálculo muito grandes.

Nós sabemos mais ou menos a localização das pedreiras, o ponto de origem dessas ondas sísmicas, mas quando se faz o cálculo sísmico a localização nem sempre dá o mesmo local exactamente devido à imprecisão resultante duma forma de onda que não é clara e também decorrente dos próprios modelos de propagação onde são utilizados. São modelos e não traduzem na exactidão aquilo que se passa na natureza.

Naturalmente que proporcionalmente esses eventos são comparáveis em termos de registo, porque sabemos se uma explosão chega a duas ou três estações sísmicas, ela, em termos da carga que lhe foi aplicadas, é muito mais fraca do que uma outra explosão que seja registada pelas seis estações que se encontram na Ilha Terceira.

Daí que essa intensidade, quanto maior for a carga aplicada, maior é a amplitude que o registo terá em cada uma das estações, sendo sempre que a estação mais próxima terá um registo com uma maior amplitude do que as estações mais distantes onde as ondas sísmicas chegam bastante mais atenuadas.

O Deputado **Clélio Meneses (PSD)** perguntou se a Professora tem conhecimento dos eventos ocorridos nas explorações industriais de pedreiras, uma vez que, se existe um processo de licenciamento, o SIVISA deve ter conhecimento das ocorrências.

Perguntou, ainda, se os impactos geológicos das pedreiras terão alguma consequência ao nível de superfície.

A **Professora Teresa Ferreira** referiu que no que diz respeito à primeira questão da relação entre o trabalho desenvolvido no âmbito do Centro de Vulcanologia e a exploração de pedreiras, não há informação por parte de nenhuma entidade sobre os licenciamentos que são fornecidos a quem esteja interessado a fazer a exploração de pedreiras.

Não há nada que esteja estabelecido que diga que essa informação deve constar nos nossos serviços.

Cada licenciamento deverá ser alvo de um estudo de impacto ambiental, de como será o plano de lavra de cada uma das pedreiras, se implica ou não a aplicação de explosivos e todas essa parte da utilização de explosivos está devidamente regulamentada relativamente às cargas que deverão ser aplicadas.

Temos uma rede sísmica, da qual é feita a vigilância sísmica e vulcânica do Arquipélago.

Esses eventos, resultantes da actividade de exploração de pedreiras, interessam apenas do ponto de vista de despiste da origem de sinais sísmicos, porque há outros eventos que não foram mencionados, mas outros eventos relacionados essencialmente com a actividade vulcânica, com a movimentação de fluidos em profundidade cuja forma de onda é muito semelhante às que são obtidas pelas rebentamentos nas pedreiras e, como tal, interessam para discriminar uns de outros, para saber exactamente com o que é que estamos a lidar.

Disse ainda que cada rebentamento que é feito tem uma acção muito localizada no que diz respeito à fracturação de rochas, ou seja, o seu efeito é extremamente localizado, tratando-se de uma detonação que imprime alguma vibração às rochas circundantes, não em termos de provocar a fracturação, mas apenas vibração de partículas.

O Presidente da Comissão, Deputado Domingos Cunha (PS) perguntou se existe algum registo com as situações que resultem de rebentamentos ou da utilização de outros meios que não sejam aqueles que são provocados pelas razões naturais sísmicas tectónicas ou vulcânicas relativamente à Ilha Terceira.

A Professora Teresa Ferreira referiu que existe informação todos os eventos resultantes de rebentamentos ou que sejam identificados como rebentamento.

Hoje, é possível saber, mais ou menos, a localização de pedreiras e elas são essencialmente na zona de Angra do Heroísmo e na zona da Região do Cabrito atribuindo sempre a localização a todas as pedreiras onde se fazem exploração de basaltos ou de traquites que são as tais que necessitam de recorrer a explosivos para se fazer a exploração da pedreira.

Tendo em conta os dados disponíveis, temos uma actividade significativa ao longo do ano de 2006, uma diminuição no ano de 2007 e ao longo de 2008 o número de rebentamentos registados é relativamente constante e inferior àqueles que se verificaram entre Novembro de 2005 e Julho de 2007.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** usou da palavra para perguntar se o efeito das explosões verifica-se apenas na exploração do basalto e das traquites ou pode causar efeitos noutras rochas, na periferia dessa actividade.

A **Professora Teresa Ferreira** referiu que o desmonte de pedreiras que é feito por explosivos tem que ter a quantidade de explosivos que é aplicada devidamente regulamentada.

Os efeitos da região circundante colocados pela ocorrência destas explosões são sempre proporcionais à carga de explosivo que é aplicada. Se ela for pequena o efeito é extremamente localizado, se ela for maior os efeitos vão estender-se a áreas maiores.

Por isso mesmo os explosivos não devem ultrapassar um certo valor de carga que não cause problemas nas zonas circundantes e sirva apenas para a exploração da pedreira em causa.

A rocha também ela próprio é preparada para receber esses explosivos e para facilitar a ruptura daquilo que se pretende deslocar, separar ou manter nessa exploração.

No entanto, desde que haja uma vibração no terreno, qualquer objecto que se encontre instável poderá ser desequilibrado perante essa vibração, mas isso pode acontecer quer para o efeito explosivo, quer para o efeito muito localizado da passagem de camiões.

Todo esse tipo de vibrações naturais ou artificiais podem criar alguma instabilidade nalguma rocha, muro ou nalgum objecto que ele próprio esteja numa posição extremamente instável.

A **Deputada Cláudia Cardoso (PS)** perguntou, tendo em conta que pelos dados disponibilizados é visível que a actividade sísmica em 2008 não é diferente da registada nos anos anteriores, se é possível estabelecer uma correlação entre os rebentamentos na pedreira na zona do Cabrito e a ruptura que se verificou ao abastecimento de água, nomeadamente em Angra do Heroísmo.

A **Professora Teresa Ferreira** respondeu que parece pouco provável que possa estar, nas explosões, qualquer origem dos problemas no abastecimento de água em Angra do Heroísmo.

Do que foi verificado da actividade sísmica natural, a actividade tem sido muito semelhante ao longo dos anos e toda ela de muito fraca magnitude.

Audição do Professor Francisco Cota Rodrigues:

O **Presidente da Comissão** deu a palavra para uma explicação no âmbito da sua área de formação e do objecto da comissão de inquérito.

O **Professor Francisco Cota Rodrigues** começou por fazer uma explicação sobre os sistemas que existem na Ilha Terceira e como é que a água é captada.

Na Ilha Terceira, como em qualquer ilha dos Açores, as águas são captadas a partir de dois sistemas de água subterrânea, dois aquíferos. Um aquífero de base que está na base da ilha, aproximadamente a quotas próximas do nível do mar e aquíferos suspensos que podem ser múltiplos no mesmo aparelho vulcânico, podem ser mais do que um, até sobrepostos paralelos e que estão associados às camadas argilosas que por vezes aparecem nos terrenos.

São estes dois os grandes sistemas que são captados nos Açores. Ambos têm vantagens, ambos têm desvantagens.

O aquífero de base que é o mais profundo, o que está a cotas próximas do nível do mar, a sua exploração tem dois grandes problemas, um deles é a intrusão salina, ou seja, a água do mar introduz-se dentro do aquífero e faz com que a qualidade da água que é captada se deteriore em termos de cloretos. O outro grande problema é a eventual existência de plumas geotérmicas que existem nalguns pontos nos Açores e também na Terceira, sobretudo na zona de Angra do Heroísmo que fazem com que a água apareça quente ou muito mineralizada. Como principal vantagem, este tipo de aquífero tem uma camada de água quase infinita, ou seja, toda a infiltração de água que ocorre na ilha vai para vai para o aquífero de base.

Nos aquíferos suspensos existe água de muito melhor qualidade, embora sejam aquíferos muito susceptíveis à poluição, porque são mais superficiais, estão mais sujeitos à actividade agrícola e a outras actividades antrópicas. São mais susceptíveis da poluição e têm uma grande desvantagem é que são sempre aquíferos que têm uma forte dependência da recarga, ou seja, uma forte dependência de precipitação.

Há uma grande variação de caudais.

Afirmou que basta passar um mês ou mês e meio sem grandes precipitações para se notar logo grandes diferenças de caudal neste tipo de aquíferos.

Portanto, são aquíferos muitos susceptíveis de variações de caudal, uns mais do que outros, porque há aquíferos com mais capacidade de armazenamento e outros com menos, mas em termos genéricos são aquíferos que têm esta propensão de dependência da precipitação e são muito susceptíveis à poluição.

Na zona de Angra existem aquíferos suspensos bons.

Referiu que a recarga do aquífero do Cabrito, também da Nasce Água e da Fonte da Telha, são as três grandes nascentes associadas a aquíferos dispersos em termos do Concelho de Angra, toda ela se situa dentro da Caldeira Guilherme Moniz e, portanto, precisamente no sentido oposto às pedreiras, ou seja, as vibrações sísmicas só de fossem dentro da pedreira para poderem afectar directamente o aquífero.

Quando muito, podem chegar à zona da nascente, mas nestes aquíferos a camada que retém água é argilosa, está sempre humedecida e tem uma certa flexibilidade e uma certa capacidade de amortecimento de vibrações.

Portanto, a questão da pedreira e das vibrações por ela causadas é uma questão que não tem grande cabimento, embora seja uma possibilidade a estudar, ressalvou.

Na década de noventa, verificou-se que as três nascentes referidas não eram suficientes, decidindo-se abrir furos nos Cinco Picos onde se consegue captar água de muito boa qualidade.

Foram abertos estes três furos que ainda hoje estão em funcionamento e um furo na Vinha Brava e um na Terra-Chã.

Todos estes furos que incidem no aquífero base tem problemas de salinização, embora as águas que se retirem de lá são águas que estão dentro dos parâmetros que a legislação prevê.

Portanto, o Concelho de Angra do Heroísmo assenta basicamente em nascentes associadas ao Maciço de Guilherme Moniz, Cabrito, Nasce Água, Fonte da Telha, três furos nos Cinco Picos e dois furos de base, o da Terra Chã e o da Vinha Brava. Os furos dos Cinco Picos e o da Terra Chã costumam funcionar só nos períodos de Verão.

Quando há problemas nas nascentes, porque os aquíferos dispersos têm variações em função da precipitação, é ligado o furo da Terra Chã, liga-se os furos dos Cinco Picos, havendo um reforço de caudais.

É desta forma que o sistema está a funcionar. Estão a funcionar e já estão a funcionar assim este ano, ou seja, os furos dos Cinco Pico e o da Terra Chã estão parados, o furo da Vinha Brava só trabalha umas horas, porque os caudais dos aquíferos suspensos estão a ser suficientes para abastecer a população.

Existem alguns factores que levaram aos problemas de abastecimento de água em Angra do Heroísmo.

O ano de 2008 foi anormalmente seco. Até Junho as precipitações não foram acima da média, foram ligeiramente abaixo da média, mas dentro da variabilidade que se atribui a uma média. Uma média, por exemplo, quando é 8, pode aparecer um valor de 10 e aparece um valor de 7, ou seja, tem os máximos e tem os mínimos e o que aconteceu foi que as precipitações estavam dentro da variabilidade da média e, portanto, até Junho não há grande variabilidade.

A partir de Junho essa variabilidade acontece e trata-se de um Verão anormal e extremamente seco, com desvios significativos. Por exemplo em Agosto com 41%, Setembro 48%, Outubro 26% mês em que vem as primeiras chuvas, Novembro 84%, Dezembro 69%, Janeiro 92%, Fevereiro 92%, Março 27%. De referir que Março e Abril são meses fundamentais na recarga das nascentes.

Referiu também que este mês (Mês de Maio) teve 27% e em Abril verificou-se 24%.

Afirmou que as precipitações baixas foram a primeira causa, porque os caudais baixam drasticamente associados a um ano de seca.

Segundo o Professor, a segunda razão tem a ver com dificuldades em transportar a água, ou seja, em virtude de construções em estradas que se fizeram perto das nascentes.

Não obstante haver uma circulação da informação, às vezes há tubagens mais antigas, tubagens essas que foram danificadas, começando-se a verificar perdas de água para o terreno. Essas perdas ocorrem logo no mês Janeiro de 2008, associadas à construção da Via Vitorino Nemésio.

Isto significa que, embora o caudal das nascentes, que já de si era baixo, fosse suficiente, houve que arranjar reforços, porque não há tempo de substituir tubagens de uma hora para a outra.

Desta forma, foram ligados os furos dos Cinco Picos que só funcionavam no Verão e tinham funcionado sempre só no Verão quando havia problema de água.

Afirmou que o sistema que estava montado estava adaptado à realidade da ilha e era suficiente para abastecer a ilha de água. O que aconteceu foi a conjugação de dois grandes problemas, uma seca em todo o Verão, baixa de caudais e perdas nas tubagens associadas à obra da via Vitorino Nemésio e isto implicou que se tivessem de fazer reforços.

Os furos que só costumavam estar ligados dois ou três meses durante o Verão para reforço, foram ligados, havendo um deles que não estava ligado, porque era uma reserva e se não estava ligado foi porque não foi preciso.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** usou da palavra para referir que o antigo Director Regional dos Recursos Hídricos afirma que o problema não é falta de água mas sim um problema de gestão e de captação.

Afirmou que parece que ninguém se quer referir a este problema da gestão. O que é certo é que a água faltou na torneira dos terceirenses e, portanto, existem problemas reais nesta matéria.

Quanto à obra da Via Vitorino Nemésio referiu que uma obra daquela dimensão tem de ser devidamente planeada e todos os condicionalismos devem ser acautelados. Neste caso parece que não foram, sendo importante encontrar os responsáveis pelos problemas causados à população.

Perguntou, ainda, se, considerando a previsibilidade das realidades naturais e o diagnóstico feito pelo Professor Francisco Cota Rodrigues foram tomadas medidas que impeçam a falta de água este ano, ano de 2009.

O **Professor Cota Rodrigues** referiu que há água na ilha Terceira e, com certeza, vamos continuar a ter água.

Felizmente existem precipitações elevadas e costumavam ser bem distribuídas ao longo do ano e naturalmente vão voltar a sê-lo, ou seja, porque não basta ter precipitação, é preciso que ela seja bem distribuída.

Mas, provavelmente, a qualidade da nossa água vai ter que diminuir, ou seja, vamos ter que passar a captar mais água do aquífero de base.

Quanto à gestão o sistema da forma como estava e está montado, com três furos que funcionam de reserva e um quarto que funciona a meio tempo, está montado para as condições actuais, para as condições que se estão a verificar hoje e que se verificaram há anos atrás.

O grande problema foi as perdas de água nas tubagens e um prolongar de tempo sem precipitações que prejudicou imensamente a recarga.

Quanto à questão da Via Vitorino Nemésio admitiu que existiu uma provável falta de comunicação entre os intervenientes no processo e a irresponsabilidade de uma parte que nunca reconheceu os problemas que foram causados nas tubagens devido às obras. Esses problemas foram determinantes para a situação que se viveu o ano passado.

O Deputado Artur Lima (CDS-PP) usou da palavra para perguntar se estava tudo preparado, se o sistema estava montado para não haver falta de água e se já se sabia desde Janeiro de 2008 dos problemas nas tubagens e que a falta de água começava a existir, embora a pluviosidade só a partir de Junho tenha sido anormal, existindo todos esses furos e havendo uma emergência para funcionar, por que é que não funcionou? Por que é que não se activaram os furos dos Cinco Picos e o furos da Terra Chã tendo em conta os sinais que já existiam de estar a acontecer uma situação anormal, havendo a possibilidade da água desses furos ser fornecida à obra da Via Vitorino Nemésio que tem consumos muito elevados.

Perguntou ainda se existia manutenção regular dos referidos furos para quando fosse necessário activá-los estar tudo em condições, se a qualidade do aquífero basal é pior porque é que existe água de qualidade na Praia da Vitória, água essa que vem sobretudo do aquífero base, se os cinco furos referidos eram suficientes porque é que a Câmara Municipal anunciou a realização de mais quatro furos e se, na opinião do Professor, estes furos devem ser feitos ao nível do aquífero base ou do aquífero suspenso.

O Professor Cota Rodrigues respondeu que face à emergência, activaram-se os furos, porque em Janeiro começou a haver problemas de rupturas, e ao activarem-

se os furos dos Cinco Picos eles tiveram um período de exploração superior àqueles que costumavam ter que eram três meses, daí que os níveis tenham baixado no mês de Junho, ou seja, na altura em que o caudal baixa, que era o que sucedia habitualmente, ele já estava esgotado, porque tinha estado a explorar desde Janeiro.

Não se esperava isso, essa foi uma situação inesperada porque quando se abre um furo faz-se um ensaio de caudal na hora, que é feito em 4 ou 5 dias, e faz-se uma previsão do que é que pode acontecer, mas um furo é como uma melancia, quando se abre é que se vê o que é que lá está, e um furo para funcionar tem que tem um período de um ou dois anos a funcionar, ou até mais, para se poder ver a capacidade que o furo tem.

Os furos referidos nunca tiveram a funcionar este período todo, porque nunca foram precisos e o primeiro teste que eles receberam foram estes. Dois portaram-se muito bem, tiveram sempre água com rebaixamentos mínimos.

A zona dos Cinco Picos é uma boa zona de água, mas um deles falhou, fica numa zona mais alta, zona onde já apareceu umas argilas que não são muito permeáveis.

A grande razão foi esta, activou-se a emergência, mas um dos furos falhou e falhou porque era um furo que não era devidamente conhecido, nunca tinha sido devidamente testado, porque não era necessário.

Quanto às perdas de água, acontecem todos os dias.

Infelizmente não existem ainda informações cadastrais sobre as tubagens existentes, tubagens muito antigas e com muitos anos. O acidente da Via Vitorino Nemésio deveu-se, também, a isso.

Em relação à manutenção regular dos furos, eles trabalhavam no Verão e iam sendo mantidos regularmente.

Relativamente ao aquífero de base e à qualidade da água na Praia da Vitória referiu que a água do aquífero de base da Praia bebe-se, é tratada, mas tem um teor de cloretos muito diferente da água do Cabrito, muito superior da Nasce Água, embora esteja dentro dos parâmetros definidos pela legislação, é uma água que, em termos de qualidade, para quem está habituado aqui na zona de angra a beber água

do Cabrito ou a beber água da Nasce Água, é uma água inferior. Basta provar uma e outra para se notar logo a diferença.

Quanto aos furos referiu que a Câmara Municipal tem quatro furos, furos que se têm revelado suficientes. É preciso perceber que o consumo de um ano para outro não aumentou, manteve-se e a demanda de água foi a mesma.

Vão fazer-se mais quatro furos porque aconteceu esta situação, este ano está a prolongar-se a seca e os consumos na zona industrial tem vindo a aumentar progressivamente, os barcos de cruzeiro que encostam também exigem grandes quantidades de água. Existe uma aposta no turismo, ou seja, os consumos estão tendencialmente a crescer.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** usou da palavra para referir que tendo em conta a existência do relatório do estado do ambiente de 2003 que alertava para uma grande pressão ao nível da captação de água não seria de esperar que fossem tomadas medidas que acautelassem uma situação negativa como a que veio a acontecer.

Referiu também que quando tudo aconteceu o Sr. Secretário do Ambiente anunciou um plano de sustentabilidade dos recursos hídricos para a Ilha Terceira, dando a entender que havia realmente uma falência de sustentabilidade do ciclo dos recursos hídricos e que isso assentaria na reflorestação e na recuperação das turfeiras na zona da Caldeira Guilherme Moniz. Parece que esta não era a grande questão porque há pouca escorrência e a infiltração é boa.

Afirmou, ainda, que as justificações que foram sendo dadas e as luzes de emergência que se acenderam não foram consideradas, verificando-se uma tentativa de vender determinadas justificações para colmatar o problema, mas parece que ninguém sabe, pelas várias justificações que vão existindo, o que é que realmente se passou ou se passa existindo um problema de gestão desde 2003.

Há uma série de contradições e uma série de questões que vão sendo levantadas que, quando todas conjugadas, levantam muitas dúvidas.

O **Professor Francisco Cota Rodrigues** salientou que não está na Comissão na qualidade de político, mas na qualidade de técnico.

A Caldeira de Guilherme Moniz é uma caldeira que é conhecida pela importância que tem para a recarga de três sistemas suspensos conhecidos, o Cabrito, a Nasce Água e a Fonte da Telha.

Na Caldeira de Guilherme Moniz houve ao longo do período autonómico, várias políticas para aquela zona.

Houve altura de abertura de pastagens, aumentar a área das mesmas, houve abertura de caminhos de penetração, houve florestação com eucalipto, houve uma série de coisas que foram feitas antes e a responsabilidade é colectiva, não é de A, B ou C, é de todos.

Portanto, esta foi uma área sujeita a uma actividade antrópica que não devia ter tido.

É uma zona tradicional, uma zona de criação de gado bravo com determinadas normas e é preciso não esquecer que as zonas de criação de gado bravo em Espanha são as zonas mais bem protegidas do ponto de vista ambiental, porque o touro é um bom guarda, mas criado no pasto, de forma tradicional.

Estes processos foram todos alterados, porque hoje dá-se mais importância ao porte físico e à gordura do toiro bravo.

Todo este processo gerou na Caldeira Guilherme Moniz uma série de modificações antrópicas que se supõe que tem importância nos recursos hídricos.

Os lavradores sabem que pegando numa saca de adubo e adubando por cima dos esfagnos, o esfagno desaparece, porque não quer azoto, e eles fazem a pastagem sem lhe tocar com um tractor, basta adubar. São sempre pastagens más, porque são zonas alagadiças, pastagens de produtividade baixíssima.

Foram políticas que aconteceram e hoje o que temos que fazer é mitigar o mal que foi feito.

O que se pretende é tentar devolver àquela área um equilíbrio, dentro do possível, porque é difícil devolver o equilíbrio primitivo, facilitar a regulação de caudais, porque aquela camada dos esfagnos tem um papel muito importante neste aspecto.

A água quando se infiltra retém água durante o Inverno e no Verão cede água ao terreno, ou seja, ela permite que a recarga ocorra durante todo o ano, mesmo que durante os anos secos, no período de Outubro, Novembro ou Julho tenhamos pouca

precipitação, porque tem uma capacidade de esponja que absorve e depois vai cedendo lentamente.

Portanto, quando olhamos para o caudal dos nossos aquíferos eles mantêm-se mais ou menos. É evidente que os caudais baixam, mas há um retardamento no baixar induzido por este tipo de vegetação.

O **Deputado Berto Messias (PS)** usou da palavra para perguntar se é possível e se é mensurável saber o tempo que ocorre em todo o processo, desde o momento em que chove, em que há precipitação, até à água estar disponível nas torneiras da população e se, na opinião do Professor enquanto especialista estavam acauteladas, no âmbito da gestão dos recursos e das infra-estruturas, todas as condições necessárias para que, num ano normal ou mesmo anormal, o sistema respondesse de forma eficaz às necessidades da população.

O **Professor Cota Rodrigues** respondeu que se estiver em causa um aquífero na Serreta ou no Raminho, onde também há algumas nascentes, chove hoje e passada uma semana a água está cá fora, a água infiltra-se e sai na nascente.

Portanto, no período de 15 dias nós temos variações de caudal de 100 litros por segundo para 5 litros por segundo e, portanto, o período de permanência da água dentro do aquífero é mínima.

No caso do Cabrito já se fizeram vários estudos neste domínio e o que acontece normalmente é que uma gotinha de água desde que entra no aquífero até aparecer na nascente leva 30 dias. Quer isto dizer que as precipitações, passando depois de 30 dias de seca, começa a notar-se nos caudais e começa a haver problemas, a capacidade de armazenamento baixa num curto espaço de tempo.

Quanto às infra-estruturas respondeu que a prova provada de que as infra-estruturas eram suficientes, é a existência de um furo desligado da rede e a existência de um conjunto de furos que só trabalham dois ou três meses durante o ano e depois são desligados, porque não são necessários.

Vão fazer-se mais furos porque tem a zona industrial, a agricultura está a consumir cada vez mais e há uma tendência de crescimento do consumo que deve ser acautelada, ou seja, não existiam problemas de gestão e de infra-estruturas.

O **Deputado António Ventura (PSD)** referiu que há dados que são inegáveis. Desde logo estavam previstas as três lagoas na zona do Cabrito e neste momento existe apenas uma lagoa.

Em 2005 houve falta de água para a agricultura, em 2006 e 2007 também com o transporte de água; em 2008 também faltou e, portanto estamos a falar de factos de anos e da pressão que tem vindo a ser exercida sobre o consumo de água.

Houve efectivamente competição entre o abastecimento na agricultura e o consumo humano e não houve a necessária previsão relativamente ao consumo de água agrícola e percebendo que todos os anos, desde 2005, faltava água para a agricultura, com pressão sobre a rede pública.

A questão é se houve ou não houve negligência relativamente às estruturas existentes e relativamente àquilo que é o consumo agrícola e à competição, porque a actividade agrícola necessita de água para sobreviver e o mesmo acontece com as populações. Atendendo a essa competição e à pressão que se tem vindo a sentir desde 2005 e àquilo que estava a ser previsto construir, o Deputado perguntou se existiu ou não negligência neste planeamento de abastecimento de água das infra-estruturas existentes.

O **Professor Cota Rodrigues** referiu que a actividade agrícola precisa de água para consumo e faz pressão porque precisa dela, mas mais do que se andar a exigir que queremos água temos que dizer que há que racionalizar a água, porque nós vivemos numa ilha e não temos hipótese de ir buscar grandes quantidades de água aos continentes.

Há que racionalizar a água, há que acabar com água gratuitamente para determinadas actividades. Isto tem que acabar e por muito que as pessoas queiram dizer que não acabam, pelas mais variadas razões há que criar um sistema de abastecimento agrícola sustentável e a melhor maneira de se criar sustentabilidade na água é o indivíduo quando acaba de consumir a água que necessita tem a sua factura correspondente àquilo que gastou.

Em relação às lagoas do Cabrito a sustentabilidade da água é um assunto que tem que ser discutido ao nível dos Açores e temos que pensar muito bem nas formas de gerir este recurso, porque ele não é inesgotável. Isto acontece em todo o mundo,

todo o mundo está a pensar na água, todo o mundo está a tentar gerir a água duma forma razoável e este sistema da forma como está é um sistema insustentável.

Ainda em relação às lagoas do Cabrito o desperdício pode ser uma das causas da falta de água na lavoura.

No Cabrito construiu-se uma lagoa. Esta lagoa vive das sobras da nascente do Cabrito e não tem nenhum curso de água que debite água para si, portanto, está muito dependente das nascentes do Cabrito, ou seja, quando as nascentes do Cabrito têm água de sobra, enchem a lagoa e quando ainda sobra, fazem trabalhar as hidroeléctricas.

O grande problema nas lagoas do Cabrito é a falta de água. Onde é que se vai buscar água para as encher? Só com as sobras do Cabrito não é possível e não há nenhuma ribeira que desemboque por ali.

Portanto, há que estudar outra solução, embora talvez haja que estudar os caudais com mais pormenor, embora haja capacidade de se fazer mais uma.

O **Deputado António Ventura (PSD)** referiu que não acredita que o desperdício seja o suficiente. Em 4 anos passamos de 100 milhões para 125 milhões de litros de leite e 1 litro de leite contém 92% de água.

Temos recebido exigências comunitárias higieno-sanitárias que exigem maior limpeza. Assistimos a uma concentração das estruturas fixas de ordenha e isso exige maior consumo de água.

O número de bovinos na Ilha Terceira ronda as 73 mil cabeças, havendo um acréscimo de cerca de 25% nos últimos anos. Estes foram factores que foram ponderados.

Se as três lagoas do Cabrito estavam previstas era tendo em conta o crescimento do consumo de água.

Em alternativa à não construção das lagoas do Cabrito não se construiu mais nada e esta é que é a grande questão e, portanto, houve ou não negligência nesse crescimento do consumo de água.

A questão é que houve um aumento de 25 milhões de litros de leite em três anos, houve um aumento de 25% do número de cabeças de gado na ilha e eu pergunto e

não parece que tenha havido um acompanhamento em estruturas hidro-agrícolas para essas necessidades.

O **Deputado José Cascalho (BE)** usou da palavra para referir que faria sentido que tivesse existido um estudo de impacto ambiental na obra da Via Vitorino Nemésio. Este estudo poderia ter impedido alguns dos problemas que se vieram a verificar, da mesma forma que um estudo deste tipo poderia ter prevenido os problemas das fissuras na fuma de água, onde a estrada foi fechada por causa das vibrações.

Finalmente referiu-se ao caudal do Cabrito, perguntando se os problemas na fuma poderiam ser responsáveis pela diminuição de caudal nessa nascente.

O **Professor Cota Rodrigues** respondeu que em relação ao caudal do Cabrito desde 2002 que há um sistema de monitorização.

Os caudais variam em função da precipitação e não parece que tenha sido, nem a geotermia nem as pedreiras a afectar estes caudais, até porque na construção daquele reservatório aquele que actualmente está em uso, usaram-se toneladas de explosivos e, portanto, se tivesse que afectar tinha afectado nessa altura, que é muito mais próximo e está junto da nascente.

Referiu ainda que estes aquíferos são sempre em cima de camadas de argila e a argila humedecida com a água que está por cima tem uma certa plasticidade, ou seja, tem uma certa capacidade de amortecer vibrações, embora no sismo de 1 de Janeiro a vibração não foi amortecida e os caudais baixaram, porque houve roturas, mas o sismo de 1 de Janeiro teve uma vibração que não tem nada a ver com a vibração actual.

Em relação à avaliação de impacto ambiental, no que concerne às tubagens, normalmente é objecto de troca de informação entre as obras, que neste caso deve ter sido entre as Obras Públicas e os Serviços Municipalizados, entre as Obras Públicas e a PT, Açorcabos. Há troca de informações a exemplificar onde é que as tubagens estão e, portanto, as tubagens foram destruídas eventualmente por algum percalço de algum trabalhador.

Quanto à Fuma de Água e ao seu abatimento a partir do momento em que se iniciaram as obras da asfaltagem daquela estrada, mas sobretudo depois da

asfaltagem, começou verificar-se alguns deslocamentos rochosos nas paredes da Furna de Água. Isso é sinal de que os blocos rochosos estão a deslocar-se e, portanto, pode haver perigo de queda.

O **Deputado Manuel Herberto Rosa (PS)** usou da palavra para perguntar se a adutora que transporta a água para a cidade, que é como se fosse uma ponte, é o ponto de passagem de toda a água que vai para Angra ou há outra adutora que pudesse funcionar como alternativa.

O **Professor Francisco Cota Rodrigues** respondeu que não é a única mas que é a “artéria aorta” de todo o processo.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** usou da palavra para perguntar se, depois de toda a discussão que existiu no âmbito da audição, depois de todos os dados abordados e de todo o problema que se verificou no ano transacto não seria importante o sistema estar dotado de meios alternativos que funcionassem em situação de crise de tal modo que não se chegasse ao ponto de haver água na Terceira e não haver água nas torneiras dos terceirenses tal como toda a gente viu que aconteceu, com danos muito negativos para famílias e negócios da Terceira.

O **Professor Cota Rodrigues** referiu que o sistema da forma como estava montado era suficiente para abastecer a ilha Terceira em condições de normalidade.

Houve duas situações de anormalidade, o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento da agricultura. Tudo isto aconteceu e se se mantiver o actual ritmo há que pensar em alternativas e é por isso que agora se está a abrir mais novos furos.

Este problema aconteceu e por isso está-se a abrir novos furos precisamente para responder a essas alternativas novas, previsíveis que se supõe venham a acontecer.

Audição do Professor João Carlos Nunes:

O **Presidente da Comissão** solicitou uma abordagem do ponto de vista da estrutura geológica da Ilha Terceira e alguma correlação entre fenómenos de origem vulcânica e geológica que possam ter ocorrido com os problemas verificados no sistema de abastecimento de água na Ilha Terceira.

O **Professor João Carlos Nunes** explicou que não tem saber para indicar se existem fenómenos geológicos que justifiquem a escassez de água. Do ponto de

vista técnico e geológico o Professor referiu que não encontrou nenhuma ocorrência que se possa relacionar com a escassez de água na Terceira.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** usou da palavra para perguntar se através de movimentos tectónicos ou de qualquer outra índole, é possível afectar um aquífero suspenso e no caso concreto de uma fuma onde se demonstra que existem deslocamentos de rochas que poderão ter levado à perturbação desse aquífero, e se os normais rebentamentos de uma pedreira podem implicar deslocamento de rochas que levem às fissuras do aquífero e afectem este recurso de água.

O **Professor João Nunes** referiu que qualquer intervenção que o homem realiza nas formações geológicas afecta o estado de tensão nessas mesmas formações geológicas, desde logo quando se abre uma estrada com a movimentação de materiais afecta o maciço e as explosões também afecta os maciços geológicos.

Se essas modificações afectam ou não o regime hidrológico, afectam ou não os aquíferos, poderá ser sim, poderá ser não.

Em teoria sim. Se alterou no caso concreto A ou no caso concreto B, isso terá que ser estudado, terá que ser avaliado.

Referiu conhecer a Fuma da Água na Ilha Terceira e a zona referida, bem como a pedreira, mas revelou não saber se as acções que estão sendo desenvolvidas na pedreira terão afectado os aquíferos da zona porque nunca realizou um estudo que tivesse demonstrado que sim ou que não.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** usou da palavra para perguntar se é sempre necessário fazer um estudo para perceber se afecta ou não afecta e que tipo de dados é que são necessários para se perceber esta situação, que tipo de dados é que tem que se ter para se fazer esse estudo e para se perceber se poderá ter afectado ou não a estrutura morfológica daquela zona, a estrutura que eventualmente provocou fissuras, poderá afectar o escoamento dos recursos hídricos.

O **Professor João Nunes** respondeu que se as acções que são desenvolvidas na pedreira ou numa estrada afectam formações geológicas, é possível verificar essas alterações.

Se essas alterações afectam os recursos hídricos também é possível verificar.

Colocando estações sísmicas será possível verificar se as rochas são ou não afectadas.

O **Deputado José Cascalho (BE)** perguntou se seria possível prever os problemas que vieram a acontecer com as fissuras na Furna de Água para quem tem conhecimento daquele local.

O **Professor João Nunes** referiu que nos Açores há 250 cavidades vulcânicas. Mais de 20% delas passam em zonas urbanas, em estradas regionais e em estradas municipais.

Portanto, além da Furna de Água há cerca de 30 ou 40 grutas nos Açores cujo traçado interfere directamente com estradas regionais e caminhos municipais, algumas delas muito movimentadas.

Qualquer acção do homem na formações geológicas tem repercussões nas cavidades vulcânicas onde existem grutas, logo, por definição, a simples passagem de uma viatura vai afectar os maciços vulcânicos e as formações rochosas, mas esta acção pode não causar nenhum dano à estrutura geológica.

Nesse contexto, não é pelo facto de existir uma estrada sobre uma gruta que inviabiliza o uso da estrada.

Portanto, ao existir uma estrada regional ou um caminho não inviabiliza o tráfego nesta via.

Contudo, mandam as regras do bom senso, mandam as regras da segurança que quanto maior for a importância da estrada, quanto maior for o tráfego sobre a estrada se actue preventivamente fazendo monitorização.

Mandam as regras da segurança que, estando identificadas estradas com intercepção nas cavidades vulcânicas que houvesse uma atitude preventiva.

No caso concreto da recta do Cabrito, da Furna de Água e do caso do condutor, o asfaltar da estrada que foi recentemente feito não piora nada bem pelo contrário, melhora bastante a situação que existia porque o trânsito que existia na estrada antiga passava numa estrada muito degradada com um piso com buracos e com lombas. Sempre que há buracos e lombas a pancada e os choques das viaturas nessas lombas e nesses buracos, provoca vibrações adicionais. Se essas lombas e esses buracos não existirem a circulação das viaturas é muito mais suave e não há

vibrações induzidas ao solo, logo o asfaltar, o corrigir o pavimento, que é o que foi feito recentemente na estrada em causa, veio melhorar as condições do maciço, deixando de ser induzidas vibrações no terreno.

Referiu ainda que as fissuras que existem nas fendas da gruta da Furna de Água, não se formaram devido à circulação dos camiões. Elas já existiam na rocha e quando muito foram abertas, sofreram deslocamentos, aumentaram a abertura devido à circulação pelas tais pancadas e vibrações já referidas.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** perguntou se as rupturas poderão também ser surgido na sequência dos reventamentos da pedreira.

O **Professor João Nunes** respondeu que podem, mas também podem ter surgido devido aos sismos que ocorrem com alguma frequência nos Açores, designadamente na Ilha Terceira. As fendas têm origens naturais ou antrópicas, naturais por fenómenos naturais, desde logo os sismos que ocorrem que fazem com que as fendas originais das rochas vão aumentando de dimensão, de espaçamento ou por causas antrópicas, designadamente as explosões, o trânsito de veículos sobre as formações geológicas.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** perguntou se, tendo em conta a sensibilidade científica do Professor, os reventamentos na pedreira poderão ter levado às fissuras na gruta.

O **Professor João Nunes** referiu que, estando apenas no patamar da sensibilidade científica porque não possui dados, devido à distância entre a pedreira e a gruta e o tipo de reventamentos muito superficiais que é lá feito, é muito pouco provável que tenha causado danos naquela gruta.

4ª Reunião:

Reunião realizada a 19 de Maio de 2009, pelas 10:00h, na Delegação da Assembleia Legislativa dos Açores, da Ilha Terceira.

Constaram da Ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- . Audição do Professor João Lopo Mendonça, por Videoconferência;
- . Audição do Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal Praia Ambiente, Paulo Messias;

. Audição da Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Andreia Cardoso e da Presidente dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, Sofia Couto.

Faltaram, justificadamente, à reunião o Deputado António Ventura (PSD) e a Deputada Cláudia Cardoso (PS).

Estiveram presentes, enquanto observadores e sem direito a voto, o Deputado Aníbal Pires (CDU) e o Deputado Paulo Estêvão (PPM).

Audição do Professor João Lopo Mendonça:

O **Presidente da Comissão** deu a palavra para explicações no âmbito do tema em discussão na Comissão de Inquérito.

O **Prof. Lopo Mendonça** referiu que no relatório entregue sobre este assunto referia duas questões distintas. Por um lado a situação do Verão em que é atribuída a causa da falta de água a questões climatéricas.

Com efeito, os números da precipitação, de Janeiro a Agosto de 2008, representam 80% dos valores normais.

Relativamente ao posto do Cabrito, os valores anuais foram 56% da normal, os valores em Abril foram 148% (quase uma vez e meia mais); em Maio foram 46,5%; em Junho foram 104%; em Julho foi 65% e em Agosto foram 58%.

Portanto, os valores contidos no relatório justificam a falta de água nos meses de Verão.

Para os meses de Inverno refere outra explicação.

Essa explicação tem a ver com os dados que foram fornecidos da água turbinada, pela hidroelétrica da Nasce Água.

Com base nesses dados, verifica-se que a água foi turbinada durante os meses de Inverno e da Primavera. Isto significa que se a água foi turbinada é porque as nascentes estavam a dar água.

A dificuldade no abastecimento no Inverno e na Primavera de 2008, não tem a ver com questões climatéricas e com a alteração do regime hidrológico das nascentes, mas pode ser atribuído à avaria grave no sistema de adução que recebia água das nascentes e não aduzia para o sistema distribuidor.

O **Deputado António Ventura (PSD)** usou da palavra para pedir que o Professor seja mais explícito quando refere na página 31 do seu relatório:

“Do mesmo modo, parecem compatíveis com a intensidade descrita para as explosões a abertura de fissuras e fracturas existentes e a perda do seu enchimento por arraste pela água durante e após o processo de vibração”.

O **Prof. Lopo Mendonça** explicou que não teve acesso ao relatório e ao projecto da pedreira. A afirmação do relatório é meramente especulativa, isto é, do ponto de vista teórico, é possível, do ponto de vista prático não sabemos se é possível.

É verdade que existem sismos e a intensidade das zonas sísmicas e das vibrações são mais importantes num sismo do que provavelmente na explosão.

O que é facto é que também há um relatório do LREC de 1998, que diz que já naquela altura havia uma drenância para a parte inferior do aquífero do Cabrito $5 \times 10^6 \text{ m}^3$.

O documento tem uma referência bibliográfica no final do relatório do Professor Lopo Mendonça.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** usou da palavra referindo que quando foi feito o relatório apontava, como sendo razão mais provável, as questões da pluviosidade. Depois, apontava uma outra série de factores, nomeadamente as fracturas que poderiam decorrer não só da pedreira como a questão do arroteamento. É uma série de questões que, como não tinha dados disponíveis, ou pelo menos não teriam sido fornecidos, não podia aduzir da fiabilidade dessas questões para o que estava a acontecer.

Neste momento, afirma que uma das principais razões poderá ser a obra da Via Vitorino Nemésio.

Referiu, ainda, que esta questão é um pouco confusa porque no relatório refere que seria a pluviosidade e uma outra série de questões que eventualmente podiam estar relacionadas, mas não existiram dados para afirmar isso. Nas recomendações feitas é referido que há uma necessidade extrema de se fazer a protecção de água nas origens, então, à partida, no relatório não poderia ter havido conclusões.

O **Prof. Lopo Mendonça** manifestou discordância com as afirmações da Deputada Carla Bretão (PSD), referindo que existem dois tempos, Primavera/Verão e

Inverno/Primavera. Isto é, há o tempo que decorre de Janeiro a Maio. Aí não foram razões climatéricas como está referido no relatório. A partir daí são razões climatéricas.

Referiu que está claro no relatório que há duas razões.

De Maio a Agosto ou de Maio a Setembro, são questões climatéricas. No período anterior não são questões climatéricas, são questões de adução.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** perguntou o que é que poderá ser feito, como não existem grandes dados, para os outros factores que poderão ter influenciado toda esta questão? Que tipo de estudo é que poderá ser feito? Que tipo de dados é que teriam de ser pedidos para chegarmos a uma conclusão que não seja meramente uma opinião e conseguirmos chegar a essa conclusão científica. Há alguma conclusão científica dos outros factores que poderiam influenciar esta questão.

O **Prof. Lopo Mendonça** referiu que do seu ponto de vista, as causas, naquela altura, foram as causas apontadas no relatório que fez sobre este assunto.

Há causas que poderão ter contribuído, mas só parcialmente e numa percentagem relativamente pequena.

Quanto aos arroteamentos, estes são prejudiciais e, provavelmente, se se tivesse estabelecido um perímetro de protecção às nascentes, não seria legalmente possível fazer o arroteamento como foi feito.

Os perímetros de protecção impõem áreas à volta das captações para abastecimento público em que a utilização do solo é condicionada.

O Deputado **Berto Messias (PS)** usou da palavra para perguntar se, tendo em conta o trabalho desenvolvido sobre este assunto, o Professor está em condições para informar a Comissão se existiu ou não um défice infra-estrutural relativamente aos investimentos realizados pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. A Câmara Municipal estava bem aprovisionada e fez os investimentos que devia para salvaguardar alguma situação anormal relativa ao abastecimento de água à população?

O **Prof. Lopo Mendonça** referiu que o abastecimento de Angra, não há muitos anos, era feito exclusivamente a partir das Nascentes do Cabrito e da Nasce Água.

Depois começaram a aparecer dificuldades no abastecimento que tiveram a ver com duas razões, maior recorrência de períodos de pluviosidade mais baixa e, naturalmente, o aumento do consumo.

Nessa altura os Serviços Municipalizados enveredaram por fazer furos de captação de água.

Os primeiros furos de captação de água foram feitos por uma empresa estrangeira que captava no aquífero base.

Depois, surgiu um estudo que permitiu localizar e fazer um furo na zona que se chama São Sebastião, na base da encosta do Monte dos Cinco Picos.

Esses furos não têm capacidade para substituir totalmente o Cabrito. Constituem uma ajuda muito boa. Penso que foram eles que resolveram o problema de anos, particularmente graves, no ano 2002 e no ano 2000.

Referiu que faz algumas recomendações no relatório que fez sobre este assunto.

Audição do Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal Praia Ambiente, Paulo Messias:

O **Presidente da Comissão** solicitou uma explicação sobre o trabalho desta empresa no âmbito do tratamento e da captação de água.

O **Sr. Paulo Messias** referiu que em termos de abastecimento de água, o Concelho da Praia da Vitória, durante 2008, não teve grandes problemas.

Existiram alguns problemas numa ponta do concelho, que é abastecida pelo concelho de Angra. Tem a ver com o contrato Ribeirinha/Cabo da Praia, em que alguma da água fornecida no início do concelho, Porto Martins, Fonte do Bastardo e Cabo da Praia, vem do concelho de Angra do Heroísmo.

Com os cortes que existiram no concelho de Angra, nalguns dias não foi possível abastecer a ponte alta da Fonte do Bastardo e o Porto Martins, que tem ligação directa a São Sebastião.

Referiu que além dos problemas supracitados não existiram grandes problemas, porque foi possível continuar a abastecer Altares e Raminho, na outra ponta do concelho, através da água que vem das Quatro Ribeiras.

O **Deputado José Cascalho (BE)** usou da palavra para perguntar quais as razões apontadas para os problemas no mês de Julho e se existiu transporte de água para o Concelho de Angra do Heroísmo.

O **Sr. Paulo Messias** referiu que existe um processo de abastecimento de água ao início do concelho da Praia da Vitória (Fonte do Bastardo e Porto Martins) que tem a ver com o projecto Ribeirinha/Cabo da Praia, que foi feito há muitos anos entre as duas câmaras, e é o concelho de Angra que fornece água a essa parte.

Portanto, a parte inicial do Porto Martins, através de São Sebastião e Salgueiros e a parte alta da Fonte do Bastardo através da Ribeira Seca de cima.

A partir de Julho existiram algumas dificuldades em abastecer estas partes, porque a água que o concelho de Angra nos fornecia não era suficiente para abastecermos a população nestes sítios.

O **Deputado Artur Lima (CDS/PP)** usou da palavra começando por fazer uma correcção ao Sr. Paulo Messias, afirmando que o que se passou não foram algumas dificuldades no abastecimento mas sim que houve falta efectiva de água naquelas zonas e os cortes foram rigorosamente iguais aos cortes em todo o Concelho de Angra do Heroísmo.

Perguntou, ainda, se está prevista a falta de água nestas freguesias referidas e, tendo em conta que se registaram, também, faltas pontuais em Santa Rita, se a Praia Ambiente já tomou as medidas necessárias para colmatar esta falta de água.

O **Sr. Paulo Messias:** começou por discordar das afirmações do Deputado Artur Lima, afirmando que parte do Porto Martins e parte da Fonte do Bastardo teve problemas de falta de água. Na outra parte destas freguesias não houve falta de água.

Na parte do Porto Martins que é abastecida por São Sebastião existiram problemas de água. Na parte da Fonte do Bastardo que é abastecida para cima do Regelo, que vem da Fonte do Bastardo, é que tivemos problemas de água.

Existe um contrato assinado, pago pela Câmara da Praia, para fornecer estas partes do concelho. Este contrato tem que ser cumprido.

Se os Serviços de Angra do Heroísmo não fornecerem a água para estas zonas, claro que vão existir outra vez dificuldades.

Para que essas dificuldades não se agravem, a “Praia Ambiente” tem projectado e abriu um concurso para fazer um furo no alto da Fonte do Bastardo, perto do primeiro reservatório da Fonte do Bastardo, que recebe a água do concelho de Angra, no sentido de abastecer esse reservatório com esse furo, sempre que o concelho de Angra não nos forneça água suficiente.

O Deputado **Cláudio Lopes (PSD)** solicitou ao Sr. Paulo Messias uma caracterização do que se passa na Praia da Vitória ao nível do sistema de abastecimento de água e do que se possa passar no Concelho de Angra do Heroísmo porque é sabido por todos que não existiram problemas de maior na Praia da Vitória.

Se neste período não houve graves problemas de abastecimento de água na Praia, poder-se-á concluir que o clima não foi adverso em termos de quedas pluviométricas para o sistema de abastecimento de água na Praia, neste período.

Perguntou, ainda, como é alimentado o sistema de abastecimento na Praia, se por furos se por nascentes ou por ambos, se os próprios furos entram no sistema com uma grande flexibilidade de abastecimento, ou seja, não são furos de abastecimento autónomo.

As autarquias, normalmente, aproveitam a oportunidade de ter empresas estrangeiras a fazer furos cá para acautelarem os seus sistemas de abastecimento de água e abrirem os furos que são necessários dentro das suas previsões de médio prazo.

Na Praia houve abertura de furos nos últimos anos? Quem é que os abriu?

O **Sr. Paulo Messias** referiu que o abastecimento de água no concelho da Praia da Vitória é feito pelos dois sistemas: fonte e furos.

Existem zonas que são abastecidas só por furos, concretamente a cidade da Praia da Vitória.

Existe uma parte da Casa da Ribeira que é abastecida por uma fonte e o ano passado, no Inverno, ao fim de 15 anos, as fontes da Casa da Ribeira já não chegavam à Praia da Vitória.

Através de uma limpeza forte feita na fonte que se estava a perder muita água, foi possível colocar nos reservatórios do Vale Farto água da fonte da Casa da Ribeira, durante o Inverno, para a misturar com a água dos furos, que é uma água salobra.

Vão ser necessários construir mais alguns reservatórios ao longo da rede que vem da Agualva até à Praia da Vitória, no sentido de misturar e aproveitar o mais possível a água da Agualva para misturá-la com os furos que abastecem a cidade da Praia. Este é um projecto que está a ser desenvolvido pela Praia Ambiente.

A fonte da Agualva e a fonte das Quatro Ribeiras são fontes com bastante caudal e fornecem normalmente água para São Brás, Fontinhas, Agualva, Vila Nova.

Existe um furo para as Quatro Canadas, que está ligado directamente ao reservatório. Quando não tem água suficiente vinda da fonte, ele entra no reservatório.

Existe também um furo na Canada das Covas que também entra no reservatório ligado directamente ao reservatório da Ladeira do Cardoso.

Durante alguns anos, ele esteve a bombear directamente para a rede, o que causou à antiga câmara muitos problemas, porque rebentava a rede com a pressão da bomba.

Foi feita a ligação directamente para os reservatórios e facilitou em termos de avarias e também faz com que a rede se mantenha mais estável, porque em vez do furo estar a bombear directamente para a rede, está a bombear para o reservatório e o reservatório está a sair sob pressão o que criou alguma estabilidade.

As Quatro Ribeiras é uma fonte que nasce em cima da rocha, praticamente num desnível total. É recolhida para um reservatório, é elevada através de uma bomba para um sítio mais alto, que depois, por gravidade, chega aos Biscoitos, mas como o reservatório ficou a uma quota inferior àquela que devia ter ficado, quando chega aos Biscoitos é necessário um *booster* bombear essa água para abastecer a Canada do Caldeiro. Ela sobe até ao cimo do Caldeiro e depois vem, por gravidade, pelas outras abaixo.

É essa água também que vai para os Altares. Depois há um reservatório dos Serviços Municipalizados de Angra, seria a fronteira dos Altares, Biscoitos.

Portanto, é abastecido um reservatório que depois é bombeado para Altares e Raminho.

Essa água da nascente das Quatro Ribeiras praticamente abastece só um restinho das Quatro Ribeiras e abastece sobretudo os Biscoitos, na parte baixa.

Na parte alta, é através do *booster* e existe também uma fonte nos Biscoitos, uma fonte fraca, mas que normalmente tem água suficiente para abastecer a parte alta dos Biscoitos, para o lado de São Pedro (Outeiro, Mistério), a chamada a fonte do Gaitero.

A freguesia das Lajes também é abastecida pelos furos da ladeira das Quatro Canadas, Canada das Covas e a água que vem da Agualva.

Existe um problema no Juncal/Santa Rita.

A quantidade de água que chega ao reservatório que existe no Juncal, é mais ou menos na quantia certa que é consumida diariamente.

Está a ser feita uma alteração a um reservatório que existe no Barreiro. Ele tinha sido abandonado há algum tempo. A água vinha das Fontinhas e entrava directamente na rede, não passando pelo reservatório.

O reservatório foi restaurado. Com o projecto que está a ser desenvolvido pretendemos voltar a usar o reservatório para ganhar pressão, para recuperar durante a noite, porque há menos consumo, a água que vem da Agualva e desses furos, quando for necessário, para existir caudal suficiente para abastecer o Juncal, a estrada 25 de Abril e depois Santa Rita.

A água quando chega ao Juncal é bombeada através de uma conduta para o reservatório de Santa Rita. O reservatório de Santa Rita é muito pequeno para a quantidade de habitações que existem em Santa Rita.

Quando as bombas avariaram, quando há algum problema, o reservatório vasa rapidamente e depois a água que entra no Juncal e a água que é necessária para abastecer Santa Rita não é suficiente.

Foi isso que se verificou durante alguns dias em Santa Rita. Foi um problema de bombas que neste momento está resolvido.

Foram abertos dois furos nos últimos anos, um na Fonte do Bastardo e outro nos Biscoitos, que ainda não estão a ser usados. A construção dos reservatórios ainda está em projecto, tal como a montagem de bombas.

Neste momento, ainda não estão ao serviço porque ainda não se revelaram necessários. Esses furos devem ter sido feitos entre 2002 e 2004.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** usou da palavra para perguntar, tendo em conta as questões já referidas e tendo em conta que Angra teve falta de água e a Praia não, o Presidente da Praia Ambiente considera que os investimentos feitos nos últimos anos foram os adequados para evitar que acontecesse na Praia o que aconteceu em Angra.

Perguntou ainda se a Praia da Vitória forneceu água a Angra do Heroísmo, para além dessa água dos Altares e do Raminho, designadamente da Agualva, através de camiões, que não era propriamente água da rede, mas que era água do Município da Praia da Vitória.

Em que termos é que a água foi fornecida e que quantidade de água foi fornecida.

Prevê-se que aconteça o mesmo este ano? Está prevista a possibilidade de ser fornecida água da Praia da Vitória a Angra do Heroísmo.

O **Sr. Paulo Messias** referiu que a água que é fornecida ao Concelho de Angra é água que vem da Fonte do Cabrito e os dados que existem mostram que a Fonte do Cabrito teve uma quebra nunca vista no passado.

Como essa água é que fornece o projecto Ribeirinha/Cabo da Praia não há investimentos que possam resolver este problema, porque ninguém sabe que a fonte vai faltar.

Se ocorresse na Praia o problema que Angra teve na Fonte do Cabrito e na Fonte da Telha, nas nossas duas maiores fontes que são Agualva e Quatro Ribeiras, o problema era semelhante ao que se viveu em Angra.

Quanto ao fornecimento da água da Praia ao concelho de Angra, a água é fornecida directamente ao IROA, água paga ao metro cúbico. Foi montado um contador em dois reservatórios, começou por ser em São Brás, mas depois como a água que saía da rede causava problemas nas casas das pessoas esse projecto foi abandonado e foi montado um reservatório no furo do Celeiro.

O IROA pagou o que tinha de pagar ao preço do abastecimento público à lavoura. Referiu que existe na Agualva um reservatório muito antigo, onde o IROA e as Juntas de Freguesias da Agualva e da Vila Nova, fizeram uma espécie de aqueduto na ribeira, ligaram um tubo para as sobras que vêm das nascentes.

Era uma quantidade de água relevante que era aproveitada por esse reservatório onde iam camiões pagos pelo IROA e muitos lavradores. Trata-se de água que era aproveitada para ali ou ia directamente para o mar. Não é água que seja possível contabilizar.

Também foi fornecida água, através de um contador, à empresa que está a fazer a via Vitorino Nemésio.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** usou da palavra para perguntar se existiu algum contacto entre os Serviços Municipalizados de Angra e da Praia Ambiente no sentido de prever a possibilidade de este ano haver fornecimento e se os reservatórios da agricultura que foram encerrados, esse encerramento foi da responsabilidade da Câmara Municipal ou foi da responsabilidade do IROA.

O **Sr. Paulo Messias** respondeu que existem várias conversas informais entre os serviços sobre a situação do sistema de abastecimento mas que não existe qualquer contacto formal sobre necessidades futuras de fornecimento de água, quanto aos reservatórios do IROA esclareceu que foram fechados por ordem do IROA.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** usou da palavra para perguntar se o caudal das nascentes da Praia da Vitória baixou ou não durante os meses de Verão e como fazem esse controlo e quais são as condições do contrato que a Praia Ambiente, tem com os Serviços Municipalizados de Angra, no âmbito do fornecimento de água.

O **Sr. Paulo Messias** referiu que os caudais baixam todos os anos no Verão mas o ano passado baixaram bastante mais do que o normal. O controlo é feito através de um caudalímetro colocado na Fonte da Agualva e a olho nu pelos técnicos que facilmente conseguem verificar se o caudal existente é suficiente para abastecer e fornecer o necessário.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** usou da palavra para concluir que existe um enorme factor empírico na forma como são medidos os caudais da Praia da Vitória.

Se alguns são controlados a olho humano não se consegue quantificar ao certo o seu valor. Portanto quando o Presidente da Praia Ambiente refere que “se os caudais da Praia tivessem baixado tanto como os de Angra” não tem informação fidedigna com dados concretos para afirmar isso.

Audição da Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Andreia Cardoso e da Presidente dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, Sofia Couto:

O **Presidente da Comissão** deu a palavra para esclarecimentos sobre o âmbito do objecto da Comissão de Inquérito.

A **Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Andreia Cardoso**, começou por fazer um resumo, em primeiro lugar, das medidas adoptadas no imediato face dos problemas ao nível do abastecimento de água e depois das medidas de médio prazo que houve necessidade de implementar nessa sequência.

Os problemas que ocorreram no Verão de 2008 não eram expectáveis, nem previsíveis, atendendo quer à evolução histórica dos consumos, quer também à capacidade instalada ao nível da captação da água.

Em face do problema, foi encetado um conjunto de diligências que passaram pela adopção do plano de interrupções que foi tornado público.

Esse plano de interrupções teve o intuito de minimizar os danos, ou seja, assegurar que nenhuma localidade estaria mais do que 24 horas sem água.

Foi solicitado a alguns professores universitários da Universidade dos Açores colaboração no sentido de proceder a uma avaliação imediata de eventuais causas.

Procedeu-se ao diagnóstico das rupturas na rede de abastecimento, causadas pelas obras na via Vitorino Nemésio e foram feitas diligências junto do Governo Regional e da empresa construtora no sentido de que se procedessem às intervenções de reparação necessárias.

Por indicação dos Professores da Universidade dos Açores, foi solicitado ao Prof. Lopo Mendonça a realização de um trabalho de avaliação de eventuais causas que terão conduzido a essa situação e, necessariamente em função disso, que fossem apontadas algumas soluções.

Houve, também, o encerramento de postos de abastecimento da rede pública que estavam a ser utilizados pela lavoura.

Depois das conclusões verificadas no relatório do Professor Lopo Mendonça foram tomadas várias medidas como a realização de 4 furos, que estão em execução, a implementação da telegestão, cujo lançamento do procedimento foi até ao final do mês de Maio, a implementação do tratamento terciário da ETAR, a substituição de bombas, de 3 dos furos, por equipamentos com maior capacidade o que garante um acréscimo da capacidade em cerca de 1000 m³ por dia.

Está em curso a ligação do furo de Chambre à ETA.

Na sequência dos contactos feitos com o Governo Regional e com a empresa construtora da Via Vitorino Nemésio (VVN), procedeu-se à substituição da rede da VVN e à duplicação dessa mesma rede e ainda à construção de uma rede adutora nova.

Foram também encetadas acções de sensibilização, designadamente aos lavradores e associações representativas, às juntas de freguesia.

Foram enviados ofícios a todas as empresas construtoras disponibilizando água de tratamento secundário da ETAR.

Foram feitas acções de sensibilização, à população em geral, através da rádio e de jornais e também junto dos grandes consumidores, como seja, por exemplo, o Estádio João Paulo II, a Delegação das Obras Públicas, no sentido de darem início a esquemas de poupança de água.

Actualmente, está em curso um procedimento com vista à implementação de campanhas de sensibilização, quer na área das águas, quer dos resíduos e do saneamento.

Ao nível dos contactos, importa referir que das questões elencadas pelo Prof. Lopo Mendonça no seu relatório, há intervenções que são necessariamente da responsabilidade da autarquia, mas há outras que são da responsabilidade do Governo Regional. Quanto a essas, a Câmara Municipal procedeu a diligências junto de três das secretarias, designadamente a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas e a Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento.

O **Deputado Artur Lima (CDS/PP)** referiu que se o Partido Socialista não tivesse chumbado a comissão municipal para discutir os problemas relacionados com a água, proposta pelo CDS-PP na Assembleia Municipal, provavelmente não teriam existido os problemas que se verificaram.

Referiu, ainda, que houve algum descuido por parte da autarquia na manutenção das bombas e dos furos para estarem a funcionar na altura devida.

Sendo certo que a falta de água agudizou-se no Verão, é também certo, e foi dito pelo Prof. Cota Rodrigues quando foi ouvido em audição, que se começou a usar a água já em Janeiro de 2008 para suprimir algumas necessidades da falta à lavoura.

Era previsível que no Verão de 2008 houvesse falta de água. Na altura devida o CDS-PP chamou a atenção para isso, numa visita feita no início de Agosto ao IROA.

Referiu ainda que o furo de Santana não foi ligado à rede, porque havia pedras no meio do trajecto o que indicia que este furo estava abandonado.

Referiu também que previa-se que a falta de água, sem ter um prazo normal, fosse 2/3 semanas ou um mês. Acabou por durar 6 meses.

Sendo certo que foi um ano mais seco que os outros, o que se verificou é que para uma situação de emergência, os furos, as bombas e todo o equipamento necessário para suprimir a falta de água das nascentes, não estavam funcionais.

Perguntou ainda que estando a meio o ano de 2009 e a Câmara, já tendo conhecimento há um ano e meio da situação de quebra de água, que medidas vai tomar para diminuir os inconvenientes da eventual falta de água que possa haver, porque se prevê também um ano seco este ano.

A **Presidente da Câmara Municipal de Angra** referiu que todos os furos disponíveis na altura e disponíveis agora estavam funcionais o ano passado, em Agosto. Ou seja, de todos eles era possível extrair água. As bombas eram novas. Praticamente em todos os furos não havia problema ao nível do equipamento. Eram equipamentos novos que davam e dão garantias de fiabilidade.

O furo de Santana era um furo que tinha uma bomba colocada, estava enludado, era possível fazer extracção de água em condições perfeitamente normais daquele

furo e a questão que se colocava era o facto de esse furo não estar ligado à rede de abastecimento.

De qualquer forma, desde o momento que começaram a surgir problemas ao nível do abastecimento, que aquela água começou a ser transportada. Foi feita a ligação do furo de Santana à rede e, por outro, em simultâneo, começou-se a retirar água desse furo, através de autotanques que colocavam a água num dos reservatórios.

Quando surgiram estes problemas havia ainda dois furos cuja água não estava a ser utilizada.

Um que foi desde logo ligado e depois um segundo, que foi este, o de Santana.

Em relação à existência de pedras no percurso de Santana, isso conduziu a um atraso na ligação, mas a ligação não deixou de ser feita pela existência de pedras. Estava prevista uma ligação num determinado período de tempo que teve que ser alargada pelo facto de ter sido encontrado um solo mais difícil, mas isso foi ultrapassado.

Quanto ao conhecimento em Janeiro de 2008 referido, a Presidente da Câmara referiu que a Lagoa do Cabrito é abastecida com os excedentes da nascente do Cabrito.

Sensivelmente até ao final do mês de Maio, houve excedentes que alimentaram a lagoa e alimentaram a rede do IROA.

Depois, nessa altura houve a ligação da lagoa do Cabrito à rede da lavoura, que é o que acontece mais ou menos nessa época do ano.

É um facto que alguns dos furos foram utilizados durante o Inverno, mas foram utilizados para abastecimento ao consumo humano, não para abastecimento à lavoura.

O **Deputado Cláudio Lopes (PSD)** referiu que esta Comissão existe, não para julgar quem quer que seja, mas para apurar o que se poderá ter passado neste problema concreto de dificuldades de abastecimento de água ao concelho de Angra no ano de 2008, responsabilidades que podem ser de várias partes e não somente da Câmara de Angra que, em primeira e última instância, tem a responsabilidade do abastecimento domiciliário de água.

Referiu, também, que uma Câmara que se vê confrontada com a necessidade de abrir 4 furos de uma só vez, dá a entender que algo de carente, extremamente carente, havia ao nível do sistema, em termos de abastecimento de água às populações, podendo este facto remeter para uma conclusão de que aquilo que hoje se está a fazer no plano emergente deveria ter sido acautelado num plano *ab anteriori*, ou seja, em gestões anteriores onde se deveriam ter feito reflexões e planeamentos correctos para o médio prazo.

Os problemas que aconteceram em 2008 poderão não estar directamente relacionados com a gestão autárquica de 2008, nem de 2007, nem de 2006, mas se calhar à gestão anterior.

Referiu ainda que as conclusões a que vamos chegando é que esta questão pode reduzir-se a duas áreas de limitação: ou são problemas climatéricos dos últimos anos ou são problemas de gestão.

Os problemas climatéricos se estão directamente e muito relacionados com esta crise, se calhar deveriam ter sido acautelados em devido tempo.

Também leva a crer, indo ao encontro das palavras proferidas pelo Sr. Prof. Álamo Meneses, actual Secretário do Ambiente, que este sistema está muito fragilizado quanto à sua fonte de alimentação. Ou seja, depende fortemente da Lagoa do Cabrito, de um recurso de água superficial.

Assim sendo, pode concluir-se que esta questão pode estar relacionada com a escassez das quedas pluviométricas dos últimos anos e com o abaixamento do nível de água nesta lagoa.

Se é isso, acho que o sistema já devia estar preparado e estamos a falar de um concelho como o de Angra do Heroísmo, que tem uma população residente muito significativa e que nos últimos anos tem conhecido um crescimento muito significativo de equipamentos públicos e particularmente de hotéis. Como todos nós sabemos, os clientes consumidores de água de um hotel nada têm a ver com um consumidor de água doméstico.

Um concelho que está vendo crescer a sua estrutura de consumidores, como Angra conheceu nos últimos anos, deveria, em devido tempo, ter acautelado bem o seu sistema de alimentação de água. Se estava muito dependente da lagoa do Cabrito

deveria ter recursos a nível de furos para poder suprir, no imediato, alguma dificuldade que aparecesse.

Solicitou que a Presidente da Câmara fizesse uma caracterização das necessidades do Concelho ao nível das necessidades de consumo, ao nível do furo geotérmico, qual é o seu caudal, qual é a importância deste furo em termos de alimentação do sistema de água, e ao nível da rede de abastecimento de água do concelho, que é da responsabilidade camarária ou dos serviços municipalizados.

A que nível fornece água para o sistema da agropecuária? Em que moldes e se fornece ou não?

Tudo isto parece entroncar numa falta de previsão e de planeamento de médio prazo de há uns anos para trás e que pode ser aqui equacionada na medida em que, em 2003 e 2004, o Governo Regional desafiou as 19 autarquias da Região a fazerem uma candidatura conjunta para incluírem todas as necessidades que tinham de investimentos nestas áreas, das redes da água e de saneamento básico, numa candidatura conjunta, regional, para concorrer a um fundo de coesão que havia disponível.

Dos 19 municípios só 14 é que integraram essa candidatura e 5 municípios ficaram de fora. Angra foi um desses 5 municípios que ficou de fora.

Se Angra ficou de fora podemos chegar à conclusão de que, nessa altura, quem geria a Câmara de Angra entendia que não havia necessidade de investimento de grande monta neste sistema de abastecimento de água para o médio prazo, porque as coisas não podem ser vistas a este nível, para um ano ou dois para a frente. Têm que ser vista é para o médio prazo.

Se não investiu, se não manifestou qualquer interesse a entrar nesta candidatura, é sinal de que tinha as coisas acauteladas. Portanto, é uma constatação que nós fazemos. Gostávamos de dar nota de que temos conhecimento de que isto assim se passou. Se assim se passou, também podemos tirar a conclusão imediata de que o sistema estava bem acautelado, em termos de alimentação. Se estivesse bem acautelado não era previsível esta crise tão prolongada como aconteceu.

Crises pontuais entendem-se. Uma semana, duas no máximo.

Agora, durante um Verão, durante um ano, é problemático demais e sobretudo é muito problemático num concelho como o de Angra.

Perguntou, ainda, que investimentos, a este nível, se fizeram nos últimos anos?

Embora Angra possa não ter querido entrar nessa candidatura, pode ter feito candidaturas no PRODESA ou noutros programas comunitários que haviam para o efeito e ter investido efectivamente em reservatórios, em furos ou em equipamentos significativos, nesta última década, sobretudo.

A **Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo** referiu que quanto à afirmação de que a evolução de consumo histórico nos últimos anos não indiciava necessidades emergentes de aumentar a capacidade de captação de água, os dados disponibilizados à Comissão, corroboram essa afirmação bem como os gráficos que entregámos são muito claros sobre a veracidade das minhas afirmações.

Ao nível dos investimentos referiu que foram efectuados esses investimentos por iniciativa própria, por candidaturas a fundos comunitários, como também consta do dossier entregue à Comissão.

Relembrando, ao nível de furos, os furos da Terra Chã e da Canada do Mato foram feitos na década de 90. Em 94 foi feita a pesquisa e equipamento da Vinha Brava. Já em 95 foi feita a pesquisa da Canada do Mato. O equipamento do furo da Canada do Mato é só comprado em 96.

Depois foi feita pesquisa para o furo de Santana, que foi o que entrou em produtivo naquela situação urgente.

O furo de Santana e o das Quatro Canadas foram equipados em 2007.

Em 2008 foi feita a dita ligação entre o furo de Santana e o reservatório.

Ao longo da última década foi feito um investimento muito grande, um investimento bastante avultado, sobretudo ao nível dos furos.

Outra das questões referidas é o facto de, aproximadamente no mês Junho, estar em funcionamento 3 furos: o furo da Vinha Brava, o furo da Terra Chã e o da Canada do Mato.

Estes furos são furos importantes. Dois deles são furos que vão ao basal, portanto dão alguma garantia de estabilidade ao nível da extracção da água.

Foi nesses 3 furos que foi feita agora a substituição das bombas, não porque as bombas estivessem velhas ou com problemas de funcionamento, mas porque é possível extrair destes furos maior quantidade de água.

O furo das Quatro Canadas, que foi um dos que entrou em funcionamento em Julho, tinha a capacidade de extracção de 21 m³ por hora e no pico da crise secou. Simplesmente não foi possível retirar daquele furo qualquer litro de água.

O furo de Santana, é um furo com capacidade para 60 m³ por hora, e estava a tirar cerca de 48 m³ por hora.

Os outros dois, sobretudo Vinha Brava e Terra Chã, mantiveram a sua capacidade. São Sebastião esteve um bocadinho abaixo da média.

Ao nível das nascentes, importa referir que, na sua generalidade, estiveram bastante abaixo do que é habitual, quer a Nasce Água, quer o Cabrito, quer a fonte da Telha.

Todas elas estiveram e estão actualmente abaixo daquilo que são a sua produtividade habitual.

Relativamente à opção do investimento este ano e da realização dos 4 furos seria de todo imprevisível que o ano passado pudéssemos pensar, em função dos níveis de consumo que tínhamos que estavam até abaixo da média e da reserva que ainda tínhamos com dois furos extras que a situação excedesse esta folga que nós tínhamos e esta margem com dois furos que não estavam a ser utilizados.

A necessidade de execução destes 4 furos prende-se, por um lado, com a questão de termos que precaver situações futuras idênticas à que aconteceu no ano passado.

Há também uma questão que é muito relevante e que vai ser acautelada necessariamente pela agricultura, que tem a ver com as necessidades emergentes que a agricultura tem hoje em dia. Nem a captação, nem a distribuição são da responsabilidade do Município, mas de qualquer forma o que é facto é que agricultura tem necessidades emergentes que não vão ser solucionadas pelos 4 furos novos, mas por furos que a Secretaria competente irá diligenciar.

A agricultura começa a ter necessidades que têm um crescimento muito acentuado e que se prendem com as casas de ordenha, os parques de retém. São tudo situações que tendem a aumentar o consumo de água por parte da agricultura.

Nessa área é, de facto, expectável, um aumento do consumo.

No que diz respeito à Câmara Municipal e ao abastecimento à rede pública, impõe-se, de facto, nesta fase, fazer estes furos, para haver a segurança de que, numa situação emergente e de picos, há uma salvaguarda de capacidade instalada que permitirá solucionar uma questão no imediato.

Referiu ainda que estes furos novos só entrarão em produtivo quando houver necessidade por parte da população, aliás, como já acontece hoje em dia na gestão dos furos, ou seja, só quando as nascentes começam a denotar quebras que se tornam insuficientes para dar resposta à rede pública, é que entram em funcionamento os furos.

Quanto à Lagoa do Cabrito, esclareceu que a lagoa não é utilizada para consumo humano.

A rede hoje em dia tem duas alternativas, as nascentes e os furos. É claro que, e foi evidente o ano passado, em função da forma como a precipitação se distribuiu, as nascentes ressentiram-se e, por isso, a forma como a rede está organizada sofreu uma grande penalização, o que obrigou a ter que colocar alguns dos furos em funcionamento no início do ano, e mesmo assim, com os furos sem funcionar, entrando este em produtivo, não foi suficiente para acautelar as necessidades e por isso a emergência da realização dos furos.

Claro que o investimento da autarquia não passa exclusivamente por furos.

Tudo o que foi feito foi resumido no início da intervenção da Presidente da Câmara e foi entregue à Comissão um dossier onde constam todos os investimentos feitos pelo Município nesta área.

O **Deputado José Cascalho (BE)** usou da palavra para perguntar quando foram detectadas as avarias na adutora do Cabrito, se foi feita a avaliação da água que foi perdida nestas avarias, porque não estiveram presentes técnicos dos Serviços Municipalizados para evitar que a adutora fosse danificada, a Câmara foi ouvida quanto ao prazo das obras na VVN, quando foi pedido o estudo ao Professor Lopo Mendonça, porque e por quem foi pedido e quanto custou.

A **Presidente da Câmara Municipal de Angra** referiu que a água que foi perdida na adutora do Cabrito tinha chegado para abastecer a população porque

corresponde mais ou menos ao dobro, daquilo que precisamos para garantir o abastecimento durante o período em que a água faltou.

Relativamente à obra e à participação dos serviços municipalizados na previsão e fiscalização da intervenção, os Serviços municipalizados deram conhecimento da localização da rede à empresa construtora. Foram feitas reuniões regulares com essa empresa, no sentido de acompanhar. Foram feitas, necessariamente, deslocações ao local pelos responsáveis e técnicos dos serviços municipalizados, no sentido de minimizar os danos.

O que é facto, é que apesar de todas as diligências e alertas efectuados, mesmo depois da situação ter a gravidade que teve, aconteciam as situações de novamente rebentarem com a rede que nos abastece.

O mais grave disso é que era exactamente naquele troço em que não há rede alternativa, é a única rede que sai e depois distribui para os diferentes reservatórios. Quanto ao estudo, de facto, o estudo foi encomendado pelos serviços municipalizados, em finais de Agosto.

Foi solicitado ao Prof. Lopo Mendonça porque o nome dele foi referência dos professores da Universidade dos Açores, como sendo uma pessoa que conhecia bem o sistema da Ilha Terceira e o concelho de Angra, em particular.

O valor do estudo foram três mil euros.

Quanto à activação dos furos pontualmente estamos a recorrer a dois dos furos, este ano, nos picos de consumo, mas apenas pontualmente, aliás porque até substituímos as bombas em três deles agora, o que implica que fiquem fora de funcionamento. Eles não têm estado em funcionamento contínuo, ou seja só pontualmente é que dois deles entram em funcionamento.

Referiu ainda que os problemas nas condutas foram detectados antes de Junho, sendo Junho o mês em que foi feita a avaliação.

O **Deputado Artur Lima (CDS/PP)** referiu que pode concluir-se que existiu ingenuidade por parte da Câmara para com a empresa construtora da VVN, solicitando que a Presidente da Câmara entregue à Comissão cópia das notificações que foram feitas à empresa sobre as perdas de água.

Disse, ainda, que antes de Junho já se sabia das percas de água, ou melhor em Janeiro já se sabia que havia problemas de água, embora indefinidos mas já teve que recorrer-se ao furo, em Junho já se sabia que o adutor da via rápida perdia água, sabendo o valor da perca de água pois o robô detectou em Junho que estava tudo partido e sabia-se que a perca de água era de 50%.

Portanto houve aqui uma reacção ao retardador, por parte, talvez do excesso de confiança na empresa resolver o assunto.

Isto é de uma gravidade extrema sendo necessário exigir responsabilidades ao mais alto nível, a essa empresa, porque os danos que provocou são irreparáveis.

Perguntou quando se teve conhecimento dos factos, porque é que não se actuou logo, imediatamente ou com a urgência devida que se impunha e porquê a opção de fazer dois furos no aquífero suspenso e apenas um no aquífero basal, o que sustenta esta opção.

A **Presidente da Câmara Municipal de Angra** referiu que a Câmara agiu no imediato a partir do momento em que foi detectado o problema na VVN.

A exigência foi sempre, no sentido, por um lado da substituição imediata da rede onde foram detectados os problemas e por outro lado assegurar que a nova rede ficaria instalada fora do trajecto viário da VVN e que para além da colocação de uma rede esta seria duplicada. Tanto assim foi que das diligências efectuadas pelos serviços municipalizados, resultou a execução dessa obra, nos termos em que foi exigido.

Relativamente aos furos suspensos, a localização dos furos foi proposta pelo Prof. Lopo Mendonça e decorre do estudo que ele efectuou. Portanto é uma opção técnica que eu confesso que pode ter esta leitura mais imediatista, mas penso que precipitada dos factos.

É óbvio que a nossa opção em termos da realização dos furos, em termos cronológicos, foi optar pela realização, em primeiro lugar, do furo ao basal, que é o que está em execução neste momento, porque é aquele que, embora seja o que demora mais tempo, em termos da sua execução, porque é aquele que vai a uma maior profundidade, dá alguma tranquilidade, daí a nossa opção.

A Deputada Carla Bretão (PSD) referiu que depois de todas as questões levantadas e abordadas e numa altura em que se afirma que a água perdida nas obras da VVN seria suficiente para que não se efectuassem cortes à população é importante que a Comissão perceba porque existiram informações contraditórias à população.

Em Junho foi percebido que havia um problema nas condutas, e mesmo assim foi afirmado pela Câmara Municipal de Angra que embora tivessem existido essas falhas, não haveriam problemas de abastecimento de água à população.

Resolvido o problema, mais tarde existem falhas no abastecimento à população e logo não só a Câmara Municipal mas inclusivamente a Secretaria do Ambiente, afirmar que tem soluções para resolver este problema e o problema naquela altura não era um problema da ruptura, da conduta, porque em todas as explicações que foram dadas esse nunca foi o problema.

Foi sempre dito que era necessário fazer investimentos e que estavam a programar uma série de investimentos para que esta situação não se voltasse a repetir. Inclusivamente pela Secretaria do Ambiente, na voz do Sr. Secretário, foi afirmado que era necessário recuperar o ciclo hídrico da Ilha Terceira e por isso era necessário realizar um plano integrado que se consubstanciava em vários investimentos, nomeadamente a questão da recuperação dos efeitos das arroteias, que tinham sido feitas, e fazer a protecção da água nas origens, que nunca tinha sido feita até então e que já deveria ter sido feita há muito tempo, já estava previsto no Plano Nacional da Água, desde 2003.

Referiu que é possível concluir que a Câmara sempre soube porque é que teve falta de água.

Se é por causa de ruptura e se a Câmara sabe o valor das perdas, não é perceptível porque, ao longo dos tempos, foram sendo arrançadas desculpas para esconder este problema.

Trata-se de uma negligência a nível político e a nível público e uma tentativa de enganar a população.

Se há um momento em que a Câmara sabe que há percas de água que levam a que mais tarde ou mais cedo existam cortes no abastecimento público e se foi afirmado

que essas falhas não iriam existir, que iriam fazer investimentos para isso ser corrigido e que a Secretaria do Ambiente iria actuar no sentido de se recuperar o tal ciclo da água, que estaria posto em causa, então porque temos assistido à tentativa constante de escamotear a situação, perguntou.

A **Presidente da Câmara Municipal** referiu que foi muito clara no diagnóstico que fez da situação e que fez uma explicação exaustiva do problema e da acção do Município com vista à sua resolução, não percebendo as dúvidas da Deputada Carla Bretão.

O **Deputado José Cascalho (BE)** perguntou quando é que a ruptura ficou totalmente resolvida, acrescentando que houve uma falta de informação à população ao longo de todo este processo que não foi positiva.

A **Presidente da Câmara Municipal de Angra** respondeu que o trabalho ao nível da rede na VVN foi totalmente concluído no início de 2009. Foi um trabalho não só de substituição da rede como de duplicação desta rede.

O **Deputado Cláudio Lopes (PSD)** usou da palavra para referir que uma das perguntas colocadas não foi devidamente respondida referente à rede do IROA e à relação dessa rede com a rede da autarquia.

A Câmara tem um furo num determinado sítio, que tem uma determinada capacidade, e pode, perante a capacidade que tem, fornecer água ao IROA a troco de dinheiro ou de outras contrapartidas. Isso não é nada que não seja normal, nem que não seja um acto prático, perguntando se no caso do concelho de Angra e do sistema de abastecimento domiciliário de água de Angra, existe ou não este tipo de acordos ou de protocolos? Houve ou não um aumento de pressão na água para consumo humano devido ao aumento do consumo agrícola? A lavoura sentiu necessidade de ir buscar água a outro ponto que não existia na sua rede do IROA e então veio à rede de abastecimento de água de Angra.

A **Presidente da Câmara Municipal de Angra** referiu que relativamente ao relacionamento que existe entre a autarquia, através dos Serviços Municipalizados e o IROA, ou a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, tem exclusivamente a ver com uma prestação de serviços, que os serviços municipalizados efectuem ao IROA com vista à manutenção da rede do IROA.

Não existe a utilização, nem nenhum contrato de utilização, de furos da autarquia por parte do IROA.

Acontece que os excedentes da Lagoa do Cabrito são utilizados na rede do IROA e na lagoa do Cabrito. Ou seja, em termos da proveniência desta fonte, é comum enquanto existem excedentes para abastecer estas duas situações.

O **Deputado Clélio Meneses (PSD)** usou da palavra para perguntar se os furos extra estavam devidamente testados, porque é que o sistema de telegestão não começou a funcionar antes e só agora é que foi implementado impedindo uma monitorização antes que poderia ter evitado os problemas que todos conhecem, as fissuras na rede podem dever-se também ao facto de a rede ser antiga e obsoleta, tendo em conta a dimensão das obras da VVN não seria de esperar que a rede mostrasse alguma fragilidade como se veio a verificar, e quanto às turfeiras existem duas hipóteses as turfeiras e as árvores só faltaram agora e o impacto é imediato, directo e a curto prazo, isto é, faltaram turfeiras e árvores e faltou água agora, há aqui uma responsabilidade imediata, ou as turfeiras e as árvores estão a faltar a 10, 15 ou 20 anos e o impacto só agora é que se faz sentir. Então há aqui um grau de previsibilidade que poderia ter sido tido em conta e que não terá sido.

Perguntou ainda se em alguma ocasião o sector agrícola utilizou alguma água da rede pública, qual a posição do Município sobre a indústria de pedreira existente na zona do Cabrito e se o Município foi chamado a dar algum parecer sobre aquela actividade industrial, para o ano de 2009 o que prevê o Município para o abastecimento de água às populações, quais são os termos contratuais existentes entre os dois Municípios da Ilha para a utilização de água de um pelo outro.

A **Presidente da Câmara Municipal de Angra** referiu que relativamente aos dois furos que entraram em funcionamento já depois de Junho todos os furos, depois de efectuada a prospecção, foram devidamente equipados. Um deles estava ligado à rede. O outro não estava ligado à rede, mas qualquer um deles estava com bomba e em condições de poder ser utilizada a água de lá extraída.

Portanto, é completamente testada a qualidade da água, o número de litros que podíamos extrair. Isso estava tudo testado. Quando os furos são elevados e colocada a bomba, é porque já reúnem condições para ser extraída a água e está

testado todo o caudal. Todo esse trabalho está efectuado. Mas estes dois furos, em concreto o Santana e o das Quatro Canadas, estavam nestas condições.

Quanto à implementação do sistema de telegestão, é óbvio que as prioridades podem ser sempre outras a todo o momento. A prioridade foi no sentido de investir em furos e agora é no sentido de, para além de investir em furos, investir no sistema de telegestão que nos dá essas garantias de poder monitorizar a todo o tempo o caudal das nascentes, dos furos, a rede.

Relativamente às fissuras na rede que está por baixo da VVN, o conhecimento que daquela rede indica que até à intervenção ser feita ela estava em condições. No ano anterior não havia sido detectado por parte dos serviços municipalizados qualquer problema ao nível da captação e na adução daquela água para os reservatórios a nível mais inferior.

Portanto, não havia nada que indiciasse, em anos anteriores, que essa situação estaria a ocorrer.

Quanto às turfeiras é um problema que não aconteceu de 2007 para 2008 e é um problema que não se sente o efeito imediato, de um ano para o outro.

Referiu ainda que há um conjunto de factores que vão contribuindo ao longo tempo para que o caudal da nascente e o caudal dos furos tenha o comportamento que teve.

Quanto ao que previsto para este ano se as nascentes e os furos do ano passado em funcionamento mantiverem a produtividade que tiveram o ano passado, com as intervenções feitas, o problema será solucionado.

Referiu ainda que estaremos muito melhor quando conseguirmos a ligação do furo do Chambre e, se conseguirmos pôr o das Canadinhas em produtivo, também dará uma margem muito folgada em termos de abastecimento de água.

Quanto à pedreira e ao entendimento do município sobre a pedreira, o entendimento é aquele que consta do relatório. Foi pedida que fosse feita a avaliação à influência que a pedreira podia ter tido nesta matéria e o que é dito é exactamente isso: “não se exclui a hipótese de um eventual aumento da drenância provocado pela erosão do enchimento das fracturas poder ser um factor suplementar de perda de recursos que se adicionou o regime das precipitações.”

Quanto à questão da agricultura referiu que esta não depende exclusivamente da água do Cabrito. Há reservatórios designadamente em São Sebastião, que são utilizados e são aproveitados quando há determinadas ocorrências da água. Portanto, fazem o aproveitamento dessas águas que não têm qualidade para o consumo humano, mas que têm qualidade para abastecimento à agricultura.

Não foi utilizada qualquer água de abastecimento humano para a agricultura.

O **Presidente da Comissão** referiu que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e os Serviços Municipalizados forneceram à Comissão dossiers com todas as informações detalhadas sobre a sua acção nesta matéria.

5ª Reunião:

Reunião realizada a 14 de Outubro de 2009, pelas 10:00h, na Delegação da Assembleia Legislativa dos Açores, da Ilha Terceira.

Constaram da Ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- . Audição do Professor Victor Hugo Forjaz, por Videoconferência;
- . Audição do Professor Virgílio Cruz, ex-Director Regional dos Recursos Hídricos, por Videoconferência;
- . Visita guiada ao sistema de abastecimento de água de Angra do Heroísmo, pelos Serviços Municipalizados.

Faltaram, justificadamente, a esta reunião, o Deputado Manuel Herberto Rosa (PS) e o Deputado Cláudio Lopes (PSD).

Audição do Professor Victor Hugo Forjaz:

O **Presidente da Comissão** solicitou ao Professor Victor Hugo Forjaz que respondesse às questões relativas ao objecto da Comissão no âmbito da Vulcanologia, sua área de formação.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** usou da palavra para perguntar se é possível avançar um cenário sobre o que poderá ter acontecido o ano passado, na Ilha Terceira, relativamente à rotura do abastecimento de água no âmbito de eventos vulcanológicos.

O **Professor Vítor Hugo Forjaz** referiu que em relação a este assunto tem a informação que existiu uma deficiência na execução da obra, chamada Via Vitorino Nemésio.

Uma das provas dessa má execução é que a própria empresa aceitou refazer a conduta de água.

A construção da via, o seu programa de trabalho, a maneira como se desenvolveu, pode ter contribuído.

O Deputado António Ventura (PSD) perguntou em que medida é que a qualidade de água, ou que alterações sofre a água, em termos qualitativos, por vir de poços geotérmicos.

Tendo por base que somos ilhas vulcânicas, em que medida é que isso altera ou não a qualidade da água?

O Professor Vítor Hugo Forjaz referiu que uma influência dos poços geotérmicos nunca será benéfica, porque os poços geotérmicos não são mais do que poços com características hidrogeológicas, nem mais do que uma captação de água hipertérmica e hiperbárica, mas esse fluído, chamado fluído geotérmico, que é líquido, à medida que se aproxima da superfície, se desgaseifica e, portanto, está concluída uma fase de apoio e de gás. Esse fluído contém elementos, em pequenas quantidades, altamente prejudiciais, como o cádmio, o chumbo, o arsénico.

Audição do Professor Virgílio Cruz:

O Presidente da Comissão referiu que a proposta de ouvir o professor da Universidade, especialista em hidrogeologia, com grande conhecimento da realidade a nível Açores e particularmente da Terceira, vem na sequência da entrevista que concedeu ao Açoriano Oriental, no passado dia 5 de Maio, em que se pronunciou sobre os recursos hídricos, particularmente em resposta a uma questão levantada ou queixas expressas pelo sector da agricultura.

Na sequência do objectivo desta Comissão, o Presidente da Comissão solicitou uma abordagem sobre o que possam ter sido factores, condições ou condicionantes que levaram a que em 2008 tivesse surgido um problema na Ilha Terceira, no abastecimento de água.

O Professor Virgílio Cruz referiu que o Arquipélago dos Açores é de origem vulcânica e, como tal, o ramo da geologia que estuda a ocorrência, a situação, a composição da água subterrânea no subsolo, acaba por enformar de algumas

características peculiares do meio hidrogeológico vulcânico, nomeadamente da sua heterogeneidade, da sua anisotropia.

Por outro lado, o facto de vivermos em ilhas também acarreta uma condicionante muito grande, isto é, há dois sistemas, aquíferos principais, os sistemas de aquíferos de altitude, que são drenados pelas nascentes, como é o caso vigente na Terceira, o caso do Cabrito, da Furna de Água, e por outro lado, o sistema aquífero basal junto à costa.

Acontece que nos sistemas de aquíferos de altitude, geralmente o tempo de residência de água subterrânea é muito curto, ou seja, são sistemas muito pouco volumosos com uma capacidade de regulação reduzida e, como tal, a capacidade de regulação, de resistência a episódios climatológicas, de sinal negativo, é reduzida.

Estudos feitos no arquipélago, em outras ilhas que não a Terceira, revelam que o intervalo de tempo desde que chove (chuvadas intensas) até atingir o pico do caudal das nascentes, pode ser menor que dois meses. Nós temos uma capacidade de regulação reduzida. Vamos ter também como consequência, se não chover, se não houver precipitação, necessariamente passados poucos meses, uma queda de caudal acentuada, para além do que é normal no Verão, ou seja, estes caudais de estiagem são menores do que os caudais de Inverno.

Este problema conduz a outra questão primordial. Este é um facto que se observa na maior parte das ilhas dos Açores, esta redução do caudal das nascentes nos aquíferos de altitude.

Portanto, aquilo que se afigura como mais óbvio e mais fácil, é aproveitar a água subterrânea que ocorre do sistema aquífero basal, através da execução de furos que, necessariamente, atendendo ao risco de salinização, têm de ser adequadamente conduzidos, hidrogeologicamente, por técnicos habilitados, por forma a estabelecer caudais de bombagem indicados.

Esta solução foi recomendada pelo Prof. João Lopo Mendonça, a execução de furos de abastecimento, para de alguma forma poder ter uma escapatória, se porventura o caudal das nascentes tiver quebras acentuadas, que foi mais uma vez o caso da Ilha Terceira.

No entender do Professor não falta água nos Açores. Há ilhas que têm mais recursos que outras é uma realidade, mas existe água em quantidade, mas é preciso captá-la.

É preciso preparar os sistemas de abastecimento para poder aproveitar essa água, para mais quando os cenários das alterações climáticas indicam que poderá haver algumas reduções de recarga nos aquíferos, ou seja de alimentação desses aquíferos, subterrâneos.

Este problema conduz a duas reflexões. A primeira tem a ver com a necessidade de envolver políticas a curto prazo que conduzam a um uso eficiente da água, ou seja, evitar perdas da água, quer do abastecimento, quer ainda dos sectores da indústria e da agricultura.

O segundo factor é que é necessário pensar num regime económico-financeiro da água nos Açores, para que o preço do abastecimento aos vários sectores e no abastecimento doméstico, reflecta de alguma forma os custos que esses serviços têm, bem como os custos de escassez e de aproveitamento dos recursos.

A Directiva Quadro da Água, que já foi transposta para o Direito Nacional pela Lei da Água 1/2005, aponta para a necessidade de contabilizar estes custos, os custos de escassez e de acesso à água.

Quanto ao problema da Ilha Terceira referiu que o relatório do João Lopo Mendonça tenta, para além da função indicada, descartar causas possíveis para a quebra dos caudais, nomeadamente relacionadas com factores do clima, a queda das precipitações, a possível influência do projecto geotérmico, a possível influência das arroteias e ainda a possível influência da pedreira que existe junto ou na proximidade do Cabrito ou da Furna de Água.

Referiu ainda que a análise que está efectuada neste relatório parece bem sustentada nos valores que existem. Para as questões de recursos hídricos, o intervalo das observações que é exigido é bastante elevado, ou seja, se para calcularmos uma precipitação média anual, com grau de fiabilidade, precisamos de dados de 30 anos, evidentemente que não podemos, com base nesta série de valores e com o problema que existiu em 2008, tentar dizer que a culpa é do

processo A, B ou C. É preciso analisar a questão mais uns anos e ver se esta quebra de caudal em 2008 teve relação com alguma destas causas.

Do que foi patenteado no relatório realmente a única causa que parece mais óbvia para a queda dos caudais, olhando os dados que estão descritos no relatório, são os factores climatológicos.

As arroteias têm uma influência negativa sobre a recarga dos aquíferos, limitam a alimentação dos aquíferos e poderão limitar, a curto e a médio prazo o caudal das nascentes.

Essas arroteias não são todas feitas em 2008. O seu efeito teria que se reportar a anos também anteriores e onde não houve escassez de água.

Na geotermia o grau de informação é menor como está patente no relatório, mas houve anos em que não existiu escassez da água, imediatamente após a abertura dos furos geotérmicos, dos primeiros furos de avaliação geotérmica. Portanto, *a priori*, não parece ser a causa mais sustentável, a causa mais provável.

Finalmente, as vibrações das pedreiras. As vibrações das pedreiras, em si, não poderão provocar alterações em grande nas fracturas das rochas mas poderão induzir a abertura dessas mesmas facturas que já existiam e a lixiviação do seu preenchimento, ou seja, provocar que haja novos “canais”, por onde a água circule. No entanto, é mais um factor que parece, *a priori*, dos dados avançados, menos sustentável.

Ficamos com algo que realmente existe, que está nos dados, que é a quebra nas precipitações, que parece sustentada em 2008 e que parece justificar a quebra de caudais naquele Verão.

A **Deputada Carla Bretão (PSD)** usou da palavra para perguntar se é possível afirmar que o sistema de abastecimento de água era muito frágil porque não conseguiu precaver quebras de caudais, depreendendo-se daqui que houve uma falta de planeamento que permitisse que o sistema de abastecimento não ficasse tão dependente da pluviosidade.

O **Professor Virgílio Cruz** referiu que dependente da pluviosidade fica sempre, porque essa pluviosidade é que vai alimentar os aquíferos, quer sejam nos sistemas de altitude ou de base, o chamado aquífero basal.

Sabendo que já se procedeu à abertura de novos furos e, por outro lado, ao aproveitamento de furos que entretanto já estavam executados, mas que não tinham a bomba instalada para captar a água, esses problemas já estão resolvidos.

O problema do sistema de abastecimento nos Açores não é só uma questão que abarca o concelho de Angra do Heroísmo. Realmente revelam-se ainda fragilidades em todo o arquipélago. Em todas as ilhas, em todos os concelhos, há problemas.

Referiu ainda que conhecendo os recursos hídricos do arquipélago os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, tal como outras câmaras, têm cuidado na preservação e valorização dos seus recursos hídricos.

A quebra dos caudais no Verão foi de tal maneira extraordinária que não foi possível assegurar o abastecimento.

Visita guiada pelos Serviços Municipalizados ao sistema de abastecimento de água de Angra do Heroísmo:

No âmbito dos trabalhos da Comissão Eventual foram visitadas a Caldeira Guilherme Moniz, a Furna do Cabrito, a estação de tratamento do Cabrito, o Furo da Vinha Brava, a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Angra do Heroísmo e o Sistema de Informação Geográfica dos Serviços Municipalizados onde a Comissão foi acompanhada por técnicos dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo que forneceram dados e explicações sobre o sistema de captação, tratamento e abastecimento de água.

CONCLUSÕES:

Depois do trabalho realizado a Comissão Eventual de Inquérito à Ruptura do Abastecimento de Água em Angra do Heroísmo determina as seguintes conclusões relativamente aos objectivos que conduziram à sua constituição:

1- Quais os efectivos dos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) existentes na Ilha Terceira, nomeadamente em Angra do Heroísmo?

Os recursos hídricos existentes na Terceira são os constantes do Plano Regional da Água, dos diversos estudos académicos e técnicos realizados ao longo das últimas décadas e conhecidos e utilizados pelos responsáveis técnicos das diversas

entidades responsáveis pelo abastecimento de água aos diferentes tipos de consumidores (Municípios, IROA e Força Aérea).

A quantificação de todos os caudais existentes no sistema de abastecimento de água a Angra do Heroísmo encontra-se anexa a este relatório.

2- Com que base de suporte – estudos ou plano – tem sido gerido o abastecimento de água à população, em Angra do Heroísmo, e que sustentação teve a decisão de realização dos investimentos anunciados?

Os investimentos no abastecimento de água à população do concelho de Angra do Heroísmo têm por base os planos de investimento da autarquia e como enquadramento e orientação geral o estabelecido no Plano Regional da Água e nos diversos estudos técnicos conhecidos sobre a matéria.

Não ficaram, porém, evidentes, quais os estudos técnicos específicos que sustentaram a necessidade de tais investimentos e não outros, estudos esses que não foram solicitados pela Comissão.

3- Quais as acções concretas que têm sido realizadas, pelo Governo Regional, desde 2003, no sentido de por em prática as orientações de estratégia definidas no Plano Regional da Água?

O Governo Regional em colaboração com as autarquias e restantes utilizadores da água e directamente através do IROA e da cooperação com autarquias e organizações de produtores tem vindo a promover um conjunto de investimentos a este nível.

No caso vertente, o IROA investiu 5 milhões, 908 mil, 729 euros e 34 cêntimos em sistemas de captação, distribuição e de armazenagem de água na ilha Terceira, no aprovisionamento de água para a lavoura, componente da sua responsabilidade.

O Plano Regional da Água é um plano integrado que apresenta soluções na gestão deste recurso ao longo das próximas décadas. Trata-se de um plano orientador do desenvolvimento do sector, que terá de ser revisto periodicamente e tem um impacto temporalmente dilatado, constituindo-se como um importante instrumento para o Governo dos Açores nas intervenções nesta área.

Assim, tendo em conta as características deste plano supra-referidas, os impactos da sua aplicação só serão mensuráveis a médio longo prazo.

4- Qual o tipo de licenciamento atribuído e fiscalização efectuada, pelo Governo Regional, à actividade industrial localizada no domínio da caldeira dos Cinco Picos, nomeadamente, no acompanhamento que deve ser feito aos registos das explosões?

O Governo Regional, através do departamento competente, licenciou diversas instalações industriais na Caldeira dos Cinco Picos, incluindo instalações de britagem e produção de asfaltos e diversas frentes de extracção de inertes, incluindo extracção de basalto para produção de blocos para obras marítimas e de britas licença para exploração de massa mineral denominada basalto, pedra denominada “Pedreira de Ponta Delgada”, com uma área de 173.988 m², n.º 147-A/RN, pela Direcção Regional do Comércio Industria e Energia, tal como consta nos anexos do presente relatório). Naquilo que possa relevar para as questões em apreço, as explosões são monitorizadas em contínuo pelo sistema de vigilância sismo-vulcânica, não se tendo detectado qualquer vibração que possa relevar para a questão das disponibilidades hídricas.

Assim, e conforme foi referido, afigura-se como “pouco provável” a influência da pedra no problema da escassez de água que se verificou no Concelho de Angra do Heroísmo.

5- Qual o estudo ou plano que sustentou o Governo Regional na decisão de incentivo ao arroteamento de terrenos, nomeadamente na Caldeira Guilherme Moniz?

A decisão de incentivo ao arroteamento de terrenos, nomeadamente na Caldeira Guilherme Moniz, foi tomada tendo como única consideração a valia agronómica dos terrenos e o seu potencial produtivo para uso agro-pecuário. A sustentação financeira foi integrada no denominado Plano Pecuário dos Açores. Essa decisão foi legitimamente tomada no contexto do fomento da expansão pecuária da década de 1970, seguindo os critérios e orientações técnicas e políticas que então vigoravam, as quais ignoravam quase em absoluto as componentes ambientais e de uso múltiplo do território.

6-Quanto às razões que provocaram as anomalias verificadas no abastecimento de água, à população e aos diversos sectores de actividade, no Concelho de Angra do Heroísmo, em 2008 a Comissão concluiu que:

a) Os problemas existentes no sistema de abastecimento de água de Angra do Heroísmo, no ano de 2008 foram causados pela conjugação de vários factores estruturais e conjunturais, não se devendo a um factor isolado.

b) O crescimento do Concelho de Angra do Heroísmo, a aposta em novos sectores de desenvolvimento como o turismo e a actividade empresarial, assim como as novas necessidades do sector agrícola e pecuário, com novas valências, novos equipamentos que obrigam a novas exigências, associado a anos recentes mais quentes e mais secos do que o normal, contribuíram para o aumento do consumo de água, com destaque para os meses de Verão, que são, simultaneamente, os meses de menor produtividade das nascentes.

c) O sistema de abastecimento de água a Angra do Heroísmo é constituído, essencialmente, pelas nascentes de altitude que se localizam nas zonas do Cabrito e da Caldeira de Guilherme Moniz.

A água das nascentes é complementada nas épocas de menor caudal por um conjunto de furos que captam aquíferos suspensos na área dos Cinco Picos e do aquífero basal, na Terra Chã.

O abastecimento de água a Angra do Heroísmo é de uma extrema dependência de nascentes de altitude, com grande sujeição aos fenómenos climáticos revelando uma significativa vulnerabilidade a este nível acentuada com a própria arquitectura com que está construído, o que torna extremamente complicado fazer o abastecimento de determinadas zonas a partir dos furos, porque isso implica a inversão no sentido normal do escoamento do sistema.

d) Os Açores têm uma variabilidade climática não muito elevada, mas significativa, no que diz respeito à distribuição das precipitações na Primavera e no Outono, fora do período mais crítico do Inverno.

Este facto deriva das oscilações do chamado *NAO – North Atlantic Oscillation*, fenómeno que se dá na zona do Atlântico, e em que nos encontramos inseridos.

Tal fenómeno natural implica que cada vez que entramos na respectiva fase negativa ocorre uma sequência de anos (3, 4 ou 5) em que a precipitação média normal daquelas estações é inferior. Este é um efeito das flutuações normais do clima na zona do Atlântico Norte onde os Açores se inserem.

Esse fenómeno teve grande incidência no ano de 2008, contribuindo para uma diminuição considerável dos caudais, considerando-se, por isso, que o ano de 2008 foi um ano seco, do ponto de vista da variabilidade climática;

e) Desde os anos 70, num processo que se iniciou com o Plano Pecuário dos Açores, verifica-se uma redução drástica na capacidade da regularização inter-anual da bacia hidrográfica que abastece as principais nascentes, devida à acção humana.

A bacia hidrográfica teve uma redução drástica da quantidade de turfeiras, perdendo-se a capacidade da sua acção na transferência de água nos meses húmidos para os meses secos, o que, por esse facto, leva à perda de capacidade dos aquíferos de distribuir a água entre estações;

f) As desflorestações nas zonas circundantes às principais nascentes que abastecem de água o concelho de Angra do Heroísmo e parte do da Praia da Vitória contribuíram para diminuir consideravelmente o papel da precipitação oculta, que tinha um impacto de cerca de 25% a 30% do *input* anual de água, considerando a altitude da Caldeira de Guilherme Moniz.

Precipitação oculta que não resulta da queda de chuva, mas sim, da condensação da água sobre a vegetação, sobre as rochas, em resultado dos nevoeiros e dos ventos.

g) Os procedimentos de arroteias e o processo de desflorestação referidos nas alíneas e) e f) supra revelam uma evidente falta de protecção nas origens da água, em desrespeito por aquilo que está legislado desde 1977 e foi identificado como uma acção estratégica a desenvolver no Plano Regional da Água em 2003.

h) As avarias causadas na rede de distribuição de água, provocadas no decurso das obras de reabilitação da Via Vitorino Nemésio foram responsáveis pelas elevadas perdas de água, quantificadas em cerca de 1.800 m³ por dia, pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, situação só ultrapassada após a reposição completa e total da rede e ao fim das obras.

Esta perda fez com que durante um período alargado de tempo a água fosse assegurada por furos que captam de aquíferos suspensos e que habitualmente fornecem água ao Concelho apenas nos meses de verão, meses que correspondem à época de menor caudal.

De facto, tal como consta na página 23 no relatório do Eng. Lopo Mendonça, "ALTERAÇÃO DO REGIME DE CAUDAIS DAS NASCENTES DO CABRITO E DA FURNA D'ÁGUA E LOCALIZAÇÃO DE NOVOS FUROS DE PESQUISA E EVENTUAL CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA", a utilização da água proveniente dos furos da Vinha Brava, Terra Chã e S. Sebastião, estiveram praticamente sempre em utilização de Março de 2007 a Setembro de 2008.

Por outro lado o relatório é explícito quando refere que "Cruzando estes dados com os da água turbinada na estação hidroelétrica de Nasce Água, verifica-se que de Novembro de 2007 a Junho de 2008 houve excedentes de água que foram turbinados e que poderiam ter sido utilizados no abastecimento". Isto significa que durante, pelo menos, seis meses ocorreu um fenómeno contraditório, pois, por um lado havia excedentes de água das nascentes do Cabrito a ser turbinadas para a estação hidroelétrica, e, por outro, os furos da Vinha Brava, Terra Chã e S. Sebastião estavam em utilização para o abastecimento de água ao Concelho de Angra do Heroísmo. Este facto que é de grande relevância para os acontecimentos em estudo na Comissão, ao ponto de o Eng. Mendonça referir no relatório que "Como conclusão a dificuldade do abastecimento no Inverno e Primavera de 2008, em opinião do signatário, não tem a ver com questões climatéricas e alteração do regime hidrológico das nascentes; pode ser atribuída a avaria grave no sistema de adução que recebia a água das nascentes e não a aduzia para o sistema distribuidor."

i) Os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo demonstraram pouca celeridade na detecção das fissuras nas condutas danificadas pelas obras na Via Vitorino Nemésio.

j) Os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, aquando dos primeiros cortes, falharam na comunicação com os Municípios, não informando, no devido tempo, que iriam ocorrer cortes no abastecimento de água à população;

l) As alterações ocorridas no abastecimento de água em Angra do Heroísmo, no decurso de 2008, não devem ser entendidas como uma situação pontual e isolada ou como um problema exclusivo neste Concelho, tendo em conta que a escassez deste recurso é um problema presente em outras localidades e ilhas dos Açores, devendo a situação em causa servir como alerta para os restantes municípios dos Açores e bem assim para as entidades regionais com responsabilidades na área.

RECOMENDAÇÕES:

Fundamentada nas conclusões atrás expostas, a Comissão Eventual de Inquérito à Ruptura do Abastecimento de Água a Angra do Heroísmo resolve recomendar:

a) A protecção da Caldeira de Guilherme Moniz dado o seu valor estratégico para o abastecimento de água aos concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória;

b) A reflorestação e reposição de turfeiras;

c) A diminuição da carga pecuária nos terrenos da Caldeira de Guilherme Moniz e Pico Alto;

d) A criação da reserva estratégica da água na ilha Terceira, com furos de reserva e reservatórios, que permita fazer face a anos excepcionalmente secos;

e) A análise da gestão da água e das redes de distribuição de forma a otimizar o uso da água e minimizar as perdas;

f) A inter-ligação dos pontos críticos das redes de distribuição de água, de forma a permitir a adução entre zonas ou sistemas municipais, quando se manifeste a necessidade do reforço de qualquer um deles;

6ª Reunião:

Reunião realizada a 24 de Novembro de 2009, pelas 10:00h, na Sala das Comissões, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Ilha do Faial.

Constaram da ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- Discussão e Aprovação do relatório final e Conclusões.

Apesar do cumprimento dos prazos definidos pela Comissão para apresentação da proposta de relatório final, os vários partidos com assento na Comissão solicitaram mais tempo para poderem analisar a proposta de relatório pelo facto de se tratar de um documento muito extenso e com alguma complexidade, tendo em conta o assunto que trata.

O Presidente da Comissão acolheu a sugestão mas alertou para o facto de, tendo em conta o prazo estipulado para entrega de relatório na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, isso implica um pedido de prorrogação do prazo de apresentação à Presidência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores subscrito por todos os partidos com assento na Comissão.

Depois de reunida a mesa da Comissão foi deliberado solicitar a prorrogação do prazo de entrega do relatório final ficando acordado entre todos os partidos com assento na Comissão que até ao dia 11 de Dezembro de 2009 devem ser entregues ao Presidente da Comissão as propostas de alteração ao relatório, até ao dia 7 de Janeiro de 2010 será enviado a todos os partidos a proposta de relatório final, sendo a reunião final para apreciação e aprovação do relatório final e conclusões a 11 de Janeiro de 2010.

7ª Reunião:

Reunião realizada a 11 de Dezembro de 2010, pelas 14:30h, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da Ilha Terceira.

Constaram da ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- Discussão e Aprovação do relatório final e Conclusões.

Faltaram, justificadamente, o Deputado Cláudio Lopes(PSD) e o Deputado Mário Moniz(BE).

Estiveram presentes como observadores e sem direito a voto o Deputado Aníbal Pires(CDU) e Paulo Estêvão(PPM).

Apreciado e discutido o relatório final da Comissão Parlamentar de inquérito à ruptura no abastecimento de água na Ilha Terceira, a Comissão aprovou, por maioria, o relatório final com os votos favoráveis dos Deputados do Grupo

Parlamentar do Partido Socialista, abstenções dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata e do Deputado do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Deputado Aníbal Pires (CDU) manifestou a sua concordância com o teor do relatório final.

O Deputado Paulo Estêvão (PPM) manifestou algumas reservas quanto às conclusões afirmando que a sua posição encontra-se enquadrada na abstenção.

O Partido Social-Democrata entregou, por escrito, uma declaração de voto, que consta dos anexos do relatório.

ANEXOS:

Por solicitação da Comissão foram-lhe entregues os seguintes documentos:

- Resumo de todos os investimentos feitos pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo na área dos Recursos Hídricos;
- Memorando sobre abastecimento de água na Ilha Terceira, da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar;
- Estudo de Concepção geral do sistema integrado de abastecimento de água e saneamento de águas residuais da Região Autónoma dos Açores, onde se incluem os estudos de base e o relatório final, da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar;
- Relatório de acompanhamento do Plano Regional da Água, da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar;
- Relatório técnico do Plano Regional da Água, da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar;
- Documento explicativo do Centro do Clima, Meteorologia e Mudanças Globais, da Universidade dos Açores;
- Caracterização da Actividade Sísmica da Ilha Terceira, da Universidade dos Açores;
- Relatório Técnico de Inspeção vídeo de tubagens na Achada e no Cabrito, dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo;

- Documentos com informação referente à água fornecida ao IROA, à data do início do contrato para o fornecimento de água à empresa responsável pela requalificação da Via Vitorino Nemésio e consumos médios *per capita* dos últimos 4 anos na Praia da Vitória, fornecidos pela Empresa Municipal Praia Ambiente, da Praia da Vitória;
- Documentos comprovativos que levaram ao licenciamento da actividade da Pedreira, sita no Cabrito, na Ilha Terceira, fornecidos pela Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade;
- Documentos com informação referente à origem da água que permitiu colmatar as falhas no abastecimento à lavoura; a quantidade de água utilizada; quantas fontes de abastecimento de água foram encerradas e as suas localizações; acções de reflorestação, arroteias e investimentos em estruturas de abastecimento de água; gastos, identificação das empresas contratadas e respectivos procedimentos de contratação das mesmas, para o transporte da água para colmatar as falhas em alguns pontos de abastecimento; quando começou a Lagoa do Cabrito a ser utilizada no ano de 2008; localização exacta dos furos para captação de água à lavoura que vão ser abertos;
- Declaração de Voto do Partido Social-Democrata.

Todos os documentos referidos são entregues como anexos deste relatório.

Angra do Heroísmo, 11 de Janeiro de 2010

O Relator, *Berto José Branco Messias*.

O Presidente, *Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha*.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Nós combinámos, em Conferência de Líderes, que o debate acerca deste relatório seria feito por analogia com as petições, ou seja, um representante de cada partido com uma intervenção no máximo de dez minutos, mas resolvemos alargar também, querendo, ao Governo a participação, através de um membro do Governo, por dez minutos.

Estão abertas as inscrições. Tenho inscrito o Sr. Deputado Artur Lima, o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, os Srs. Deputados Mário Moniz, Carla Bretão, Domingos Cunha, Aníbal Pires e Paulo Estêvão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Não se tinha inscrito? Não é obrigado a inscrever-se.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não tem problema, Sr. Presidente. Eu estava a fazer sinal ao Sr. Deputado Berto Messias, mas fico inscrito automaticamente e resolve-se o assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, cumpre-me salientar e sublinhar aqui a maneira como decorreram os trabalhos desta Comissão, num ambiente de muita serenidade e de colaboração entre todos, o que me apraz registar, numa comissão que era, obviamente, sensível. Chegámos à sua conclusão e não podia deixar de fazer este registo.

De resto, este problema da falta de água há muito que preocupa o CDS/PP. Efectivamente, muito antes, logo na altura nós denunciámos esta situação e denunciámos também aquela que era a inércia, na nossa opinião, da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, quando na altura se dizia que a falta de água seria por três ou quatro semanas, e ela acabou por ser por cerca de seis meses. Nessa mesma altura, se bem se recordam, nós propusemos – e achávamos que aí seria o lugar talvez ideal para se tratar esse problema, uma vez que se tratava de um problema concelhio e municipal – na Assembleia Municipal de Angra que fosse feita uma comissão para apurar esse problema, e no âmbito da Assembleia Municipal, que, infelizmente, não veio a ser aprovada. Para sublinhar que nós, desde o início, muito desde o início estávamos preocupados com a falta de água e tentámos contribuir para a resolução desse problema.

Tentámos também, no âmbito municipal, nomeadamente aquando do Plano e Orçamento, como alguns que estão aqui se lembram e sabem. Aprovámos o orçamento da Câmara Municipal de Angra justamente com o objectivo do reforço das verbas para se fazer os furos de captação de água, que felizmente já estão feitos e a funcionar. Fomos responsáveis, mais uma vez demos um exemplo de como fazer oposição com responsabilidade, nem que para isso se tivesse de envolver, obviamente, mais dinheiro. Esse mais dinheiro foi aplicado na realização dos novos furos e, felizmente, parece que a situação está pelo menos controlada e

resolvida. Chama-se a isto oposição com responsabilidade, o que nos orgulhamos de fazer.

Depois, surgiu a Comissão de Inquérito e, obviamente, também com certeza demos o nosso contributo. Fizemos as nossas perguntas, procurámos esclarecimentos, nomeadamente na questão da água de abastecimento à lavoura, em que na altura também havia problemas. Também os denunciámos na altura própria e pedimos uma reunião com o IROA para resolver, interrogámos o Sr. Secretário da Agricultura e Florestas quando esteve na Comissão, procurando esclarecimentos das redes de água da lavoura e para consumo humano. Todas essas questões nos preocuparam e, nomeadamente, voltámos a colocar a questão das célebres três lagoas, que ainda hoje em dia se resumem a uma lagoa. Obviamente que todos estes problemas foram levantados.

Levantámos também, na altura – e aí reconheça-se que por a autarquia não ter admitido a tempo e horas –, qual foi a principal causa da ruptura do abastecimento de água ao Concelho de Angra. A principal causa foi, obviamente, as rupturas nas canalizações, todo o sistema de canalização e transporte de água da via rápida e, por não haver um sistema alternativo, perdeu-se a quantidade de água que vem no relatório, juntamente com uma pitadinha das alterações climáticas e da baixa de caudais nas nascentes, o que obviamente também teve o seu contributo para essa parte. Mas a “fatia de leão”, ou o desequilíbrio do sistema, digamos assim, terá sido pela perda de água devido às obras na via rápida, situação essa que nunca ficou bem esclarecida. Parece que a empresa, efectivamente, recuperou, fez uma rede paralela e, portanto, temos também a garantia de que esse problema não se voltará a colocar no futuro.

Demos também contributos para esta Comissão, nomeadamente sugerimos e foi aceite que se estudasse e houvesse a possibilidade de haver uma interligação dos sistemas municipais de abastecimento de água de Angra e Praia, para que no futuro e numa situação de crise como a que aconteceu, havendo água num dos concelhos e falta de água no outro, possa haver alguma intercomunicabilidade entre os dois sistemas, de maneira que um concelho possa socorrer o outro, e vice-versa.

Abstivemo-nos, realmente, no relatório, na sua formulação final, porque achávamos que se poderia ter ido um pouco mais longe, mas achamos que este trabalho foi profícuo, foi positivo, chamou-se a atenção para alguns problemas. Efectivamente, alguns deles também já estavam em resolução ou estavam resolvidos. No entanto, há algumas conclusões e algumas recomendações que se reiteram e que são importantes.

Para concluir, pensamos que foi de facto positiva esta Comissão de Inquérito, a maneira como desenvolveu os seus trabalhos e as conclusões que ficam, com certeza. Ficámos pelo menos a conhecer os sistemas de abastecimento de água em Angra. Ficámos a conhecer, pela voz dos especialistas, o que se passa nas nascentes dos aquíferos suspensos, de profundidade, enfim, ficámos todos mais sabedores, todos enriquecemos os nossos conhecimentos e, pelo menos no nosso Concelho de Angra do Heroísmo, que é o meu de residência, e de outros, ficámos a saber em pormenor como funciona aquele sistema, quais as suas fragilidades, quais as suas debilidades e como prevenir situações de futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional congratula-se com a forma como decorreram os trabalhos, cumprimenta os Srs. Deputados e todos os partidos que fizeram parte da Comissão, que fizeram um excelente trabalho, e também esta câmara, porque, de facto, este relatório é um relatório enriquecedor do ponto de vista das questões que foram estudadas e, também, das suas conclusões.

As suas conclusões apontam um conjunto de pistas que são úteis, não só para o Concelho de Angra, mas para toda a Região, já que uma situação como aquela que aconteceu em Angra, pese embora questões conjunturais, particularmente as questões que dizem respeito à execução de uma obra de grande magnitude numa zona crítica da rede, factor que é específico, é uma situação que pode acontecer em outras ilhas da Região, se se verificarem situações climáticas como aquelas que se

verificaram no ano de 2008 e se as redes não estiverem devidamente acauteladas face a essa possibilidade.

Houve, de facto, um trabalho que foi profundo, houve um trabalho que, creio, honra os seus autores, um trabalho do qual já se tiraram conclusões e ensinamentos que já foram postos em prática. De facto, com os investimentos que foram feitos, quer pelo Governo Regional, através da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas; quer pela Câmara Municipal de Angra; quer também pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, que também já fez alguns investimentos retirando ensinamentos destes acontecimentos; quer a intervenção que foi feita na zona da via rápida que, de facto, veio resolver problemas que já existiam antes, problemas que tinham a ver com a própria estruturação da rede, com a sua idade e com o tipo de materiais que eram utilizados, há de facto um investimento que, mesmo que a obra não tivesse acontecido, precisava ser feito e já foi feito; há de facto, do ponto de vista da estrutura da rede, grandes melhorias que resultaram deste incidente de 2008.

Por outro lado, este problema também veio realçar questões que têm a ver com o ordenamento do território e com a conservação da natureza, questões essas que precisam de ser mais aprofundadas do ponto de vista da acção no terreno, quer a acção do Governo, quer a acção das autarquias, porque esta questão do ordenamento do território é uma responsabilidade partilhada por ambos os lados e, particularmente, no que diz respeito à conservação da natureza, as questões que têm a ver com as zonas húmidas de altitude, em particular com a questão das turfeiras. O Governo Regional considera essa questão importante.

Já está agendada para o início do próximo mês uma conferência internacional sobre a questão das turfeiras e sobre as medidas de restauro de turfeiras, que é uma área nova, uma área pouco conhecida a nível internacional, em que estarão presentes alguns dos melhores especialistas internacionais nesta matéria. Aliás, incluindo um workshop, para o qual os Srs. Deputados estão convidados, que creio que poderá ser um bom complemento para o trabalho que foi feito na Comissão.

Também está em curso, integrado no Ano Europeu da Conservação da Biodiversidade, um trabalho de identificação de lugares – não apenas na Terceira,

mas em todas as ilhas – em que esse tipo de ecossistema existe e onde ele potencialmente pode existir – ou seja, do ponto de vista da conservação, onde ele pode ser feito –, de forma a que se inicie um processo, que seguramente será um processo para muitas décadas, de restauro de algumas dessas zonas húmidas, dada a sua importância, não só do ponto de vista da biodiversidade, mas também do ponto de vista dos recursos hídricos.

Daí que eu, terminando, queira mais uma vez cumprimentar os Srs. Deputados que participaram nos trabalhos e dizer que a utilidade do trabalho feito já é real. Já há efeitos desse trabalho e creio que ao longo dos próximos anos toda a Região, e não apenas o Concelho de Angra, beneficiará com o trabalho que foi feito e com as conclusões a que os Srs. Deputados chegaram.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Terminados que estão os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito à Ruptura no Abastecimento de Água de Angra do Heroísmo em 2008 cumpre-me, enquanto participante na sua fase final, tecer alguns comentários que se me afiguram pertinentes. Abro aqui um parêntesis para dizer que foi importante para mim e gostei de participar nesta Comissão.

É de salientar a forma empenhada como todos os envolvidos participaram. É também importante referir que as conclusões de ordem técnica estão devidamente suportadas. No plano político, ressaltaram aspectos importantes, que comprovam o quanto é errado escamotear e dissimular situações destas com o receio de consequências políticas, como parece ter acontecido com os serviços municipalizados e o Município de Angra do Heroísmo.

Justificava-se um plano de emergência alternativo, tendo em conta que se previa o perigo de perdas de água motivadas pelas obras da via rápida. Os serviços municipalizados não actuaram de forma pró-activa, como se impunha neste caso. Comprovou-se o uso indevido de grandes quantidades de água por diversas entidades e para fins que não o consumo a que estava destinada. Os serviços

limitaram-se praticamente a efectuar cortes de abastecimento, sem que houvesse uma atitude eficaz. A verdade pode ser, no seu momento, penalizadora, mas será sempre mais facilmente ultrapassável, e a falha desculpada, do que a desconfiança permanente sobre quem já faltou à verdade.

“Há males que vêm por bem”. Serviu esta situação de alerta para a necessidade de prevenção, de protecção dos aquíferos, de reposição das turfeiras, do cuidado a ter nas arroteias e em obras que possam prejudicar a captação e distribuição do bem precioso que é a água. A noção do cuidado que se impõe na preservação da natureza e o respeito pelo equilíbrio ambiental deve servir de estímulo para o cuidado a ter em situações destas, mas também em outros hábitos.

As conclusões e recomendações contidas no relatório final servirão com certeza para fomentar uma análise mais cuidada na gestão da água, não só na Ilha Terceira, mas em todo o arquipélago, optimizando as redes de distribuição e, a montante, cuidando da sua qualidade e da regularidade do seu abastecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Concluídos que estão os trabalhos da Comissão de Inquérito à Ruptura no Abastecimento de Água à população em Angra do Heroísmo e agradado que está o PSD pela forma como decorreram os trabalhos, não temos dúvidas de que esta Comissão serviu para desmistificar muitas das afirmações que foram sendo proferidas durante o episódio da ruptura de água, tal como também permitiu perceber muitas outras afirmações que foram feitas durante esse período.

Percebeu-se a veracidade de algumas afirmações, como por exemplo e cito: “Temos bastante água, precisamos é saber tratá-la bem”; ou mesmo: “A falta de água deve-se à má captação”. São afirmações que vieram da ex Secretária do Ambiente e do ex Director Regional dos Recursos Hídricos. Ou seja, no decurso dos trabalhos desta Comissão pudemos avaliar a veracidade destas afirmações. Por outro lado, pudemos também verificar e desmistificar muitas das desculpas que foram sendo dadas pela Câmara Municipal de Angra. Entre outras afirmações,

diziam a páginas tantas que “a falta de água deve-se apenas à falta de chuva”, ou mesmo que “não haverá falta de água à população por causa da ruptura da conduta na via rápida”. Tudo isto se veio a revelar como errado, como pouco correcto e, acima de tudo, negligente.

No fundo, esta Comissão permitiu perceber o que efectivamente se passou, mas é pena que, ao nível das conclusões do relatório final, não tenha havido coragem, por parte do Partido Socialista, para as tornar objectivas, afirmativas e evidentes, tal como se pode retirar das conclusões descritivas. Ou seja, há uma descrição de certas conclusões mas, no fundo, não se assume a conclusão em si. Por isso mesmo, dizemos que houve falta de coragem política nesse sentido.

Para nós ficou efectivamente provado que houve uma clara falta de planeamento e de gestão por parte da Câmara Municipal de Angra e alguma negligência por parte do Governo Regional. Ficou claro, por exemplo, que o sistema de abastecimento de água em Angra do Heroísmo padece de duas vulnerabilidades, uma delas ao nível da excessiva dependência das nascentes de altitude e outra ao nível da arquitectura do sistema.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Já está resolvida, já não existe.

A Oradora: Essas duas vulnerabilidades existiam e, se existiam, podiam ter sido acauteladas ao longo do tempo. Houve fundos comunitários disponíveis para que assim fosse feito e não o foi.

Outra das conclusões tem a ver com a inclusão dos Açores num determinado fenómeno climático, o denominado NAO que, de quando em vez, poderá determinar nos Açores falta de chuva. Por isso, há um certo grau de previsibilidade destas condições climatéricas. Conjugando com a vulnerabilidade do sistema de abastecimento de água à população, tudo isto poderia ter sido acautelado.

Por outro lado, há uma conclusão que também é clara: houve uma falha, ao longo dos anos, na protecção das origens da água. Também houve uma falta de coordenação entre a Câmara Municipal de Angra e o Governo Regional quanto à obra da via rápida. Para além disso, o recente anúncio de muitos dos investimentos

e até execução já física desses mesmos investimentos denota e subentende que havia realmente problemas a corrigir.

Por tudo isto, achamos que é pena que o relatório da Comissão não assuma estas conclusões de forma objectiva, sem medos, sem pruridos do que podiam, eventualmente, tocar a nível partidário. Por isso mesmo nos abstivemos na votação deste relatório, porque não podíamos concordar com a falta de objectividade destas mesmas conclusões.

Resumindo, o PSD apenas quer deixar aqui dito, mais uma vez, que ficámos agradados com o trabalho da Comissão, pensamos que foi uma comissão muito importante para desmistificar tudo aquilo que aqui já disse. Apenas nos entristece o facto da falta de coragem política do Partido Socialista. Para além disso, ficámos satisfeitos com os resultados.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Comissão Parlamentar de Inquérito à ruptura no abastecimento de água na ilha Terceira, constituída pelo Despacho nº 232/2009, de 18 de Fevereiro, de Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, destinou-se a averiguar as reais razões que provocaram as anomalias verificadas no abastecimento de água à população e aos diversos sectores de actividade na Ilha Terceira no ano de 2008, determinando objectivos claros e concretos.

A par das audições foi solicitado um conjunto de documentos considerados importantes aos departamentos governamentais, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e à empresa Praia Ambiente.

Consideramos que atingimos com objectividade e baseados nas audições a especialistas conceituados a resposta aos pressupostos contidos no Despacho atrás mencionado.

Mesmo assim, apesar de não dever ir para além do superiormente determinado – conclusões objectivas –, entendeu a Comissão elencar um conjunto de recomendações, face à pertinência da apreciação técnica e científica de entidades idóneas expressas e aos factos objectivos apurados.

Os Deputados do Partido Socialista que integraram a Comissão consideram que as conclusões confirmam o que fielmente resultou das audições e dos documentos que foram remetidos a nosso pedido.

Esta Comissão de Inquérito nasceu de um requerimento subscrito por 12 Deputados do Partido Social Democrata ao abrigo das disposições regimentais, com a intenção de julgar politicamente as entidades que, eventualmente, pudessem ter sido responsáveis pelo ocorrido em 2008 – ruptura no abastecimento de água na Ilha Terceira, mais especialmente, em Angra do Heroísmo.

Concluimos, pois, que a Comissão Parlamentar de Inquérito à ruptura no abastecimento de água na Ilha Terceira nasceu de conclusões políticas infundadas e a iniciativa do PSD mais não foi do que aproveitar-se de um evento mediático com impacto junto da população para agir no interesse partidário.

As principais causas ocorridas foram várias vezes referidas por especialistas, antes da Comissão de Inquérito existir. O PSD ignorou a informação disponível sobre as mesmas e tentou utilizar esses problemas como arma de arremesso político, mas, como se pode comprovar, “foram mais as vozes do que as nozes”.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputada Carla Bretão (PSD): Isso é mentira.

O Orador: As muitas audições feitas e os documentos existentes recolheram dados factuais que sustentam a nossa convicção.

Mas queremos afirmar que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi uma comissão responsável, que apreciou e se pronunciou sobre uma questão objectiva: por que houve ruptura no abastecimento de água na Ilha Terceira, em particular, em Angra do Heroísmo, no ano de 2008?

E concluiu, fundamentada e factualmente, que tal se deveu a uma conjugação de factores de natureza estrutural e de natureza conjuntural.

O ano de 2008 em termos climáticos foi o ano mais quente do que a média dos últimos 20 anos, teve menos água disponível pela via da precipitação para a recarga dos aquíferos, menos nevoeiros, logo, menos precipitação oculta e sua intercepção, menos florestação e menos vegetação.

A variabilidade climática que tem a ver com a oscilação do Atlântico Norte, o chamado NAO – *North Atlantic Oscillation*, quando entra na fase negativa traz uma sequência de 3, 4 ou 5 anos em que a precipitação de Primavera e de Outono é inferior ao normal, mas estas flutuações têm uma ordem de grandeza de 15 a 20 anos. O ano de 2008 foi um desses anos.

Na Ilha Terceira no início da década de 90 e na sequência de um conjunto de anos muito secos verificou-se uma ruptura grave do abastecimento de água, e o mesmo já tinha acontecido nos anos 70.

O Prof. Eduardo Brito de Azevedo clarificou que *“quanto ao argumento do clima, felizmente, nos Açores, existem registos de 100 anos de climatologia. A nossa história climática ensina-nos que períodos de seca e de seca grave podem ocorrer”*.

Afirmou, ainda, *“está previsto que no nosso clima ocorram situações idênticas e piores do que aquelas que ocorreram no ano hidrológico de 2007/2008. Há um historial climático próximo até Junho de 2008, e a partir daí um outro historial climático, de certa forma em Junho a precipitação acumulada desde Janeiro do ano anterior correspondia a 96% do que é normal, ou seja, estávamos afastados ligeiramente dos valores normais e depois a partir daí sim, a partir de Junho, Julho, Agosto e Setembro a seca tem vindo a acentuar-se, ou seja, a partir do estio de 2008 tem-se assistido a um incremento da situação de seca”*.

Pela implementação do Plano Pecuário dos Açores, na década de 70, entre Outubro de 1974 e Dezembro de 1978 arrotearam-se na bacia hidrográfica que abastece as principais nascentes da Ilha Terceira, que estão da Caldeira de Guilherme Moniz e no Cabrito, 823 hectares de terras baldias e de terras particulares.

Esta atitude humana que induziu as arroteias e os processos de desflorestação, na opinião do Prof. Félix Rodrigues *“têm efeitos nítidos na recarga dos*

aquíferos...que é ter árvores ou não ter árvores, ter vegetação que intercepte ou não intercepte os nevoeiros”.

Continuando a citar o Prof. Félix Rodrigues, *“ao que nós assistimos no concelho, também foi a um conjunto de arroteias que acaba por ter uma influência, efectivamente, na recarga. Parte das turfeiras do interior da ilha foram destruídas para criar pastagens como alterações na vegetação arbórea.*

Há aqui um conjunto de factores naturais que explicam, até certo ponto, o que aconteceu em termos ambientais, com a menor quantidade de água”.

Opinião semelhante emitiu o Prof. Eduardo Dias, da área da ecologia vegetal e a trabalhar sobre os ecossistemas terrestres.

Citando o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas *“com a entrada em vigor do DLR nº 19/81/A, de 27 de Outubro, dos registos existentes nos Serviços Florestais da ilha Terceira, entre 1983 e 1996 arrotearam-se 357 hectares, uma média de 25,5 ha/ano, e, entre 1997 e 2008 arrotearam-se 61,84 ha, ou seja, 5,2 ha/ano.*

Em termos de arborização entre 1982 e 1996 foram arborizados 65 ha – média de 4,6 ha/ano; entre 1997 e 2008 foram arborizados 262 ha, o que significa 21,8 ha/ano.

Na Caldeira Guilherme Moniz foram arborizados 15,8 ha de terrenos agrícolas e 30,4 ha de área explorada economicamente, num total de 46,2 ha”.

À medida que as audições foram progredindo e a evidência dos factos se revelava, o PSD começou, então, a falar na falta de previsibilidade e na vulnerabilidade do sistema de abastecimento de água, tal como se isso fosse a panaceia para tentar sair airoso de conclusões políticas antecipadas, que se manifestaram infundadas. Ora, esta argumentação não tem qualquer consistência factual, tal como o comprovam as declarações proferidas em sede de audições.

Se não, vejamos. Recuando aos anos 90 quando surgiu na Terceira a falta grave de água. Nessa altura foram tomadas medidas e opções que permitiram que a água não faltasse durante quase 2 décadas, porque foram feitos os investimentos tecnicamente indicados, como explicou o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Mar. Afirmou, também, *“que todas as intervenções e investimentos feitos na*

altura levaram os intervenientes no processo – autarcas, governantes, técnicos, especialistas” a acreditar que o problema estava completamente ultrapassado.

Tal como referiu, também, a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, *“não eram expectáveis os problemas ocorridos no Verão de 2008, nem previsíveis, dada a capacidade instalada ao nível da captação de água e atendendo à evolução histórica dos consumos”*.

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo nos relatórios pedidos e remetidos à Comissão confirma objectivamente todos os investimentos feitos no período de 2001 a 2008, por iniciativa própria e por candidatura a fundos comunitários. Em despesas de capital foram investidos 4.154.886,80 € a que se somam 1.100.505,40 € em administração directa, num total 6.255.392,20 €. Em igual período as candidaturas a Fundos Comunitários foram de 2.788.396,00 €, tendo sido comparticipados 2.367.160,30 €, o que corresponde a 84,9% dos projectos candidatados.

Estamos perante os investimentos da autarquia no sistema de abastecimento de água, que totalizam 8.622.552,50 €.

A estes investimentos juntam-se os efectuados pelo Governo Regional, através do IROA, S.A. que, na legislatura passada, foram de 5.908.729,34 € e no ano de 2009 de 1.092.654,49 €.

Confirmamos, assim, que quer a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, quer o Governo Regional investiram nos sistemas de abastecimento de água a Angra do Heroísmo, nos últimos 8 anos, 15.623.936,33 €.

Até 2003 não houve qualquer sinal que indicasse a necessidade de novas intervenções no sistema de abastecimento de água a Angra do Heroísmo, porque, do atrás exposto, todos quantos reúnem competência nestas matérias acreditavam que a ilha Terceira tinha montado um sistema de abastecimento de água que garantia um elevado grau de fiabilidade, incluindo a não existência de rupturas.

Mas é um facto que em 2008 uma situação conjuntural imprevisível e não expectável levou à ruptura da adutora que abastece o concelho de Angra do Heroísmo, na sequência da construção da Via Vitorino Nemésio.

Deputada Carla Bretão (PSD): Não é verdade. A audição do Sr. Secretário foi esclarecedora!

O Orador: Impõe-se referir que das afirmações em sede de audição do Sr. Secretário Regional do Ambiente e Mar se conclui que o Governo Regional em tempo útil e oportuno informou e alertou o consórcio vencedor na adjudicação daquela obra, para serem tomadas diligências que precavessem rupturas na adutora, até porque essas obrigações faziam parte do caderno de encargos e faziam parte das obrigações do consórcio adjudicatário.

Os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, no âmbito da participação na previsão e fiscalização da intervenção, deram a conhecer a localização exacta da rede à empresa construtora, como realizaram reuniões regulares com a empresa e deslocações ao local, através dos responsáveis e técnicos. Apesar de todas as diligências e alertas é facto evidente que as rupturas comprovadas na adutora tiveram a gravidade que sabemos na falta de abastecimento de água a Angra do Heroísmo.

A água que foi perdida na adutora do Cabrito – 1.800 m³/dia – tinha chegado para abastecer a população, sem que se tivesse necessidade de proceder aos cortes, porque, em sede de audição a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo afirmou que essa perda corresponde mais ou menos a 1/5 daquilo que é preciso para garantir o abastecimento durante o período em que faltou a água. Afirmou, ainda, *“que a Câmara agiu no imediato a partir do momento em que foi detectado o problema na Via Vitorino Nemésio”*.

O Governo Regional responsabilizou o adjudicatário pelo não acatamento dos alertas e recomendações efectuadas e pela não eficácia das medidas de protecção da conduta.

A conclusão final foi a responsabilização do empreiteiro pela reposição total e integral da conduta por um novo trajecto, nova estrutura completamente diferente e visitável, que torna improvável a repetição de problema idêntico ao ocorrido, como obrigou a empresa adjudicatária a construir e custear na totalidade uma nova conduta alternativa, em paralelo com a original e obedecendo aos mesmos requisitos desta.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Se é factual que o sistema de abastecimento de água a Angra do Heroísmo é constituído, essencialmente, pelas nascentes de altitude – vou já concluir, Sr. Presidente –, complementado por um conjunto de furos que captam aquíferos suspensos, nas épocas de menor caudal, também é factual que a própria arquitectura do sistema torna complicado fazer o abastecimento de determinadas zonas a partir dos furos, porque implica a inversão no sentido normal do escoamento do sistema.

Esta arquitectura básica nasceu do projecto chamado Ribeirinha/Cabo da Praia, na década de 80, que na altura foi de uma importância extrema para a ilha.

A este propósito, o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Mar afirmou em audição, passo a citar, “...*que o sistema de Angra do Heroísmo tem algumas fragilidades mas tem muitas dúvidas que fosse possível prever uma ruptura no abastecimento, com a dimensão e duração temporal que aconteceu em 2008.*

Nenhum especialista afirmou ao longo do últimos 20 anos, que fosse possível acontecer o que aconteceu, e todos os envolvidos neste processo fizeram o que tinham a fazer. O que foi feito na década de 90 levaria a pensar que esta actual arquitectura do sistema de abastecimento de água à ilha Terceira tinha uma resiliência maior e que nós não estávamos na eminência duma situação de ruptura”.

O Prof. Virgílio Cruz em sede de audição afirmou “*que conhecendo os recursos hídricos do arquipélago, os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo têm cuidado na preservação e valorização dos seus recursos hídricos”.*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Porque esta Comissão Parlamentar é de Inquérito apurou o que é objectivo.

Todos os especialistas ouvidos pela Comissão e todos os Deputados que a constituíram, concluíram objectivamente que as causas que levaram à ruptura no abastecimento de água na Ilha Terceira, designadamente em Angra do Heroísmo em 2008, se deveram a um conjunto de causas multi-factoriais, que se encontram nas conclusões deste Relatório, como as descritas no relatório do Prof. Lopo de Mendonça. “*A dificuldade no abastecimento no Inverno e na Primavera de 2008...*

pode ser atribuído à avaria grave no sistema de adução que recebe água das nascentes e não aduzia para o sistema distribuidor. Uma das principais razões poderá ser a obra da Via Vitorino Nemésio”. Acabei de citar parte do relatório do Prof. Lopo de Mendonça.

Esta é a questão nuclear.

Os dados são factuais, permitiram as conclusões que fielmente resultaram das audições e dos documentos que foram remetidos a pedido da Comissão.

Há que reconhecer que foi um trabalho de todos, como um grande esforço e empenho na sedimentação de consensos, sem nunca deixarmos de ser, em qualquer momento ou circunstância, uma Comissão Parlamentar de Inquérito responsável.

Aliás, é bom que fique claro que foi acolhida a grande maioria das propostas de alteração às conclusões e recomendações vindas de todos os partidos, em particular do PSD, para as conclusões, e do Bloco de Esquerda e do CDS/PP, para as recomendações.

Termino já, Sr. Presidente.

(Risos da câmara)

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Porque esta Comissão Parlamentar é de Inquérito apurou o que é objectivo.

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito à ruptura no abastecimento de água na Ilha Terceira contém um conjunto de conclusões e recomendações consonantes com as opiniões abalizadas dos melhores especialistas nas áreas respectivas.

Conhecidas as características hidrogeológicas da Ilha Terceira e os seus sistemas de abastecimento de água para consumo humano, para a lavoura e para as actividades industriais, há que continuar o processo de melhoria da gestão da água, de forma sustentada e consistente, para garantia futura em quantidade e qualidade.

Promover medidas de ordenamento do território na zona de protecção às nascentes da Ilha Terceira, nomeadamente, no maciço Guilherme Moniz/Pico Alto, abertura

e ligação à rede de novos furos de captação de água, a construção de novos reservatórios que aumentem a capacidade de armazenamento de água, entre outras medidas constantes nas recomendações, são objectivos que as autarquias da Ilha Terceira devem incluir como prioritários nos seus planos de investimento e cooperação, como implementar medidas que os concretizem em tempo útil e adequado.

De forma integrada o relatório reflecte aquilo que era o objectivo desta Comissão. Concluímos que a Comissão Parlamentar de Inquérito à ruptura no abastecimento de água na Ilha Terceira desenvolveu os trabalhos para que foi constituída de forma politicamente responsável.

E julgo que este sentimento de dever cumprido será comum a todos os deputados que integraram esta Comissão de Inquérito a que tive a honra de presidir, pois que, sem prejuízo das diferenças de pontos de vista, todos trabalhámos de forma séria e empenhada para que a Comissão cumprisse cabalmente as tarefas que lhe foram cometidas, com a coragem política evidente que nos assiste.

Disse.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado António Marinho (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD pretendia saber qual foi o tempo desta última intervenção do Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Sim, senhor. Foi de 21 minutos.

O Orador: Então, peço a palavra mais uma vez, para um protesto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(* Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é só para registar aqui o mais veemente protesto, por parte do PSD, para que fique anotado e registado, relativo ao total desrespeito que o Partido Socialista acabou de demonstrar perante uma decisão, uma deliberação, da Conferência de Líderes. É perfeitamente inadmissível e dá bem a nota daquilo que o Partido Socialista pretende com a sua actuação neste Parlamento.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: É uma vergonha, Domingos, uma vergonha.

Presidente: Diga, Sr. Deputado Hernâni Jorge?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, é para reagir ao protesto da bancada do PSD, com um contra-protesto.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado, faça o favor.

(* Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para, naturalmente, fazer um contra-protesto a este absurdo protesto da bancada do PSD que, nesta como em outras matérias, prefere contar ao segundo o tempo da intervenção a fixar-se na matéria e na sua importância.

O que é importante relevar é o trabalho que a Comissão fez, o excelente e meritório trabalho presidido pelo Deputado Domingos Cunha, que merece o nosso apoio, o nosso aplauso e que terminou, merecidamente, uma intervenção de alto nível e brilhante nesta casa.

Deputado António Marinho (PSD): Foi uma falta de respeito pela Conferência de Líderes!

Deputado Clélio Meneses (PSD): É uma vergonha!

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, isto é fácil de esclarecer: a culpa, naturalmente, é da Mesa e do Presidente da Mesa.

Já estou habituado, de diversas partes, a por vezes ser acusado de generosidade, com ou sem ironia. Acontece que eu, efectivamente, não levo isto ao milímetro. Podia dar vários exemplos de pessoas que, face à importância da matéria, de várias bancadas com certeza e, nalgum caso, a respeito da mesma matéria, em que naturalmente o tempo foi ultrapassado. Desta vez, foi ultrapassado um bocadinho em excesso.

Eu alertei o Sr. Presidente da Comissão, mas não só interpretei a sua intervenção como deputado, naturalmente, do Partido Socialista, mas também como, inevitavelmente, Presidente da Comissão, que tinha aqui uma responsabilidade acrescida.

Deputados Catarina Furtado e Hernâni Jorge (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Mas reconheço, Sras. e Srs. Deputados, que a culpa é sobretudo minha. Tentarei, para próximas oportunidades, penitenciar-me, espero não ser alvo da crítica contrária.

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(* Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apreciando a generosidade do Sr. Presidente, há que registar que a intervenção do Sr. Deputado Domingos Cunha estava escrita e por isso, por estar escrita, deliberadamente o Sr. Deputado Domingos Cunha, em nome do Partido Socialista, quis desrespeitar a deliberação da Conferência de Líderes. É isso que é condenável, é isso que não podemos aceitar!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Eu chamaria aqui a Conferência de Líderes, para tomarmos uma deliberação.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Conferência de Líderes decidiu, atendendo a que faltam duas intervenções, concretamente dos Srs. Deputados Aníbal Pires e Paulo Estêvão, que nós, apesar da hora, vamos prosseguir e encerrar hoje os nossos trabalhos.

Portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Não lhe vou dizer o tempo, porque V. Exa. sabe.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, a minha intervenção vai ser breve e sucinta.

Não podia deixar de intervir, porque queria congratular-me perante esta câmara pela forma como decorreram os trabalhos da Comissão e, até, em termos pessoais, pelo prazer que me deu e pelas aprendizagens que fiz, por nela ter participado.

Também me queria congratular e demonstrar a minha satisfação pelo facto de esta Comissão ter cumprido, em minha opinião, integralmente o propósito para que foi mandatada por esta câmara. Isto é, desenvolveu o seu trabalho e concluiu aquilo que tinha de concluir. Mais: recomenda aquilo que tinha de recomendar.

Julgo que os trabalhos desta Comissão têm o mérito de ir muito para além do seu propósito inicial. Julgo que o documento que esta Comissão produziu faz aqui uma reflexão e um trabalho muito interessantes sobre as questões da água e da sua gestão, que pode e deve servir como um exemplo, não só para a questão de Angra – em que, aliás, algumas das recomendações estão já a ser seguidas pela própria câmara –, mas para o conjunto da Região.

Sabemos que estamos a falar de um recurso que é escasso, sabemos que estamos a falar de um recurso para o qual temos de olhar de uma forma diferente daquela com que temos olhado até agora. A Comissão, os seus trabalhos e o relatório que foi produzido vão também neste sentido. Aliás, foi por isso mesmo que demos o nosso apoio, embora não formalmente na Comissão, à forma como o trabalho foi conduzido e às suas conclusões e recomendações, que devem ser lidas numa forma integrada, como aliás tive o cuidado de dizer em sede de comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não quis entrar nos protestos e nos contra-protestos, deixo-lhe aqui apenas um desabafo, Sr. Presidente: por parte da bancada do PPM nunca será criticado, depois da independência de que deu mostras no âmbito da votação do Orçamento.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Não será criticado, foi isso que eu disse. O Sr. Deputado não fique já entusiasmado.

Portanto, a questão de facto é importante. Considero que, neste momento, em que existem forças, não só neste Parlamento mas também fora dele, que querem colocar em causa as comissões de inquérito e a sua importância no sistema parlamentar, em qualquer sistema parlamentar, penso que os trabalhos desta Comissão, a quem felicito na pessoa do Deputado Domingos Cunha, são importantíssimos.

Discordo de si, Sr. Deputado Domingos Cunha, quando diz que não trouxeram nada de novo: trouxeram. Penso que sistematizaram a informação. Eu, confesso, percebi todas as variantes que condicionaram o abastecimento de água ao Concelho de Angra do Heroísmo no ano de 2008 e compreendi que foi, de facto, uma conjuntura de diversos factos anómalos, alguns deles previsíveis, outros não e outros puramente acidentais.

De qualquer forma, fico com a convicção de que grande parte daquilo que aconteceu se deveu à perda de água nas obras da via rápida. Esse terá sido o factor fundamental. Todos os outros são estruturais e a discussão que se gerou em relação a esse assunto foi muito importante, porque se decidiu agir em relação a esses factores estruturais. Aí estão as medidas que têm sido implementadas e, também, os cuidados que se vão ter em termos do meio ambiente, questão fundamental para o abastecimento de água e para a criação de água. Nesse sentido, considero que esta Comissão teve uma importância fulcral.

Quero dizer também que uma comissão, obviamente, deve ter um papel factual, um papel objectivo, que é saber se, por parte das entidades públicas, que têm como função gerir o bem comum e gerir aquilo que é de todos, essa gestão foi feita com eficácia e se aquilo que aconteceu podia ter sido evitado. Considero que este conjunto de factores talvez não pudesse ter sido evitado, há aqui, de facto, um acidente que condiciona tudo isto.

Mas há um factor que podia ter sido evitado, de facto, tenho a certeza absoluta: a gestão deste processo. Nem a população, nem os diversos agentes políticos foram informados daquilo que estava a acontecer e quais eram os factores que explicavam, de facto, aquilo que estava a suceder. Isto criou o pânico na população, criou uma incompreensão na população terceirense, perfeitamente evitável. Estes factos, estes instrumentos que nós aqui encontramos, estas leituras, estas análises que nós aqui sistematizámos nesta Comissão, podiam ter sido transmitidos à população. Podiam ter sido explicados estes factos. Também as autoridades, nomeadamente as entidades, a Câmara Municipal, teve, de facto, uma má gestão deste dossier e não atacou o problema com eficácia, porque só se apercebeu da sua verdadeira dimensão e de qual era o factor essencial nesta ruptura de água quando começaram a surgir críticas muito fortes por parte das diversas entidades políticas.

Concluindo, há responsabilidades objectivas na identificação das causas por parte da Câmara Municipal de Angra, parece-me evidente. Há responsabilidades efectivas na gestão de informação ao público que se fez desta situação, penso que é evidente. E também considero que as comissões de inquérito e o trabalho exemplar que foi desenvolvido, o trabalho factual, o trabalho de sistematização que aqui se fez só demonstra a sua utilidade nos sistemas democráticos, nomeadamente no sistema democrático parlamentar dos Açores.

Nesse sentido, considero que não poderia terminar melhor esta sessão do que demonstrando que, de facto, trabalhando, investigando, analisando estas situações, nós estamos a contribuir.

Termino já, Sr. Deputado Aníbal Pires, o senhor demorou mais tempo do que eu e já me fez perder...

Bem, concluo esta intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vou colocar à consideração da câmara a seguinte **Proposta de Deliberação:** “**A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Janeiro**”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, está terminado o nosso período legislativo de Janeiro. Bom regresso a vossas casas e até Fevereiro, aqui na Horta. Boa noite.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 15 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Partido Social Democrata (PSD)

Pedro António de Bettencourt Gomes

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Pela redactora, *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa.*